



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ANDREIA C. GAMA DA SILVA

Percursos Cartográficos e Ecologia Social face à instalação do Porto Sul na
Costa do Cacau, Bahia.

RIO DE JANEIRO

2024

Andreia C. Gama da Silva

Percursos Cartográficos e Ecologia Social face à instalação do Porto Sul na Costa do Cacau, Bahia.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Marta de Araújo Pinheiro (*In Memoriam*) e Lucimara Rett
Coorientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

G559p Gama da Silva, ANDREIA C.
Percurso Cartográfico e Ecologia Social face a?
instalação do Porto Sul na Costa do Cacau, Bahia /
ANDREIA C. Gama da Silva. -- Rio de Janeiro, 2024.
192 f.

Orientadora: Lucimara Rett & Marta de Araújo
Pinheiro (in memoriam).

Coorientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2024.

1. Desenvolvimento. 2. Socioambiental. 3.
Ecologia social. 4. Infraestrutura do Antropoceno.
5. Cartografia das controvérsias. I. Pinheiro (in
memoriam), Lucimara Rett & Marta de Araújo ,
orient. II. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro,
coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDREIA C. GAMA DA SILVA

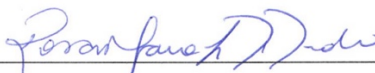
Percursos Cartográficos e Ecologia Social face à instalação do Porto Sul na
Costa do Cacau, Bahia.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia
Social - EICOS, Instituto de Psicologia, da
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de março 2024



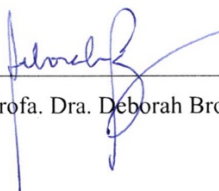
(Prof. Dra. Lucimara Rett – UFRJ Orientadora)



(Prof. Dra. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro – UFRJ Coorientadora)



(Prof. Dra. Monica Machado Cardoso – UFRJ Interno)



(Prof. Dra. Deborah Bronz – UFF Externo)

Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais baixo: este ponto [...] é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte (NEGRI, 2001 apud PELBART, 2003, p. 27).

À Marta Pinheiro, que me mostrou uma vida
possível após as ruínas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, que me orientou na jornada de ser mulher num mundo frequentemente machista, inspirando-me a perseguir meus sonhos, a estudar e alcançar minha autonomia. Ao meu pai, agradeço por me revelar a bondade e alegria mesmo em meio às adversidades. À minha filha, Lara Gama, expresso minha gratidão por ser minha mentora na arte de ser mais amorosa e forte a cada dia. E ao meu companheiro, André, agradeço por ter estado ao meu lado nesses momentos desafiadores de escrita e rotina. O apoio de vocês foram fundamentais para o meu sucesso.

Expresso minha profunda gratidão à minha família e amigos pela torcida constante ao longo desta jornada. Eu sou feita de um tanto de cada um de vocês.

Dedico meu agradecimento às minhas orientadoras, Marta Pinheiro (*in memoriam*) e Lucimara Rett. Marta, por abrir um mundo de possibilidades em minha vida, pelo incentivo constante e pela dedicação profunda ao ofício de ensinar. À Lucimara, pela sensibilidade e insights valiosos que desempenharam um papel crucial no desenvolvimento desta pesquisa. Também expresso minha gratidão aos docentes da banca por acolherem meu projeto e contribuírem para a composição desta pesquisa.

Sinceramente agradeço aos meus colegas de estudo pela colaboração e pela troca de ideias ao longo deste período. Suas perspectivas enriqueceram o meu trabalho.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao Instituto de Psicologia e seus funcionários, sou grata pela oportunidade de realizar este mestrado. Quero também agradecer aos professores do programa EICOS, cujas aulas e conselhos foram inspiradores, desafiando-me a pensar para além dos limites do mundo capitalista corporativo.

Agradeço igualmente a Duda, Socorro, Mariza, Goya e Rui Rocha, que generosamente compartilharam seus conhecimentos durante as entrevistas e conversas. A todas as pessoas que colaboraram na produção deste conhecimento, destaco especialmente a revisão cuidadosa de Inês Mauad. Suas contribuições valiosas foram indispensáveis para enriquecer esta pesquisa.

RESUMO

As infraestruturas do desenvolvimento industrial são complexas, transdisciplinares e são planejadas, implantadas e operadas no contexto relacional da natureza e da cultura. São projetos que reafirmam o Antropoceno ao promover o desmatamento e impactos irreversíveis sobre a terra, a floresta, as pessoas, os oceanos, a costa, a fauna terrestre e marítima. O presente estudo se inspirou na Cartografia das Controvérsias para mapear a programação socioambiental e o desenho da rede das controvérsias no contexto de uma das infraestruturas do Antropoceno, especificamente vinculada a um empreendimento público-privado de desenvolvimento capitalista em uma localidade de pequeno porte no nordeste do Brasil. Nesse cenário, um grupo de indivíduos e instituições questionam a validade do rótulo de "progresso" atribuído ao projeto, suscitando reflexões sobre sua pertinência e vantagem, indo na contramão do que os governantes e parte da sociedade local acredita ser necessário para o bem-estar da maioria. Embasando-se nas estórias ouvidas e vividas, a pesquisa se direciona ao exame das demandas que formulamos ou deixamos de formular em relação a essas infraestruturas, uma vez que elas possuem o potencial de desestabilizar relações entre diversas espécies que coabitam e interagem entre si nos ecossistemas, consequentemente afetando as simbioses intrínsecas que conferem resiliência à vida no planeta Terra. Destaca-se que os fenômenos advindos dessas infraestruturas geradas sob o influxo do contexto antropocêntrico, frequentemente manifestam-se de maneiras imprevisíveis, escapando do controle de seus idealizadores. À medida que elas reverberam na dinâmica populacional, nas configurações comunitárias, engendram paisagens transformadas e instáveis, e fazem com que surjam ecologias selvagens em uma natureza capaz de se adaptar e revelar uma notável resiliência em face das alterações socioambientais (TSING, 2019).

Palavras-chave: desenvolvimento; socioambiental; ecologia social; infraestrutura do Antropoceno; cartografia das controvérsias; Porto Sul.

ABSTRACT

The infrastructures of industrial development are complex, transdisciplinary and are planned, implemented, and operated in the relational context of nature and culture. They are projects that reaffirm the Anthropocene by promoting deforestation and irreversible impacts on the land, the forest, people, the oceans, the coast, terrestrial and maritime fauna. This study was inspired by the Cartography of Controversies to map socio-environmental programming and the design of the network of controversies in the context of one of the infrastructures of the Anthropocene, specifically linked to a public-private capitalist development project in a small town in northeastern Brazil. In this scenario, a group of individuals and institutions question the validity of the "progress" label attributed to the project, prompting reflections on its relevance and advantage, going against what the government and part of local society believe is necessary for the well-being of the majority. Based on the stories we have heard and experienced, the research is aimed at examining the demands we formulate or fail to formulate in relation to these infrastructures, since they have the potential to destabilize relationships between various species that cohabit and interact with each other in ecosystems, consequently affecting the intrinsic symbioses that give resilience to life on planet Earth. It should be noted that the phenomena arising from these infrastructures generated under the influence of the anthropocentric context often manifest themselves in unpredictable ways, beyond the control of their creators. As they reverberate in population dynamics, in community configurations, they engender transformed and unstable landscapes, and cause wild ecologies to emerge in a nature capable of adapting and revealing remarkable resilience in the face of socio-environmental changes (TSING, 2019).

Keywords: development; socio-environmental; social ecology; Anthropocene infrastructure; cartography of controversies; Porto Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvens na água	21
Figura 2 – “Feral Atlas”.....	30
Figura 3 – Distribuição espacial dos 337 municípios das dez mesorregiões do MATOPIBA	49
Figura 4 – Design do Antropoceno: MATOPIBA.....	50
Figura 5 – Território Litoral Sul da Bahia.....	53
Figura 6 – O sorriso de Ilhéus	56
Figura 7 – URUÇUCA: Serra Grande.....	61
Figura 8 – Mata Atlântica: Ponta da Tulha.....	64
Figura 9 – Esquema do Complexo de Ligação Intermodal Porto Sul	68
Figura 10 – Ponte sobre o rio Almada: primeira obra do Porto Sul em 2021	75
Figura 11 – Projeto de usos na área de armazenamento do Porto Sul – retroárea.....	75
Figura 12 – Desenho com os usos na área do porto	75
Figura 13 – Imagem do projeto da área do porto	75
Figura 14 – Desenho do píer para transporte das cargas até o navio.....	75
Figura 15 – Imagem do projeto do píer para transporte das cargas até o navio	75
Figura 16 – Área desmatada em Aritaguá para o Porto Sul	76
Figura 17 – Esporos da Vassoura de Bruxa (<i>Crinipellis</i> ou <i>Moniliophthora perniciosa</i>).80	
Figura 18 – Cronograma de implantação da etapa das obras iniciais do projeto Porto Sul no sul da Bahia	87
Figura 19 – Exemplos de diagramas de cartografia das controvérsias.....	91
Figura 20 – Processo de Diálogo Social.....	105
Figura 21 – Favorabilidade da população e organizações sociais em relação ao Porto Sul no sul da Bahia	116
Figura 22 – Abraço à Lagoa Encantada.....	122
Figura 23 – Placas no canteiro de obras do Porto Sul	127
Figura 24 – Placas anunciando o Porto Sul na rodovia BA 001.....	127
Figura 25 – Rio Almada antes da construção da ponte do Porto Sul	127
Figura 26 – Rio Almada depois da construção da ponte do Porto Sul e canteiro de obras do retroporto	127
Figura 27 – Água viva Caravela na praia do Sargi.....	127

Figura 28 – Barra Nova, Distrito de Aritaguá, Ilhéus	127
Figura 29 – Desenhos naturais na praia do Sargi	128
Figura 30 – Estrela do mar na praia do Sargi	128
Figura 31 – Praia do Pé de Serra e Sargi, em Serra Grande	128
Figura 32 – Plantação de cacau em Serra Grande	128
Figura 33 – Pássaro na praia do Sargi	128
Figura 34 – Vegetação na Terra Paparyba, em Serra Grande	128
Figura 35 – Pescadores se preparando para o arrasto na Praia do Sargi	129
Figura 36 – Jangada na praia do Sargi.....	129
Figura 37 – Jangada na praia do Sargi.....	129
Figura 38 – Jangada na praia do Sargi.....	129
Figura 39 – Encontro II: reconexão entre organizações e ativistas críticos ao desenvolvimento representado pela BAMIN	135

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias de Unidades de Conservação identificadas no município de Ilhéus e seus principais usos conforme Lei nº 9.985/2000.....	65
Quadro 2 – Documental do Porto Sul na Bahia: Lista de documentos analisados.....	112
Quadro 3 – Documental do Porto Sul na Bahia: estudos produzidos pelas organizações da sociedade civil e analisados para a pesquisa	114
Quadro 4 – Organizações sociais favoráveis ao empreendimento Porto Sul em Audiência Pública de Ilhéus.....	117
Quadro 5 – Actantes participantes da pesquisa	123

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – "Carta Aberta aos Interessados no Leilão para a Subconcessão do Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), entre Caetité e Ilhéus (BA)" (MSBV, 2021)	203
Anexo 2 – “Porto Sul Pra Quem” (MSBV, 2023)	212

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A- Questionário semiestruturado	215
Apêndice B - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)	218

LISTA DE ABREVIATURAS

Acape	Associação dos Produtores e Armadores de Pesca de Camarão e Peixes diversos de Ilhéus
ACP	Ação Civil Pública
ADA	Área Diretamente Afetada
AEE	Área de Entorno do Empreendimento
AID	Área de Influência Direta
Amorviju	Associação de Moradores da Vila Juerana
ANM	Agência Nacional de Mineração
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
APA	Área de Proteção Ambiental
Apesmar	Associação dos Pescadores e Marisqueiras do São Miguel
APP	Área de Proteção Permanente
ASV	Autorização de Supressão Vegetal
BAMIN	Bahia Mineração S.A.
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTE	Comitê Técnico de Execução
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DERBA	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
EIA/Rima	EIA/Rima – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
FIOL	Ferrovias de Integração Oeste-Leste
Funbio	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GI	Grau de Impacto
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inema	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IFV	Instituto Floresta Viva
LAI	Lei de Acesso à Informação
LI	Licença de Instalação

LO	Licença de Operação
MAM	Movimento de Atingidos pela Mineração
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPBA	Ministério Público da Bahia
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MSdBV	Movimento Sul da Bahia Viva
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MATOPIBA	Acrônimo que denomina regiões de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MTPA	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMN	Organização Meteorológica Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Plano de Atendimento Emergencial
PBA	Programa Básico Ambiental
PCTi	Plano de Trabalho do Componente Indígena
PCTSul	Parque Científico Tecnológico do Sul da Bahia
PEP	Pier de Embarque Provisório
PGR	Plano de Gerenciamento de Riscos
PICC	Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas
PIL	Programa de Investimento em Logística
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROSUL	Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda.
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEI/BA	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia Seinfra - Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEMA/BA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia
SEP	Secretaria Especial de Portos da Presidência da República
SIC	Sistema de Informação ao Cidadão
SPE	Sociedade de Propósito Específico

STJ	Superior Tribunal de Justiça
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TC	Tomada de Contas
TCSA	Termo de Compromisso Socioambiental
TCU	Tribunal de Contas da União
TUP	Terminal de Uso Privativo
UC	Unidade de Conservação
UESC	Universidade Estadual Santa Cruz
VLI	Vale Logística Integrada
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 MUNDO DAS COISAS E A CRIAÇÃO DO ANTROPOCENO	30
3 A NATUREZA, O NAVIO E O DESENVOLVIMENTO	39
3.1 O DESENVOLVIMENTO PODE CUMPRIR O SEU PROMETIDO DE SER SUSTENTÁVEL?	44
4 O TERRITÓRIO EM DESENVOLVIMENTO	48
4.1 SUL DA BAHIA	52
4.1.1 Ilhéus: Aritaguá e Vila Juerana	56
4.1.2 Uruçuca: Serra Grande	61
4.1.3 A Mata Atlântica: uma perspectiva mais que humana	64
5 AS INFRAESTRUTURAS DETONADORAS DO ANTROPOCENO	68
5.1 DESIGN DO ANTROPOCENO OU A OBRA DE ARTE DA ENGENHARIA ...	73
5.2 SOBRE AS RUÍNAS, O PROGRESSO!	76
5.3 ECOLOGIAS SELVAGENS	80
6 METODOLOGIA DE PESQUISA E ANÁLISE DE CONTROVÉRSIAS SOCIOAMBIENTAIS EM ILHÉUS: UMA ABORDAGEM ATOR-REDE	86
6.1 ENTRE MÚLTIPLOS ELEMENTOS: UMA JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO EM UM MUNDO DE EMERGÊNCIAS	92
6.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE ÉTICA EM PESQUISA.....	94
7 O VOO PARA A PESQUISA	95
7.1 O RASTREIO: EXPLORANDO AS TRILHAS NA PAISAGEM DAS CONTROVÉRSIAS	97
7.1.1 O Porto Sul no contexto do licenciamento ambiental	101
7.1.2 Conflitos e negociações no licenciamento ambiental do Porto Sul	106
7.1.3 Critérios, estratégias de identificação e lista de documentos analisados.....	109
7.1.4 Critérios, estratégias de identificação e lista de sujeitos analisados.....	116
7.1.4.1 Sujeitos mais críticos ao Complexo Logístico Porto Sul	121
7.2 O TOQUE NA PESQUISA: DESCOBERTAS ESPONTÂNEAS E CAMINHOS INESPERADOS	126
7.3 O POUSO: POR UMA OUTRA PERSPECTIVA	132

7.3.1 Os relatos de encontros no campo: tecendo redes e ações coletivas	133
7.3.1.1 <i>Encontro I: mobilização comunitária em Serra Grande</i>	135
7.3.1.2 <i>Encontro II: mobilização comunitária em Ilhéus</i>	137
7.3.1.3 <i>Encontro III: grupo Movimento Sul da Bahia Viva</i>	138
7.3.1.4 <i>Encontro IV: O grupo de WhatsApp do Movimento Sul da Bahia Viva</i>	140
7.3.1.5 <i>O Expresso 22222, integrante do Grupo Sul da Bahia Viva</i>	142
7.3.2 Os relatos de encontros no campo: as entrevistas.....	143
7.4 RECONHECIMENTO ATENTO: Gerando Conhecimento e Interpretações	170
7.4.1 Sobre os relatos dos encontros no campo.	170
7.4.2 Sobre os relatos das entrevistas no campo.....	172
7.4.3 As controvérsias: informações das Teia Entrelaçadas	177
7.4.4 As Redes: Identificados os Actantes e seus atributos	180
7.4.5 Grafos com os Nós e Redes	186
8. SÍNTESE E PRÓXIMAS DIREÇÕES	189
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	203
APÊNDICES	215

APRESENTAÇÃO

Pode haver algo de indecoroso em se projetar pela imaginação no período pós-crise, enquanto os trabalhadores da área da saúde estão, como se diz, “na linha de frente”, milhões de pessoas perdem seus empregos, e muitas famílias em luto não podem sequer enterrar seus mortos. Entretanto, é agora que devemos lutar para que, uma vez terminada a crise, a retomada da economia não traga de volta o mesmo velho regime climático que temos tentado combater, até aqui em vão (LATOURE, 2020, p. 1).

A primeira vez que ouvi sobre a construção do Porto Sul foi em fevereiro de 2017, quando cheguei à Serra Grande, distrito de Uruçuca, na Bahia. Minha intenção era encontrar um refúgio para construir um novo projeto de vida. Naquele momento, senti ser essencial estabelecer uma base no interior, visto que a cidade, o país e o mundo como um todo me pareciam cada vez mais ameaçadores, causando uma sensação de insegurança e solidão. Sempre me questionava: e se a água faltar? E se ocorrer uma catástrofe? Será que teremos que nos isolar, sozinhos em nossos apartamentos, em uma cidade sitiada?

O sentido de urgência de buscar uma terra e uma identidade já era latente em mim, mas cresceu junto o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, no segundo semestre de 2016, com a ascensão de Michel Temer à Presidência da República, a prisão do governador Sérgio Cabral por corrupção na gestão do estado do Rio de Janeiro, a eleição do bispo da igreja Universal Marcelo Crivela para prefeito da cidade do Rio, que, com o fim das Olimpíadas Rio 2016, parecia voltar à "normalidade" de abandono, assaltos e violência urbana¹. Na sequência, em janeiro de 2017, chegava à presidência dos EUA, Donald Trump e sua política retrógrada, conservadora e negacionista do aquecimento global, deixando a comunidade internacional alarmada frente às ameaças de seu governo ao clima do planeta² (BIDERMAN; NOBRE, 2017).

Em 2018, uma viagem à Índia ampliou minha percepção sobre questões espirituais e ambientais, apesar das grandes cidades me impressionarem negativamente. Nova Deli, por exemplo, com buzinas de carros, motos, bicicletas, animais perdidos no lixo, se assemelhava, ao que imagino ser o umbral – se é que isso existe – de concreto, quente e infernal. No entanto, também encontrei uma profundidade espiritual e conhecimento milenar sobre a ciência da vida.

¹ Morávamos em uma casa coletiva, chamada ACASA, que foi assaltada à mão armada em setembro de 2016 e em fevereiro de 2017.

²Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/trump-ameaca-ao-equilibrio-climatico-do-planeta-21181645>.

No meio desse caos, destacam-se indivíduos como Vandana Shiva, uma filósofa, cientista social, ecofeminista e ativista ambiental da Índia. Ela, sim, é uma ativista. É reconhecida por seu trabalho no campo da agroecologia e por suas críticas à agricultura industrial, à globalização econômica e aos organismos geneticamente modificados (OGM). Shiva é uma das principais vozes globais no movimento de justiça social e ambiental e, em seus relatos, destaca a importância da economia do cuidado, da soberania alimentar e da promoção de economias locais como alternativas mais justas e sustentáveis ao atual sistema econômico global. E há tantas outras vozes de ativistas ecoando no mundo: Greta, Krenak, Kopenawa, Stédile e muito mais. Importante ouvi-las.

As economias da ganância, baseadas no extrativismo e na competição, criam escassez, fome, doença, descartabilidade, desemprego e violência. A Terra, Gaia, a Mãe Terra é um planeta vivo, cuja rica biodiversidade evoluiu ao longo de bilhões de anos e que sustenta toda a vida; não é matéria morta nem matéria prima para ser explorada e degradada. Cuidar da Terra e de toda forma de vida é nossa responsabilidade ética e ecológica (SHIVA, 2022, Arg.9).³

E todo esse cenário de trevas se agravaria mais ainda quando, no início de janeiro de 2019, chegou à presidência do Brasil a necropolítica de Jair Bolsonaro, e terminamos o mês com o anúncio da morte de 272 pessoas⁴, a maioria trabalhadores, no mais novo e catastrófico desastre tecnológico da indústria da mineração, o estouro da barragem na Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG, da mineradora Vale, empresa onde eu trabalhei de 2005 até 2022, quando fui demitida.

Esse desastre, que alguns, acreditam ser uma tragédia-crime, como argumenta a associação dos familiares das vítimas – AVABRUM⁵, me afetou profundamente, pois lá

³ Por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho de 2022, a ativista ambiental, ecofeminista e crítica da globalização, Vandana Shiva, publicou o Manifesto sobre a economia do cuidado e a democracia da Terra. A publicação ocorreu durante o tour da dra. Shiva pela Itália e pela França, onde também lançou seu novo livro, *True Economy — From Greed to an Economy of Care* (A verdadeira economia: da ganância para uma economia do cuidado, em tradução livre). Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2022/07/manifeto-sobre-as-economias-do-cuidado-e-a-democracia-na-terra>.

⁴ Segundo os procuradores do MPT Adriana Augusta Souza e Geraldo de Souza de Minas Gerais, "o rompimento da barragem da Vale, na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG) é o maior acidente de trabalho na história do Brasil". Em um total de 272 mortos, sendo 97% de trabalhadores. Durante o desastre alguns trabalhadores ainda estavam em operação, mas a maioria estava almoçando no refeitório da empresa [...]. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/14675>.

⁵ AVABRUM: Associação do Familiares de Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da barragem Mina do Córrego do Feijão. O grupo se destina a reunir e organizar os familiares das vítimas e atingidos da tragédia-crime do Rompimento da Barragem I na Mina de Córrego Feijão – Vale, ocorrido em 25 jan. 2019. Disponível em: <https://avabrum.org.br>.

estive logo após os primeiros socorros, e esse fato, intensificou a minha crise de identidade em relação ao propósito do meu trabalho e ressaltou a urgência de buscar um refúgio e redefinir minha trajetória profissional. Eu já estava apreensiva com o curso da minha vida. Após alguns anos atuando na área dos investimentos sociais da Vale, a Fundação Vale, me sentia “enxugando gelo” que derretia do aquecimento global, e já havia perdido o real sentido do que estava fazendo pelos corredores de uma das maiores corporações extrativistas globais. Mas, sentia que, como um dos nômades que alcançou a praça do Império (PELBART, 2003, p.19) pelas brechas da muralha do Capital, estar ali, perto do centro do poder de decisão dos investimentos sociais da Vale, possibilitava direcionar esse dinheiro para o maior número e melhores projetos sociais em benefícios das comunidades nos territórios da Vale⁶. Reconhecidamente, era importante dialogar com a Vale devido aos recursos para investimentos sociais, culturais e ambientais, e pelo poder de transformação que exerce sobre a vida das populações e dos territórios.

Contudo, a corporação é marcada por disputas simbólicas e efetivas, sendo a social a que mais me interessava. Frequentemente, a visão de mundo refletida nos planos de ocupação dos territórios, revela "pré-conceitos" sobre a sociedade, os mais vulneráveis e a pobreza; o aspecto social. Projetos que impactariam grupos sem lhes dar a chance de opinar são comuns nas empresas. Lembro-me de uma situação envolvendo o processo de realocação e a construção de novas casas com banheiros e vaso sanitário, mas a prática tradicional consistia em evacuar em posição agachada, fora da habitação, em um espaço designado como "casinha"⁷. Os engenheiros afirmaram que a nova arquitetura buscava "desenvolver" essas comunidades para melhorar suas condições de vida. Essa abordagem favorecia uma visão de mundo “supostamente” desenvolvido em detrimento de outros.

Experiências na relação com as áreas de risco, finanças, administração e engenharia revelou a falta de significado e visão social estratégica no manejo de recursos financeiros. Há necessidade de ouvir outras perspectivas, colaborar com as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes, além de implementar projetos sólidos com gestão comprometida com processos e metodologias sociais. A temática do social parece ainda ser uma área muito incompreendida nas corporações. Já me chamaram de "ongueira," ativista, hippie, esquerdista, maluquinha, entre outros adjetivos. O que para

⁶ "Territórios da Vale" são os locais de exploração da Vale, onde as comunidades locais são convidadas a serem beneficiadas pelos projetos sociais da Fundação Vale.

⁷ Minha avó e tia-avó costumavam se referir assim ao banheiro, mesmo já dentro de casa.

mim, reflete a total indefinição do papel do social dentro das iniciativa privada⁸. Numerosos exemplos destacam como as grandes obras de infraestrutura podem transformar comunidades e seus arredores, evidenciando a importância do conhecimento e da análise de estratégias de pesquisa e intervenção social para orientar projetos de desenvolvimento no Brasil, especialmente após desastres como o de Brumadinho, acima mencionado.

Inspirada pelo desejo de adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019), minha aposta era abraçar a utopia ao unir-me a um grupo de amigos para adquirir uma terra em comum. Essa terra seria dotada de recursos como água, espaço para agricultura de subsistência, captação de energia solar e água da chuva. O objetivo seria criar uma comunidade e uma ecovila, onde viveríamos em harmonia com a natureza, ao mesmo tempo em que nos envolveríamos em atividades educacionais, econômicas, turísticas e terapêuticas de autocuidado. Inicialmente, essa empreitada pessoal estava planejada para ser realizada nos arredores do Rio de Janeiro. No entanto, o distrito de Serra Grande, na Bahia, apresentava-se repleto de oportunidades e indivíduos com essa mesma aspiração.

Mas, o sul da Bahia, mais especificamente a costa do Cacau, Ilhéus e Serra Grande, já vivia assombrado com a eminência do início das obras de um porto de escoamento de minérios e grãos. Situação que, àquela altura, não estava nos planos de muitos de nós que procurávamos um refúgio para nos proteger das catástrofes do antropoceno.

Embora tenhamos buscado refúgios para escapar das ruínas, a antropóloga Tsing (2019) nos lembra que a vida nas ruínas está por toda parte ao nosso redor. Os refúgios também estão se tornando escassos, como evidenciado pela exploração do Pré-Sal, o petróleo em águas profundas, exaltado pelos governos brasileiros. Essa conjuntura histórica alimenta as preocupações de diversos setores científicos, todos unidos pela inquietação sobre a diminuição da habitabilidade da Terra, cada vez mais convertida em recursos para processos industriais e acumulação capitalista (TSING, 2019, p. 93).

E a população mundial acuada, viveu no início de 2020 um dos piores e mais assustadores anos da humanidade nos últimos séculos, marcado por desafios globais como a pandemia da COVID-19, crises humanitárias, desastres naturais, ecológicos e tecnológicos. Aqueles que puderam, interromperam trabalho e estudos e se isolaram para se proteger, mas, as forças do Capital não deram trégua e chegaram a Ilhéu, justo neste

⁸ Tema que mereceria ser aprofundado em próximas investigações.

período. O sociólogo francês Bruno Latour (2020) observa que ecologistas viam a pandemia como uma oportunidade de desaceleração, enquanto adeptos da modernidade percebiam essa situação como uma chance de superar obstáculos que têm limitado seu crescimento.

Em março de 2020, durante o surgimento da pandemia de Coronavírus, dei início à minha jornada acadêmica sob a orientação da professora Marta Pinheiro. Ingressei na linha de pesquisa "Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade," que explora questões transdisciplinares, transcende as fronteiras entre sociedade, cultura e natureza, e foca em temas abrangentes das Humanidades Ambientais. O estudo inclui questões de desenvolvimento, reconstrução pós-catástrofe, ecofeminismo, consumo, sustentabilidade, responsabilidade social, e favorece uma pesquisa comprometida com as comunidades.

Esta linha de pesquisa é uma das três linhas desenvolvidas pelo programa de pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (PPG EICOS) do Instituto de Psicologia da UFRJ, no Rio de Janeiro, um programa dedicado ao pensamento psicossocial, com ênfase nos processos comunitários e uma abordagem ecológico-social. Ao me juntar ao corpo docente do curso e ao grupo de pesquisa *Mediatio*⁹ (EICOS/UFRJ/CNPq), me deparei com novas perspectivas de reflexões, incorporando influências valiosas da minha experiência no mundo profissional.

Iniciei o mestrado com um projeto sobre o desastre de Brumadinho, mas, após receber orientações, percebi a complexidade do tema e entendi que continuar com esse projeto poderia restringir minha liberdade e autonomia. Foi a oportunidade de começar a imaginar um mundo além da Vale, algo que eu almejava. Durante esse processo, Marta apresentou-me a antropóloga Anna Tsing¹⁰, cuja abordagem da antropologia e ecologia integra a complexidade dos estudos culturais com os desafios contemporâneos. As novas perspectivas que surgiram abriram as portas para a minha pesquisa, explorando temas como as ruínas do Antropoceno, a vulnerabilidade, os atritos, e a resiliência, redirecionando meu caminho a partir desse momento.

Em última análise, para manter a integridade dos princípios da pesquisa, o foco foi reorientado para o empreendimento em Ilhéus. A mudança para um território não

⁹ Núcleo Interdisciplinar de Mediações, Humanidades e Subjetividades:

<https://sites.google.com/view/mediatio>

¹⁰ Anna Lowenhaupt Tsing é antropóloga americana e professora do Departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia, Santa Cruz. Em 2018, ela foi premiada com a Medalha *Memorial Huxley* do *Royal Anthropological Institute*.

vinculado à Vale permitiria que eu fosse apenas uma pesquisadora e parte da comunidade local do complexo Porto Sul, na região do sul da Bahia. Essa decisão representou uma oportunidade para me desvincular subjetivamente e gradualmente da Vale. No entanto, reconheci que essa transição seria um dos aspectos mais desafiadores do meu papel como pesquisadora. Após tantos anos, a marca da Vale, ou mais precisamente, da Fundação Vale, estava profundamente enraizada em minha identidade.

Para resistir a essa perda de orientação comum, será preciso aterrar em algum lugar. Daí a importância de saber como se orientar, e para isso traçar uma espécie de mapa das posições ditadas por essa nova paisagem na qual são redefinidos não apenas os afetos da vida pública, mas também as suas bases (LATOIR, 2020, p.9).

A migração de forças se intensificou a partir de agosto de 2020, quando as aulas começaram com um novo calendário e no contexto de entender como viver isolados, à distância e no mundo digital. Simultaneamente, iniciaram as obras do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul no litoral norte de Ilhéus, especificamente no distrito de Aritaguá, na vila praiana de Juerana, com cerca de 2.000 habitantes. (HIGUERA, 2020, p.220). O canteiro de obras do Porto Sul está localizado na Mata Atlântica e dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada, a uma distância de 28 km, pela Ba-001, da Vila de Serra Grande.

A origem do coronavírus SARS-CoV-2 permanece desconhecida, no entanto, esta pesquisa considera relevante explorar a conexão entre as teorias e análises ecológicas e sociais que permeiam a economia capitalista, desde a exploração de animais, o surgimento de ecologias selvagens que saem do controle humanos, até a fabricação de carros na China¹¹ (TSING, 2020). Buscar as pistas relacionadas aos ecossistemas formados pelas infraestruturas e ruínas do capitalismo, bem como sua disseminação global, e enfatizar a necessidade de uma abordagem crítica e interdisciplinar que leve em consideração o *design*, a produção e a disseminação de seus impactos, passou a ser meu interesse de pesquisa.

A intenção por trás de toda essa cronologia não é apenas contextualizar eventos pessoais, mas destacar questões globais, nacionais e locais que exigem soluções além das abordagens simplistas de causa e efeito, sujeito e objeto, direita e esquerda. A complexidade dos problemas nos leva a reconhecer a fragilidade humana e planetária. As

¹¹ Para Andre Liu, o encerramento das empresas de Wuhan, relacionado com a Covid-19, teve grandes efeitos em cadeia na indústria automotiva global, devido à forte integração dos fornecedores de peça de automóveis na China com os fabricantes de automóveis em todo mundo ocidental. Disponível em: <https://feralatlantis.supdigital.org/poster/is-covid-19-a-just-in-time-pandemic>.

possíveis soluções parecem residir nas relações que construímos. Como bem coloca Latour “ou bem negamos a existência do problema ou então tentamos aterrar. A partir de agora, é isso que nos divide, muito mais do que saber se somos de direita ou de esquerda” (LATOURE, 2020, p. 12).

Mais que tudo, essa pesquisa buscou ouvir e narrar histórias¹², participar de experiências compartilhadas e criar espaço para a diversidade de vozes e perspectivas presentes no cenário complexo.

Figura 1 – nuvens na água



Fonte: acervo próprio

A mestra não tem objetivos em mente, ela age sem intenções. Instrui mesmo estando em silêncio, permanece pura em meio ao pó e à sujeira do mundo. A mestra não está preocupada com os acertos e erros cometidos pela humanidade. No caos das muitas opiniões e certeza e ela fica contente em nada saber. Ela vê o mundo em desmoronamento e permanece centrada no tudo. Ela vê o mundo em infinita transformação e nunca quer que ele seja diferente do que é. No tênue fio que paira entre a luz e a sombra, sem nenhuma de onde possa se apoiar, ela caminha suavemente para o precipício, feliz e despreocupada [...] (Conto Chinês da Antiguidade, in *Hinários*: Tati, Cristina, 2023).

Marta nos deixou em setembro de 2022, recriou a vida por meio da morte. A convivência acadêmica com Marta foi leve e ser sua aluna foi viver em estado de puro encantamento. O processo de construção desta dissertação enfrentou desafios, perdas e transformações, mas toda essa experiência enriqueceu minha jornada e me possibilitou homenagear Marta, minha orientadora e mentora, sempre presente! Seja onde estiver agora. À vida, sempre!

¹² Segundo Tsing, (2005) as histórias se diferenciam das histórias propriamente ditas, pois não estão necessariamente atreladas a fatos exatos, elas são influenciadas pelas vivências entre os diferentes atores, originadas de engajamentos marcados por atritos e conflitos, criam zonas de acoplamento peculiares, heterogêneas e imprevisíveis entre diferentes mundos.

1 INTRODUÇÃO

Na era atual, caracterizada pelo domínio do modelo de produção capitalista, é amplamente reconhecido que as grandes corporações operam nos territórios com o propósito de (re)organizá-los de acordo com suas próprias necessidades de produção. Muitas vezes, isso ocorre à custa dos recursos naturais e dos grupos sociais que vivem nesses locais.

No **Capítulo 2**, iniciamos este estudo explorando a interação entre paisagens naturais e humanas, repletas de significados culturais. Nas cidades, objetos que servem aos humanos se justificam mais pelo lucro do que pelas necessidades reais. A visão moderna separa natureza e cultura, levando à exploração desenfreada. O conceito central é o "Antropoceno", que ressalta a influência humana desde a Revolução Industrial e gera debates sobre uma nova era geológica.

A abordagem de Latour destaca a conexão entre o humano e o não humano. E contribui para uma compreensão mais profunda das complexas interações entre a natureza e sistemas econômicos. Conceitos como o "Capitaloceno" surgem, enfatizando os impactos do capitalismo. Já Tsing chama atenção para as ruínas ecológicas e defende a cooperação. Entender o Antropoceno Fragmentado requer reconhecer histórias locais, como as plantações e infraestruturas no Brasil, que evidenciam a fragmentação desigual. A influência humana é complexa e exige compreensão das dinâmicas sociais e ecológicas.

A Mata Atlântica, floresta onde está localizado o Complexo Logístico Intermodal Porto Sul, destinado à exportação de minério de ferro e produtos do agronegócio no litoral norte de Ilhéus, sul da Bahia, atrai migrantes de áreas urbanas, oferece oportunidades econômicas para grandes investidores e é lar de uma grande diversidade de seres originários. No **Capítulo 3** deste estudo, discutiremos a relação entre natureza e desenvolvimento nesta região.

O texto examina o impacto do capitalismo global, a exploração da natureza e a busca por justiça social no século XXI, com base em Tsing (2005). Revisa a história do Brasil desde a colonização até projetos de desenvolvimento, ressaltando a exploração de recursos e as desigualdades resultantes. A industrialização, como a Hidrelétrica de Sobradinho, é determinante para o capitalismo moderno, mas gera danos ambientais e sociais.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no final dos anos 80, conectando economia, ambiente e sociedade. Escobar (1995) questiona a visão tradicional

de desenvolvimento, propondo a inclusão de diferentes conhecimentos e práticas. Isso inclui a exploração ambiental pelo capitalismo e os desafios ambientais e sociais que surgem em decorrência.

A visão decolonial de Ferdinand (2022) destaca a ligação entre racismo, colonialismo e vulnerabilidade socioambiental, promovendo a equidade para enfrentar a crise ecológica. A ecologia decolonial ganha destaque ao reconhecer os saberes de comunidades indígenas e originárias. O texto enfatiza a interconexão complexa entre desenvolvimento, exploração, desigualdades e sustentabilidade, defendendo a reavaliação dos modelos de desenvolvimento para buscar um equilíbrio entre economia, sociedade e ambiente.

No **quarto capítulo**, voltamos os nossos olhares para as transformações econômicas no litoral sul da Bahia devido ao capitalismo, com ênfase nas preocupações com danos ambientais e desigualdades. O projeto Porto Sul é central para essa dinâmica, conectando regiões como o MATOPIBA¹³ a Ilhéus. Da mesma forma, Uruçuca e Serra Grande enfrentam desafios similares ao buscar um equilíbrio entre desenvolvimento, sustentabilidade e conservação.

A biodiversidade da Mata Atlântica é fundamental para a região, com sua fauna e flora ricas e endêmicas, essenciais para a saúde dos ecossistemas locais. O capítulo examina a complexa relação entre desenvolvimento, meio ambiente e preservação no litoral sul da Bahia. A região enfrenta desafios ao tentar conciliar o crescimento econômico com a necessidade de proteger a Mata Atlântica, que é vital para manter o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida das comunidades locais.

No **capítulo 5** examinamos a "obra de arte infraestruturas detonadoras do Antropoceno, com destaque para o Porto Sul, foco deste estudo. O empreendimento obteve licença ambiental e faz parte de um projeto maior para impulsionar a economia regional: o Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS), que está promovendo transformações socioeconômicas, ambientais e estruturais na região sul da Bahia.

O projeto estratégico de desenvolvimento econômico é uma parceria público-privada entre o governo do estado da Bahia e a empresa privada Bahia Mineração, liderada pelo grupo *Eurasian Resources Group* (ERG). Ele abrange a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a Mina Pedra de Ferro em Caetitê e o Porto Sul. A FIOL,

¹³ MATOPIBA é um acrônimo que denomina a região que se estende por territórios de quatro estados do Brasil, formado com as primeiras sílabas dos nomes dessas unidades federativas: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>.

com três trechos, busca transportar minério e grãos, enquanto o Porto Sul é um porto *off-shore*¹⁴ para diversas cargas.

A região enfrenta desafios e conflitos ambientais devido aos impactos das infraestruturas, mas promete desenvolvimento com sustentabilidade.

Com um investimento estimado em aproximadamente US\$ 2,3 bilhões, o projeto tem como objetivo a extração anual de cerca de 20 milhões de toneladas de minério de ferro (SANTOS, 2019). No entanto, a construção do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS) enfrenta desafios socioambientais significativos, como a captação de água do Rio Almada, no sul da Bahia, e a supressão de trechos da Mata Atlântica em áreas de proteção ambiental.

Essas ações geram resistência por parte das comunidades locais, que estão preocupadas com os impactos negativos dessas infraestruturas sobre o meio ambiente e seus modos de vida. A situação destaca a relação entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais e das culturas tradicionais da região.

Em um contexto marcado por violações de direitos, impactos ambientais e conflitos agrários que desafiam o discurso de desenvolvimento defendido pelo Estado, há uma resistência crescente à expansão desse tipo de capitalismo na região. Essa força engloba interesses locais diversos, desde a elite ligada ao turismo de *resorts* e hotéis até cooperativas de novos produtores de cacau e organizações ambientalistas.

No entanto, esses esforços de resistência têm tido dificuldades em conter o poder dos governantes e dos grandes capitalistas associados ao Complexo Logístico Intermodal Porto Sul. A influência dessas forças continua a moldar a dinâmica socioeconômica da região, muitas vezes em detrimento dos interesses das comunidades locais e da preservação ambiental.

Nesse contexto, o capítulo reflete sobre o conceito de "ruínas" do capitalismo, a resiliência da vida selvagem em meio à destruição e o papel da ecologia social na interação entre humanos e ambiente. Embasando-se na obra da antropóloga Anna Tsing e em seu estudo sobre como a vida se adapta e prospera em áreas impactadas pela intervenção humana, o texto ilustra essa ideia com exemplos como o cogumelo Matsutake, estabelecendo uma correlação com o fungo da vassoura de bruxa, também conhecido como santa vassoura.

¹⁴ *Off-Shore* é o nome comum dado às empresas e contas bancárias abertas em territórios onde há menor tributação para fins lícitos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_offshore .

Além disso, é mencionada a iniciativa "Feral Atlas," que explora a ecologia selvagem ao redor do mundo e destaca a complexa interação entre humanos e não humanos na era do Antropoceno. O capítulo enfatiza a importância de abordar questões socioambientais de maneira holística e sustentável, propondo uma visão mais abrangente da natureza.

Nos **capítulos** finais, **o sexto e o sétimo**, são apresentadas a metodologia, as experiências de campo e a inspiração da cartografia que orientaram este estudo. A pesquisa baseia-se em relações estabelecidas no território de pesquisa e dialoga com referenciais teóricos em conceitos como Fricção, Antropoceno Fragmentado e Ecologia Selvagem (TSING, 2005; 2019), além das obras Teoria Ator-Rede e Onde Aterrar? (LATOURE, 2005; 2019).

Além disso, os capítulos exploram conceitos como Desenvolvimento (ESCOBAR, 1995), Neoextrativismo e Decolonialismo (SVAMPA, 2019), para criar uma visão mais abrangente e crítica das relações entre sociedade, ambiente e transformações econômicas e culturais.

Essas perspectivas são contextualizadas pelos próprios autores citados e pela orientação de Marta¹⁵, que auxiliou na compreensão e aplicação dos conhecimentos necessários para criar uma narrativa que se conecta com as principais teorias contemporâneas e transdisciplinares.

A noção de composição transcende a negação ao incorporar experimentações e mediações que revelam as conexões entre ações sociais e motivações de sujeitos individuais ou coletivos, vinculando os conceitos discutidos anteriormente com a prática. Isso valoriza as interconexões e evita a homogeneização (TSING, 2000), destacando a complexidade de diversas perspectivas.

Nesse contexto, autores de destaque, como o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, Donna Haraway e Anna Tsing, buscam expandir suas pesquisas para englobar visões alternativas, incorporando culturas, perspectivas e espécies por meio de uma abordagem transdisciplinar que inclui humanos, transumanos e seres mais que humanos. Essa visão mais ampla reforça as interconexões entre as diferentes esferas da pesquisa e sublinha a importância de uma análise holística e abrangente dos desafios contemporâneos.

¹⁵ A orientadora Marta de Araújo Pinheiro estava trabalhando esses autores no Grupo de Pesquisa Mediatio (EICOS/UFRJ/CNPq), do qual faço parte.

A revisão bibliográfica concentrou-se em autores vinculados ao Complexo Logístico Intermodal Porto Sul, especialmente entre pesquisadores de instituições regionais como Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Ademais, adotando uma perspectiva que vai além do humano, teve-se acesso a um estudo de cartografia sonora conduzido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Biodiversidade da UESC, que teve como objetivo o aprofundamento da compreensão dos impactos da construção do Porto Sul na vida marinha, com ênfase nas baleias e na alteração de sua paisagem acústica¹⁶.

A pesquisa de Lorena Higuera (2020), desenvolvida na UFES, analisa a perspectiva geopolítica, enquanto as reflexões de Deborah Bronz (2016), antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense/UFF e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA/UFF, reunidas em seu livro "Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos", fundamentam esta investigação em múltiplos aspectos.

[...] Desde 2002, a partir de uma trajetória de duplo vínculo com uma pesquisa acadêmica e uma experiência de trabalho com empresas de consultoria ambiental, dedico-me ao estudo dos efeitos sociais da implantação de grandes empreendimentos industriais no Brasil. Trilhando os procedimentos administrativos de licenciamento ambiental, em seus contextos situacionais, procuro aceder ao conjunto de práticas que se vinculam à implantação destes empreendimentos [...] (BRONZ, 2014. p.221-242).

O duplo vínculo mencionado por Bronz refere-se à minha própria condição de trabalho como pesquisadora, que continuou até alguns meses após a qualificação. Essa situação reflete a complexidade de minha atuação profissional. Durante esse período, exerci a função de pesquisadora crítica do sistema de produção capitalista, que afeta a natureza e todas as formas de vida.

Ao mesmo tempo, atuei como consultora da indústria e especialista em processos de licenciamento ambiental e investimento social privado, lidando com o planejamento, implantação e monitoramento das ações socioambientais. Essa combinação de papéis gerou desafios no processo de pesquisa, pois precisava equilibrar uma perspectiva crítica com minhas responsabilidades profissionais na indústria.

¹⁶ O ruído proveniente de embarcações pode interferir nos sinais acústicos da fauna, perturbar a comunicação, prejudicar a reprodução e modificar o comportamento de exploração do ambiente, além de impactar a busca por presas e predadores. Consequentemente, o monitoramento desses animais assume importância crucial para avaliar os efeitos dos grandes empreendimentos sobre a vida das espécies marinhas.

A chegada do Porto Sul trouxe impactos significativos ao território, provocando conflitos e negociações. A "reexistência" da população local, composta por migrantes e habitantes originários, ganha destaque nesse cenário. Suas vozes são expressas por meio de cartas-denúncia e iniciativas de base, impulsionadas por uma forte identidade territorial.

No entanto, os empreendedores, incluindo o setor governamental e as empresas envolvidas, procuram operar sem perturbações locais ou entraves legais, evitando litígios com base em leis nacionais e internacionais, como será discutido mais adiante. Esse comportamento evidencia a tensão entre os interesses econômicos e a necessidade de respeitar os direitos e aspirações das comunidades afetadas.

O maior obstáculo à implementação do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul está relacionado à sociedade civil local, majoritariamente ambientalista, que busca a preservação da floresta e a promoção do ecodesenvolvimento. Esse grupo trabalha para conciliar o uso sustentável da Mata Atlântica com sua conservação.

Diante dessas perspectivas conflitantes, os empreendedores argumentam que é possível mitigar impactos adversos por meio de planejamento rigoroso, dados concretos, lições aprendidas e experiências locais. A dinâmica dessas forças é sutil e em constante movimento, moldando um cenário de transformações em curso. Isso reflete a complexidade do processo e a necessidade de encontrar soluções que atendam às necessidades de todas as partes envolvidas.

Nesse cenário dicotômico, surgem questionamentos que ultrapassam a mera análise dos fatos e demandam abordagens reflexivas e complexas com um enfoque socioambiental. As forças em ação são avaliadas à luz da indagação central de autores como Anna Tsing, Bruno Latour e Donna Haraway, que ecoa: como aterrar, permanecer com o problema e promover modos de viver nas ruínas? Ao considerar as ruínas do projeto capitalista, surge a questão sobre a nova paisagem que emergirá. É viável uma engenharia socioambiental capaz de gerir impactos adversos? Como moldar futuros possíveis, transcender o local e enfrentar problemas globais contemporâneos? São perguntas que perpassam os debates e exigem soluções inovadoras e integrativas para lidar com os desafios do presente e projetar um futuro sustentável.

Nesse contexto, as transformações em andamento nas etnopaisagens¹⁷ geram mudanças nas práticas, narrativas e *performances* de indivíduos e grupos com diversas afiliações, conduzindo a reconfigurações poéticas e políticas. Essas mudanças, resultantes de movimentos e identidades em transformação, influenciam o mundo social e provocam um processo de "emergência".

Este estudo examina, primeiramente, como os empreendedores e seus apoiadores incorporam esses elementos no planejamento da nova paisagem. Ao mesmo tempo, explora a perspectiva dos opositores, que buscam alternativas para o desenvolvimento econômico e social nas ruínas ou após superá-las, diante da chegada do empreendimento.

Dessa maneira, a pesquisa busca identificar elementos que possam esclarecer as controvérsias em questão e examina diferentes perspectivas sobre o projeto. Com isso, pretende contribuir para entender os desafios e as oportunidades relacionados às transformações socioambientais em curso.

No **Capítulo 7**, o grafo busca destacar a interconexão entre as ações dos atores na construção da realidade, considerando a configuração das infraestruturas do Antropoceno e o surgimento de ecologias selvagens. Para isso, utiliza-se as perspectivas teórico-metodológicas das Artes de Notar de Anna Tsing (2019) e da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (2005), contribuindo para uma abordagem interdisciplinar com visões sociais diversas e complexas.

Latour enfatiza a agência dos atores na construção da realidade, destacando a importância de mapear as redes de conexões entre eles. Por outro lado, Tsing explora as ecologias selvagens como consequência das transformações causadas pelas infraestruturas do Antropoceno.

Ao rastrear os atores nesse contexto e utilizar a "arte de notar" proposta por Tsing em conjunto com a teoria ator-rede de Latour, busca-se examinar paisagens transformadas e as fricções que podem levar a soluções inovadoras. Dessa forma, o estudo pretende compreender como essas interações e conexões moldam a realidade e podem gerar novas formas de relação, examinar paisagens alteradas e as fricções que podem levar a soluções inovadoras.

¹⁷ Arjun Appadurai, (2004, p.51) antropólogo indiano conhecido pelos seus trabalhos sobre modernidade e globalização, introduziu o termo "etnopaisagens" para se alinhar à sua premissa de que a contemporaneidade é marcada por deslocamentos constantes, incluindo turistas, migrantes, refugiados, exilados e trabalhadores convidados. Esse conceito enfatiza como tais movimentos moldam não apenas as paisagens físicas, mas também as culturais, questionando as noções tradicionais de pertencimento e territorialidade.

Por fim, no **Capítulo 8**, fazem uma síntese de toda a pesquisa e apresentam algumas novas possibilidades para futuros estudos.

2 O MUNDO DAS COISAS E A CRIAÇÃO DO ANTROPOCENO

Figura 2 – “Feral Atlas”



Fonte: LINGSCHEIT, E. *Cover the Earth*. “Feral Atlas”, 2016. ¹⁸

As paisagens¹⁹ estão intrinsecamente ligadas aos espaços naturais e aos resultados das práticas e percepções de diversas espécies que as compõem. Elas são produtos culturais, carregando consigo significados culturais, sociais e históricos. Essas paisagens são moldadas por interações humanas e não humanas ao longo do tempo. Ao explorarmos as paisagens nas cidades contemporâneas, nos deparamos, principalmente, com a presença de inúmeras criações humanas, que não se limitam a objetos leves, como artefatos e ferramentas, mas também englobam estruturas imponentes e substanciais.

Nas principais metrópoles do século XXI, como Nova Iorque, Paris, Xangai e São Paulo, entre outras, a paisagem é dominada por uma profusão de objetos, infraestruturas industriais e produtos manufaturados. Essa presença é, de fato, mais proeminente do que a das próprias formações naturais, como montanhas, rios e florestas.

Desde a grandiosidade dos edifícios até a fluidez dos carros e das estradas, bem como a majestade das pontes e a presença marcante dos navios nos portos, essas paisagens refletem a expressão da produção humana. Além disso, não podemos ignorar a presença cotidiana de elementos como roupas, brinquedos de plástico, computadores e celulares,

¹⁸ Para Emmy Lingscheit, em seu trabalho, *Cover the Earth*, as infraestruturas são projetos humanos com impactos sociais e na paisagem, não planejados e de grande escala. “Feral Atlas”, (feralatlans.org), *Stanford University Press*. Disponível em: <https://www.emmylingscheit.com/Cover-the-Earth>.

¹⁹ Nessa pesquisa estamos considerando o conceito de paisagem a partir de Anna Tsing (2015, 2019).

os quais são produtos crescentes da nossa produção e que servem, inclusive, como marcadores visíveis de modernidade, desenvolvimento e progresso.

De acordo com estudo²⁰ publicado na Revista *Nature*²¹, em 2020, a produção humana atingiu tal magnitude que a soma de seus produtos (massa antropogênica) ultrapassou, pela primeira vez na história, a coletiva massa dos organismos vivos (biomassa) no planeta (ELHACHAM, 2020). A quantidade de plástico presente no nosso planeta já equivale ao dobro da massa de todos os animais terrestres e aquáticos, por exemplo. E o estudo não levou em consideração nem mesmo a massa do lixo que foi descartado e se acumulou sobre a Terra. Esse lixo, que um dia fazia parte da natureza, agora integra a paisagem do nosso ambiente cotidiano.

A importância de vários elementos para sustentar a vida humana na Terra, como alimentos, medicamentos, vestuário para proteção e dispositivos para preservar vidas, é inquestionável. No entanto, é evidente que muitos outros produtos existem apenas para sustentar o lucro e a acumulação de capital, servindo como ferramentas do sistema econômico predominante.

Neste contexto, esses produtos são fabricados e transformados em mercadorias, impulsionados pela criação de desejos, venda, uso e descarte. Esse ciclo contínuo leva à expansão de infraestruturas como edifícios de cimento, plástico, ferro, petróleo e gasolina, entre outros recursos. Dentro dessa dinâmica, é fundamental questionar as reais necessidades do que foi chamado de "povo da mercadoria"²² em relação às consequências destrutivas infligidas às florestas e a outras formas de vida.

Todas as coisas possuem uma natureza intrínseca. Por trás das metrópoles, existe um mundo que foi sacrificado para a sua construção. Seja um carro preso no trânsito ou um navio ancorado no porto, eles carregam consigo vestígios de florestas, rios e mares. Uma paisagem inteira é modificada, ou até mesmo arruinada, para permitir sua existência

²⁰ Para Elhacham, Ben-Ur, Grozovski *et al.* A humanidade tornou-se uma força dominante na formação da face da Terra. Uma questão emergente é como a produção material global das atividades humanas se compara à biomassa natural global. A massa produzida pelo homem, referida como "massa antropogênica", pode ser comparada com a biomassa viva global na Terra. Recentemente a "massa antropogênica" duplicou aproximadamente em 20 anos e ultrapassará toda a biomassa viva global.

²¹ A revista *Nature and Conservation* (ISSN 2318-2881) é uma publicação científica internacional em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, que tem por objetivo promover discussões, disseminar ideias e divulgar resultados de pesquisas (com enfoques locais, nacionais e internacionais) relacionados à conservação da natureza, estudos sobre biodiversidade, educação ambiental e ecoturismo. *Elhacham, E., Ben-Ur, L., Grozovski, J. et al. Global human-made mass exceeds all living biomass. Nature 588, 442–444 (2020). <https://doi.org/10.1038/s41586-020-3010-5>.*

²² Para Jeferson Camarão Straatmann e Roberto Almeida, no artigo, O 'povo da mercadoria' precisa dizer sim a outras formas de existência, declara que: "O xamã yanomami Davi Kopenawa chama de 'povo da mercadoria' quem só enxerga na floresta insumos a serem extraídos a qualquer custo". Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15267_O+POVO+DA+MERCADORIA+PRECISA+DIZER+SIM+A+OUTRAS+FORMAS+DE+EXISTENCIA .

e funcionamento. O resultado é a alteração, ou mesmo a destruição, de paisagens inteiras. Essas novas paisagens urbanas, repletas de objetos, emergem de intervenções físicas no ambiente, afetando relevo, flora, fauna, mas também sistemas de conhecimento, práticas diárias, meios de subsistência e estórias locais que se conectaram a essas paisagens em transformação.

Essa mudança profunda é propulsionada por forças invisíveis que moldam, negociam e conferem significado às paisagens, convertendo-as em espaços carregados de simbolismo e práticas cotidianas. As vivências humanas no processo de construção das paisagens industriais e a compreensão dessa complexa relação entre natureza e cultura são exploradas nesta pesquisa, dada a urgência dos desafios psicossociais e ambientais que nossa sociedade e o planeta enfrentam.

A discussão da dicotomia entre natureza e cultura, assim como entre humano e não humano, ocupa um papel central na obra do sociólogo Latour (1994). Ele expõe que essa dualidade está intrinsecamente entrelaçada com a visão moderna do mundo, que estabeleceu uma divisão radical entre tais categorias, gerando implicações problemáticas.

Na perspectiva moderna, a natureza é percebida como uma entidade passiva e externa à esfera humana, ao passo que a cultura é atribuída à atividade humana e à construção social. Essa demarcação foi fundamental para o desenvolvimento da ciência moderna e da racionalidade científica, ambas visando controlar e dominar a natureza em prol do progresso humano. Além disso, essa divisão se manifesta na distinção entre o humano, reconhecido como agente, e o não humano, considerado objeto inerte.

Essa dicotomia moderna entre natureza e cultura, bem como entre humano e não humano, carrega consigo implicações profundas, incluindo a exploração desenfreada dos recursos naturais, a deterioração ambiental e a atual crise ecológica. Paralelamente, esse dual perpetua a subestimação e exploração das formas de vida não humanas em favor dos interesses humanos. Latour (2005) sustenta que essa divisão é uma ilusão perigosa, obstruindo o reconhecimento da interconexão e interdependência que permeiam todos os elementos do nosso mundo. Ele propõe um enfoque que transcende essas dicotomias, no qual a agência e a participação ativa dos não humanos na construção da realidade social e ambiental são reconhecidas.

A visão de mundo da Modernidade, originada na Europa nos séculos XV e XVI, expandiu-se durante as Grandes Navegações e, pode-se dizer, continua presente até hoje. O aumento das emissões de dióxido de carbono e metano na atmosfera no final do século XVIII e ao longo do século XIX está relacionado ao crescimento da produção industrial

após a invenção da máquina a vapor. Esse avanço tecnológico desencadeou a Revolução Industrial, transformando a economia global, acelerando a produção de mercadorias e tecnologias, além de modernizar os transportes.

No entanto, o rápido desenvolvimento econômico e a busca pela riqueza contrastam com a pobreza das populações e a desigualdade social. A primeira metade do século XX foi marcada por crises econômicas, como a Grande Depressão norte-americana, de 1929, que aumentaram o nacionalismo e o protecionismo, exacerbando crises internacionais e disputas comerciais. Essas tensões culminaram na eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, um conflito devastador que resultou em milhões de mortes e no uso de armas nucleares.

A partir dos anos 1950, com o surgimento de novas tecnologias como televisores, computadores, satélites, carros e aviões de alta velocidade, houve um avanço tecnológico acelerado. No entanto, esses progressos, embora tenham trazido diversos benefícios, também acarretaram consequências negativas significativas para o meio ambiente. Conforme apontado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)²³, essas ações humanas têm contribuído para uma crise global, que atualmente ameaça a existência da vida na Terra.

Cientistas da natureza alertam que as ações humanas durante o processo produtivo impactaram drasticamente o planeta. O desmatamento, a destruição de habitats, a extinção de espécies e a exploração intensiva de recursos fósseis e minerais desencadearam mudanças sem precedentes nos indicadores da Terra. Essas alterações excedem a variabilidade natural observada durante a era geológica do Holoceno²⁴.

Embora o planeta Terra tenha passado por mudanças climáticas graduais na era do Holoceno, incluindo variações de temperatura e níveis do mar, bem como eventos geológicos como terremotos e vulcões, os estudos apontam para uma situação mais crítica atualmente devido à atividade humana. O desmatamento, a poluição atmosférica, a exploração de recursos naturais e a introdução de espécies exóticas, entre outros impactos econômicos humanos, têm acelerado e intensificado o aquecimento global. Isso tem

²³ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, mais conhecido pelo acrônimo IPCC (da sua denominação em inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*) é uma organização científico-política criada em 1988 no âmbito das Nações Unidas (ONU) pela iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Relatório mudanças climáticas 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>.

²⁴Segundo a autora Salgado-Labouriau, o Holoceno é o período mais recente do Quaternário e abrange os últimos 11.700 anos de história de Terra. Do ponto de vista geológico, o Holoceno é muito pequeno, porém, é extremamente importante porque abrange as grandes civilizações, a história escrita e o intervalo de tempo em que o homem adquiriu a tecnologia para intervir no ambiente.

ultrapassado os limites planetários da "zona de operação segura"²⁵ e perturbado a integridade da biosfera, com graves consequências geológicas para a vida no planeta.

Como resultado, cientistas advogam que o planeta entrou em uma nova época geológica, pós-Holoceno – o Antropoceno. "Uma época em que a intervenção humana supera outras forças geológicas" (TSING, 2022, p.62).

Considerando esses e muitos outros impactos importantes e ainda crescentes das atividades humanas no solo e na atmosfera, e em todas as escalas, inclusive global, nos parece mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na ecologia, propondo o uso do termo "antropoceno" para a época geológica. Os impactos das atividades humanas atuais continuarão por longos períodos (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17).²⁶

Essas consequências evidenciam como a Modernidade, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, gerou consequências complexas e desafiadoras. É essencial repensar o modelo de progresso atual, considerando a necessidade de equilíbrio entre as demandas humanas e a preservação do meio ambiente e das outras formas de vida.

Por isso, o termo "Antropoceno" é ainda um conceito em disputa. Apesar da maioria dos cientistas concordarem que o Antropoceno começou como consequência do impacto das ações humanas sobre o meio ambiente global, outros buscam ainda os vestígios que comprovem que a influência humana realmente marca uma nova época geológica²⁷ no planeta. No entanto, alguns especialistas defendem a marcação temporal do seu início com a Revolução Industrial e o motor a vapor, no final do século XVIII, enquanto outros indicam a segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial e com o início dos testes de bomba de hidrogênio. Ambas as análises estão mais interessadas em marcar o tempo da nova época geológica a partir dos efeitos físicos e climáticos em si. Cientistas sugerem que o lago *Crawford*, no Canadá, seja considerado

²⁵ Para Scarano, embora o conceito de limites planetários também seja alvo de críticos, a ciência não tem dúvidas acerca do impacto humano sobre a Terra, seus efeitos sobre o clima e sobre sistemas socioecológicos vulneráveis.

²⁶ The "Anthropocene." Global Change Newsletter, 41. 17-18.

²⁷ O conceito de Antropoceno é complexo e gera debates entre cientistas de diversas áreas do conhecimento em todo o mundo. Essa discussão estimula a produção de conhecimento, levando os pesquisadores a analisarem, reinterpretarem e explorarem várias abordagens para entender a relação entre sociedade e natureza, que é o cerne desse debate e as revistas científicas, como *Science* e a *Nature*, possuem importante papel nessa discussão. Antropoceno: Época do Quaternário? Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/pedologia/2023/06/06/antropoceno-epoca-do-quaternario/>.

o ponto que marca o começo do Antropoceno, a época dos humanos, embora seja importante destacar que essa conclusão permanece questionável²⁸.

No entanto, há outras controvérsias sobre como situar e caracterizar essa nova era geológica, que é resultado da influência de um modelo específico de ação humana moldado pelo desenvolvimento econômico desde a Modernidade. Uma definição mais precisa do conceito do Antropoceno seria essencial para ilustrar as ações humanas que estão causando a degradação da Terra como resultado de um plano específico, incluindo a criação de infraestruturas imperiais e industriais que trazem novos desafios para todas as espécies do planeta. Entretanto, enquanto os cientistas discutem os processos que formalizam as causas, os efeitos e a comprovação dessas atividades humanas no planeta, o termo é amplamente utilizado.

A questão central envolve o fato de que, embora os impactos do Antropoceno sejam sentidos em escala global, sua manifestação varia para diferentes grupos. Como será analisado adiante, as transformações ambientais em curso tornam-se mais evidentes em locais específicos.

Os cientistas sociais Bruno Latour (1994), Anna Tsing (2019) e Donna Haraway (2015), sugerem que a atual época geológica do planeta possa ser denominada de Capitaloceno, Antropoceno Fragmentado ou Plantationceno. Esses termos visam promover uma análise espacial, em vez de temporal, dos processos sociais e naturais desiguais. Eles fornecem uma explicação mais clara sobre a influência do modelo econômico capitalista tanto na degradação ambiental quanto nas disparidades sociais.

Essa distinção entre humanos e não-humanos, ou mais que humanos, vem sendo contestada pelas Ciências Sociais como uma construção social utilizada para legitimar a estrutura das coisas. Essa perspectiva coloca os seres humanos como dominadores da natureza, desconsiderando a realidade de que todos os seres estão interligados. Tornou-se fundamental reconhecer e mapear as interconexões entre as diferentes espécies vivas do planeta.

²⁸ A nova era geológica proposta, chamada Antropoceno, é definida por vários marcadores amplamente difundidos em diferentes ambientes deposicionais. Os microplásticos são um desses marcadores e estão presentes em diversos locais da Terra, incluindo o corpo humano, devido a processos industriais e globalização. O Lago *Crawford* é destacado como um ponto de referência para compreender as mudanças no planeta causadas pela atividade humana, de acordo com uma equipe de pesquisadores internacionais do *Anthropocene Working Group*. <https://www.ige.unicamp.br/pedologia/2023/06/06/antropoceno-epoca-do-quadernario/>

Latour (2019) desafia as divisões convencionais, promovendo uma visão mais integrada e interconectada do mundo. O sociólogo sugere uma abordagem simétrica, integrativa e não dicotômica para entender as interações entre humanos e não humanos, bem como entre natureza e cultura. Ele destaca que as relações são essenciais para definir objetos e coisas, afirmando que, sem relação, nada existe. Para Latour, o aspecto social não está no objeto ou no sujeito, mas na relação – cada ser existe em si mesmo e em conexão com outros seres. Esses conceitos contribuem para uma compreensão mais profunda das complexas interações que caracterizam o mundo contemporâneo.

Tsing (2015) aponta que a fragmentação do ecossistema global é resultado do capitalismo global e do neoliberalismo, que exploram ao máximo os recursos naturais para obter lucro. Na busca pelo crescimento econômico e na exploração de recursos naturais, o capitalismo global gera zonas de ruínas ecológicas e sociais, onde populações marginalizadas e ecossistemas degradados coexistem em condições precárias e instáveis.

No entanto, talvez o pior problema do termo — sua referência inicial ao Homem — possa ser sua característica mais reveladora. Tomar o Homem como um poder sério, nem para ser descartado nem para ser inocentemente seguido, é exatamente o que precisamos para observar o “Antropoceno fragmentado”, isto é, o terreno único e desigual da Terra perseguido pelo homem (TSING, 2019, p.204).

A autora destaca a importância de entender as dinâmicas sociais, culturais e ambientais que surgem nesses espaços, essenciais para encontrar soluções viáveis e sustentáveis para o futuro do planeta. Para Tsing, o Antropoceno Fragmentado oferece a chance de reconhecer a interdependência entre formas de vida e promover uma ética de cooperação e cuidado com o meio ambiente.

Ela ressalta a necessidade de valorizar as histórias e perspectivas dos povos originários e comunidades locais, frequentemente mais afetados pelos impactos do Antropoceno Fragmentado, mas também portadores de conhecimentos e práticas tradicionais valiosas para a preservação ambiental. Tsing (2019, p.16) sugere que a antropologia deve perceber e descrever as "socialidades mais que humanas" para criar narrativas potentes sobre a vida contemporânea. Ela defende ainda que as ciências sociais devem se adaptar, incorporando elementos não humanos em suas análises e construindo narrativas baseadas em análises integradas de natureza e cultura.²⁹

²⁹ No projeto colaborativo “Feral Atlas”, Tsing reúne várias histórias de seres não humanos não domesticáveis que respondem às práticas humanas de maneiras diferentes daquelas pretendidas pelo design

Ao examinarmos as paisagens das *plantations* (grandes propriedades agrícolas especializadas em cultivos comerciais) e das infraestruturas industriais introduzidas no Brasil ao longo de sua história, desde a época colonial até os dias atuais, conseguimos compreender a fragmentação do Antropoceno.

Apesar de predominantes em nosso mundo atual, essas paisagens não são universais. Diversas paisagens consistem em entrelaçamentos multiespécies, como as florestas, por exemplo. No entanto, as *plantations*³⁰ são impulsionadas pela busca de expansão e proliferação (TSING, 2019, p. 206)³¹.

Por meio da observação da proliferação irregular das ecologias das *plantations*³² e industriais, torna-se evidente a fragmentação do Antropoceno. Isso significa que a influência humana sobre o meio ambiente está longe de ser uniforme e homogênea, e essas ecologias do Antropoceno são um exemplo de como essa influência se manifesta de maneira desigual e desequilibrada.

Por isso, existem pensadores que levantam dúvidas sobre a eficácia do prefixo *antropos*: seria mais apropriado identificar as ações tangíveis que desencadeiam as transformações. Definições como Capitaloceno (MOORE, 2017), já mencionado anteriormente que chamam atenção para a relação entre as mudanças climáticas e o desenvolvimento da economia capitalista disseminada por todo o planeta. E as consequências da produção e consumo desenfreado por matérias-primas transformadas em mercadorias. Plantationceno ou Chthuluceno (HARAWAY, 2016)³³ que remete não só à questão do capitalismo em si, mas às relações racistas, machistas e patriarcais que

humano, ou seja, os casos do *Aedes aegypti*, que surge nos navios negreiros, por exemplo, ou do cogumelo Matsutake, que se proliferam nas terras arrasadas, destaca a existência do reino do "feral" e da "vida feroz" que tira proveito da própria perturbação humana para criar suas próprias narrativas. Disponível em: <https://feralatl.org/>.

³⁰ “Plantation” – ou plantação, em português – consiste em um sistema agrícola a base da monocultura (produção de somente um produto) e que faz utilização da mão de obra escrava e de latifúndio nas atividades de exportação. Este sistema foi muito utilizado na exploração das Américas, devido ao solo fértil e adequado para muitos tipos de vegetais. Os tipos de plantas mais cultivadas eram as tropicais, já que sua maior vantagem era alta condição de adaptação ao solo e ao clima, além de necessitar de poucos investimentos e gastos. No sistema plantation o país apostava na monocultura como apoio para a economia, gerando a exportação da espécie vegetal para outros países e ocasionando na criação de latifúndios – as grandes propriedades agrícolas. Disponível em: <https://www.agro20.com.br/plantation/> Acesso em:

³¹ Segundo Tsing, o termo "proliferação" evoca a ideia de crescimento desenfreado, que pode ser comparado ao câncer e às armas nucleares, duas referências que ressaltam o caráter perigoso e descontrolado desse processo.

³² Para pensar o Antropoceno, a antropóloga Tsing sugere a imagem da *plantation* como objeto privilegiado, expandindo seu uso para além dos sistemas agrícolas. Em um sentido mais amplo, a *plantation* pode ser compreendida como “ecologias simplificadas projetadas para criar ativos para futuros investimentos” (2019, p. 226).

³³ Haraway, D. (2016). *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. New York: Duke University Press.

vão além das análises marxistas em si, e buscam referências em entidades tentaculares, espécies companheiras, na perspectiva da colaboração, "de convivência mútua, do colapso das fronteiras entre o humano e o não humano, o natural e o artificial" (aula de Marta Pinheiro, 2019).

Nesse cenário, é importante ressaltar a necessidade de compreender as complexidades e contradições presentes nas dinâmicas sociais e ecológicas das *plantations* e indústrias no contexto do Antropoceno.

3. A NATUREZA, O NAVIO E O DESENVOLVIMENTO

“Por que o capitalismo global é tão confuso? Quem fala pela Natureza? Que tipos de justiça social fazem sentido no século XXI ?”³⁴ (TSING, 2005, p.11).

A história do Brasil é caracterizada por uma extensa e complexa trajetória de colonização e projetos de desenvolvimento. E o cerne desse processo está no modelo de progresso e desenvolvimento, que busca uma vida melhor para todos, mas, muitas vezes, explora territórios por meio do poder, incluindo força militar, se necessário, ou persuasão, ao prometer que todos se beneficiarão do progresso, apesar desse progresso beneficiar apenas alguns.

Há mais de cinco séculos, o Brasil, especialmente o litoral sul da Bahia, passa por um processo de desenvolvimento, porém esse progresso ainda não se consolidou totalmente na região. Os europeus brancos chegaram em suas caravelas, no ano de 1500, exploraram riquezas naturais, conquistaram terras indígenas, escravizaram africanos e indígenas, impuseram a assimilação cultural, e estabeleceram territórios que foram fatores-chave para fortalecer suas reservas de metais e impulsionar economias em transição do sistema mercantilista colonial para o capitalismo moderno, focado no lucro e na industrialização.

A economia colonial se baseava no extrativismo, como a extração de madeira e ouro, e na agricultura em grande escala de culturas comerciais produzidas em sistemas de *plantations*. No Brasil, as *plantations* eram caracterizadas pela exploração intensiva da mão de obra, incluindo o uso de trabalho escravo durante o período colonial e trabalho assalariado precário, posteriormente. Para garantir seu sucesso, foram implantados programas com uso da força física e expropriação de terras, transformando a natureza em "recursos" humanos e naturais.

A cana-de-açúcar dominou o Nordeste³⁵ no século XVI, impulsionada pela demanda europeia por açúcar. No século XVIII, com o declínio do açúcar e a descoberta de ouro em Minas Gerais e Goiás, as *plantations* de café se expandiram para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Na Bahia, as *plantations* de cacau foram introduzidas no final do século XIX, especialmente em Ilhéus e Itabuna. Essas regiões se tornaram centros importantes na produção e exportação de cacau.

³⁴ Tradução livre.

³⁵ Especialmente na região que compreende atualmente os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Bahia.

As *plantations* nas colônias foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo moderno, impulsionando a escalabilidade e a alienação (TSING, 2019). Elas enriqueceram os capitalistas e governos europeus, reconfigurando o desenvolvimento e a modernização com a Revolução Industrial. Essa interação entre o escalável e o não escalável persiste até os dias atuais

O crescimento e a consolidação do sistema capitalista, impulsionados pelo *boom* econômico do pós-guerra na segunda metade do século XX, levaram à expansão da produção industrial. Esse aumento resultou em maior produção e consumo, impulsionados pelo uso intensivo de petróleo e eletricidade, como fontes energéticas, resultando em mudanças significativas nos recursos naturais e no Meio Ambiente.

Eventos como o *Dust Bowl* nos anos 1930 nos Estados Unidos, o *smog* de Londres em 1952 e a contaminação da baía de Minamata em 1956 no Japão, juntamente com outros desastres, alertaram o mundo para os riscos das atividades poluentes para o meio ambiente e a saúde humana. Isso incentivou os governantes a buscarem maneiras de controlar o impacto dessas atividades.

O Brasil tem uma história de busca por desenvolvimento e modernização, frequentemente centrada em grandes projetos industriais para atrair investimentos estrangeiros. Um exemplo emblemático é a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907 a 1912)³⁶ no início do século XX, incentivada pelo capital britânico, visava transportar borracha da Amazônia. Esta grande obra de engenharia ficou conhecida por sua história trágica e pelas perdas humanas durante sua construção.

O governo também estabeleceu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1952, para fomentar a industrialização e o desenvolvimento do setor produtivo brasileiro³⁷. Sob o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), a construção de Brasília se destacou como um dos projetos de infraestrutura mais emblemáticos da época. A cidade delineada para ser moderna e planejada³⁸ deixou como herança não apenas a obra em si, mas também impactos demográficos e desigualdades sociais consideráveis, junto a outras mazelas.

³⁶ Projetada para ligar Porto Velho, localizado às margens do rio Madeira, a Guajará-Mirim, situado próximo ao rio Mamoré.

³⁷ Atualmente o BNDES é uma das maiores agências de fomento do mundo, bastante complexa e que, assim como o Estado, "não é um bloco monolítico, mas um campo de batalha estratégico" como aponta Carla Hirt (2019).

³⁸ Com um *layout* ou desenho em forma de avião, composto por blocos setoriais e amplas avenidas.

A implementação do Plano de Metas do Desenvolvimento, visando impulsionar setores econômicos como energia, transporte, indústria automobilística e construção civil, promoveu a construção da Hidrelétrica de Sobradinho ³⁹ (1970-1979). Considerada um marco na história do Brasil em termos de desenvolvimento energético e engenharia civil, sua construção gerou impactos significativos. A inundação de vastas áreas de vegetação levou ao deslocamento de cerca de 72 mil ribeirinhos e à perda de biodiversidade, além de alterar o fluxo do Rio São Francisco. O reservatório de 4.214 km² teve impactos severos e irreversíveis na fauna e flora locais.

Esses exemplos ilustram como os projetos industriais adotados pelo governo brasileiro ao longo da história visaram promover o desenvolvimento econômico e social do país, mas também trouxeram desafios e consequências ambientais e sociais complexas.

O propósito central das grandes infraestruturas de base na economia é atender à crescente demanda por energia elétrica, recursos fósseis, metais e outros insumos naturais essenciais à matriz energética global e brasileira. No entanto, a geração de energia, apesar de vital para o estilo de vida das populações urbanas em todo o mundo, entra em conflito com a preservação ambiental, gerando impactos socioambientais significativos.

Ailton Krenak (2019) enfatiza que a mentalidade predatória de “comer mundo” está esgotando os recursos naturais de forma predatória e insustentável. Do mesmo modo, Davi Kopenawa (2015) utiliza a expressão “queda do céu” para descrever a devastação causada pela exploração desenfreada dos recursos naturais, destacando como isso desequilibra ecossistemas e ameaça comunidades indígenas e a biodiversidade global.

"Chegou a hora, em suma; temos a obrigação de levar *absolutamente* a sério o que dizem os índios pela voz de Davi Kopenawa - os índios e todos os demais povos "menores" do planeta, as minorias extranacionais que ainda resistem à total dissolução pelo liquidificador modernizante do Ocidente" (CASTRO, 2015, p.11).

Projetos de grande porte, conhecidos como projetos de grande capital, demandam altos investimentos e envolvem somas significativas de dinheiro e mão de obra. Quando implementados, causam transformações importantes nos territórios onde são construídos, estabelecendo diferentes níveis de colaboração entre governos e empresas.

Nesse âmbito, políticas estatais de meio ambiente visam atenuar impactos negativos da industrialização e estabelecer mecanismos de prevenção para questões

³⁹ Localizada no Rio São Francisco, na divisa entre os estados da Bahia e Pernambuco.

sociais e ambientais. Essas ações buscam equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção das comunidades e ecossistemas locais.

No entanto, a sustentabilidade desses empreendimentos é questionada. O termo sustentabilidade, oriundo da ecologia e da biologia, descreve a capacidade de ecossistemas ou espécies persistirem sem se esgotarem ou causarem danos ao meio ambiente e a vida. No cenário do desenvolvimento, denota um modelo econômico que reconhece a interdependência entre seres humanos e ambiente natural. O conceito de desenvolvimento sustentável emergiu como resposta aos danos de modelos anteriores focados apenas em crescimento econômico, negligenciando limites ecológicos.

O termo "desenvolvimento sustentável" surgiu com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, liderada pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. O documento, conhecido como Relatório Brundtland ou "Nosso Futuro Comum" (Our Common Future), foi publicado em 1987 como resposta à crescente preocupação com questões ambientais e sociais e à necessidade de conciliá-las com o desenvolvimento econômico.

O relatório propôs que desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. O documento argumenta que crescimento econômico e proteção ambiental são interdependentes e devem ser abordados de forma integrada.

O impacto do Relatório Brundtland foi significativo nas políticas ambientais e de desenvolvimento, contribuindo para a popularização do termo "desenvolvimento sustentável."

A partir desse ponto, o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou ampla aceitação global como um modelo para o desenvolvimento econômico que considera aspectos ambientais e sociais. O relatório identificou a desigualdade no desenvolvimento mundial, atribuindo-a à pobreza nos países do terceiro mundo e ao excesso de consumo nos países do primeiro mundo, resultando em crises ambientais graves.

O documento abordou também questões emergentes como o aquecimento global, chuvas ácidas e destruição da camada de ozônio, influenciando a convocação para uma nova conferência internacional pela Assembleia Geral das Nações Unidas para avaliar os consideráveis impactos ambientais ocorridos nos anos anteriores, tais como a perda de biodiversidade e a ocorrência de desastres ecológicos ligados a responsabilidades industriais.

Seu legado é visto em acordos e convenções internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que buscam abordar os desafios interconectados do desenvolvimento e da sustentabilidade. Essa repercussão mundial levou à formação do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC) em 1988, uma colaboração entre a ONU Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM), tornando-se uma fonte vital, inovadora e atualizada de informações científicas sobre mudanças climáticas.⁴⁰

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou Cúpula da Terra, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro. A conferência foi realizada quinhentos anos após a chegada dos colonizadores às Américas e reuniu líderes de mais de 100 nações para discutir o desenvolvimento sustentável.

Um dos resultados mais importantes do encontro foi a criação da Agenda 21, um programa de ação conjunta que visa impulsionar o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. A Agenda 21 estabeleceu diretrizes e objetivos para promover práticas mais sustentáveis em diversas áreas, incluindo meio ambiente, economia e sociedade.

Além disso, a conferência deu origem à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), um tratado internacional que estabeleceu um quadro geral para a cooperação global no enfrentamento das mudanças climáticas. A UNFCCC organiza anualmente as Conferências das Partes (COPs), onde representantes de diversos países discutem e tomam decisões sobre medidas climáticas globais. Por meio das COPs, foram estabelecidos marcos importantes na luta contra as mudanças climáticas, como o Protocolo de Kyoto em 1997 e o Acordo de Paris em 2015. Esses acordos têm um papel significativo na busca por soluções para as questões climáticas globais.

Esses acordos e protocolos definem metas de redução de emissões para nações industrializadas, utilizando os níveis de emissões como referência. Eles também estabelecem mecanismos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Mecanismo de Preços do Carbono para ajudar as nações a cumprirem suas metas de redução de emissões.

⁴⁰ “Nas últimas quatro a seis décadas, é certo de que o oceano global aqueceu, com a influência humana sendo o principal motor desde 1970, tornando a mudança climática irreversível ao longo dos séculos a milênios.” Tradução livre. IPCC. Mudanças Climáticas 2021. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg1/IPCC_AR6_WGI_FullReport.pdf

Embora esses acordos ainda não tenham alcançado todos os seus objetivos, eles têm sido fundamentais para criar modelos e definir metas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). No entanto, a ciência indica que, mesmo com o cumprimento de todos os compromissos nacionais, a temperatura média global provavelmente aumentará entre 2,6°C e 3,1°C até 2100 em comparação com os níveis pré-industriais.

No século XXI, a sustentabilidade tornou-se um princípio orientador para avaliar a viabilidade de projetos e empreendimentos, considerando aspectos econômicos, impactos ambientais e sociais a longo prazo. Enquanto alguns possam considerar o apocalipse como ficção científica⁴¹, as crescentes preocupações e especulações sobre as mudanças climáticas e outros problemas ambientais globais têm suscitado reflexões sobre a possibilidade de que o que era considerado ficção no passado se torne realidade no futuro. O aquecimento global, a perda de habitats, a extinção de espécies e a poluição dos oceanos têm alarmado cientistas e cidadãos, mesmo diante do negacionismo de alguns.

Como chegamos a essa situação crítica e de que forma os projetos de desenvolvimento no nordeste do Brasil estão ligados a essa realidade?

3.1 O DESENVOLVIMENTO PODE CUMPRIR O SEU PROMETIDO DE SER SUSTENTÁVEL?

Ao mesmo tempo, a apreensão das crises ambientais tende a se basear também em noções totalizantes, como a do clima, que se constituem em operadores da globalização das relações entre sociedades e ambientes. Essas noções exigem formas específicas de conhecimento, perícia e cálculo, que por si só seriam capazes de reconstruir um desastre que é global e sistêmico. E isso permite mostrar como o capitalismo se fabrica e se transforma segundo especificidades locais, e ele tem falhas, ou fricções que criam os novos encontros e lutas, onde alguns enganam uma universalidade, através do uso de conceitos universais, para seus “projetos de globalismo” particulares (TSING, A. L. p. 327- 360. 2000).

Esta pesquisa acontece em um local onde conceitos globais como desenvolvimento e sustentabilidade influenciam as relações sociais, as narrativas e as conexões locais. No entanto, ela poderia ser realizada em muitos outros locais, como uma ilha na Indonésia, uma floresta no Congo ou qualquer área rica em recursos naturais presentes em "certas economias subdesenvolvidas" (SVAMPA, 2019). Nessas situações,

⁴¹ “Melancolia” (2001); “Uma Odisseia” (1968); *Star Wars* (1977); *Armageddon* e *Impacto Profundo* (1998); *Interestelar* (2014); e a série *Foundation* (2021), baseada na trilogia “Fundação” livro de ficção científica Isaac Asimov, “conta a história de um grupo de exilados que descobre que a única forma de salvar o Império Galáctico da destruição é desafiá-lo”. Apple TV, set. 2021.

a exploração dos recursos muitas vezes é direcionada para portos de grandes centros econômicos de países desenvolvidos, como Bélgica, Inglaterra, EUA, China ou Austrália.

No entanto, o que ocorre na região sul do nordeste brasileiro possui suas próprias particularidades. Novos encontros surgem a partir de conexões globais impulsionadas pelas forças capitalísticas. À medida que navios atracam no novo porto em construção, diferentes águas se misturam, gerando novas culturas humanas e mais que humanas. Esses encontros são complexos, abrangendo diversos grupos transculturais, existenciais e sendo influenciados pelas forças de globalização.

Como explica a antropóloga Anna Tsing (2005), essas forças “são continuamente coproduzidas nas interações que chama de “fricção” ou atritos, as qualidades estranhas, desiguais, instáveis e criativas da interconexão através da diferença, produzidas em conexões globais, embora de modo sempre instável, em que nem todos compartilham os mesmos significados”.

Nesse cenário, a pesquisa aborda a exploração da Natureza pelas forças capitalistas, envolvendo governos, mercados financeiros e a indústria globalizada. O foco da exploração é a exportação da *commodity* minério de ferro e grãos em escala global. Apesar de gerar empregos locais e benefícios econômicos, como seguridade social e crescimento do PIB, essa abordagem também apresenta desvantagens. O transporte marítimo em larga escala, além de causar impactos locais, contribui para a emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, intensificando um problema ambiental: o aquecimento do planeta e as mudanças climáticas. Essa dinâmica cria um quadro instável e de interdependência, com efeitos que transcendem as fronteiras locais e refletem a realidade global.

Atualmente, o Brasil lidera a economia da América Latina e está entre as oito maiores economias globais, com um robusto Produto Interno Bruto (PIB). O país se destaca pelo vasto mercado consumidor e pela posição estratégica na exportação de insumos para a produção de alimentos, energia e bens industriais. No entanto, apesar dessas conquistas, o Brasil ainda enfrenta desafios substanciais, incluindo desigualdades persistentes em renda, educação, saúde e infraestrutura, mantendo sua classificação como "subdesenvolvido" no cenário global. Quais são, então, os grandes obstáculos que impedem o alcance pleno de um desenvolvimento integral⁴²? E por que, então, esses

⁴² Importante destacar, que a economia não é matéria desta pesquisa e sim, os efeitos dos projetos capitalistas sobre as relações sociais e vice-versa.

ambiciosos empreendimentos são considerados como os paradigmas de desenvolvimento, mesmo quando são alvos de críticas? E, em última análise, como podemos realmente definir o conceito intrincado de desenvolvimento?

O conceito de desenvolvimento, conforme proposto por Arturo Escobar em 1995, oferece uma perspectiva crítica que questiona os modelos tradicionais e convencionais de desenvolvimento. A abordagem alternativa proposta por Escobar desafia as ideias estabelecidas, procurando uma visão mais inclusiva e diversificada sobre o progresso. O antropólogo colombiano é conhecido por criticar as abordagens baseadas em modelos ocidentais de modernização e industrialização, argumentando que essas visões restritas geram problemas socioambientais e desigualdades significativas.

Para Escobar, o desenvolvimento tradicional é uma construção ideológica que força uma noção específica de progresso, centrada no crescimento econômico e no lucro. Isso frequentemente ocorre em detrimento de outros conhecimentos e estilos de vida, destacando a necessidade urgente de redefinir o conceito de desenvolvimento de uma maneira mais abrangente e equitativa.

Uma das principais contribuições de Arturo Escobar é a noção de "paisagens de conhecimento" ou "ecologias de saberes". Ele defende que diferentes culturas e comunidades possuem sistemas de conhecimento e práticas que são intrinsecamente valiosas e que devem ser considerados no planejamento e implementação do desenvolvimento. Essa abordagem valoriza os conhecimentos tradicionais, práticas locais e formas de vida sustentáveis, evitando impor soluções universalizadas.

Escobar também critica a visão dualista do desenvolvimento, que divide o mundo entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, ricos e pobres. O antropólogo argumenta que essa divisão simplista ignora as complexidades e diversidades das realidades locais. Em vez disso, ele propõe uma abordagem pluralista e relacional, buscando compreender as múltiplas formas de conhecimento e práticas sociais, reconhecendo que o desenvolvimento vai além de indicadores econômicos, como o PIB.

O conceito de desenvolvimento proposto por Escobar também coloca uma forte ênfase na justiça social e ambiental. O antropólogo argumenta que o desenvolvimento rotulado como sustentável deve incorporar tanto as dimensões sociais quanto as ambientais, promovendo a equidade, a participação democrática e a conservação dos recursos naturais. Além disso, Escobar sustenta que o bem-estar humano deve estar intrinsecamente ligado à sustentabilidade e à preservação do meio ambiente. Dessa forma,

ele propõe uma abordagem de desenvolvimento mais holística e consciente, que busca harmonizar o progresso com o respeito à natureza e à justiça social.

O conceito de desenvolvimento de Escobar, com seu foco na justiça social e ambiental, pode ser conectado ao cenário brasileiro, onde racismo, colonialismo e escravidão contribuíram para um quadro de destruição ambiental, conforme discutido por Ferdinand (2022). A abordagem da "ecologia decolonial", proposta por Malcolm Ferdinand, surge como uma referência contemporânea para analisar as interações entre ecologia, racismo e vulnerabilidades socioambientais. Ferdinand, em sua obra "Uma Ecologia Decolonial" (2022), oferece uma visão crítica do "habitar colonial do mundo" moldado pelo domínio do homem branco, que sujeita certas populações a condições de vida precárias, enquanto privilegia outras.

Para alterar a presente realidade, é imperativo adotar uma abordagem decolonial que visa superar desigualdades, fomentar o bem-estar da população e priorizar o desenvolvimento local, a preservação do Meio Ambiente e o respeito às culturas dos povos originários. As lutas anticoloniais e antirracistas emergem como elementos centrais na compreensão da crise ecológica contemporânea.

É essencial conhecer e reconhecer as experiências e perspectivas das comunidades indígenas e negras na busca por soluções sustentáveis de forma inclusiva e justa. A ecologia decolonial oferece uma redefinição inovadora para a relação entre a humanidade e a natureza, desconstruindo narrativas hegemônicas e promovendo uma transformação social e ambiental mais equitativa.

A interconexão entre território, navio e desenvolvimento evidencia a ligação intrínseca entre a exploração humana da natureza. Esta análise conduz a reflexões essenciais sobre as implicações socioambientais da ecologia decolonial e a necessidade urgente de repensar modelos tradicionais de desenvolvimento, buscando uma relação mais equilibrada na Natureza. Valorizar a sabedoria das comunidades indígenas e povos originários é essencial, pois essas comunidades destacam a importância de proteger os ecossistemas, respeitar os direitos da natureza e adotar práticas sustentáveis que reconheçam as interligações entre seres humanos e o ambiente. Esta abordagem é fundamental para uma mudança significativa na forma como nos relacionamos com o mundo natural.

4 O TERRITÓRIO EM DESENVOLVIMENTO

Uma das justificativas mais comuns para a ocupação de territórios por projetos de grande impacto é a promessa de benefícios para um lugar considerado precário. Mas o que realmente define um território ou lugar? Como se constrói a noção de precariedade ou não precariedade que pode tanto legitimar quanto contestar a presença desses empreendimentos em nome do desenvolvimento?

Os ventos do capitalismo moderno-colonial sopram fortes e em breve alcançam a costa, anunciando a construção do Porto Sul, um dos empreendimentos da estratégia governamental de desenvolvimento econômico ancorada em uma ocupação territorial que busca novas terras e demarca as fronteiras do neoextrativismo⁴³ na América Latina. Conforme a socióloga e pesquisadora argentina Maristella Svampa, esse modelo de ocupação "leva à consolidação de um padrão primário-exportador dependente", expondo as fragilidades da governança democrática, a devastação ecológica e a violação dos direitos humanos (SVAMPA, 2019, p.129).

Não por acaso, diante do progressismo reinante, o extrativismo voltou a instalar fortemente a ilusão desenvolvimentista, traduzida na ideia de que, graças às oportunidades oferecidas pelo novo auge das *commodities* e, mais ainda, pelo papel ativo do Estado, seria possível alcançar o desenvolvimento. E rupturas porque a nova fase de acumulação do capital, caracterizada por uma intensa pressão sobre bens naturais e territórios, e mais ainda pela expansão vertiginosa da fronteira das *commodities*, abriu caminho para novas disputas políticas, sociais e ecológicas, para resistências sociais impensáveis para o imaginário desenvolvimentista dominante — novas brechas de ação coletiva que questionaram a ilusão desenvolvimentista ao mesmo tempo que denunciaram a consolidação de um modelo de tendência à monocultura, que acaba com a biodiversidade e implica a grilagem de terras e a destruição de territórios. (SVAMPA, 2019, p. 21).

Para entender plenamente o território em que o Porto Sul pretende operar é essencial adotar uma visão mais ampla que conecta o litoral sul ao Tocantins, passando pelo alto sertão e o oeste da Bahia, traçando a rota da exploração do minério de ferro e do agronegócio que se expande em uma nova fronteira da agricultura capitalista no Brasil.

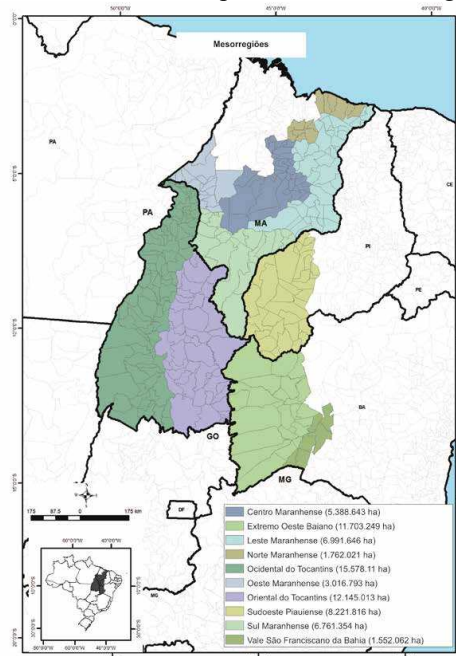
Assim, o empreendimento no litoral, embora possa apresentar novas figuras, é guiado por padrões de "forças capitalistas" (TSING, 2005) enraizados na exploração extrativista e na domesticação da natureza. Essa abordagem, que persiste há décadas, atravessou diferentes governos, tanto de esquerda quanto de direita, mantendo uma

⁴³"No período entre 2015 e 2019, estavam previstos 73 projetos da ordem dos R\$117 milhões." Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/matopiba-na-fronteira-entre-a-vida-e-o-capital.

estrutura consistente que parece desconsiderar a diversidade e a interconexão das vidas nos territórios. A dinâmica, antes observada nas *plantations* que domesticavam as culturas agrícolas, agora se manifesta em modelagens tecnológicas e fluidas do século XXI, mas ainda controlando o fluxo de *commodities* do Cerrado brasileiro para mercados internacionais e globais.

A produção em alta atualmente é a de soja, milho e algodão, situada na porção setentrional do Cerrado brasileiro, em uma região geoeconômica conhecida como MATOPIBA⁴⁴, que abarca quatro estados do Brasil e 337 municípios, se estende por 73 milhões de hectares e atravessa diversos territórios ocupados por populações tradicionais e camponesas.

Figura 3 – Distribuição espacial dos 337 municípios das dez mesorregiões do MATOPIBA



Fonte: **Revista de Política Agrícola**, ano XXV, n. 4 p.41. Out./Nov./Dez. 2016.

Delimitada como região geoeconômica pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a

⁴⁴ O acrônimo MATOPIBA designa uma região geográfica que recobre alguns municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A presença de áreas planas, condições edafoclimáticas adequadas para cultivos de grãos, proximidade de terminais portuários, terras comparativamente de baixo valor comercial, possibilidade de escoamento da produção por meio de outros modais de transporte - alternativos ou complementares ao modal rodoviário - e perspectiva de diminuição de custos de produção em função de melhorias de capacidade logística a serem implantadas nos portos do Arco Norte tornam a região promissora e atrativa do ponto de vista do agronegócio. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156581/1/CNPASA-2017-fa16.pdf>

região MATOPIBA foi oficialmente estabelecida pelo Decreto 8.447⁴⁵ em 6 de maio de 2015, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff⁴⁶. A iniciativa, em parceria com a então Ministra de Agricultura e Pecuária, Katia Abreu, levou à criação de um Plano de Desenvolvimento Agropecuário, um Comitê Gestor e uma Agência de Desenvolvimento⁴⁷, todos estruturados para promover a região. De acordo com o Decreto, o Plano apresenta como objetivo principal:

"Promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população" (DECRETO 8447).

Figura 4 – Design do Antropoceno: MATOPIBA



Fonte: Foto/ Divulgação / DINO. Disponível em:

<https://p2.trrsf.com/image/fget/cf/774/0/images.terra.com/2021/03/24/203050195-1eb9424b-6fa1-4928-8d07-d73efb4f61b2.jpeg>

Assim como ocorre no litoral sul da Bahia, os empreendimentos no MATOPIBA representam um arranjo estratégico que vai além de fronteiras políticas e transcende os

⁴⁵ BRASIL. Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015, Art. 1º. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA - PDA-MATOPIBA, que tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8447&ano=2015&ato=4ebMTV610dZpWT903>.

⁴⁶ Em 7 de maio, quando tanto a Câmara dos Deputados quanto a comissão especial do Senado já haviam votado pela abertura do processo que afastaria a ex-presidente do cargo, Dilma e Kátia Abreu anunciaram, em Palmas, a criação da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA.

⁴⁷ BRASIL. Projeto de Lei Complementar 279/16, de 10 de Maio de 2016. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA. Brasília: Senado, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457485&filename=PLP%20279/2016.

limites temporais dos mandatos governamentais. Essas iniciativas se inserem em regiões com rica biodiversidade natural e cultural, habitadas por populações que historicamente enfrentaram empobrecimento devido à escassez de investimentos públicos significativos. Nessas localidades, a narrativa de geração de empregos é muitas vezes associada ao conceito de desenvolvimento, gerando expectativas otimistas entre a população local quanto às promessas de progresso socioeconômico trazidas por esses empreendimentos.

Na ocasião do lançamento da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA em maio de 2015, o Ministério divulgou que a agência seria encarregada de desenvolver um Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico para acelerar o progresso da região. O plano previa investimentos substanciais, variando entre R\$29 bilhões e R\$66 bilhões até 2035, com o propósito de fomentar o crescimento econômico e melhorar a infraestrutura local. As aplicações planejadas englobariam diversos setores, tais como agricultura, indústria e logística, visando a ampliação das oportunidades e a dinamização da economia da região. Os investimentos abrangeriam diversos setores, incluindo agricultura, indústria e logística.

O Plano Diretor para Desenvolvimento do MATOPIBA aponta que as condições naturais favoráveis, com disponibilidade de terras para conversão, relevo pouco acidentado e disponibilidade de água, somadas às vantagens logísticas (proximidade aos portos de Itaqui e Salvador, Ferrovia Norte-Sul e Hidrovia Tocantins) que têm catalisado o desenvolvimento do agronegócio no MATOPIBA⁴⁸ (MAPA, 2015).

O que estava acontecendo no cenário global para despertar o interesse e a atenção dos investidores estrangeiros nas regiões do Cerrado e da Mata Atlântica brasileira? Segundo pesquisadores citados por Maíra Mathias, a crise econômica mundial de 2008 impulsionou o capital a explorar novos territórios. Em detalhe, a crise mundial agitou o capital internacional, direcionando-o para novos horizontes, como comenta Mathias,

a recomendação do Banco Mundial foi vir para o Brasil nesse contexto. Em um relatório de 2007, a instituição destacou que o país combinava uma alta disponibilidade de terras e água, o que atraiu a atenção dos investidores. Esse cenário impulsionou o interesse de empresas estrangeiras em buscar oportunidades de investimento e exploração na região do cerrado brasileiro (MATHIAS, 2017, p.4).

⁴⁸ A presidente Dilma Rousseff e a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Kátia Abreu, anunciaram no dia 7 de maio de 2015, em Palmas (TO), a proposta de criação da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA, que reúne os setores público e privado, além da sociedade civil. O objetivo seria de articular projetos e iniciativas que fortalecessem a região formada pelos Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/dilma-e-katia-abreu-anunciam-criacao-da-agencia-de-desenvolvimento-do-matopiba>

No passado, as terras eram dominadas pelos chamados coronéis, figuras amplamente conhecidas que inspiravam tanto admiração quanto ressentimento. Hoje, porém, os proprietários das fazendas são investidores estrangeiros, fundos de pensão e entidades com origem de capital nebulosa, muitas vezes localizadas longe do território que controlam. Essa transformação do cenário pode intensificar ainda mais as tensões locais, com possíveis consequências graves.

“Os donos da terra não têm nenhuma relação com ela, a gente nem sabe quem são. A *joint venture* não tem rosto, o fundo de pensão não tem rosto. Antes eram os latifundiários brasileiros, agora são também os latifundiários estrangeiros. E quem tinha que acessar a terra no Brasil nunca acessou. Do ponto de vista da luta, chegar nos latifundiários estrangeiros vai ser impossível. Eles são intocáveis. Os conflitos tendem a se acirrar”⁴⁹ (EGEER, 2017)

A dinâmica atual reflete padrões de exploração que remontam a séculos passados, destacando a maneira como o capitalismo responde a crises através da expansão territorial em busca de novas fronteiras agrícolas, de mineração e energéticas. Hoje, vivenciamos uma corrida global por terras, onde indivíduos, empresas e governos competem para estender seu domínio a novas regiões.

Essa expansão muitas vezes desencadeia processos injustos e violentos de apropriação de recursos naturais, terras e territórios, com impactos negativos sobre ecossistemas, comunidades locais e grupos vulneráveis. Na maioria dos casos, essa expansão não traz compensações justas, levantando preocupações sobre a sustentabilidade dessa abordagem ao longo do tempo.

4.1 SUL DA BAHIA

Na região da Bahia onde o novo porto será instalado, a pesca, agricultura, turismo, os corpos livres, as paisagens naturais da mata e do oceano – uma vez territórios dos coronéis do cacau (AMADO, 1987) – agora se entrelaçam em uma complexa rede de corporações transnacionais e suas subsidiárias.

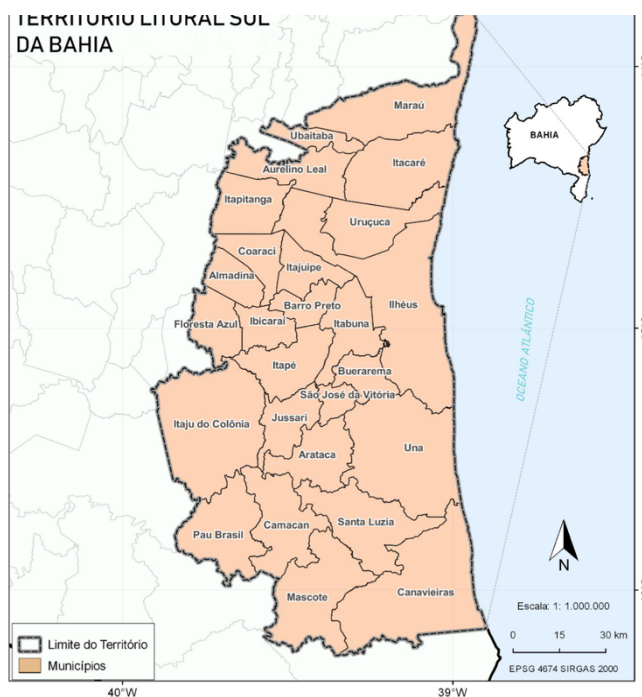
A retórica do desenvolvimento, progresso e modernidade justifica esse cenário, prometendo empregos enquanto marginaliza modelos de vida tradicionais, como os dos pescadores artesanais, catadores de caranguejos, agricultores familiares e donos de

⁴⁹Segundo a geógrafa Daniela Egger, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), institucionalizar o MATOPIBA foi a grande resposta do Estado brasileiro ao capital. É quando o Estado reconhece que esse negócio está acontecendo e diz que também quer participar. Com MATOPIBA, o Brasil mais uma vez garantiu: ‘estamos abertos; temos água, temos terra e temos leis favoráveis’.

pousadas ecológicas à beira-mar. Do ponto de vista dos empreendedores do Porto Sul, essas tradições são vistas como vestígios do passado, associadas ao atraso. Essa narrativa é defendida em nome de um suposto novo capítulo de progresso prestes a se estabelecer no litoral sul baiano.

Segundo a definição encontrada no documento Atlas Socioeconômico Litoral Sul da Bahia (Santos, 2019), o Litoral Sul é um dos 27 territórios de Identidade da Bahia, de acordo com a divisão político-administrativa do Estado (SEI, Versão - 30 de junho de 2015). Situado entre a Costa do Descobrimento e o Baixo Sul, o Litoral Sul abrange uma área de 14.664,7 km² e é composto por 26 municípios, tendo a maior população entre os territórios, com aproximadamente 730 mil habitantes. Essa região se destaca não apenas por sua beleza natural singular, mas também por seu passado de desenvolvimento socioespacial intimamente relacionado à expansão da economia cacauceira. O conceito de Território se baseia em um recorte espacial que considera a proposta de regionalização do Plano Territorial da Cidadania (PTC), adaptando-o às particularidades locais.

Figura 5 – Território Litoral Sul da Bahia



Fonte: Atlas Socioeconômico Território Litoral Sul da Bahia. Santos, 2019.

O Território de Identidade Sul da Bahia foi estabelecido no contexto do Programa Territórios da Cidadania (PTC), lançado em 2008 durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo primordial desse programa era promover o desenvolvimento econômico em áreas de extrema pobreza no Brasil, com foco especial nas zonas rurais.

Com um aporte financeiro planejado de R\$11,2 bilhões, o programa unificava esforços de diversos ministérios, governos estaduais e municipais, bem como bancos estatais, visando a fortalecer as relações intergovernamentais nas regiões mais carentes do país. Essa abordagem buscava otimizar a atuação do poder público, integrando investimentos públicos em programas essenciais para alcançar escala e universalizar a cidadania.

Especial atenção era dada às famílias que dependiam da agricultura familiar, pesca, comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária, quilombolas e indígenas. Os eixos de ação do programa incluíam o suporte às atividades produtivas, a promoção da cidadania e acesso a direitos, além do aprimoramento da infraestrutura local.

O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.⁵⁰

O Plano Territorial da Cidadania (PTC), embora encerrado em 2011 durante o segundo mandato de Lula, deixou um legado duradouro ao adotar uma abordagem territorial inovadora para o desenvolvimento. O plano trouxe um olhar abrangente que envolveu a integração entre programas, sociedade civil e entidades federativas. Destacou-se por coordenar ações setoriais de maneira integrada e reconhecer a importância da participação ativa da sociedade civil em sua implementação.

A gestão do PTC foi conduzida por uma Coordenação Executiva composta pela Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Essa coordenação foi criada para enfrentar a complexidade da gestão territorial e garantir que as políticas fossem harmonizadas com as demandas das regiões envolvidas. Dessa forma, o PTC buscou promover um desenvolvimento mais inclusivo e coeso em todo o país.

⁵⁰ O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. Portal da Cidadania. Territórios da Cidadania. Brasil, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>.

Apesar das inovações trazidas pelas políticas públicas nas experiências territoriais, a falta de continuidade dessas iniciativas dificulta a integração da coesão territorial nas estruturas governamentais. Anos após a conclusão do Programa, o Litoral Sul da Bahia enfrenta uma abordagem fragmentada de desenvolvimento territorial, logístico e minerário. Essa situação impacta especialmente as populações vulneráveis da região, sem sinais de que os governos tenham conseguido formular uma proposta abrangente para integrar investimentos públicos e privados. Além disso, as condições para estabelecer acordos territoriais que promovam um desenvolvimento inclusivo para todos os setores da sociedade, tanto urbana quanto rural, ainda não foram concretizadas⁵¹.

A despeito da crescente urbanização, o meio rural ainda desempenha um papel determinante na vida cotidiana da população. O território abriga 14.610 agricultores familiares, 2.564 famílias assentadas, 2.743 pescadores e marisqueiras, 14 comunidades quilombolas e duas etnias indígenas (Tupinambá de Olivença e Pataxó Hã-Hã-Hãe). A agricultura tradicional, especialmente a cultura cacaueteira (Ipea, 2016) desempenha um papel significativo, representando mais de 70% da produção agrícola regional e contribuindo para a identidade cultural e o turismo local. Embora a economia baseada na monocultura cacaueteira tenha enfrentado desafios no final do século XX, o cacau permanece como um potencial econômico e social relevante na região.

Nesse cenário, surgem questionamentos sobre as estratégias de desenvolvimento socioeconômico planejadas para a economia territorial. É essencial encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento territorial e a preservação das identidades culturais e do meio ambiente, buscando um futuro possível para todos.

⁵¹ Entre 2005 e 2010, a Fundação Vale, em parceria com a Diagonal Urbana, lançou as bases para uma estratégia inovadora de Investimento Social Público-Privado, envolvendo a Vale e o Governo Federal.

4.1.1 ILHÉUS: Aritaguá e Vila Juerana

Figura 6 – O sorriso de Ilhéus



Fonte: Foto de Cristiane Prizibiszki. Disponível em: https://i0.wp.com/oeco.org.br/wpcontent/uploads/2010/05/porto_ilheus2_02.jpg?w=1152&ssl=1

Ao desembarcar no aeroporto Jorge Amado em Ilhéus, experimenta-se uma alegria genuína nesta cidade que, como diz Maria do Socorro, uma das entrevistadas da pesquisa, tem um sorriso estampado em sua geografia física e humana. A Bahia, especialmente o sul da Bahia, possui um aroma, um sabor e uma atmosfera que acariciam a pele. Apesar do congestionamento no trânsito de Ilhéus e da desorganização urbana no centro histórico da cidade, observa-se a amabilidade, o calor e a serenidade nas pessoas, além da predileção pelo uso de diminutivos carinhosos que encanta todos: “mainha”, “calorzinho”, “dengquinho”. Ilhéus é uma cidade de encantadores diminutivos e rica diversidade. É um caos marcado por um ritmo tranquilo, repleto de frutas exóticas, cores vibrantes e uma profusão de aromas. Além de ser guardião de uma história preciosa, que remonta às raízes da fundação do Brasil.

Ilhéus é uma cidade de tamanho médio com cerca de 178.703 habitantes no Censo de 2022 (IBGE 2022), localizada na mesorregião do Sul Baiano e na microrregião de Itabuna. Conhecida como a região cacauceira da Bahia e também como Costa do Cacau (PRODETUR, 2003), a cidade possui características únicas do bioma da Mata Atlântica e é marcada pelas extensas plantações de cacau. Faz parte de uma zona turística que abrange municípios como Canavieiras, Una, Uruçuca, Itabuna, Itacaré e Santa Luzia. Ilhéus e Uruçuca destacam-se não só pela forte presença da agricultura, mas também por sua relevância para o turismo, impulsionada por seu rico patrimônio histórico e belezas naturais.

Esses municípios foram escolhidos para o trabalho de campo da autora devido ao impacto direto sofrido pelo projeto de infraestrutura analisado na pesquisa. A atenção se concentra especialmente em Ilhéus e Uruçuca, visto que são os locais mais afetados pela implementação do projeto e suas consequências socioeconômicas e ambientais.

Ao longo do século XX, Ilhéus recebeu obras de infraestrutura (ferrovia, abertura de estradas, porto e aeroporto), tornando-se sede de representações dos principais órgãos públicos do Estado e da União, como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e o Instituto de Cacau da Bahia (ICB). Por volta de 1974, a cidade ganhou o Distrito Industrial do Iguape, onde foram implantadas indústrias processadoras de amêndoas de cacau para fins de exportação.

A Infraestrutura Portuária de Ilhéus é composta pelo Porto de Ilhéus (Porto do Malhado), inaugurado em 1971 e administrado pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). Este porto movimentava uma variedade de cargas de diferentes regiões do Brasil, além de receber cruzeiros turísticos. No mesmo local, há um Terminal Pesqueiro inaugurado em 2014, que oferece infraestrutura para atender os pescadores locais.

O declínio das lavouras de cacau a partir da segunda metade do século XX, na década de 80, devido às crises cíclicas, provocadas por fatores de natureza endógena (incidência de pragas e doenças) e exógena (flutuações de preços), levou a microrregião Ilhéus-Itabuna a perdas drásticas na produtividade da lavoura, na geração de renda e provocaram uma série de problemas no tecido social da região (CEPLAC/DISEC, 1979).

Durante as décadas de 1970 e 1980, a produção de cacau na região alcançava 400 mil toneladas. No entanto, nos anos 1990, a produção caiu drasticamente para menos de 90 mil toneladas, provocando um impacto econômico devastador na região, que, àquela altura, já dependia fortemente da monocultura do cacau para sustentar sua economia e suas exportações (Rede Sul da Bahia, 2010).

O modelo produtivo latifundiário, vinculado ao coronelismo e à exploração de trabalhadores rurais com salários baixos, muitos deles em condições similares à escravidão, já tornava essa região uma das mais desiguais do país. A doença vassoura-de-bruxa, uma praga biológica sistêmica, apareceu nas plantações de cacau e causou grandes estragos.

No capítulo seguinte, será discutido com mais profundidade essa praga, ou erva-daninha, ao se explorar as ecologias selvagens que emergem nos ambientes das ruínas dos sistemas capitalistas. O sistema de *plantation*, caracterizado por latifúndios,

monoculturas, uso de mão de obra escrava ou análoga à escravidão e focado na exportação, contribuiu para a proliferação dessa doença e deixou impactos negativos em várias regiões do Brasil.

No final do século XX, o turismo e o beneficiamento do cacau emergiram como motores do crescimento econômico na região. A produção de cacau começou a se recuperar e apresentou um crescimento, alcançando 113 mil toneladas em 2019 (IBGE, 2019). A prefeitura de Ilhéus e o setor privado estão adotando modelos de produção consorciada, incorporando práticas de agrofloresta em sistemas conhecidos como Cabruca⁵². Além disso, a região se consolidou como um polo moageiro, processando 95% do cacau do Brasil, ou seja, aproximadamente 275 mil toneladas (PMI, 2021). Essas mudanças refletem uma tentativa de impulsionar a economia local e promover práticas mais sustentáveis na produção de cacau.

Investimentos significativos estão sendo realizados no Distrito Industrial de Ilhéus (DII), abrangendo setores como Informática, Eletroeletrônica, Telecomunicações, além de indústrias alimentícia, química, marmorista e granítica (Secom/PMI, 2018). A economia local também é dinamizada por atividades como ecoturismo, pesca semi-industrial e tradicional, com o uso de jangadas, além de uma elevada concentração de professores doutores na chamada "Estrada do Conhecimento", que abrange a microrregião de Ilhéus e Itabuna.

Essa região abriga três instituições federais de ensino superior (UFSB, IFBA e IF-Baiano) e a segunda maior IES pública da Bahia em produção científica, a UESC. Outras instituições relevantes incluem a CEPLAC, um centro federal de ciência e tecnologia, além de centros de pesquisa como o CEPEDI, especializado em TICs, e o Instituto Senai de Tecnologia. Há também uma ampla rede privada de ensino superior, composta por dez faculdades, centros universitários e universidades.

Em 2013, foi criado o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, formado por cinco instituições, incluindo a UFSB, UESC, CEPLAC, IFBA e IF-Baiano. O parque reflete os esforços regionais para consolidar o conhecimento e buscar novas soluções para o desenvolvimento científico e econômico do território. Isso demonstra um compromisso contínuo em estruturar as capacidades regionais para impulsionar o progresso local.

⁵² A cabruca é um sistema agroflorestal de produção em que o cacau é cultivado sob a sombra de espécies nativas da floresta original. Esse sistema é importante, pois favorece a manutenção da biodiversidade ao evitar a retirada de árvores nativas da Mata Atlântica. Disponível em: www.idaf.es.gov.br.

Após o declínio da economia cacaueteira na região, no início do século XXI (IBGE 2006), a sociedade científica e econômica tem trabalhado para promover o conceito de ecodesenvolvimento. Essa abordagem busca integrar o desenvolvimento econômico baseado nas vocações locais, como turismo, agroecologia e conhecimento, com a conservação ambiental.

A região tem atraído uma nova população de migrantes, tanto brasileiros quanto estrangeiros, graças aos preços acessíveis das terras, oportunidades de emprego em instituições de ensino como a UESC e a UFSB, e, sobretudo, pela beleza impressionante e riqueza da paisagem costeira e do bioma da Mata Atlântica. Considerada uma das “últimas florestas tropicais remanescentes no mundo” (ROCHA, 2015, p.15), a Mata Atlântica apresenta uma biodiversidade extraordinária, com muitas espécies endêmicas, ou seja, espécies exclusivas dessa localidade.

Esse enfoque no ecodesenvolvimento valoriza a harmonização entre atividades econômicas e a conservação do ambiente natural, promovendo um crescimento sustentável para a região e protegendo as florestas tropicais e suas espécies únicas.

Diversos estudos apontam o turismo como um vetor significativo de investimento e crescimento econômico na região. Um exemplo disso é um estudo conduzido pela Hydros⁵³ em 2008, encomendado pela Secretaria de Meio Ambiente, que projetou um possível investimento de cerca de 700 milhões de reais na área onde o porto será construído (Hydros, 2008, p.16). Assim, muitos questionam se repetir o modelo econômico baseado na construção de mais um porto para exportação de *commodities* seria realmente o melhor caminho para o desenvolvimento local, especialmente considerando o potencial de crescimento do turismo, da agricultura e da ciência e tecnologia nos últimos anos.

Recentemente, foi concluída a primeira fase de revisão do Plano Diretor Participativo da Cidade⁵⁴, realizada pela empresa Arcadis⁵⁵ em 2022. O plano atualizou os dados socioeconômicos de Ilhéus e delineou planos e projetos para o “futuro do território, orientando a atuação do poder público e da iniciativa privada, garantindo ao cidadão condições dignas e seguras de vida, além de promover e incentivar o desenvolvimento municipal de forma sustentável e resiliente”.

⁵³ Hydros Engenharia e Planejamento S/A.

⁵⁴ Plano Diretor Participativo da Cidade (PDPI) de Ilhéus. Disponível: <https://digital.arcadis.com.br/portal/ilheus/>.

⁵⁵ Arcadis é a empresa líder mundial no fornecimento de soluções de consultoria, design e engenharia sustentáveis.

As vilas de Aritaguá e Juerana são as localidades analisadas a seguir. Ambas representam diferentes aspectos da realidade socioeconômica e cultural da região, oferecendo uma visão mais detalhada das particularidades locais. Aritaguá é um distrito de Ilhéus composto por várias vilas, incluindo Vila Juerana, às margens da rodovia turística BA-001, que se destaca pelo turismo gastronômico, especialmente com guaiamum e caranguejo. Uma publicação no site do Instituto Nossa Ilhéus (2019), uma das organizações lideradas pela sociedade civil local, relata que mais de duas mil famílias na região depende do extrativismo de crustáceos e peixes do rio Almada e do longo da costa, e muitas delas têm baixa escolaridade. Com a construção do Porto Sul, pescadores e marisqueiras teriam mais dificuldades para pescar devido às rotas dos navios, os impactos nas marés e à poeira gerada pelo minério no mar, além dos desastres das águas estrangeiras que produzem imprevisíveis misturas.

A vila de Juerana está localizada no km 10 da rodovia BA-001, entre Ilhéus e Itacaré, com cerca de 800 moradores⁵⁶. Essa vila originou-se de uma fazenda de propriedade de Pedro de Souza, que a adquiriu de um anônimo em 1876 e a dividiu entre seus descendentes. Em entrevista realizada com uma liderança local, nos foi informado que até os dias atuais, a relação de parentesco entre os moradores vem se mantendo estreita, muitos são parentes, primos, filhos da mesma família. Situada entre o Rio Almada e a praia, a vila é conhecida por sua culinária, destacando o prato de guaiamum, além de moquecas e pratos típicos baianos. O Bumba-Meu-Boi do Grupo Reisado é uma atração cultural importante, mantida há mais de três décadas pela família Soares dos Santos, descendentes de Dona Dalva. Atualmente, o turismo é a principal fonte de renda da região. Mais de 50% dos habitantes dependem inteiramente dessa atividade para sustento, desempenhando uma variedade de funções, incluindo pescadores, comerciantes, garçons, artesãos, cozinheiras, trabalhadoras domésticas, pedreiros, ajudantes, eletricitistas, pintores, caseiros e outros serviços de apoio.

⁵⁶ Vila Jurema, com 800 habitantes, é conhecida por estar entre o Rio Almada e sua praia no litoral norte de Ilhéus. Tem como atrativo a sua culinária, muito apreciada na região e por seus visitantes. Disponível em: <http://jueranaturismo.blogspot.com/p/vila-juerana.html> .

4.1.2 URUÇUCA: Serra Grande

Figura 7 – URUÇUCA: Serra Grande



Fonte: <https://www.najanelinhaparavertudo.com.br/serra-grande-a-vila-mais-tranquila-do-litoral-sul-da-bahia/>

Uruçuca está localizada na microrregião de Ilhéus-Itabuna, que faz parte da região cacauceira da Bahia e inclui 41 municípios. Com cerca de 20,3 mil habitantes, Uruçuca é o sétimo município mais populoso da região. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é de aproximadamente R\$ 260 milhões, impulsionado por setores como administração pública (38,4%), serviços (36,7%), agropecuária (38,4%) e indústria (6,9%).

Apesar do desempenho econômico, o PIB per capita de Uruçuca (R\$ 12,7 mil) está abaixo das médias estaduais (R\$ 20,4 mil) e das médias regionais tanto da grande (R\$ 18,2 mil) quanto da pequena (R\$ 17,9 mil) região de Ilhéus-Itabuna (FONTE – IBGE CIDADES). Isso sugere disparidades econômicas e possivelmente sociais em relação a outras áreas da Bahia, destacando os desafios que o município enfrenta para alcançar um desenvolvimento mais equilibrado.

O município possui cerca de 1,7 mil empregos formais, com ocupações predominantes na cultura de cacau (159), agropecuária (109) e comércio varejista (105). A remuneração média é de R\$ 2 mil, abaixo da média estadual. As principais atividades empregam em administração pública (424), cultivo de cacau (311) e comércio varejista de minimercados (115). Destacam-se também as atividades de fabricação de conservas de palmito e cultivo de cacau (IBGE CIDADES).

A orla de Uruçuca é uma área de relevância ambiental, mas também de fragilidade, devido às atividades industriais, portuárias e à exploração petrolífera *offshore* que ameaçam a costa. A região abriga uma diversidade de paisagens costeiras, como praias,

manguezais e restingas, e enfrenta desafios como expansão urbana irregular, erosão costeira e mudanças climáticas, que podem impactar a economia local e a biodiversidade.

Tanto Uruçuca quanto Ilhéus compartilham desafios relacionados ao desenvolvimento econômico, ambiental e social, incluindo a gestão costeira, os impactos climáticos e a preservação da biodiversidade. Atividades complexas, como a extração de petróleo e gás, além da pesca e aquicultura, podem afetar a biodiversidade marinha.

A costa exibe uma variedade de paisagens, mas enfrenta impactos como desmatamento e expansão urbana desordenada. Mudanças climáticas, desmatamento e crescimento urbano afetam a fauna e os ecossistemas locais. A elevação do nível do mar traz riscos de erosão e alagamentos, especialmente para os bairros costeiros.

Os remanescentes florestais têm potencial para fornecer serviços ecossistêmicos em algumas regiões, o que é essencial para a sustentabilidade ambiental da área. Portanto, a proteção e preservação desses ecossistemas são fundamentais para garantir um futuro mais equilibrado para Uruçuca e seus distritos.

Serra Grande, localizada entre Ilhéus e Itacaré na Costa do Cacau, atrai uma população urbana que busca um estilo de vida mais tranquilo e comunitário. A região foi um distrito de Ilhéus até 1952 e, em 2005, passou a fazer parte de Uruçuca⁵⁷ como o único distrito do município.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Serra Grande mostrou um aumento significativo ao longo dos anos. Passou de 2,69 em 1991 para 0,438 em 2000 e, posteriormente, para 0,616 em 2010, indicando uma melhoria nas condições de vida e no bem-estar da população local ao longo do tempo.

No alto de Serra Grande, a paisagem acústica rica e diversificada é marcada pelos sons de peixes, crustáceos e baleias. Entre os meses de julho e outubro, é possível observar as baleias-jubarte durante sua migração para as águas brasileiras, onde dão à luz e acasalam⁵⁸.

Apesar de Serra Grande estar situada dentro de uma área protegida (APA Costa de Itacaré/Serra Grande), enfrenta desafios para conservar sua biodiversidade, incluindo a preservação das baleias-jubarte, que retornaram à região após um período de caça intensa. A baixa fiscalização da APA permite que atividades antrópicas continuem

⁵⁷ Distrito criado com a denominação de Água Preta pelo Decreto Estadual n.º 8.678, subordinado ao município de Ilhéus.

⁵⁸ O Projeto Baleias na Serra é executado pelo Laboratório de Ecologia Aplicada à Conservação (LEAC) na UESC com o apoio administrativo do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (PCTsul) e o apoio logístico do Mirante de Serra Grande. Disponível em: <https://www.projeto baleias naserra.org/>

impactando potencialmente o meio ambiente. Além disso, a possível construção de um grande porto pode aumentar o ruído antropogênico, prejudicando a fauna marinha.

Nos anos 90, Serra Grande ganhou destaque mundial por sua biodiversidade excepcional e sua grande variedade de árvores e plantas. Um estudo⁵⁹ realizado pela Ceplac em parceria com o Jardim Botânico de Nova York identificou 458 espécies em um hectare, um recorde na época. Esse achado levou à publicação do Decreto n. 750 de 1993 da Mata Atlântica, que protegeu essa riqueza natural. Os dados também influenciaram a criação da Estrada Parque e do Parque Estadual da Serra do Conduru.

A região tem uma vocação natural para a agricultura, destacando-se pelo sistema agroflorestal Cabruca, produção de cacau fino e silvicultura. Também abriga importantes unidades de conservação, como o Parque Estadual da Serra do Conduru e o Parque Municipal Marinho dos Ilhéus.

O turismo desempenha um papel significativo, abrangendo natureza, cicloturismo, turismo comunitário e científico. Entre Ilhéus e Serra Grande, há nove praias, incluindo São Miguel, Norte, Tulha, Mamoã, Ramo, Sargi, Pé de Serra, Prainha e Pompilho, oferecendo opções variadas de lazer e turismo costeiro para visitantes e residentes.

Serra Grande possui potencial para desenvolver indústrias leves e empreendedorismo, especialmente nas áreas de conservação ambiental, turismo sustentável e agricultura orgânica. A região busca combinar esses setores para criar um crescimento econômico que respeite o meio ambiente e as tradições locais. Há também iniciativas para geração de empregos para comunidades tradicionais, como pescadores, agricultores e artesãos. Projetos inclusivos integram setores da sociedade, promovendo equidade e participação ativa de grupos tradicionais e indígenas. Essas abordagens holísticas visam garantir que o desenvolvimento de Serra Grande beneficie todos, enquanto se conserva a riqueza natural e cultural da região.

A educação é outro foco para o desenvolvimento sustentável, promovendo programas de formação em ciência, tecnologia e gestão ambiental.

⁵⁹ Projeto Pesquisa das Espécies Raras e Ameaçadas de Extinção do Sul da Bahia, aprovado no ano de 2020 e realizado em cooperação com a UFSB e o Jardim Botânico de Nova York. O projeto consolida a primeira fase de criação do Jardim Botânico de Serra Grande, posicionando-o como um centro internacional de estudos de plantas da Mata Atlântica.

4.3 A MATA ATLÂNTICA: UMA PERSPECTIVA MAIS QUE HUMANA⁶⁰

"A próxima vez que caminhar por uma floresta, olhe para baixo, uma cidade está sob os seus pés". (TSING, 2018, p. 50). Aqui, Tsing está referindo-se a “complexa e simbiótica arquitetura de redes dessa cidade multiespécie” na qual diversos tipos de organismos coexistem e “trabalham” juntos. E para que sejamos capazes de enxergá-la e aprender com ela, não podemos ficar acima do chão, é preciso descer à terra.

Situada na porção litorânea da costa brasileira, a Mata Atlântica é uma das mais importantes florestas tropicais que restam no mundo, contendo tanto no conjunto como localmente, elevada riqueza de espécies e muitas espécies endêmicas, ou seja, espécies que existem apenas em uma dada localidade. Embora a Amazônia seja maior e mais famosa, na Mata Atlântica é possível encontrarmos um maior número de espécies do que uma área de mesmo tamanho na Amazônia (ARAUJO, 2017, p.9).

Figura 8 – Mata Atlântica: Ponta da Tulha



Fonte: <https://esperancaconduru.blogspot.com/2015/11/praiado-norte-de-ilheus.html>

A Mata Atlântica testemunhou a colonização brasileira e é um dos principais *hotspots* de biodiversidade no mundo. Originalmente cobrindo 1,36 milhão de km², menos de 12,4% sobrevive atualmente (MYERS et al., 2000; SOS Mata Atlântica - Relatório Anual, 2019). Essa floresta sofreu e continua a sofrer desmatamento, e é importante destacar que, ao contrário da visão colonial que a considerava desabitada, essas florestas abrigavam comunidades locais. Como Porto-Gonçalves (2020, p.8) ressalta: "Pra desmatar, havia que matar."

⁶⁰ A Mata Atlântica é patrimônio nacional (Lei Federal nº 11.428, art. 225, §4º, CF) e objeto de proteção pela Lei da Mata Atlântica e foi instituída pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm

Na região sul da Bahia, embora o desmatamento tenha reduzido a extensão da Mata Atlântica, ainda existem remanescentes significativos, incluindo manguezais e restingas, que formam corredores ecológicos de floresta tropical.

A área destinada à construção do Porto Sul é reconhecida como uma referência em biodiversidade e possui alta importância ecológica na Mata Atlântica. Também é identificada pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, abrigando cerca de 400 espécies de árvores por hectare.

O ambientalista Fábio Feldman, fundador da SOS Mata Atlântica, enfatiza a importância de preservar essa região, que é lar de espécies vegetais e animais endêmicas, além de recifes de corais. Portanto, conservar essas áreas é essencial para proteger a rica biodiversidade e a herança ecológica da região.

Quadro 1 – Categorias de Unidades de Conservação identificadas no município de Ilhéus e seus principais usos conforme Lei nº 9.985/2000

Grupo	Categorias	Unidades de Conservação	Uso	
Proteção Integral	Parque Estadual	Serra do Conduru	Pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.	
		Ponta da Tulha		
	Parque Municipal Marinho	Ilhéus		
	Parque Municipal Natural	Boa Esperança		
	Reservas Biológicas (REBIO)	Una		Pesquisas científicas, visitação pública com objetivos educacionais.
	Refúgios de Vida Silvestre	Una		Pesquisa científica e visitação pública.
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)	Costa de Itacaré / Serra Grande	São estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA.	
		Lagoa Encantada e Rio Almada		
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Corredor ecológico da Lagoa Encantada / Serra do Conduru	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para utilização de uma propriedade privada localizada em uma ARIE.	
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	Boa União	Pesquisa científica, atividades de educação ambiental e turismo.	
		Fazenda Arte Verde		
		Helico		
		Mãe da Mata		
Reserva Mestre Bonina				
Reserva São José				
	Salto Apepique			

Fonte: GEOABIA, 2002; MMA, Lei nº 9.985/2000. Arcadis, 2022.

No contexto global de crise climática e aquecimento global, é fundamental examinar os modelos econômicos, políticos, ambientais e sociais aplicados a territórios florestais ricos em biodiversidade. Essa análise deve incluir a observação das consequências socioambientais decorrentes desses modelos, com o objetivo de prevenir e buscar mudanças de paradigmas sociais, econômicos e políticos. O foco deve estar na preservação da biodiversidade, na manutenção da vida e no estabelecimento de um equilíbrio ecológico e social diante dos desafios contemporâneos.

A região em destaque, no sul da Bahia, enfrenta ameaças contínuas, como extração clandestina, caça e desenvolvimento urbano descontrolado. O projeto do Porto Sul (LYONS, 2009) introduz questões ambientais e culturais complexas e inéditas na região.

Alguns dos costumes regionais são guiados por princípios de economia solidária, práticas agroflorestais, biodinâmicas e orgânicas, alimentação saudável e natural, turismo sustentável e processamento de cacau em chocolates. Além disso, surgiram comunidades intencionais como as Ecovilas de Piracanga e Pedra do Sabiá. A região abriga diversas universidades e escolas técnicas, sendo também um centro de produção de conhecimento. É um *hotspot* da Unesco e um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica no Brasil, rica em biodiversidade, cachoeiras, rios e praias.

A região está atraindo muitas pessoas engajadas em construir casas, plantar e impulsionar iniciativas como a escola Dendê da Serra, uma renomada Escola *Waldorf*. Organizações como a Rede Povos da Floresta, Floresta Viva, o Instituto Arapyau e a agência de desenvolvimento local Taboa também estão em ascensão. Além disso, as tradições culturais nativas, como rezadeiras, parteiras e a pesca de jangada, persistem na região, sendo este último considerado um dos últimos lugares no Brasil onde essa forma tradicional de pescaria é praticada.

O Porto está sendo instalado dentro da Unidade de Conservação da APA da Lagoa Encantada e do Rio Almada, que engloba uma área de 147 mil hectares com significativa biodiversidade e importância turística. Essa área faz parte do Corredor Ecológico da Mata Atlântica⁶¹, juntamente com a APA Costa de Itacaré / Serra Grande e outras unidades de conservação, como o Parque Municipal Marinho dos Ilhéus e o Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC).

Toda essa área integra o Corredor Ecológico predominante no bioma Mata Atlântica na região. Segundo o Instituto Floresta Viva, este micro território da Costa do Cacau, caracteriza-se por dezenas de espécies ameaçadas de extinção na fauna e flora, e é rica em “manguezais, corais, restingas praianas, hectares de terras cultivadas em sistemas agroflorestais que unem cacau, seringueiras, açaís, pupunhas, cupuaçu, mangostão, graviolas, coqueiros e mais de uma centena de culturas alimentares tropicais

⁶¹ Corredor ecológico ou corredor de biodiversidade são áreas que unem os fragmentos florestais ou unidades de conservação separados por interferência humana, como por exemplo, estradas, agricultura, atividade madeireira. O objetivo do corredor ecológico é permitir o livre deslocamento de animais, a dispersão de sementes e o aumento da cobertura vegetal. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-sao-corredores-ecologicos/>.

– desde o aipim e mandioca a baunilha, pimenta do reino, abacaxi, mamão, abóbora, piaçava, hortaliças, inhames” (FLORESTA VIVA, 2012)⁶².

No vídeo institucional do Floresta Viva, Rui Rocha, coordenador do Instituto, destaca a significativa importância do Sul da Bahia, enfatizando sua localização no coração da Mata Atlântica brasileira e da América do Sul. Ele ressalta que essa vasta floresta tropical, juntamente com a Amazônia, desempenhou um papel fundamental na formação da paisagem da América e do continente sul-americano como um todo.

Estima-se a ocorrência de mais de 20 mil espécies vegetais na Mata Atlântica, o que corresponde a aproximadamente 35% das espécies existentes no Brasil, das quais quase metade é de espécies endêmicas, que se encontram somente neste bioma (MITTERMEIER et al., 2005). Em relação à fauna, o bioma abriga, aproximadamente, 850 espécies de aves, 370 de anfíbios, 200 de répteis, 270 de mamíferos e 350 de peixes (MMA/ Brasil, 2022).⁶³

A região também faz parte do Projeto Corredores Ecológicos, uma iniciativa do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7). O principal objetivo desse projeto é “manter a biodiversidade através da gestão de uma paisagem dinâmica sustentada de larga escala, abrigando comunidades e espécies com processos evolucionários e fluxos gênicos assegurados, sob um regime de controle social local”.

A Mata Atlântica se faz prioritária para a conservação da biodiversidade em nível mundial, o que fica claro no fato de que estão na Mata Atlântica [...] principalmente por estar neste bioma a maior de todas as Reservas da Biosfera da rede mundial do Programa MAB (*Man and the Biosphere*) da UNESCO, a qual inclui 686 reservas em 122 países. (RBMA, 2020).

Segundo o Governo do Estado da Bahia, o fundamento básico do conceito de corredores está “na potencialização da conectividade entre áreas protegidas por políticas integradas e de fomento a projetos que envolvam, além dos sistemas tradicionais de áreas protegidas, parques e reservas de uso restrito, também as áreas de interstício entre elas e as terras indígenas.”⁶⁴

⁶² <https://florestaviva.org.br/o-instituto/>

⁶³ As florestas e demais ecossistemas que compõem a Mata Atlântica são responsáveis pela produção, regulação e abastecimento de água; regulação e equilíbrio climáticos; proteção de encostas e atenuação de desastres; fertilidade e proteção do solo; produção de alimentos e remédios; além de proporcionar paisagens cênicas. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Mata Atlântica, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/mata-atlantica>

⁶⁴ Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) vem sendo reconhecido internacionalmente pela Unesco por sua importância para a conservação da biodiversidade. Grande parte de sua extensão está incluída na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e no Sítio do Patrimônio Mundial Natural da Costa do Descobrimento. No plano nacional, a região é protegida por uma série de unidades de conservação, através de um mosaico de unidades de proteção integrada associadas às unidades de uso sustentável. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136>

5 AS INFRAESTRUTURAS DETONADORAS DO ANTROPOCENO⁶⁵

A Região Sul da Bahia está passando por uma profunda transformação impulsionada pelo Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS), que envolve o Porto, Retroporto, Aeroporto e Ferrovia. Essa evolução, como observado anteriormente, abrange aspectos socioeconômicos, ambientais e estruturais, visando a diversificação econômica e o progresso da região.

O CLIPS desempenha um papel central nesse processo, redefinindo a paisagem econômica além dos setores tradicionais como turismo, serviços, educação, agricultura e tecnologia. É um projeto de infraestrutura que teve seu início no ano de 2007 (HIGUERA, 2020), durante os mandatos do governador Jacques Wagner e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores. O CLIPS é uma composição de vários empreendimentos, incluindo a integração com o agronegócio e a exploração de minério de ferro. Sua viabilização envolveu estratégias políticas, interesses privados e o mercado de *commodities* de minério de ferro.

O grupo *Eurasian Resources Group* (ERG), uma *joint venture* indocazaquistanesa, é responsável pela empresa privada Bahia Mineração (BAMIN), estabelecida no Brasil em 2005. O grupo está envolvido em um dos maiores projetos de infraestrutura do país, que envolve a construção de um novo corredor logístico de integração Oeste-Leste e de exportação. Esse projeto inclui a Mina Pedra de Ferro em Caetitê, Bahia, bem como projetos de logística integrada, como o Porto Sul no distrito de Aritaguá, em Ilhéus, e o Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), que ligará Caetitê a Ilhéus. A ERG enfrentou investigações por corrupção no Reino Unido e nos EUA.

Figura 9 – Esquema do Complexo de Ligação Intermodal Porto Sul



Fonte: Estudo de Impacto Ambiental – EIA-RIMA. (HYDROS/ORIENTE, 2011)

⁶⁵ Conhecidos como obra de arte pelos engenheiros.

As características do projeto de acordo com o Relatório de Vistoria nº. 13/2012⁶⁶ da Coordenação Geral de Transportes, Mineração e Obras Civas e Coordenação de Portos, Aeroportos e Hidrovia (COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA) são as seguintes: operação a recepção e movimentação de minérios e outras mercadorias. Associado a esse plano encontra-se o desenvolvimento do projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL. A disposição física do projeto contempla a utilização de uma área em terra (conhecida como "retroporto") e outra sobre o mar (com um píer e um quebra-mar).

Na parte terrestre, estão planejadas vias de acesso por estrada, plataformas e conexões ferroviárias, dispositivos de viragem para vagões, áreas para armazenamento de minério de ferro, etanol, fertilizantes, clínquer, soja e produtos a granel. Além disso, o projeto terrestre inclui sistemas transportadores por correia. Na área marítima, estão previstos elementos como uma ponte para alcançar os píeres de carregamento de minério de ferro da BAMIN, bem como para outras cargas diversas. Também são projetados elementos como um quebra-mar, canais de acesso e bacias para manobras e atracagem de embarcações.

A iniciativa é uma *joint venture* entre o governo do Estado da Bahia e a Bahia Mineração (BAMIN), que estabeleceram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para administrar o empreendimento portuário. Inicialmente, estava planejada a construção de um terminal público pelo Estado da Bahia e outro privado, concedido pela BAMIN. No entanto, em maio de 2019, o governo estadual tornou-se um sócio minoritário no contrato da SPE, resultando na unificação dos terminais portuários.

Para viabilizar o empreendimento, o governo realizou a desapropriação de aproximadamente 2.000 hectares por meio de decreto. nº 10.917/2008.⁶⁷

Em um documento da Casa Civil do Governo da Bahia, disponibilizado *on-line*⁶⁸, consta ainda que “14 empresas já demonstraram interesse no projeto Porto Sul. Essas empresas são: Minério Ferro: Sul Americana de Metais, Biominer, Cabral, Santa Fé e Centauros; Magnesita: Magnesita do Brasil; Níquel: Mirabela Mineração; Ferro Gusa:

⁶⁶ Vistoria à área de influência do projeto do Porto Sul, na alternativa locacional de “Aritaguá”, e acompanhamento das audiências públicas realizadas nos municípios de Uruçuca, Itacaré, Itabuna, Coaraci, Itajuípe e Barro Preto. MMA/COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA. Relatório de Vistoria n. 13 de 2012. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/relatorio-de-vistoria-no-13-2012-copahcgmodilicibama.html?page=2>.

⁶⁷ No Decreto nº 10.917/2008, fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra medindo 17.713.175,48m², localizada no Município de Ilhéus na margem esquerda da BA-001, no sentido Ilhéus-Itacaré, com as acessões e benfeitorias nela existentes, pertencentes a quem de direito[...]. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75027/decreto-10917-08>.

⁶⁸ Porto Sul: Implantação sob a regência da MP 595/12. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3767011&disposition=inline>.

Ferrobahia; Cobre: Glencore; Soja: Universo Verde e Cargill; Papel: Suzano; *Açúcar: Etexx e Infinity*. Além dessas, outras empresas também manifestaram interesse na movimentação de alumina, vanádio, contêineres, soda cáustica, entre outros. O total estimado de cargas potenciais ultrapassa 100 milhões de toneladas por ano."

A FERROVIA

O CLIPS inicia com a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), conduzida pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes, encarregada da infraestrutura ferroviária do Brasil. As obras foram iniciadas em 2011, sob a supervisão da Valec. A maior parte da ferrovia atravessa o território da Bahia, cujos governadores foram grandes incentivadores do projeto. O Estado é governado pelo PT desde 2007, com dois mandatos de Jaques Wagner e de Rui Costa, e em 2023 assumiu Jerônimo Rodrigues.

A FIOL terá 1.527 quilômetros conectando Figueirópolis (TO) à Ilhéus (BA), atravessando 71 municípios, com investimento de R\$ 6 bilhões, e abrange três trechos: o Trecho 1, com 537 quilômetros, conectará 18 municípios⁶⁹ na Bahia, ligando a mina Pedra de Ferro (BAMIN) em Caetité ao Porto Sul (BAMIN) em Ilhéus. A concessão desse trecho foi arrematada pela BAMIN Ferrovia em um leilão em abril de 2021, e está em construção. O trecho 2, de 485 quilômetros, (Barreiras a Caetité/BA) em andamento. E o trecho 3, de 505 quilômetros, (Figueirópolis/TO a Barreiras/BA) em planejamento.

Os trechos 2 e 3 da ferrovia têm como objetivo transportar 42 milhões de toneladas de grãos para atender à produção da região MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), e o trecho 1 de escoar anualmente 18 milhões de toneladas de minério de ferro do Projeto Pedra de Ferro, que iniciou suas operações em janeiro de 2021. Os produtos serão direcionados para o Porto Sul, onde serão comercializados principalmente para a China.

A capacidade total da Fiol será de 60 milhões de toneladas por ano, sendo que a BAMIN utilizará apenas 40% desse potencial. Os outros 60% estarão disponíveis para outras empresas do setor de mineração, agronegócio e outros setores que necessitam escoar produtos e receber insumos⁷⁰.

⁶⁹ Os municípios são: Caetité, Ibiassucê, Rio do Antônio, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Brumado, Contendas do Sincorá, Tanhaçu, Mirante, Manoel Vitorino, Jequié, Itagi, Itagibá, Gongogi, Ubaitaba, Aureliano Leal, Aiquara, Uruçuca e Ilhéus.

⁷⁰ Matéria do *site* da BAMIN. Disponível em: <https://www.bamin.com.br/negocios/ferrovia-fiol/>.

A BAMIN está investindo R\$ 3,3 bilhões para concluir o trecho 1 da ferrovia, e a subconcessão terá duração de 35 anos, com cinco anos para construção e 30 anos para operação. A previsão é que esteja em operação a partir de 2027⁷¹.

A MINA

No município de Caetité, está localizada a mina Pedra de Ferro e ponto de partida do trecho 1 da FIOF operado pela mineradora. A mina em Caetité já está operando comercialmente desde janeiro e transporta o minério para Minas Gerais pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), por meio do terminal da BAMIN em Licínio de Almeida, na Bahia. No entanto, o projeto ganhará uma nova dimensão com a implementação do corredor ferroviário para o Porto Sul, em Ilhéus, com o apoio do governo da Bahia. Esse empreendimento de US\$ 800 milhões está previsto para ser realizado em dois anos e começará assim que a construção do trecho ferroviário estiver em andamento.

Para expandir a extração de minério de ferro, será essencial construir uma barragem de rejeitos em Caetité, na Bahia. Essa barragem ficará acima de Guanambi, que possui uma população de 84.928 habitantes (2020), e da represa de Ceraíma, que também abastece a cidade e a cidade de Caetité, município de 51.081 habitantes (2020), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A dimensão da barragem será cinco vezes maior que a do Fundão, que colapsou em Mariana, e terá pelo menos 12 vezes o tamanho da represa do Córrego do Feijão, que se rompeu em Brumadinho. O reservatório poderá conter até 180 milhões de metros cúbicos de água.

O PORTO

Como foi antecipado na introdução deste capítulo, Porto Sul faz parte de uma parceria público-privada que começou a ser delineada em 2007. É parte estratégica do Complexo Logístico Intermodal e consiste em um porto em mar aberto. Inicialmente previsto para ter um porto público para cargas gerais, soja e grãos, e outro privado para minério, o porto foi unificado em sociedade estabelecida por meio de um contrato de parceria público-privada⁷².

⁷¹ *Id.*

⁷² Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP) autorizou a instalação de dois novos Terminais de Uso Privado (TUP) no município de Ilhéus: o Porto Sul e o BAMIN. [...] Os dois empreendimentos resultarão na criação do Complexo Portuário Porto Sul, composto por retroárea de 1.224,9 ha, ponte de acesso marítimo e píer com quebra-mar

A localização do Porto Sul foi escolhida visando baixo custo logístico para viabilizar o empreendimento (REDE SUL DA BAHIA, 2010; HYDRO/ORENYA, 2011). Originalmente previsto para a Ponta da Tulha, foi realocado para a proximidade da Vila Juerana após Análise de Viabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro a pedido do INEMA/BA.

O projeto contempla a instalação de um complexo portuário com terminais na modalidade *offshore*, com píeres projetados para a movimentação de várias cargas, incluindo grãos agrícolas, combustíveis, contêineres e apoio ao setor petrolífero (*supply boats*). O canal de acesso, com 200 metros de largura, e a bacia de evolução, com diâmetro de 700 metros, serão dragados para uma profundidade de 19 metros, adequada para a operação dessas embarcações. Os terminais serão localizados a 3,5 km da costa com pontes de acesso marítimo e uma infraestrutura para um retroporto de 12,2 km quadrados, com áreas para prédios administrativos, logística e armazenamento de minério de ferro. Além disso, o complexo portuário incluirá instalações industriais, como setores de descarregamento, estocagem e empilhamento relacionados às operações portuárias.

Esse terminal de águas profundas poderá receber navios com capacidade de até 250 mil toneladas e é projetado para movimentar até 42 milhões de toneladas anuais. A BAMIN utilizará 60% da capacidade operacional do terminal marítimo, disponibilizando 40% para outras cargas, como do agronegócio e de outras mineradoras.

O Porto Sul ocupará 1% da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada, uma região rica em biodiversidade. A Lagoa Encantada, tombada como patrimônio histórico e cultural pelo município, é um santuário natural que surgiu de uma antiga baía há 5 mil anos, com floresta densa em estágio de regeneração e um lençol freático aflorante.

O plano de reflorestamento abrange 313 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APP), com foco em espécies nativas cultivadas em viveiros próprios. Como compensação, o Parque Estadual Ponta da Tulha foi criado, abrangendo 1.703 hectares e representando as várias fitofisionomias da Mata Atlântica local.

É sabido que nas proximidades desse grande empreendimento, como é comum em obras desse porte, empresas com grandes armazéns ligados às atividades portuárias serão estabelecidas. Por isso, o projeto prevê que sua influência se estenderá a um aeroporto

a 3.500 metros da costa. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario-antigo/noticias-portos/sep-autoriza-instalacao-de-dois-novos-tup-em-ilheus-ba .

internacional, um centro industrial, uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), novos acessos rodoviários e o Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene).

O Porto Sul recebeu a Licença Ambiental de Instalação nº 1.02412014 em 19 de setembro de 2014, que abrange os dois terminais: o Terminal de Uso do Estado da Bahia e o Terminal de Uso Privado da Bahia Mineração.

Outros portos semelhantes construídos no Brasil incluem o Porto de Tubarão no Espírito Santo, o Porto de Itaqui no Maranhão e o Porto de Suape em Pernambuco.

5.1 DESIGN DO ANTROPOCENO OU A OBRA DE ARTE DA ENGENHARIA

Essa perspectiva é fortemente influenciada pelas pesquisas colaborativas de Anna Tsing, cujos trabalhos estão publicados na plataforma *on-line*, “Feral Atlas” (FA). Tsing nos lembra de maneira contundente que os projetos de desenvolvimento criados pelos humanos têm consequências implacáveis. Na história do Brasil, nos últimos cinco séculos desde a chegada dos colonizadores, o território foi "remodelado por projetos de transformação ecológica de conquista a longa distância, governança e investimento em busca da acumulação de riqueza" ⁷³.

Além disso, o “Feral Atlas” identifica e denomina as características materiais desses projetos, que modificam e se apropriam ativamente da terra, da água e do ar, como "infraestruturas". Notavelmente, engenheiros muitas vezes se referem a essas criações como "obras de arte". Conforme documentado nos relatórios de pesquisa compilados no “Feral Atlas”, as infraestruturas frequentemente desencadeiam efeitos que transcendem as previsões e intenções de seus criadores. Elas proporcionam um ambiente para uma ampla gama de entidades, tanto vivas quanto inanimadas, que encontram refúgio e prosperam em meio a essas estruturas.

Insetos perfuradores de madeira vivem em paletes de madeira e os seguem para novos lugares. Os pólipos das medusas proliferam na expansão marinha subaquática. As atividades de tais entidades, no “Feral Atlas”, são “selvagens” porque emergem dentro de projetos patrocinados por humanos, mas não estão sob controle humano⁷⁴.

⁷³ O Atlas Feral conta as aventuras dos colaboradores não-humanos do Antropoceno em um trabalho colaborativo que agrega mais de uma centena de cientistas, acadêmicos, artistas e escritores, de origens variadas, que trazem narrativas baseadas em suas experiências mais íntimas com a terra antropogênica. Disponível em: <https://feralatlas.supdigital.org/?cd=true&bdtext=introduction-to-feral-atlas>.

⁷⁴ *Id.*

Nesse contexto de infraestruturas portuárias e ferroviárias, com foco específico no Porto Sul, somos testemunha da materialização de novas criações, que emergem a partir dos desenhos e projetos dessas entidades inanimadas que moldam as ecologias do território. Estamos diante da iminente criação de um ambiente inexplorado e selvagem nas águas da Costa do Cacau. À medida que novas criaturas chegam a bordo dos navios, nos cascos e porões, uma nova forma de vida selvagem está prestes a surgir, trazendo consigo impactos desafiadores. O que se torna evidente é que não é possível prever ou controlar completamente o desdobramento desses processos. No entanto, ter consciência dessa realidade, pesquisar, reunir informações e agir sobre o território selvagem, tanto para o bem quanto para o mal, é o desafio enfrentado diariamente por atores e actantes ao se relacionarem com essa ecologia selvagem e incontrolável.

Aqui está uma seleção de fotos e ilustrações que servem como exemplos de locais das infraestruturas detonadoras do Antropoceno.

5.2 SOBRE AS RUÍNAS, O PROGRESSO!

As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína. ainda assim, esses lugares podem ser animados apesar dos anúncios de sua morte; campos de ativos abandonados às vezes geram novas vidas multiespécies e multiculturais. Em um estado global de precariedade, não temos outras opções além de procurar vida nessa ruína. (TSING, 2019, p.4)

Figura 16 – Área desmatada em Aritaguá para o Porto Sul



Fonte: Acervo pessoal.

A figura 16 é um retrato do início das atividades para a construção do Porto Sul. O primeiro impacto visível é a remoção da vegetação, que outrora abrigava uma ampla variedade de vida. O escritório administrativo da BAMIN já está operacional, assim como o canteiro de obras próximo à vila de Juerana. À medida que a infraestrutura avança, novas dinâmicas, relações e atividades surgem na área antes ocupada pela Mata Atlântica.

Ao percorrer as ruas de uma cidade e observar suas instalações industriais, é difícil imaginar que, em tempos passados, aquele mesmo local fosse uma paisagem de florestas, repleta de múltiplas espécies que constituíam diferentes mundos possíveis e uma paisagem única. No entanto, o resultado da destruição dessas florestas para dar espaço às estruturas moldadas pela intervenção humana é uma terra devastada, que a antropóloga Anna Tsing refere como "ruínas" - um conceito também adotado nesta pesquisa.

Tsing tem um interesse particular em observar como a vida inesperada surge nas ruínas deixadas pela atividade humana. Essa vida feral escapa ao controle humano e pode ser entendida como uma ecologia selvagem, ou seja, “reações não planejadas de seres não humanos às infraestruturas humanas” (TSING, 2019, p.14). Dessa forma, as espécies que antes habitavam essas áreas aprendem novas formas de ocupar as terras arrasadas, as ruínas, em busca de sobrevivência e reprodução.

Em seus estudos sobre esse tema, a antropóloga nos convida a acompanhá-la em uma jornada das outras espécies, como o cogumelo Matsutake, ervas daninhas, vegetações e animais, revelando como várias espécies são capazes de encontrar abrigo e

criar formas de vida nas paisagens em ruínas, resultado da exploração impulsionada por atividades capitalistas.

Na etnografia descrita no livro o "Cogumelo no fim do mundo" (TSING, 2015), a antropóloga narra "a vida pulsante de todos os seres - humanos e não humanos". Por meio das histórias sobre o fungo Matsutake, que cresce nas ruínas de florestas devastadas, a autora explora a ideia de enriquecer nossa imaginação para criar futuras possibilidades além do capitalismo. Tsing nos lembra que não possuímos controle absoluto sobre a natureza e que nossa sobrevivência depende do reconhecimento de nossa interdependência com todas as espécies. Portanto, não podemos continuar agindo de forma desconsiderada em relação aos outros seres da natureza.

A era Moderna encapsula, em diversos aspectos, a supremacia da destreza técnica sobre os domínios naturais. Esse triunfo técnico requer que a natureza seja dissociada das complexas interações sociais que impulsionam transformações profundas; caso contrário, a própria base para a aplicação tecnológica se torna inviável. Tal dinâmica revela como a tecnologia contemporânea frequentemente depende da separação entre as influências humanas e os sistemas naturais para operar de maneira eficaz.

O conceito de *plantation*⁷⁵ ilustra a necessidade de estabelecer um território neutro, desprovido de complexas interconexões. As interações naturais, que envolvem tanto seres humanos quanto não humanos, são deliberadamente eliminadas; a reconfiguração da paisagem emerge como uma estratégia para desvincular essas conexões. Essa abordagem permite a introdução e manipulação de espécies exóticas e outros elementos do empreendimento, seguindo um paradigma de alienação. Tanto o esforço laboral quanto os elementos naturais são moldados para se assemelharem a uma condição quase autossuficiente e intercambiável, de acordo com o desenho preconcebido nessas circunstâncias. Esse processo, por sua vez, prepara o terreno para futuras expansões (TSING, 2019, p.186).

No século XVII, a mentalidade europeia impulsionou um processo de expansão que buscava transformar o mundo em algo semelhante a uma *plantation*. Essa visão exigia a reconfiguração de trabalhadores e recursos naturais por meio de sistemas de governança e imposições administrativas. Surgiram maquinários pioneiros, eficazes na gestão da

⁷⁵ *Plantation* é uma palavra de origem latina que se refere a um sistema agrícola que predominou durante o período de exploração do Brasil e de outras nações americanas. Nesse sistema, a metrópole cultivava uma única cultura agrícola em grandes extensões de terra, destinada principalmente à exportação, muitas vezes utilizando mão de obra escrava. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico_rs/article/view/3269

interação entre trabalho humano e natureza, simplificando grandes empreendimentos econômicos. As fábricas, modeladas a partir das *plantations*, incorporaram a segregação entre trabalho e natureza, além da inerente alienação associada a esses elementos (TSING, 2019, p. 186).

Desde o século XVIII até o final do século XX, a região de Ilhéus e Itabuna destacou-se como um dos principais polos produtores de cacau no Brasil. Essa atividade impulsionou a economia local e teve um papel significativo na prosperidade da elite latifundiária e no comércio regional. Essa cultura era estabelecida em grandes latifúndios⁷⁶, que remontavam à época colonial. O sistema agrícola predominante era caracterizado pela produção em larga escala de uma única cultura comercial, inicialmente a cana de açúcar, e posteriormente, no contexto estudado, o cultivo de cacau.

Apesar de o sistema tradicional da lavoura cacauzeira ser predominantemente pelo modo cabruca⁷⁷ (LOBÃO *et al.* 2004; 2002) ou seja, consorciado com outras espécies arbóreas, os fazendeiros que desejavam maior produção, eram orientados por interesses econômicos, a uma determinada técnica por alienação e escalabilidade, que segundo o Grupo Ambientalista da Bahia – (GAMBÁ).⁷⁸ consistia em “intensificar o número de pés de cacau e diminuir as árvores nativas, chegando assim, à monocultura de cacau.”

Nessa perspectiva, estabelece-se uma comparação com um evento ocorrido na região onde é desenvolvida a pesquisa. As *plantations* modernas, como já discutido, acarretaram impactos socioambientais profundamente desfavoráveis em Ilhéus, abrangendo desmatamento, degradação do solo e utilização excessiva de agrotóxicos. O sistema de produção da monocultura reduziu a diversidade das espécies cultivadas, facilitando a propagação de pragas e levando a consequências imprevistas na produção

⁷⁶ No Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhéus, realizado pelo Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ) encontra-se o estudo da CEPLAC, de 2011, que revela que 33% das terras até 10ha, serem de médio porte elas representam apenas 3,9% de área, enquanto 9,4% das propriedades era de mais de 100ha e representavam 63,3% da área total de terras, caracterizando a distribuição da terra na região por uma grande concentração de grandes latifundiários. Disponível em: <https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2014/07/plano-Ilh%C3%A9us.pdf>

⁷⁷ Grande parte dos remanescentes de Mata Atlântica no Sudeste da Bahia, foi preservada por conta do sistema cacau cabruca, que manteve, para sombreamento, espécies seculares, como o Pau d’alho (*Gallesia gorazema*), Gameleira (*Ficus sp*), Louro (*Nectandra spp. Ocotea spp*), Caobi (*Cassia multijuga Rich. C. verrucosa*), Cedro (*Cedrela glaziovii DC*), Vinhático (*Plathymenia foliculosa Bebth*), Jequitibá (*Carinoiana spp*), Sapucaia (*Lecytis spp*), Embiriçu (*Bombax macrophilum K. Schum*), Maçaranduba (*Didymopanax morotoni Decne Planch*), Gindiba (*Sloania obtusifolia Schum*). Além do mais, esse sistema propiciou condições microclimáticas favoráveis à conservação e aumento da densidade de plantas ornamentais de grande valor, a exemplo de helicônias, orquídeas, bromélias e epífitas 28 variedades.

⁷⁸ Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhéus, pág. 37, realizado pelo Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBÁ). Disponível em: <https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2014/07/plano-Ilh%C3%A9us.pdf>.

agrícola, na economia e na comunidade local. Esse modelo desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na história deste território no final do século XX, culminando na transformação das lavouras cacaeiras em terras arrasadas.

Em 1989, a disseminação do fungo causador da vassoura-de-bruxa (*Crinipellis* ou *Moniliophthora perniciosa*) na área de Ilhéus ocasionou uma catástrofe para os grandes proprietários de terra que estavam envolvidos no cultivo de cacau, e culminou em um desastre socioeconômico de ampla proporção, impactando "mais de três milhões de pessoas"⁷⁹ vinculadas à economia do cacau. A doença teve efeitos profundos nas atividades econômicas locais, resultando na redução da produção nas fazendas de cacau e no declínio geral da indústria cacaeira na região. Um grande número desses agricultores sofreu perdas consideráveis em suas plantações, sendo forçados a abandonar suas propriedades e confrontar dificuldades financeiras gravíssimas. Relatos de suicídios entre fazendeiros se tornaram conhecidos, enquanto “250.000 trabalhadores”⁸⁰ que anteriormente viviam nas propriedades rurais, que incluíam escolas e habitações para as famílias, perderam seus empregos.

Esse fungo se propagou como uma epidemia, afetando os frutos do cacau e causando deformações graves. Mas, a paisagem de ruínas que se estabeleceu e cresceu nos anos 90, não se sabe ao certo se foi provocada pela disseminação da vassoura-de-bruxa⁸¹, pela crise econômica, pela degradação do solo provocada pelo sistema de monocultura, ou mesmo, pelo modelo contido no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaeira Baiana - CEPLAC (PRLCB, 1995 a 1998) que continha um pacote tecnológico com assistência técnica, desmatamento e uso de agrotóxicos, atrelado ao sistema econômico financeiro que acabou provocando o arrasamento maior das terras e a um endividamento ainda maior dos produtores. Ou por tudo isso junto.

O fungo da vassoura-de-bruxa, uma espécie que se espalha nas terras devastadas das fazendas de cacau na região de Ilhéus, foi escolhido como símbolo para nossa investigação.

⁷⁹ Documentado no filme "O Nó: Ato Humano Deliberado", de Dilson Araújo, 2012.

⁸⁰ Nota Técnica do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaeira – 3ª e 4ª Etapas. A crise da lavoura cacaeira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações – CEPLAC/MDA, 2009. Disponível em: https://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf

⁸¹ Existem argumentos que afirmam que a propagação da doença vassoura de bruxa foi um ato criminoso de “bioterrorismo”. Para mais informação ver: “O Nó: Ato humano deliberado” de Dilson Araújo, de 2012. Disponível em: https://youtu.be/_0mpiyocm-4?Feature=shared.

5.3 ECOLOGIAS SELVAGENS

Apesar da tragédia que marcou a região, a imagem desse cogumelo com seus esporos rosados e pequenos revela a impressionante magnitude desse espetáculo da natureza!

Figura 17 – Esporos da *Vassoura de Bruxa* (*Crinipellis* ou *Moniliophthora perniciosa*)



Fonte: Acervo do *Agricultural Research Service*, U.S. Department of Agriculture K8626-1 de Scott Bauer⁸²

A revitalização da agricultura cacauceira em Ilhéus foi um processo gradual e complexo, com obstáculos ao longo do tempo. A recuperação desse setor só começou a mostrar resultados anos após o desastre do início dos anos 90. Esse processo evidenciou a importância de narrar as histórias de diferentes perspectivas.

Parece que, de maneira análoga ao Matsutake estudado por Tsing, a vassoura de bruxa se contrapõe à própria ideia de *plantation*, uma vez que surge da diversidade e inter-relação entre diferentes espécies. A natureza do cogumelo é simbiogenética⁸³ que implica que a relação em si produz a vida e oferece uma perspectiva sobre como a cooperação e

⁸²Foto do acervo do *Agricultural Research Service*, U.S. Department of Agriculture. Disponível em: <https://www.ars.usda.gov/oc/images/photos/nov99/k8626-1/> - acessado em outubro de 2022.

⁸³ Segundo Carrapiço, a evolução biológica é geralmente vista como um processo gradual impulsionado pela seleção natural, resultante de variações fenotípicas mínimas devido a mutações e recombinações genéticas, formando novas espécies. No entanto, a evolução não se limita apenas a mutações e seleção natural; inclui associações simbióticas entre organismos. Carrapiço ainda afirma que a simbiogênese, proposta por Constantin Mereschkovsky em 1909, é o processo de evolução através de associações simbióticas entre diferentes organismos, resultando na formação de novos seres. Essa teoria representa uma mudança conceitual significativa em relação às ideias evolucionistas anteriores, introduzindo uma nova abordagem evolutiva da vida na Terra. Disponível em: <https://anpof.org.br/periodicos/revista-helios/leitura/1207/30815>.

a coevolução entre diferentes espécies podem moldar a diversidade e a adaptação ao longo do tempo⁸⁴.

Conforme mencionado anteriormente, os efeitos da epidemia de vassoura-de-bruxa resultaram no abandono de plantações de cacau por parte dos produtores afetados, deixando vastas áreas de terra desmatadas e subproveitadas. Esse cenário levou a consequências adversas, como erosão do solo, perda de biodiversidade e inatividade das terras. No entanto, os trabalhadores rurais sem terra e sem trabalho, se organizaram entorno da luta pela reforma agrária no sul da Bahia, essas terras arrasadas e improdutivas foram ocupadas por pequenos produtores que anteriormente viviam, em sua maioria, em condições precárias ou semelhantes à escravidão nas fazendas de cacau. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) liderou a criação dos assentamentos em colaboração com os movimentos sociais locais. Atualmente, muitas famílias prosperam por meio da produção agrícola, especialmente, o cultivo de hortifrúteis, cacau e o processamento de chocolate.

Esse processo de ocupação e revitalização de terras na região de Ilhéus é um claro exemplo de transformação positiva. Áreas previamente abandonadas encontraram um novo propósito e sustentabilidade por meio da adoção da agricultura diversificada.

Um dos exemplos mais significativos é o Assentamento Dois Riachões, formado por 40 famílias, localizado no município de Ibirapitanga. Em 2020, esse assentamento construiu uma fábrica-escola de chocolate e está em processo de construção de uma escola de agroecologia.

Em depoimento para o documentário Dois Riachões – Cacau e Liberdade⁸⁵, que registra a trajetória de sucesso desse modelo de assentamento – um dos agricultores relata que a transformação com o resgate do sistema agroecológico⁸⁶ tem sido profunda e

⁸⁴ Esse ponto de vista segue a visão de Donna Haraway, bióloga e filósofa, que, em sua abordagem poético-tecnocientífica, explora a coexistência de mundos imaginativos formados por narrativas míticas e seres vivos, orgânicos e artificiais, personificando relações que envolvem aspectos biológicos, semióticos e sociais de maneira simultânea. Isso se manifesta na presença do ciborgue, como o *OncoMouse*, o primeiro mamífero geneticamente modificado patenteado, e nas gerações de *Camilles*, uma simbiose entre crianças humanas e borboletas monarcas. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/donna-haraway>

⁸⁵ Este curta documental dirigido por Felipe Abreu e Patrícia Moll apresenta a história do pré-assentamento Dois Riachões, que fica no Baixo Sul da Bahia. A comunidade produtora de cacau conseguiu conquistar terra, liberdade e independência financeira depois de viverem por gerações em situação análoga à escravidão. Através do resgate do sistema Cabruca e de capacitações em agroecologia por diversas instituições, entre elas o Slow Food Brasil, seus moradores hoje plantam alimentos para a subsistência e produzem amêndoas de qualidade que são vendidas para grandes marcas. Em 2020, Dois Riachões comemorou a finalização da sua própria fábrica e em breve terão seu próprio chocolate. Disponível em: <https://youtu.be/ShXMv4rn9iE?feature=shared>

⁸⁶ “O Sistema Cabruca recupera o solo e mantém a Mata Atlântica preservada na Bahia. Assim, quem compra cacau cabruca, consome um produto que beneficia a natureza, respeita as pessoas, gera renda e faz uma verdadeira reparação histórica. Hoje em dia, as comunidades de agricultores não apenas plantam e

inspiradora: "a reforma agrária no sul da Bahia considera a Vassoura de Bruxa não como uma praga, mas como uma Santa Vassoura" e complementa: "nós temos terra hoje graças a essa doença que devastou a lavoura de cacau da região".

A luta contra o fungo envolveu estratégias como buscar variedades de cacau resistentes, utilizar fungicidas naturais, renovar as plantações afetadas e adotar o sistema tradicional da cabruca, no qual o cacau cresce em uma "floresta" com pelo menos 50 espécies de árvores nativas. Essas práticas favorecem tanto a produção quanto a conservação da Mata Atlântica.

Esses sistemas agroflorestais de cacau harmonizam produção agrícola e preservação ambiental e exemplificam o que Anna Tsing define como uma "perturbação lenta" (TSING, 2019). A diversidade de espécies nas plantações de cacau desempenha um papel fundamental na manutenção da biodiversidade regional. A ideia de uma "perturbação lenta" levanta a questão de como alcançar um mundo assim, ressaltando a importância de narrar as histórias da emergência da diversidade em interações colaborativas.

A região renasceu após a devastação da vassoura-de-bruxa ou da santa-vassoura, a depender da perspectiva, com sistemas que priorizam diversidade, cooperação e convivência de múltiplas espécies. Esse exemplo local pode ser um modelo de sucesso, contrastando com as práticas do patriarcado com a exploração e destruição do passado. A atenção à natureza, aos sistemas de regeneração e à sustentabilidade pode fornecer caminhos alternativos para um desenvolvimento equitativo e duradouro, em contraposição ao enfoque exclusivo na exploração capitalista de *commodities*.

Nas *plantations* do agronegócio, nós coagimos as plantas a crescerem sem ajuda de outros seres, incluindo os fungos da terra. Substituímos os nutrientes fornecidos pelos fungos por fertilizantes obtidos pela mineração e em indústrias químicas, com suas trilhas de poluição e exploração. Cultivamos nossas plantações para isolamento em estufas químicas, enfraquecendo-as como galinhas enjauladas e sem bico. Nós mutilamos e simplificamos as plantas cultivadas até que elas não mais saibam como participar em mundos de múltiplas espécies. (TSING, 2019, p.44)

O projeto colaborativo interdisciplinar "Feral Atlas", de coautoria de Anna Tsing, explora o conceito de "ecologia selvagem". O objetivo do Atlas é mapear e analisar as transformações planetárias causadas pelas ações humanas e as respostas ecológicas que

colhem cacau. Elas podem comê-lo." Disponível em: <https://www.parquedasaves.com.br/blog/conheca-a-cabruca-cultivo-de-cacau-que-protege-a-mata-atlantica/>

emergem dessas mudanças. O foco principal dessa iniciativa é o Antropoceno, uma época geológica caracterizada pelo impacto duradouro das atividades humanas nos sistemas naturais. A plataforma busca entender essas interações complexas e suas implicações.

Dentro do "Feral Atlas", o termo "ecologia selvagem" é explorado para descrever espaços onde a natureza floresce autonomamente, escapando do controle humano direto. Esses ecossistemas têm certa independência em relação à intervenção humana imediata, frequentemente se desenvolvendo em locais abandonados, pós-industriais ou pós-coloniais. É fundamental reconhecer esses espaços como locais de reexistência e resiliência da natureza.

Então, o "Feral Atlas" é um projeto que narra as histórias de ecologia selvagem ao redor do mundo. Ele apresenta exemplos de lugares onde a natureza está se reconfigurando impulsionada pelos efeitos da degradação ambiental e investiga como as infraestruturas humanas, como estradas, portos, minas, usinas e cidades, geram interações e conflitos entre seres humanos e não humanos, resultando em novas formas de ecologias e vida selvagem.

No centro dessas investigações encontra-se a visão de Anna Tsing de que a perturbação humana não é unidirecional, mas sim um processo dinâmico que engloba tanto a destruição quanto a criação. Um outro conceito fundamental traçado pela autora é o de "diversidade contaminada" (TSING, 2019), que ressalta como modos de vida culturais e biológicos emergem em resposta à perturbação humana ao longo do tempo. Além disso, Tsing realça a importância de reconhecer as paisagens de "perturbação lenta", que são ecossistemas antropogênicos capazes de promover colaborações entre espécies.

Essas abordagens proporcionam uma análise crítica das disparidades sociais e espaciais geradas e perpetuadas pelo sistema econômico capitalista, cujo impacto no meio ambiente é significativo. Tsing destaca a importância de examinar a distribuição geográfica das atividades econômicas e políticas ambientais, pois essa repartição define como diferentes comunidades experimentam processos naturais e sociais.

Ao abordar essas questões, a cientista destaca como a interseção entre economia, política e ecologia influencia diretamente as dinâmicas ambientais e sociais. Essa perspectiva ressalta a necessidade de uma abordagem mais holística para lidar com as complexidades dessas questões interligadas. Nas reflexões de Tsing, ressalta-se a

importância das paisagens multiespécies para a existência humana⁸⁷. A autora explora as simbioses e conexões presentes nos ecossistemas, destacando a complexidade e a interdependência das interações entre humanos e não humanos. Essa abordagem nos convida a repensar nossas relações com o mundo natural e a adotar uma perspectiva mais inclusiva e sustentável na interação com o meio ambiente.

A observação da dinâmica fascinante da simbiose entre dois organismos de espécies diferentes, onde ambos se beneficiam, nos lembra da complexidade e harmonia do mundo natural. Exemplos clássicos dessa relação nos oferecem *insights* valiosos que vão além do reino biológico e podem inspirar projetos e planejamentos em territórios complexos.

A interação simbiótica pode ocorrer de várias maneiras e resultar em diferentes graus de dependência mútua. Quando ambas as partes contribuem positivamente para a relação, essa interação pode se fortalecer ao longo do tempo. Um exemplo é a simbiose mutualística, como a parceria entre fungos micorrízicos e pinheiros, onde os fungos fornecem nutrientes essenciais às árvores em troca de carboidratos produzidos pela fotossíntese do pinheiro. Essa relação tem sido aprimorada ao longo de eras, beneficiando a saúde das florestas e a sustentação de ecossistemas inteiros.

Outro exemplo clássico é a relação entre abelhas e flores, onde as abelhas obtêm néctar para se alimentar enquanto polinizam as flores, permitindo que elas se reproduzam. Essa colaboração evoluiu ao longo de milhões de anos, culminando em uma simbiose delicadamente equilibrada.

No entanto, nem todas as interações simbióticas são marcadas pela cooperação mútua. Há casos em que um organismo se beneficia à custa do outro, como na relação parasitária. Por exemplo, os carrapatos se alimentam do sangue de mamíferos hospedeiros, causando-lhes desconforto e, às vezes, transmitindo doenças. Essa relação destaca que a simbiose não é sempre harmoniosa e pode ter custos para uma das partes envolvidas.

Em ecologia, as relações simbióticas são de suma importância, uma vez que mostram como diferentes espécies podem interagir e coexistir em um ecossistema

⁸⁷ O conceito de "ecologia selvagem", no "Feral Atlas", oferece uma abordagem mais abrangente das relações entre humanos, não humanos e o ambiente, desafiando a ideia tradicional de controle humano sobre a natureza e fomentando uma visão mais interligada e colaborativa na Era do Antropoceno. Disponível em: <https://feralatlas.supdigital.org/?cd=true&bdtext=introduction-to-feral-atlas>.

complexo. Elas influenciam a dinâmica populacional e a estrutura das comunidades, moldando a teia da vida de maneira intrincada.

Portanto, ao observar as interações simbióticas na natureza, somos lembrados da complexidade e da riqueza das relações entre diferentes seres vivos. Esses exemplos inspiradores nos incentivam a buscar colaborações benéficas em nossos próprios projetos e planejamentos, especialmente em territórios complexos onde a interdependência pode ser a chave para o sucesso e a sustentabilidade. Assim como outros seres da natureza, podemos aprender a encontrar harmonia e equilíbrio em nossas interações, buscando um benefício mútuo que perdure ao longo do tempo.

É com toda essa bagagem teórica, experiências acadêmicas e trocas intensas com professores e autores que essa pesquisa se fez necessária no campo para observar e documentar novas formas de organização socioecológicas para pensar a "vida em ruínas".

Nesta nova era – chamada de Antropoceno, Capitaloceno ou Chthuluceno –, o futuro da vida comum, crescentemente atravessada por desastres socioambientais, marca a importância da discussão sobre uma "sociedade ecológica" e suas questões psicossociais para além da adaptação e resiliência em ambientes estáveis. Ela traz também duas urgências: documentar mundos sociais e materiais mediante a observação de novas formas de organização socioecológicas e subjetividades nelas emergentes; e elaborar processos teóricos que ultrapassem as distinções subsistentes entre natureza e cultura. A partir do arcabouço teórico das ciências humanas e sociais, o objetivo deste seminário - ao revisitar o tema "natureza e cultura" - é problematizar horizontes possíveis de conceituação e experimentação para esses novos desafios do "mundo em ruínas".⁸⁸

⁸⁸ Ementa curso Marta Pinheiro: Horizontes Socioambientais: como pensar a "Vida Em Ruínas" de Anna Tsing.

6 ANÁLISE DE CONTROVÉRSIAS SOCIOAMBIENTAIS EM ILHÉUS: UMA ABORDAGEM ATOR-REDE

Nós mesmos somos híbridos, instalados precariamente no interior das instituições científicas, meio engenheiros, meio filósofos, um terço instruído sem que o desejássemos; optamos por descrever as tramas onde quer que estas nos levem. Nosso meio de transporte e a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é o fio de Ariadne destas histórias confusas (Latour, 1994, p. 9).

A metodologia empregada nesta pesquisa segue uma abordagem fundamentada na teoria ator-rede (TAR)⁸⁹, com base no sociólogo Bruno Latour (2005), influenciada pelas "artes de notar" propostas por Anna Tsing em sua obra "O Cogumelo no Fim do Mundo" (2015). Nesse enfoque, os pesquisadores são incentivados a se envolver de forma ativa com os temas de pesquisa, participando de experiências compartilhadas e valorizando a diversidade de vozes e perspectivas em um contexto específico. As "artes de notar" consistem em narrativas e histórias que têm o poder de conectar e mobilizar, transcendendo as fronteiras disciplinares e culturais. Essa abordagem enfatiza a necessidade de abandonar suposições pré-concebidas e abraçar as complexidades e incertezas do mundo, superando narrativas autoritárias de progresso.

Anna Tsing (2005) argumenta que as narrativas predominantes de progresso limitam nossa compreensão dos desafios contemporâneos, ressaltando a importância das interações e relações multiespécies que frequentemente passam despercebidas.

Essa abordagem interdisciplinar destaca a interconexão entre diferentes escalas e períodos sob múltiplas perspectivas, especialmente nas áreas da psicossociologia, antropologia, ecologia e globalização. Ao transcender as limitações das abordagens convencionais, ela oferece uma compreensão mais abrangente e sofisticada dos fenômenos sociais e ecológicos.

No primeiro projeto desta pesquisa, a intenção era abordar a temática dos desastres tecnológicos⁹⁰ relacionados às infraestruturas do Antropoceno. No entanto, o rumo da investigação tomou um caminho diferente, embora ainda se mantivesse questões

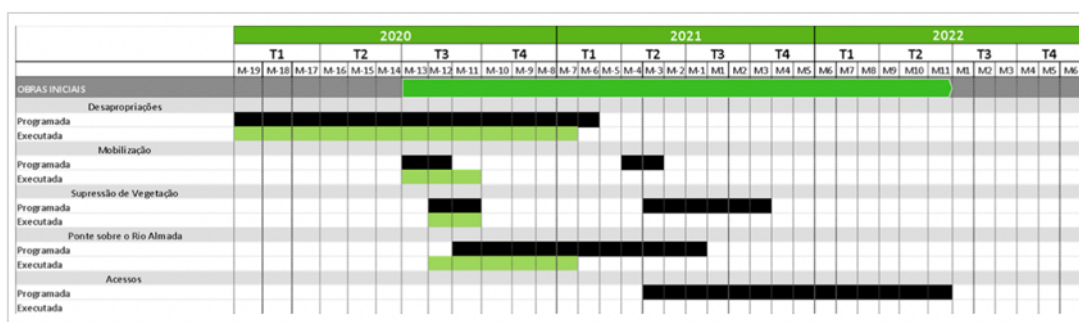
⁸⁹ Latour explora a teoria do ator-rede e demonstra como ela pode ser aplicada para mapear redes de atores e elementos envolvidos em controvérsias sociais.

⁹⁰ Segundo o Manual de desastres humanos de natureza tecnológica, os desastres humanos de natureza tecnológica são consequência indesejável do desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial e podem ser reduzidos em função do incremento de medidas preventivas relacionadas com a segurança industrial. Exemplos: Chernobyl (1986), Exxon (1989), Barragem da Samarco em Mariana (2015), Barragem da Vale em Brumadinho (2019). Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/sedec-arquivos/7_destecnologicos.pdf

essenciais, tais como "de que maneira podemos habitar as ruínas?" e "como estabelecer conexões e relacionamentos em um mundo em ruínas?" (Tsing, 2019). Esses pontos centrais continuam a orientar o estudo, impulsionando a análise não apenas das mudanças físicas na paisagem, mas também das dinâmicas sociais, subjetivas e econômicas que surgem em conjunto com a construção do Porto Sul.

O campo de pesquisa se deu no período entre 2020 e 2022, durante o qual buscou-se analisar as forças das controvérsias no território em relação ao andamento das ações socioambientais estabelecidas no Plano Básico Ambiental (PBA), alinhando-se com o cronograma de obras conforme apresentado abaixo:

Figura 18 – Cronograma de implantação da etapa das obras iniciais do projeto Porto Sul



Fonte: BAMIN, 2021.

A pesquisa concentrou-se na análise das inter-relações entre o local e o global, o passado e o presente, o micro e o macro, além do on-line e o presencial. Inicialmente, ela foi planejada para ser conduzida por meio de uma abordagem etnográfica⁹¹, envolvendo observação participante com uma imersão profunda nas comunidades afetadas pelo Porto Sul, de Ilhéus a Serra Grande. A pesquisa de campo incluía participação em reuniões coletivas e interações próximas com os moradores para compreender melhor como estavam lidando com a chegada do empreendimento. O objetivo principal era identificar as complexas interações entre os atores sociais envolvidos na configuração das infraestruturas relacionadas aos projetos de desenvolvimento econômico.

No entanto, a pesquisa enfrentou desafios significativos devido à pandemia de Covid-19. A situação exigiu adaptar o projeto para um formato híbrido que incorporou tecnologias de comunicação, com o objetivo de manter o cronograma do estudo. Os encontros presenciais foram limitados pelas medidas de isolamento, e a falta de conexões pré-existentes com grupos organizados dificultou a apresentação do projeto de pesquisa para participação em encontros virtuais. Como resultado, a interação ficou restrita a um

⁹¹ Inspirada nas etnografias das conexões globais da antropóloga Anna Tsing de seus livros *Friccion* (2005) e *The Mushroom at the End of the World* (2015).

número limitado de pessoas alcançáveis por meios digitais, como internet, telas e aplicativos.

O contexto pandêmico levou à formação de ligações remotas e distantes com algumas pessoas, ao mesmo tempo em que fortaleceu as conexões presenciais com elementos naturais, como o mar, as aves, o manguezal e a floresta.

A pesquisa também enfrentou desafios pessoais, incluindo a perda de emprego e questões de saúde da orientadora, que tiveram um impacto significativo. No entanto, com o passar do tempo, as reuniões do grupo de pesquisa, a chegada de uma nova orientação e a superação das limitações permitiram retomar o foco na produção de conhecimento e no mapeamento das complexas conexões relacionadas à implementação do Porto Sul.

Por outro lado, o Porto Sul representa um elemento polarizador, suscitando opiniões divergentes, com muitos apoiando sua implantação e outros se opondo. Da perspectiva da teoria ator-rede, o Porto Sul, em toda a sua complexidade, desencadeia ações intrincadas, uma série de movimentações e forças que geram conflitos, associações e parcerias, tanto estáveis quanto voláteis. Identificar os atores ou agentes envolvidos é essencial para compreender as dinâmicas sociais e ecológicas em jogo. Nessa ótica, é fundamental lembrar que os atores não são entidades isoladas, mas sim componentes interconectados de uma rede em constante movimento.

Nesse contexto, destaca-se a importância de enfatizar que esses atores e agentes estão em constante interação. Eles não operam de forma isolada, mas estão interligados por uma série de relações complexas que moldam o funcionamento do sistema. Portanto, para entender plenamente como o Porto Sul e suas dinâmicas se desdobram, é essencial considerar não apenas as características individuais dos atores, mas também as relações e conexões que eles estabelecem na rede⁹² em evolução.

Tentar seguir um ator-rede é um pouco como definir uma onda-corpúsculo nos anos 1930: qualquer entidade pode ser apreendida igualmente como um ator (um corpúsculo) ou como uma rede (uma onda). É assim nessa completa reversibilidade – um ator não é nada mais que uma rede, exceto que uma rede é nada mais que atores – que reside a principal originalidade desta teoria. Novamente, rede é o conceito que ajuda a redistribuição e realocação da ação (Latour, 2013)⁹³.

Entretanto, durante o período de pesquisa de campo em 2022, o estudo estava imerso nas diversas questões suscitadas pela presença do Porto Sul no território. Nesse

⁹² Segundo Latour em *Redes, sociedades, esferas: reflexões de um teórico ator-rede*.

⁹³ *Id.*

período, as forças em ação não eram tão visíveis quanto pareciam ter sido durante as audiências públicas conduzidas pelo órgão ambiental, quando as opiniões estavam mais polarizadas. A esta altura, os fluxos contínuos, variados e altamente dinâmicos ocorriam nos bastidores, em gabinetes, reuniões, na elaboração e execução de contratos entre os principais atores, que incluíam a BAMIN, consultorias, agências, ONGs, universidades e fundos socioambientais.

Ao mesmo tempo, nas comunidades diretamente afetadas e entre os grupos que acompanhavam as ações de compensação e/ou eliminação dos impactos decorrentes da construção do Porto, notava-se uma falta de transparência, assim como uma divulgação limitada sobre o progresso das medidas previstas no dispositivo de licenciamento do empreendimento, conhecido como Plano Básico Ambiental (PBA).

Para navegar nesta dinâmica complexa, foi adotado o método da Cartografia e da Cartografia das Controvérsias como referência para alcançar uma compreensão abrangente dos atores e das disputas em jogo. Essas abordagens metodológicas forneceram ferramentas para identificar e mapear diferentes perspectivas, interesses, poderes e influências envolvidos.

No entanto, mesmo com essa abordagem, surgiram perguntas determinantes: como direcionar a atenção para rastrear os atores mais relevantes? Quais são as pistas e como encontra-las? Diante da complexidade do tema e do tempo de pesquisa, como identificar os atores mais significativos e traçar suas redes? Essas questões evidenciam os desafios do processo cartográfico e a vasta gama de agentes envolvidos nas controvérsias.

Portanto, neste contexto da pesquisa, assumiu-se a função de aprendiz de cartógrafo⁹⁴, navegando entre os processos de implementação das ações socioambientais nas comunidades diretamente impactadas pelo Porto Sul e a elaboração de um retrato das controvérsias em torno do desenvolvimento local desencadeado pela chegada do Porto Sul.

No campo, passou-se a adotar os princípios da Cartografia e suas pistas da "atenção flutuante, concentrada e aberta" (KASTRUP, 2015), os quais serão abordados a seguir.

Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha

⁹⁴ Segundo Kastrup: "A entrada do aprendiz de cartógrafo no campo da pesquisa coloca imediatamente a questão de onde pousar sua atenção. Em geral ele se pergunta como selecionar o elemento ao qual prestar atenção, dentre aqueles múltiplos e variados que lhe atingem os sentidos e o pensamento."

até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo (KASTRUP, 2012, p. 42).

Os princípios da cartografia das controvérsias (LATOURE, 2012) serviram como plataforma de lançamento da jornada, permitindo compreender os desafios ambientais e desenvolver soluções em um território em transformação. Esse percurso auxiliou na visualização de algumas das redes de atores e suas interações, destacando as diversas perspectivas e interesses envolvidos.

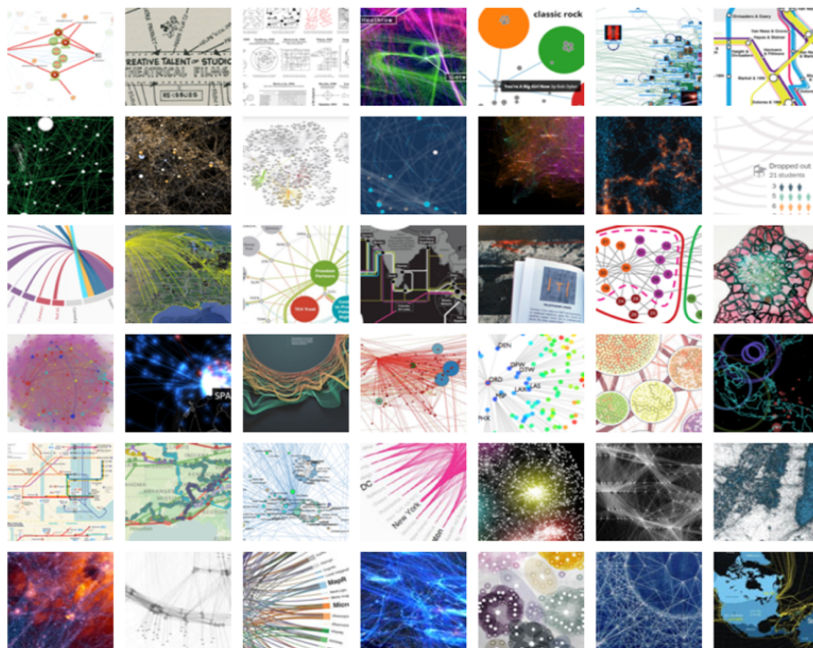
Como ponto de partida, tornou-se fundamental desvincular a pesquisa de conceitos científico-metodológicos, como a coleta ou extração de dados, a seleção de sujeitos e a representação de objetos, lembrando que, especialmente neste estudo, sujeito e objeto de conhecimento estão imbricados e se entrelaçam sem perder o rigor. E ao contrário do método da ciência moderna, a cartografia das controvérsias não busca isolar o objeto de suas conexões históricas ou de suas relações com o mundo. Em vez disso, o propósito da cartografia é mapear a rede de influências a qual o objeto ou fenômeno em questão está intrinsecamente ligado, capturando suas variações e sua constante dinâmica (KASTRUP, 2015, p.57).

A produção de conhecimento com a escuta atenta das histórias desempenhou papéis decisivos nesse trabalho, uma vez que o coração da pesquisa residia na busca pelo encontro imprevisível entre elementos diversos. Por meio da prática da atenção sensível, buscou-se capturar nuances e perspectivas diversas, ampliando a compreensão das complexidades, da imprevisibilidade e das possibilidades de intervenção no mundo que nos cerca. O foco não era representar um objeto, mas sim acompanhar um processo em constante transformação, onde as redes de atores desempenharam papéis ativos na construção das realidades investigadas⁹⁵.

Há vários outros casos de diagramas que ilustram fenômenos nos quais tanto o coletivo quanto os indivíduos estão mapeados, oferecendo uma imagem para facilitar a interpretação da situação. Como demonstrado na figura 19 a seguir, é possível visualizar esses diagramas elucidativos.

⁹⁵ Para uma análise mais detalhada dessa abordagem metodológica, é essencial compreender como essas redes são formadas, conforme explicam Castro e Pedro (2010): [...] primeiramente, deve-se ter em mente a concepção de rede, onde ‘cada um dos nós’ que compõem a rede constitui um ator, este ator é, ao mesmo tempo, uma rede, uma vez que se compõe a partir de conexões, e estabelece conexões outras além daquelas.

Figura 19 – Exemplos de diagramas de cartografia das controvérsias



Fonte: *Datascape*s da Rede. Disponível em: <http://www.visualcomplexity.com/vc>

A inserção em um grupo, participação em um movimento e observação dos atores envolvidos nos processos foram objetivos da pesquisa. Embora a presença física não tenha sido tão constante quanto o inicialmente planejado, houve vivência deste terreno híbrido e complexo, com participação tanto em encontros presenciais com alguns entrevistados quanto em interações virtuais em um grupo de WhatsApp, onde foram compartilhadas experiências e narrativas com ativistas e membros da comunidade local. E frustrações por não ter podido uma maior convivência que permitisse criar mais espaços de confiança e reciprocidades.

Aprofundar-se nas dinâmicas dessas interações exigiria mais tempo, mas as experiências vividas estão alinhadas com os princípios fundamentais da Teoria Ator-Rede (TAR).

A TAR (LATOUR, 2005) e as "artes de notar" proposta por Anna Tsing (2005) são abordagens científicas complementares e potentes. A convergência entre elas está na preocupação compartilhada em compreender as complexas relações multiespécies e na habilidade de analisar as redes intrincadas de conexões que surgem dessas interações. Essa combinação teórico-metodológica enriqueceu a análise das dinâmicas sociais, políticas e ambientais que permeiam as controvérsias e os debates contemporâneos. Ao adotar essa linha de análise, foi possível explorar as complexidades da questão sob uma nova

perspectiva, reconhecendo a importância de todos os atores, sejam humanos ou não, na composição das realidades investigadas.

Ao confrontar o desafio de integrar as perspectivas metodológicas da Cartografia, inspirada em Deleuze e Guatarri (1980) e operacionalizada pelo grupo que reúne Virginia Kastrup e a Psicologia Social (2012), e da Cartografia das Controvérsias, sob a ótica de Bruno Latour (2012), nos deparamos com algumas considerações metodológicas essenciais. Embora a aproximação entre essas abordagens não seja linear e apresente diferentes pontos conceituais, as metodologias processuais e cartográficas forneceram um ancoradouro para dessa pesquisa.

A adesão a uma abordagem pluralista, capaz de oferecer uma ampla gama de perspectivas e *insights*, enriqueceu a análise. No entanto, cientes das tensões e desafios que surgem dessa integração, prossegue-se consciente da singularidade da adaptação dessas metodologias e reconhecendo a viabilidade de outras abordagens metodológicas.

O percurso metodológico é complexo, envolvendo uma abordagem reflexiva e disposição para enfrentar os desafios. No entanto, há confiança em um caminho possível para produzir uma pesquisa significativa sobre o tema.

6.1 Entre Múltiplos Elementos: Uma Jornada de Transformação em um Mundo de Emergências

Nesta dissertação, mergulha-se em uma temática complexa que abrange propostas de intervenção socioambiental baseadas em dois modelos de desenvolvimento: um enraizado em experiências locais e outro direcionado por estratégias globais. O estudo abrange diversos atores, que se entrelaçam, formando uma narrativa que descreve a interação de múltiplos elementos em um cenário intrincado. Isso inclui as complexas relações humanas e mais que humanas em meio a períodos de catástrofe global decorrentes da pandemia de COVID-19, a qual não apenas influenciou o cenário da pesquisa, como mencionado anteriormente, mas também atuou como um ator poderoso, moldando destinos e dirigindo a atenção para um mundo de emergências.

O planejamento das atividades de pesquisa em campo, concebido como o preparo de uma aprendiz de cartógrafo, teve como base o artigo de V. Kastrup (2015), intitulado "O Funcionamento da Atenção no Trabalho do Cartógrafo", o qual se estabeleceu como uma referência fundamental para compreender a subjetividade durante a produção de

conhecimento. Essa abordagem reconhece que a atenção é fluida, em constante evolução, capturando as intrincadas nuances das subjetividades presentes no contexto.

As obras do Porto Sul começaram em 2020 e não sofreram interrupções devido à pandemia. As ações para atenuar os impactos socioambientais estavam sendo executadas. Contudo, em decorrência das medidas sanitárias, essas ações estavam sendo implementadas de forma isolada e com foco predominante em grupos com interesses diretos vinculados à empresa BAMIN.

Os primeiros levantamentos para a pesquisa começaram no início de 2021, quando passei meses na região, inserida em uma rede de relações complexa, que incluía minha ligação com minha empregadora, uma grande corporação de mineração. Devido à pandemia, trabalhava *on-line* e aproveitei para permanecer em Serra Grande. Inicialmente, supus que essa conexão não teria influência, pois a empresa não estava diretamente envolvida no território de estudo.

Apesar disso, os encontros presenciais em grupo começaram a ser retomados no início de 2022 e, diante disso, planejei realizar as atividades da pesquisa de campo, que envolveu a realização de entrevistas, participação em reuniões coletivas e integração com os participantes do movimento social chamado "Sul da Bahia Viva", um dos principais grupos locais que se opõem ao Porto Sul.

No entanto, como funcionária da Vale⁹⁶, logo comecei a questionar minha posição, me sentindo deslocada entre os grupos que se opunham ao projeto de desenvolvimento representado pelo Porto Sul. Isso me levou a refletir sobre a legitimidade de minha integração com esses grupos. Esse desafio se intensificou, pois, a interrelação entre diferentes atores e agentes é um aspecto central da pesquisa.

A inesperada reviravolta de minha demissão no final de março de 2022⁹⁷ teve grande importância, alterando profundamente minha perspectiva na pesquisa. Essa mudança em minha trajetória profissional me deixou mais livre e transformou minha posição em uma participante menos ligada aos interesses diretos da indústria, tornando-me mais apta a interagir com os diversos atores envolvidos.

Durante essa jornada de transformações na vida, carreira e pesquisa, tornou-se claro que a mudança implicava em abandonar a busca pela imparcialidade e um destino predeterminado. Essa decisão foi verdadeiramente transformadora, proporcionando uma

⁹⁶ Uma das maiores mineradoras do mundo, atualmente denominada Vale S.A., conhecida anteriormente como Companhia Vale do Rio Doce.

⁹⁷ Por motivos de corte do orçamento da empresa.

visão mais ampla e um envolvimento mais profundo com a pesquisa, apesar dos novos e imensos desafios decorrentes da perda de emprego e do sentimento de inseguranças.

6.2 Algumas considerações – Sobre Ética em Pesquisa

Destacar considerações éticas é essencial na pesquisa em ciências humanas. Como em qualquer projeto científico, especialmente ao lidar com seres humanos, a atenção às questões éticas é fundamental neste estudo.

Por exemplo, tanto no questionário quanto nas entrevistas semiestruturadas, os participantes foram solicitados a autorizar o uso de suas imagens em foto ou vídeo e expressar seu consentimento informado por escrito no Questionário (APÊNDICE A) e em vídeo nas entrevistas gravadas por videochamadas. Assim, os participantes puderam participar da pesquisa de maneira informada, cientes dos procedimentos adotados, da política de armazenamento e divulgação de dados, bem como dos possíveis riscos e benefícios. Eles também tiveram a opção de preservar sua identidade, se desejassem, e o direito de se retirar da pesquisa a qualquer momento.

Todo o material bruto foi armazenado de forma segura no computador pessoal e na conta do *Google Drive*, ambos protegidos por senha para *backup*. Ao final da pesquisa, apenas os elementos considerados estritamente necessários foram retidos. O modelo do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) está disponível no APÊNDICE B ao final deste trabalho.

7 O VOO PARA A PESQUISA

A pesquisa de campo começa com a observação das fases iniciais das obras no território, incluindo atividades no canteiro de construção e transformações visíveis ao longo da BA-001, estrada Parque que liga Ilhéus a Itacaré. Esta estrada costeira, repleta de beleza natural e vilas de moradores, surge como um ator central na pesquisa, revelando um cenário de vegetação tropical, coqueirais, rios e praias. A estrada em si, já havia sido uma intervenção na Mata Atlântica muitos anos atrás (segunda metade dos anos 90), porém o projeto foi introduzido de uma maneira muito singular⁹⁸.

À medida que a pesquisa avança ao longo da estrada, a paisagem se transforma, apresentando cachoeiras e vegetação cada vez mais densa. No mirante de Serra Grande, em Uruçuca, desfruta-se de uma visão panorâmica de 180 graus do oceano, cenário que instiga reflexões sobre o impacto da construção do Porto em uma paisagem frequentemente considerada um refúgio das complexidades dos grandes centros.

Do alto deste mirante, a pesquisa embarca em um voo metafórico por uma jornada de descobertas, buscando expandir significativamente a compreensão do campo de estudo. O processo de trabalho de campo pode ser comparado, figurativamente, a uma série de etapas desse voo: desde o rastreamento inicial, passando pelo momento do contato ou toque no território da pesquisa, prosseguindo com o pouso e culminando no reconhecimento atencioso da questão. Cada uma dessas fases, conforme delineadas por Kastrup (2015), orienta a jornada da pesquisa de campo e contribui de forma distinta para uma análise aprofundada e sensível do território observado.

Um dos primeiros desafios encontrados foi a tarefa de identificar os atores envolvidos nesta controvérsia. O objetivo era ouvir os atores, mapear suas conexões e avaliar seus papéis nas ações socioambientais e políticas públicas relacionadas ao Porto Sul. Nessa rede, abrangendo uma variedade de agentes, incluem-se indivíduos, grupos, instituições governamentais, empresas e organizações não governamentais.

Os entrelaçamentos da situação se intensificaram com a presença do intrincado Complexo Logístico Porto Sul, cujo nome já sugere a extensão de sua complexidade. A análise considerou seus meios de atuação no território, incluindo planos e programas de intervenção, empresas de consultoria e estratégias para se relacionar com as comunidades locais.

⁹⁸ Para mais informações sobre a implantação do projeto da estrada parque, acessar: https://oeco.org.br/reportagens/1273-oeco_13490/

No entanto, conforme mencionado anteriormente, a pandemia de COVID-19 nos obrigou a adaptar nossa abordagem de pesquisa, o que nos conduziu a focalizar nossos esforços iniciais na análise documental das ações socioambientais e a acompanhar um grupo específico: o movimento Sul da Bahia Viva.

A pesquisa incluiu a análise de documentos oficiais, como diagnósticos e planos socioeconômicos desenvolvidos pela BAMIN. Também foram examinados os aspectos socioambientais do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Programa de Compensação Ambiental (PBA), que forneceram variadas interpretações sobre a abordagem da empresa em relação ao desenvolvimento proposto.

Para entender as manifestações da população e organizações sobre o Porto Sul, foi acessado o Sistema de Informações do IBAMA, onde Atas de Audiências Públicas e outros documentos relacionados aos autos do processo de licenciamento foram analisados. No entanto, o acesso a esses documentos apresentou dificuldades, destacando uma questão relevante a ser abordada posteriormente.

Adicionalmente, investigou-se documentos que incluem ações civis públicas, Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) e o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) promovidos pelo Ministério Público Federal e da Bahia. Esses instrumentos possuem o objetivo de avaliar e contestar o órgão ambiental em relação à análise e aprovação do processo de licenciamento, bem como às propostas apresentadas pela empresa. Em essência, eles reforçam o licenciamento, mas medem forças com o órgão ambiental e com o empreendedor.

Na análise documental, foram compiladas declarações de apoiadores e opositores do empreendimento. Apesar dos esforços da mídia local, empreendedores e do Estado, identificou-se que a implantação do Porto Sul foi amplamente contestada pela sociedade local, envolvendo organizações não governamentais, movimentos sociais e associações locais. Portanto, foi de extrema importância examinar uma diversidade de materiais, estudos e planos desenvolvidos por esses atores, uma vez que esses documentos forneceram informações essenciais sobre as considerações ambientais e socioeconômicas abordadas nos documentos oficiais do licenciamento do empreendimento. Todos esses instrumentos desempenharam um papel fundamental na pesquisa.

Para enriquecer a compreensão, foram realizadas imersões no campo sempre que possível, e entrevistas foram conduzidas com alguns dos atores participantes do grupo Sul da Bahia Viva. Essas entrevistas foram essenciais para capturar as vozes e perspectivas daqueles que resistem ao projeto. Além disso, diários de campo detalhados

foram produzidos, assim como a participação em reuniões com funcionários da BAMIN, organizações não governamentais locais, pescadores, moradores, e entrevistas com agentes do Estado e participantes da formulação do TCSA.

Com o objetivo de entender as controvérsias sobre o modelo de desenvolvimento durante o curto período abarcado pela pesquisa, procurou-se analisar a implementação do TCSA e do PBA por meio de seus relatórios de progresso, bem como a percepção de alguns atores sobre ações socioambientais em andamento, conforme veremos nas entrevistas realizadas.

A análise foi conduzida para mapear as diversas visões e reunir informações a favor e contra o modelo de desenvolvimento promovido pela construção do Porto, reconhecendo que todas desempenham papéis ativos na construção de uma narrativa em constante transformação.

Com base no conhecimento levantado, técnicas de análise de redes foram aplicadas para desenhar as interações entre os atores e identificar padrões de relacionamento, resultando em diagramas que representaram graficamente as conexões entre elementos das controvérsias. As representações foram projetadas, mas necessitavam de maior tempo para aprofundar na compreensão das dinâmicas da controvérsia, destacar pontos principais de tensão, padrões de alianças e o papel desempenhado pelos atores ao longo do processo.

7.1 O RASTREIO: EXPLORANDO AS TRILHAS NA PAISAGEM DAS CONTROVÉRSIAS

Não é o movimento que explica a sensação, mas, ao contrário, é a elasticidade da sensação que explica o movimento (Deleuze, 1981). Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo (KASTRUP, 2015, p. 32-51).

Em 2017, comecei minha jornada na região ao adquirir um terreno em Serra Grande, marcando o início da minha relação com as comunidades locais. Desde os primeiros contatos com a temática central da pesquisa, uma notícia sobre a possibilidade de um empreendimento portuário na área gerou uma sensação de realidade paralela, mesmo sem informações concretas. Conversas informais com moradores revelaram uma tensão latente na região.

A falta de informações detalhadas despertou minha curiosidade, especialmente por meu interesse relacionado à minha ocupação na época. Por meio de conversas, identifiquei um grupo de moradores, muitos vindos de grandes cidades como Campinas, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, que se opunha ao projeto do Porto. Essas pessoas buscavam na região sul da Bahia um refúgio na natureza, longe da poluição, para construir um novo modo de vida. Em contrapartida, algumas famílias nativas de Ilhéus viam o empreendimento como uma oportunidade de progresso e investimentos na região, já que a população local vivia em condições precárias desde a "quebra do cacau" nos anos 1990.

Com o tempo, vários jornais e *blogs* locais demonstraram um entusiasmo ambivalente em relação ao empreendimento, alimentando debates sobre seus impactos positivos e negativos na região. Essa dicotomia chamou minha atenção e me tranquilizou ao perceber que a mineradora com a qual eu estava vinculada profissionalmente não tinha relação com o projeto.

Nas últimas décadas de trabalho, testemunhei processos de ocupação territorial por empreendimentos industriais e de geração de energia, caracterizados por conflitos, disputas e negociações entre diferentes perspectivas e visões de mundo. Esses empreendimentos estão ligados à lógica capitalista de baixo custo, extrativismo, acumulação e geração de valor, com apoio do poder estatal e sua narrativa do progresso.

Essas operações são complexas, como na expansão de ferrovias que dividem um território, a formação de reservatórios por hidrelétricas, a construção de barragens de rejeitos de mineração ou a navegação de grandes embarcações que cruzam com os pescadores em seus pesqueiros. Nesses contextos, os conflitos entre capital, população e preocupações socioambientais se manifestam intensamente, evidenciando divergências de perspectiva e interesses antagônicos.

Além disso, as empresas podem tentar controlar as reações da população por meio de estratégias de relacionamento comunitário, investimentos socioambientais e busca da "licença social para operar"⁹⁹. No entanto, quando surgem problemas sérios, o conflito e as diferenças tornam-se inegáveis.

⁹⁹ Segundo Liliane Rocha, da Gestão Kairós, "O assunto em si não é novo. Há três décadas, o especialista Ian Thomson estuda esse tipo de licença. Certa vez ele mencionou que "além de obter licença legal para operar, é preciso conseguir no mínimo a anuência da comunidade, que deve estar 'de acordo' para a empresa praticar atividades nas vizinhanças. O ideal é que as pessoas vejam a operação como vantajosa. A partir desse momento, elas começam a se referir ao projeto como 'nossa mina' ou 'nossa fábrica'. Elas se sentem donas também". Disponível em: https://www.ethos.org.br/cedoc/ethos-gestao_licenca-social-para-operar-temor-ou-valor/.

Os territórios onde as empresas operam são parte de uma rede complexa envolvendo movimentos sociais, assessorias técnicas, populações atingidas, poderes judiciário e executivo, autarquias e instrumentos legais, além de diversos seres da natureza e infraestruturas. Todos esses elementos fazem parte de uma rede de disputas com forças desiguais, tornando difícil garantir direitos básicos e promover mudanças sociais estruturantes significativas. A desigualdade de poder limita a capacidade de gerar transformações substanciais.

O cenário atual está em constante transformação, moldado por crises ambientais, mudanças climáticas, catástrofes, pressões sociais e os desafios do sistema capitalista. Ademais, a atenção nos últimos tempos tem se voltado para questões sociais dentro das empresas, uma vez que elas operam em um ambiente que demanda responsabilidade social e ambiental por parte de consumidores, acionistas, investidores, concorrência de mercado e sociedade em geral.

Inicialmente, houve esforços para forçar as empresas a reavaliarem suas práticas e considerarem o impacto social e ambiental como parte integral de suas estratégias de negócios. Assim, o objetivo era sair do campo do marketing e da comunicação social e fazer com que essas questões se tornassem parte do próprio negócio das empresas.

Porém, o desenvolvimento desse cenário foi marcado por uma mudança significativa. O mercado, impulsionado pela preocupação com os efeitos das mudanças climáticas, tem incentivado uma competição entre projetos industriais menos poluentes e mais ambientalmente responsáveis. Tal mudança levou à adoção de abordagens ESG (Ambiental, Social e Governança), que incluem práticas de mercado voltadas ao meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa.

Desse modo, essas práticas ESG agora desempenham um papel central na orientação de acordos de investimento e financiamento no mundo dos negócios. Assim, as empresas que integram essas práticas em suas estratégias são mais valorizadas no mercado, reforçando a importância de considerar esses fatores na condução de seus negócios.

Dessa forma, embora as empresas possam ganhar apoio nas regiões afetadas por suas operações e forneçam dados para relatórios de sustentabilidade, seus investimentos nas comunidades também desencadeiam uma variedade de efeitos que podem escapar ao seu controle total e podem não servir apenas aos seus interesses (ecologia social feral?). Além disso, além das ações obrigatórias das empresas relacionadas aos impactos diretos e indiretos de seus empreendimentos, uma série de outras ações sociais e ambientais são

promovidas por institutos e fundações empresariais em áreas como educação, cultura, saúde, geração de renda, crianças, adolescentes, idosos e educação ambiental, entre outras.

A complexidade das ações sociais e ambientais promovidas por institutos e fundações empresariais em áreas como educação, cultura, saúde, geração de renda, crianças, adolescentes, idosos e educação ambiental é notável. Essas iniciativas podem estabelecer associações com projetos governamentais por meio de incentivos fiscais, acordos técnicos de cooperação e parcerias estratégicas com universidades, ONGs e outras empresas, como a Petrobras, BNDES e Banco do Brasil.

Além disso, esses esforços envolvem inúmeras parcerias, controvérsias, disputas e conexões, formando redes diversas, algumas conexas e outras desconexas. Pode-se argumentar que muitas narrativas sobre investimentos socioambientais são, em grande parte, retóricas, acompanhadas por construções discursivas carregadas de metodologias de comprovação e indicadores apresentados em relatórios de sustentabilidade.

Porém, é fundamental ressaltar que os investimentos em ações sociais representam um compromisso substancial que se traduz em práticas reais. Essas práticas podem ter um impacto significativo, especialmente para muitas famílias e indivíduos que residem nos territórios onde as empresas extrativistas e seus negócios operam.

Assim, é relevante destacar que muitas dessas cidades não recebem outros investimentos significativos, e suas prefeituras frequentemente enfrentam desafios relacionados à qualidade técnica e à capacidade de captação de recursos e investimentos. Portanto, essas ações podem ser fundamentais para o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades locais.

Contudo, os reais conflitos e controvérsias das infraestruturas do Antropoceno emergem nas situações mais concretas: nas travessias das linhas férreas, nos bairros de pescadores localizados em zonas portuárias, nos desmatamentos e nos assentamentos de população deslocada de suas residências e locais de geração de renda. Limitar a participação no processo ao palco das audiências públicas, onde o cenário já está pré-determinado, é insuficiente. Nesse contexto, a população assume o papel de espectadora, assinando a lista de presença e validando o teatro estabelecido.

As empresas impõem suas ações nos territórios de forma imperial, e a menos que haja um engajamento contínuo das organizações civis nas questões relacionadas aos impactos industriais, desafiando e reconfigurando as relações de poder desiguais que permeiam esses cenários, o desfecho desses conflitos permanecerá incerto ao longo do

tempo. Portanto, é necessário um esforço constante para questionar e equilibrar essas relações de poder, buscando uma abordagem mais justa e participativa nas decisões relacionadas ao desenvolvimento e à gestão dos territórios.

Além disso, participar do processo não implica negligenciar a ocupação dos espaços de luta política junto aos governos, tanto em âmbito federal quanto estadual. Ignorar essa dimensão seria um equívoco, pois esses espaços representam oportunidades para exercer pressão. É a partir deles que emergem políticas, estratégias de planejamento e a colaboração entre a administração pública e as empresas nos territórios. É nesse nível que se definem os rumos e setores em que o desenvolvimento econômico, buscado pelo Estado em parceria com o setor privado, será implementado. Excluir-se desses espaços significaria renunciar a uma via de influência potencial.

A complexidade desses cenários exige abordagens transdisciplinares para enfrentar os desafios socioambientais. Além disso, destaca como as ações e escolhas no âmbito das operações impactam diretamente as comunidades e o meio ambiente. Portanto, a compreensão e gestão das implicações socioambientais no nível operacional são fundamentais para promover práticas verdadeiramente sustentáveis e responsáveis na indústria.

Nesse sentido, a seguir, examina-se os acordos e propostas de ações que o Porto Sul está apresentando para o território de sua influência no sul da Bahia. Isso inclui projetos de infraestrutura, programas de compensação ambiental e planos de desenvolvimento que integram a visão dos governos e os interesses da indústria da mineração.

7.1.1 O Porto Sul no Contexto do Licenciamento Ambiental

No ano de 2007, o governo brasileiro, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o governador da Bahia, Rui Costa, lançou um empreendimento ambicioso que ficaria conhecido como Porto Sul, um projeto de infraestrutura industrial e de mineração. A empresa incumbida de conduzir essa empreitada era a BAMIN, que, devido à localização do empreendimento em áreas marítimas, necessitava obter uma licença ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

O licenciamento ambiental, um processo de suma importância para empreendimentos de grande porte como o Porto Sul, é um procedimento que demanda a

realização de uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Essa avaliação possui o propósito de analisar os efeitos sociais, ambientais e econômicos do projeto, sendo conduzida em várias etapas, incluindo a participação ativa da sociedade e complexas negociações. As AIAs são práticas de mercado disseminadas globalmente, respaldadas por instituições financeiras internacionais, e visam garantir que as dimensões ambientais e sociais sejam devidamente consideradas nas decisões de desenvolvimento, em prol da “sustentabilidade” e de acordo com os dispositivos governamentais.

Todavia, as AIAs frequentemente se deparam com críticas e contestações vindas de acadêmicos, membros da sociedade civil e movimentos sociais, desencadeando conflitos persistentes entre empresas, governos e a própria sociedade a respeito dos impactos decorrentes de empreendimentos industriais de grande porte e da capacidade de respostas tanto das empresas, como dos governos. Esse processo de licenciamento ambiental assume uma complexidade notável, recheado de interações entre diversos atores e embates por poder.

Para compreender essa dinâmica complexa, é pertinente mencionar o trabalho da antropóloga Deborah Bronz, cuja obra "Nos Bastidores do Licenciamento Ambiental: Uma Etnografia das Práticas Empresariais em Grandes Empreendimentos" (Contracapa, 2016) oferece uma análise abrangente. Bronz examina a origem da política ambiental no Brasil, seu entrelaçamento com o desenvolvimento nacional e como a variável ambiental foi incorporada às análises de crédito do BNDES para projetos de infraestrutura. A autora também explora o cenário econômico global, incluindo os investimentos industriais do Banco Mundial e seu compromisso com o controle ambiental.

O livro detalha ainda o processo de licenciamento ambiental no Brasil e seus trâmites administrativos, destacando:

O licenciamento ambiental, tal como aplicado no Brasil, é uma adaptação dos modelos desenvolvidos internacionalmente, que se tornaram requisitos para os investimentos de capitais estrangeiros e nacionais destinados à construção de grandes empreendimentos. (BRONZ, 2016, p.19).

O trabalho de Bronz é notável não apenas por sua análise das questões políticas e institucionais, mas também por sua etnografia dos bastidores do licenciamento ambiental, onde apresenta estudos de caso em que operou como consultora. Essa atuação contribuiu para a elaboração de diagnósticos sociais e estratégias no contexto do processo de licenciamento. A autora traz uma perspectiva única, fundindo sua expertise como

antropóloga com sua vivência prática como consultora. Uma das contribuições mais valiosas desse trabalho para a presente pesquisa reside em sua análise crítica, realizada por alguém que transita na intersecção de diferentes campos de conhecimento e prática, isto é, a perspectiva híbrida da antropóloga-consultora. Em um de seus artigos (2020) de desdobramento do livro, Bronz aborda essa questão da seguinte forma:

O licenciamento ambiental, instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente (lei nº 6.938) em 1981 e regulado por diferentes decretos do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, a partir de 1986, suscitava muitas dúvidas a um conjunto de pesquisadores que passaram a trabalhar como consultores de um mercado em formação. Entre os cientistas sociais que compunham às equipes de consultoria – eu estive entre eles mais tardiamente, a partir dos anos 2000 – cultivava-se uma crença de que a demanda de trabalho poderia representar uma maior atenção às questões sociais e abriria um espaço para que estas fossem formalmente inseridas nos debates sobre os grandes projetos de desenvolvimento. Contudo, os constrangimentos que surgiam constantemente no cotidiano de trabalho traduziam-se em dúvidas éticas sobre a forma como aquele conhecimento que produzíamos vinha sendo utilizado¹⁰⁰.

Os interesses são díspares. Se por um lado, busca-se desenvolver ações sociais voltadas à melhoria das condições de vida e de justiça socioambiental, por outro, há a pressão dos cronogramas, planilhas de orçamento e a lógica do capital, que prioriza iniciar operações rapidamente para gerar lucros. No entanto, quando a sociedade está bem-informada sobre seus direitos e os sistemas de controle da cidadania e da democracia são fortalecidos, as empresas tendem a incorporar estratégias de participação social desde o início do licenciamento ambiental, acelerando o processo.

Bronz destaca que a linguagem altamente técnica do domínio empresarial, juntamente com as práticas associadas ao processo de licenciamento ambiental, é muitas vezes incompreensível para o público em geral. Como consequência, essa falta de compreensão pode dificultar a participação efetiva de movimentos sociais e instituições não diretamente envolvidas nas decisões entre empresas e governos. E sua crítica ao mecanismo de licenciamento ambiental está centrada nos possíveis ganhos socioambientais em uma perspectiva de desenvolvimento desigual:

As fórmulas retóricas associadas à adoção do mecanismo regulatório transparecem uma crença de que é possível "proporcionar ganhos de qualidade ao meio ambiente à vida das comunidades numa melhor

¹⁰⁰ Segundo análise da antropóloga Deborah Bronz sobre os bastidores da licença ambiental. (BRONZ, 2016. p. 22).

perspectiva de desenvolvimento"¹⁰¹. Procurarei demonstrar porque as considero fórmulas retóricas, por meio da etnografia de situações em que será possível observar como, além de "ideias racionalizadas em planos escritos"(LIMA, 2002. p.13) e de procedimentos de "rotinização", o licenciamento ambiental constitui-se como um conjunto amplo de formas de intervenção social e de práticas que são, **antes de tudo, apreendidas no cotidiano das relações sociais, em espaços informalmente regulados por uma complexa rede de agentes e organizações que operam em diversas escalas associadas à adoção do mecanismo regulatório.** (BRONZ, 2016. p. 22).

No epicentro desse processo, está a preparação da empresa para interagir com as comunidades durante o licenciamento ambiental, uma vez que seu objetivo principal é obter as licenças necessárias para iniciar a construção de sua planta industrial e a operação de seus negócios. Para isso, as empresas e suas consultorias investem consideráveis recursos em entender a "linguagem" dos territórios em que atuam, compreendendo as características das comunidades locais e seus modos de vida. Elas também realizam uma série de ações de intervenção sociopolítica para influenciar os atores locais em favor da validação do empreendimento e controlar possíveis rejeições.

Por exemplo, uma tática comum é o uso da matriz de *stakeholders*, um instrumento frequentemente empregado pelas empresas para mapear os grupos de interesse relacionados à empresa e qualificar quais são a favor e quais são contra o empreendimento. Além disso, as empresas designam ações para convencer o maior número possível de pessoas e organizações a seu favor. A matriz de *stakeholders* do Porto Sul é um documento interno, mas pode ser encontrada nos autos do processo público e pode ser acessada com autorização do órgão ambiental.

O licenciamento ambiental começa com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), seguindo as diretrizes estabelecidas pelo órgão ambiental. Esse estudo detalha os impactos físicos, biológicos e socioeconômicos previstos pelo empreendimento. Em seguida, a empresa apresenta os resultados desse estudo em Audiências Públicas, conduzidas pelo órgão ambiental responsável, para coletar as opiniões da população local.

Após as audiências, o órgão ambiental emite a Licença Prévia (LP), com ou sem ressalvas (condicionantes). Em seguida, a empresa elabora o Projeto Básico Ambiental

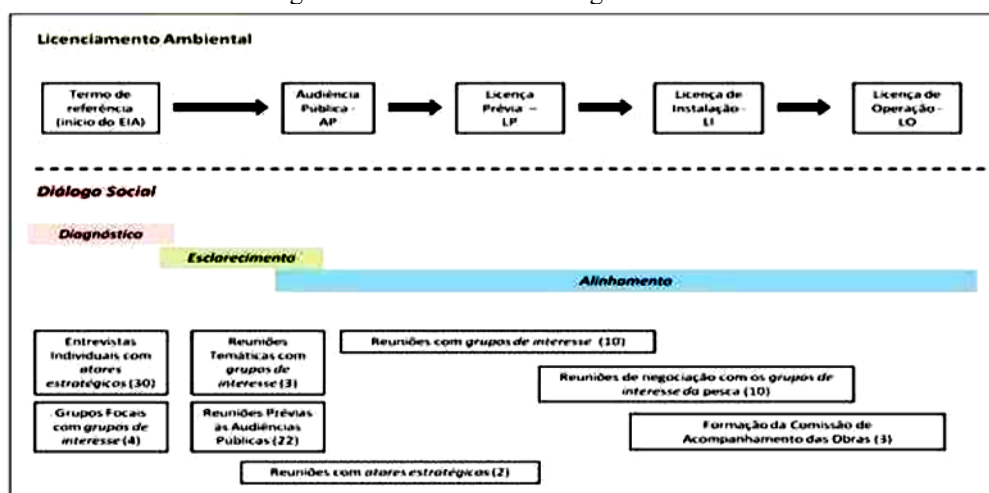
¹⁰¹ Trecho em que a autora menciona a “Cartilha do Licenciamento Ambiental”, produzida pelo Tribunal de Contas da União, com prefácio da ministra do meio ambiente Marina Silva, na época do lançamento da Cartilha. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0AF38F9A6182>.

(PBA), que contém medidas para mitigação e/ou compensação dos impactos, visando obter a Licença de Instalação (LI). Com essa licença, a empresa começa a executar as ações do PBA ao mesmo tempo em que prepara a área para a construção do empreendimento.

À medida que o projeto avança, a empresa submete relatórios periódicos ao órgão ambiental, que emite pareceres técnicos com avaliação e aprovação ou solicitações de correções e complementações. Por fim, após a aprovação das medidas do PBA, a empresa busca obter a Licença de Operação (LO) para iniciar suas atividades, mantendo a periodicidade na atualização e renovação da licença.

A figura abaixo, elaborada por Bronz (2016), ilustra a preparação do empreendedor em relação à sua interação com as comunidades durante o processo de licenciamento ambiental em um dos estudos de caso abordados.

Figura 20 – Processo de Diálogo Social



Fonte: BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**. Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.

Em resumo, o licenciamento ambiental é um procedimento controverso, mas essencial para regular a construção de infraestruturas voltadas ao desenvolvimento econômico e industrial no Brasil. O processo é aplicado a uma ampla gama de empreendimentos, como hidrelétricas, plataformas de petróleo, aterros sanitários, mineração e, mais recentemente, plantas eólicas e solares.

À medida que esses empreendimentos são estabelecidos, os municípios e estados também recebem compensações financeiras, como *royalties* do petróleo, CFEM

(Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais)¹⁰² e arrecadação de impostos. Esses recursos visam fortalecer a infraestrutura e os sistemas sociais, como moradia, saneamento, educação, saúde, cultura, economia e assistência social, os quais enfrentam maior pressão devido à atração de migrantes para as regiões onde os empreendimentos estão localizados.

Além disso, os impostos visam investir em atividades econômicas alternativas para minimizar a dependência de recursos não renováveis. No entanto, esses processos são frequentemente acompanhados por controvérsias, debates e conflitos em torno dos impactos socioambientais dos empreendimentos, sublinhando a complexidade e a dificuldade de alcançar um equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

7.1.2 Conflitos e Negociações no Licenciamento Ambiental do Porto Sul

O processo de licenciamento do Porto Sul se desvela como uma intrincada rede de atores e interesses em conflito, onde a busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preocupações socioambientais constitui objeto de negociação e disputa continuamente.

A empresa responsável pelo Complexo Logístico Porto Sul, a BAMIN, é parte integrante de uma extensa rede de atores que inclui o conglomerado *Eurasian Group Resources* (ERG), com sede no Cazaquistão. Nesse cenário, o Estado da Bahia também desempenha um papel decisivo, participando como acionista minoritário por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE)¹⁰³. Nesse arranjo, o Estado detém poderes estatutários, incluindo o direito de veto, em questões relacionadas à função pública do terminal portuário.

O licenciamento ambiental é conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)¹⁰⁴, com o apoio do Instituto do

¹⁰² Segundo a Constituição de 1988 a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é uma contrapartida em pagamento financeiro feito pelas empresas exploradoras aos municípios, estados e União pela exploração dos bens minerais que pertencem ao Estado. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

¹⁰³ A modelagem institucional, que a Procuradoria auxiliou a conceber, prevê a constituição de uma Sociedade de Propósito Específico -SPE, com a participação do Estado como acionista minoritário, fazendo a regulação interna com poderes estatutários que garantem veto (golden share) em aspectos que respeitam à função pública deste equipamento portuário, a exemplo da garantia da modicidade tarifária e da diversidade de cargas. Disponível em: <https://www.pge.ba.gov.br/contrato-de-adesao-do-porto-sul-sera-assinado-nesta-segunda-feira>.

¹⁰⁴ A missão do IBAMA é "proteger o meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, executando as ações de competência federal" (IBAMA).

Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), uma autarquia estadual. Desde a solicitação da Licença Prévia (LP) até a obtenção da Licença de Instalação (LI) para o início das obras, transcorreram aproximadamente doze anos, abrangendo o período de 2008 a 2020 (HIGUERA, 2020)¹⁰⁵. Além disso, o processo continuará em curso, com a perspectiva inicial de obtenção da Licença de Operação para 2027, seguida de ações para a renovação das permissões de operação.

O planejamento para o Porto Sul estava originalmente situado na região da Ponta da Tulha, respaldado pelo Decreto Estadual nº 11.003/2009, datado de 9 de abril de 2008. Essa área é caracterizada por uma densa rede de cursos d'água com uma ampla diversidade de espécies de fauna e flora, as quais seriam permanentemente afetadas pela instalação de uma estrutura portuária. Além de que, a região costeira abriga recifes de corais, habitat de diversas espécies aquáticas. Em 2010, o IBAMA negou a autorização para a construção do porto na Ponta da Tulha, solicitando novos estudos ambientais que considerassem alternativas de localização mais adequadas para o empreendimento. Após a recusa do licenciamento pelo IBAMA, a Ponta da Tulha foi designada como uma unidade de conservação de proteção integral, e hoje o Parque da Ponta da Tulha desempenha o papel de mitigar os impactos da instalação do porto.

Em 2009, os processos de licenciamento ambiental para o Terminal Público Porto Sul, sob responsabilidade do Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), e para o Terminal de Uso Privativo da Bahia Mineração LTDA (BAMIN), localizado na Ponta da Tulha, estavam separados perante o IBAMA. No entanto, após a rejeição da localização na Ponta da Tulha, em 24 de novembro de 2010, o governo da Bahia unificou os processos de licenciamento ambiental para o Terminal Público e o TUP BAMIN. Em 22 de junho de 2011, o IBAMA publicou a Informação nº 12/2011, que indicava que os empreendedores concordaram em consolidar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dos empreendimentos do Porto Sul sob a responsabilidade da Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA). A partir desse

Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/2019-planejamento-estrategico-ibama-2016-2019-pdf>.

¹⁰⁵ Visualização do histórico do processo de licenciamento do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS). Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-sul-1_versao-final.pdf

ponto, o processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA, sob o número 02001.003031/2009-84, foi consolidado como o procedimento para o Porto Sul¹⁰⁶.

Após a análise das alternativas de localização, a área do distrito de Aritaguá, no norte do município de Ilhéus, foi escolhida para a construção do porto. Um novo EIA/RIMA foi submetido ao IBAMA para essa localização, avaliando diversos aspectos envolvidos, bem como medidas de mitigação e o monitoramento dos impactos. Em 2012, foi concedida a Licença Prévia (LP) no 447/2012, permitindo o avanço dos estudos ambientais necessários para a emissão da Licença de Instalação do porto.

Depois a definição da localização do empreendimento e a comprovação de sua viabilidade ambiental pelo IBAMA, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi firmado em 2013 entre o IBAMA, o Ministério Público Federal (MPF) e o governo da Bahia. Essa ação ocorreu considerando a necessidade de realização de novas audiências públicas, com base na nova localização do porto, e a manifestação do IBAMA quanto à possível ratificação, retificação ou revogação da LP emitida. As audiências foram realizadas, e a LP foi considerada integralmente válida pelo IBAMA, sendo republicada em conformidade com o TAC após o cumprimento de suas cláusulas. Durante a análise do TAC, não houve contestações quanto às alternativas de localização, o que indica um acordo entre as partes em relação à localização do empreendimento.

O projeto do Porto Sul está situado dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada, uma unidade de conservação de uso sustentável que não proíbe o desenvolvimento de atividades econômicas. No entanto, o IBAMA determinou que, devido à sensibilidade da região, é necessário implementar medidas rigorosas e realizar monitoramento detalhado para acompanhar as fases de instalação e operação do porto, assim como a gestão dos impactos identificados nos estudos de impacto ambiental.

A concessão da Licença de Implantação (LI) nº 1024, de 2014, logo foi seguida por questionamentos do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual devido a denúncias relacionadas aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento. Esses questionamentos sublinharam controvérsias e disputas no processo de licenciamento.

O Ministério Público argumentou que o EIA foi elaborado com fundamentos científicos inadequados e plágios, descumprindo as condições estabelecidas na Licença

¹⁰⁶ Grandes Empreendimentos no Sul da Bahia: arranjos políticos-institucionais, riscos e oportunidades para litigância estratégica. Hernandes Lerner e Miranda, 2022.

Prévia (LP) emitida pelo IBAMA. Além disso, apontou violações das condições da LP, incluindo a falta de consulta prévia em todas as cidades afetadas e a falta de procedimentos para atividades que impactam os povos indígenas.

Como resultado das ações civis públicas (ACPs) devido a essas violações, a implementação do porto foi interrompida entre 2015 e 2019. Esse período de interrupção levou à assinatura do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) em outubro de 2019, envolvendo a BAMIN, o governo estadual da Bahia, a prefeitura de Ilhéus-BA, o Inema e os Ministérios Públicos Federal e Estadual.

O TCSA marca um momento significativo ao tentar abordar as preocupações socioambientais relacionadas ao Porto Sul. Essa etapa também destaca a necessidade de vigilância contínua e envolvimento público para garantir a transparência e eficácia das medidas acordadas.

Durante o estudo, foram identificadas limitações na eficácia dos instrumentos do TCSA e do PBA, incluindo falta de transparência, prestação de contas e monitoramento das ações executadas no projeto. Isso aponta para a complexidade do processo e a necessidade de maior controle e fiscalização para cumprir a promessa de sustentabilidade.

7.1.3 Critério, Estratégia de Identificação e Lista dos documentos analisados

A análise desta pesquisa enfocou os instrumentos legais do processo de licenciamento ambiental, incluindo o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) e o Plano Básico Ambiental (PBA). Esses instrumentos abrangem a avaliação dos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos do local onde o empreendimento será construído, além de identificar os impactos potenciais do projeto de desenvolvimento econômico e implementar medidas para mitigar ou compensar esses impactos negativos.

Em especial, o PBA desempenha um papel essencial na orientação das ações do empreendedor, sendo indispensável para a obtenção da Licença de Instalação (LI). Além disso, impacta diretamente o Capex¹⁰⁷ do novo negócio, seu cronograma, resultados esperados e indicadores de verificação. A elaboração dos diagnósticos, planos e programas socioambientais exige a contratação de diversos especialistas, como empresas

¹⁰⁷ CAPEX é a abreviação de *Capital Expenditure*, que significa despesas de capital ou investimento em bens de capital, ou seja, é o montante de dinheiro (investimentos) gasto na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/capex-opex/>.

de consultoria e ONGs. A empresa financiadora supervisiona e valida o processo, em conformidade com o órgão ambiental responsável pelo licenciamento.

No entanto, é notável que, embora o processo tenha sua base na esfera pública, o planejamento e a execução ocorrem na esfera privada, com empresas responsáveis pelos empreendimentos e especialistas conduzindo ações decorrentes do sistema de gestão ambiental (SGA) do empreendimento. O Estado brasileiro estabelece diretrizes, analisa, aprova os estudos, fiscaliza, monitora as ações e, por fim, concede a licença para a implantação e operação do empreendimento.

Contudo, esse sistema frequentemente permanece obscuro para a população em geral e para as comunidades diretamente afetadas, que só conhecem o que as afeta diretamente. Por vezes, esse sistema é utilizado como uma ferramenta na luta contra o empreendimento, limitando a participação de especialistas independentes e ampliando as complexidades envolvidas.

A sociedade pode acompanhar o processo de licenciamento por meio do Sistema Eletrônico de Informação (SEI)¹⁰⁸. Esse programa armazena todos os documentos, desde os estudos iniciais até os relatórios de programas e projetos em andamento, além de acordos relacionados ao empreendimento, desde que seja obtida a autorização do órgão ambiental responsável, que, neste caso, é o IBAMA.

Entretanto, o acesso a essas informações não é tão simples, pois, geralmente, estão restritas aos profissionais envolvidos no processo e às comunidades afetadas. Ao solicitar acesso aos relatórios técnicos de andamento dos PBA no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) em abril de 2023, a pesquisa enfrentou atrasos, só obtendo a autorização da coordenação de Portos e Estruturas Marítimas (Comar) no final de junho de 2023. Essa demora prejudicou o desenvolvimento da pesquisa apresentada aqui.

Neste contexto, a implementação das obras do Porto Sul resulta em uma interação mais intensa com a comunidade local, envolvendo parte da população em questões relacionadas aos impactos socioambientais e aos programas de mitigação, além de oferecer oportunidades de emprego. Isso gera entusiasmo entre alguns, que veem nessa mobilização um sinal de progresso, mas também levanta preocupações devido à pressão exercida sobre um território já vulnerável a uma série de desafios sociais e ambientais.

Além do EIA/RIMA e o PBA, foram analisados também outros documentos que compõem o processo deste licenciamento, como alguns dos relatórios técnicos de

¹⁰⁸O Sistema Eletrônico de Informações (Sei) é o sistema totalmente eletrônico de trâmite de processos e documentos utilizado pelo Ibama. Disponível em: <https://sei.ibama.gov.br/>

execução dos projetos, a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA), e o Plano Diretor de Ilhéus, que não está no processo de licenciamento, mas é um instrumento municipal importante que estabelece regras para a organização e o desenvolvimento do Município em suas áreas urbanas e rurais, e que está sendo atualizado¹⁰⁹, com o “objetivo de planejar o futuro do território, orientando a atuação do poder público e da iniciativa privada, garantindo assim ao cidadão o direito às condições dignas e seguras para viver e promovendo e induzindo o desenvolvimento municipal de modo sustentável e resiliente.”¹¹⁰

O Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA)¹¹¹ é um acordo complexo entre diversos atores, incluindo o Ministério Público do Estado da Bahia, o MP Federal, a Procuradoria Geral da União, o governo da Bahia, a BAMIN (Bahia Mineração S/A), o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e o município de Ilhéus, na busca por aprimorar o licenciamento ambiental do Porto Sul.

O acordo foi homologado pela Justiça Federal, substituindo assim as ações civis públicas anteriormente em curso contra o empreendimento. Esse acordo estipula que a BAMIN deve alocar mais de R\$ 45 milhões em medidas de preservação ambiental, que incluem desde o planejamento territorial e o monitoramento ambiental até o fortalecimento das atividades de fiscalização, entre outras iniciativas. Além disso, tem como objetivo principal reforçar a governança ambiental para fomentar a gestão ambiental integrada.

A gestão desses recursos está sendo realizada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), um mecanismo financeiro nacional privado, sem fins lucrativos, que “trabalha para a conservação da biodiversidade no Brasil”¹¹², que presta contas físico-financeiras do TCSA ao Comitê Técnico de Execução (CTE) do

¹⁰⁹ A Revisão do Plano Diretor Participativo de Ilhéus (PDPI) /BA foi realizada pela empresa Arcadis. Disponível em: <https://digital.arcadis.com.br/portal/ilheus/downloads/>.

¹¹⁰ *Id.* 2022

¹¹¹ O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA) firmaram Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) determinando medidas para prevenir danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis na região do Porto Sul – Complexo Portuário e de Serviços, empreendimento previsto para ser instalado no distrito de Aritaguá do município de Ilhéus, a 452 km de Salvador (BA). Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/porto-sul-mps-firmam-termo-de-compromisso-socioambiental-para-evitar-e-mitigar-impactos-ambientais-em-ilheus-ba>

¹¹² O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), promove a gestão ambiental integrada e estratégica na área sob influência do Complexo Portuário e de Serviços Porto Sul, no Sul da Bahia. Sua área de atuação está localizada entre os municípios de Ilhéus e Itacaré, nos limites da Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada e da APA de Itacaré-Serra Grande. O objetivo é assegurar o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, as funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos da região, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis decorrentes da instalação do complexo portuário. Disponível em: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/tcsa-porto-sul/.

instrumento, formado por servidores da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (Sema), equipe técnica que acompanha e fiscaliza e presta contas ao Ministério Público (MP) acerca da execução dos compromissos assumidos.

A fundação de um Observatório Social¹¹³ é parte integrante do TCSA e tem a responsabilidade de monitorar e disponibilizar informações à população sobre a execução do termo, incluindo o status das licenças ambientais e autorizações para supressão de vegetação. No entanto, sua implementação encontrou desafios, conforme relatado em conversas e entrevistas realizadas, enfatizando a importância da transparência e do acesso às informações para as partes afetadas.

As ações de reparo, prevenção e compensação do PBA, conforme acordadas com os órgãos fiscalizadores e a sociedade, estavam em andamento quando a pesquisa começou. Alguns programas do PBA não haviam iniciado nem com o avanço das primeiras frentes de obras, enquanto as ações do TCSA estavam em fase de contratação, mas ainda não haviam começado no território.

É importante observar que, embora esses instrumentos possam ser vistos com ceticismo por parte da sociedade devido à percepção de que facilitam a implementação de empreendimentos, eles têm um papel significativo no direcionamento e na regulamentação das ações em territórios afetados. Além disso, esses documentos são de domínio público e estão sujeitos a validação, contestação e fiscalização por órgãos governamentais, pelo Poder Judiciário e pela sociedade em geral, embora a influência da sociedade no processo possa ser limitada.

Portanto, a análise detalhada e o acompanhamento contínuo desses instrumentos são essenciais para influenciar decisões e ações que beneficiem as populações afetadas e o meio ambiente, assegurando que as medidas acordadas sejam cumpridas de forma transparente e responsável.

Sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede, é possível observar como os diversos atores, como o FUNBIO¹¹⁴, o Ministério Público, a Universidade Estadual de Santa Cruz

¹¹³ A Secretaria do Meio Ambiente (Sema) e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) participaram, na cidade de Ilhéus, da inauguração do Observatório Social do Porto Sul. A unidade, que fica localizada no Parque Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), tem por objetivo monitorar e acompanhar as informações geradas na execução do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA). Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/2023/03/12499/Sul-da-Bahia-recebe-Observatorio-Social-especifico-para-obras-do-Porto-Sul.html>.

¹¹⁴ O FUNBIO seleciona pessoa jurídica para revisão dos Planos de Manejo da APA Costa de Itacaré/Serra Grande (APA CISG) e do PE Serra do Conduru (PESC) e elaboração dos Planos de Manejo da Área de Proteção Ambiental Lagoa Encantada e Rio Almada (APA LERA) e PE da Ponta da Tulha (PEPT), bem como para a elaboração dos Planos de Uso Público do PE Serra do Conduru (PESC) e do PE da Ponta da













(UESC) e a Bahia Mineração (BAMIN), estão interconectados por meio de processos e instrumentos como o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) e o Plano Básico Ambiental (PBA). Essa rede complexa de relações entre os diferentes agentes envolve compromissos claros e responsabilidades compartilhadas, com o objetivo de mitigar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável na região.

Além disso, essa abordagem permite identificar as interações e interdependências entre os atores, destacando como as ações de um influenciam as estratégias e resultados dos outros. O contexto revela um cenário onde a cooperação e a coordenação entre os diversos agentes são fundamentais para alcançar soluções equilibradas e duradouras, considerando tanto os interesses econômicos quanto os sociais e ambientais.

Quadro 2 – Documental do Porto Sul na Bahia: Lista de documentos analisados. (Legendas: Esses documentos são públicos e buscam sistematizar um pensamento a respeito da infraestrutura e do modelo de desenvolvimento do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul – CLIPS)

Documento	Assunto	Autor	Patrocinador	Data
Avaliação Ambiental Estratégica – AAE	“Plano de Atividades para a Execução da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Minero-Industrial da Região Cacaueira-Complexo Porto Sul”.	Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente - LIMA/COPPE/UFRJ	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	2008


Tulha (PEPT). Disponível em: https://www.funbio.org.br/compras_contratacoes/o-funbio-seleciona-pessoa-juridica-para-revisao-dos-planos-de-manejo-da-apa-costa-de-itacare-serra-grande-apa-cisg-e-do-pe-serra-do-conduru-pesc-e-elaboracao-dos-planos-de-manejo-da/

<p>Estudos de Impacto Ambiental - EIA/RIMA Processo no 02001.003031/20 09-84/ Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – (DERBA)</p> 	<p>Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do Porto Sul.</p>	<p> Hydros Engenharia e Planejamento Ltda</p>	<p> Bahia Mineração (BAMIN) e Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)</p> 	<p>2010</p>
<p>Programa Básico Ambiental – PBA do PORTO SUL Processo no 02001.003031/20 09-84 / Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)</p> 	<p>Programa de Comunicação e Interação Social Programa de Reassentamento Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Programa de Valorização da Cultura Programa de Educação Ambiental</p>	<p> Bridge Gestão Social (BRIDGE) e Instituto Superior de Sustentabilidade (ISUS)</p> 	<p> Bahia Mineração (BAMIN) e Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA)</p> 	<p>PBA 2014 e Relatório abril de 2023</p>
<p>Termo de Compromisso Socioambiental - TCSA</p>	<p>Projetos Socioambientais</p>	<p>Estado da Bahia (SEMA/BA, INEMA e Casa Civil), o Município de Ilhéus, a Bahia Mineração S.A (BAMIN), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual da Bahia (MPBA) + FUNBIO, Grupo Gestor e Observatório Social (Parque Científico Tecnológico do Sul da Bahia – PCTSul e Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) Sul da Bahia.</p>	<p> Bahia Mineração (BAMIN)</p>	<p>2019</p>
<p>Plano Diretor Municipal</p>		<p>ARCADIS- soluções sustentáveis de design.</p> 	<p>Prefeitura de Ilhéus e  Bahia Mineração (BAMIN)</p>	<p>2022</p>

Fonte: Acervo pessoal

Quadro 3 – Documental do Porto Sul na Bahia: estudos produzidos pelas organizações da sociedade civil e analisados para a pesquisa / A Voz da Sociedade Civil e Planos Socioambientais Alternativos

Título	Assunto	Autor	Patrocinador / Apoio	Data
--------	---------	-------	----------------------	------

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Litoral Sul	Programa Nacional De Desenvolvimento Sustentável De Territórios Rurais - PRONAT	Colegiado Territorial e FLORAR	MDA - Secretaria De Desenvolvimento Territorial	2010
O Desenvolvimento dos Territórios do Baixo Sul e do Litoral Sul da Bahia: a Rota da Sustentabilidade, Perspectivas e Adversidades	“elaboração de um documento que contextualize e aprofunde o conhecimento sobre as vocações, potencialidades e oportunidades de desenvolvimento do Sul da Bahia”	Amílcar Baiardi Francisco Teixeira	Instituto Arapyauá	2010
Manifesto por um Sul da Bahia Sustentável	Ato contra a construção do Porto Sul	Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável	97 organizações	2010
Ecodesenvolvimento no Sul da Bahia: uma visão de futuro muito além do Porto Sul	Apresenta uma visão de futuro para a região, centrada no turismo e no cultivo de cacau.	Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável	Idem	2010
Região Metropolitana Sul Da Bahia: Uma Proposta.	Discussão sobre a delimitação de uma “região metropolitana do sul da Bahia”	Bahiagás – Companhia de Gás da Bahia e SEDUR – Secretaria de desenvolvimento Urbano da Bahia.	Bahiagás – Companhia de Gás da Bahia e SEDUR – Secretaria de desenvolvimento Urbano da Bahia.	2013
FAQ Porto Sul	Informações organizadas pelo INI sobre o Complexo Intermodal Porto Sul	Instituto Nossa Ilhéus	Instituto Nossa Ilhéus	Última atualização em 2019
Grandes Empreendimentos no Sul Da Bahia: Arranjos Político-Institucionais, Riscos e Oportunidades Para Litigância Estratégica	Estudo de viabilidade para atuação jurídica, a partir de análises documentais.	Hernandez Lerner & Miranda Advocacia 	Movimento Sul da Bahia Viva	2022
Mapeamento de Migrantes em Serra Grande Uruçuca Bahia Brasil	O objetivo de compreender as mudanças locais devido aos fluxos migratórios recentes. A pesquisa envolveu 374 participantes por meio de questionários, grupos focais e entrevistas.	Tabôa Fortalecimento Comunitário.	<i>Conecting Communities in the Americas + Global Found for Community Foundation + Comuá</i>	2023

Educação, Cacau e Turismo: propostas de ação com o governo do estado (2023 – 2026)	Resultado de oficinas temáticas promovidas pela ADR com representantes do poder público, empresas, academia, terceiro setor e das comunidades locais.	Agência de Desenvolvimento Regional – ADR Sul da Bahia	<i>Arapyau, Sebrae, AMURC, Humanize, PCTsul, Sul da Bahia Global, UFSB, dentre outros.</i>	2023-2026
--	---	--	--	-----------

Fonte: Acervo pessoal

Assim, foram lançadas as bases para o desenvolvimento da infraestrutura na costa da Bahia, suscitando questionamentos sobre sua pertinência e evidenciando um expressivo potencial de impacto sobre a Mata Atlântica. Esses processos, ao mesmo tempo em que criam oportunidades para a região, também provocam importantes debates sobre os impactos nas comunidades e conservação ambiental. Além dos documentos previamente analisados, que desempenham um papel central como agentes no processo, foram identificados diversos outros atores, cujos papéis e influências serão trazidos com mais detalhes na seção seguinte.

7.1.4 Critério, estratégia de identificação e lista de sujeitos analisados

Desde o lançamento do projeto do Porto Sul em 2008, essa iniciativa tem sido objeto de intensas controvérsias, transformando-se em um ponto de conflito entre diversas comunidades urbanas e rurais, organizações da sociedade civil, institutos de pesquisa e acadêmicos. Enquanto alguns apoiam a ideia de que a economia resultante da construção do Porto Sul traria empregos e desenvolvimento para uma região que tem sofrido estagnação econômica desde a crise do cacau nos anos 1980 e 1990, outros expressam preocupações com os impactos socioambientais do projeto, acreditando que ele pode não atender adequadamente às necessidades da região.

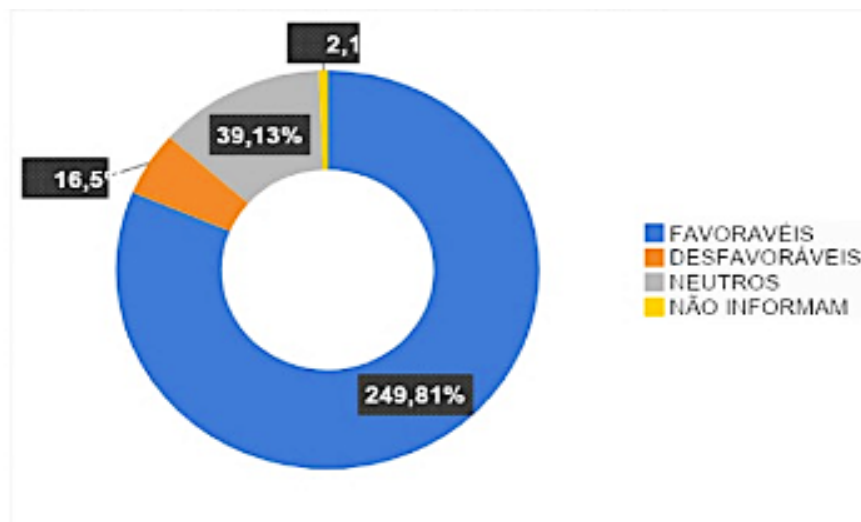
Esse cenário tem gerado um debate contínuo e polarizado, com diferentes perspectivas sobre os benefícios e desvantagens do Porto Sul para as comunidades. Portanto, nesta pesquisa, procuramos aprofundar o conhecimento das propostas e mapear as controvérsias, seus participantes e atributos. Para identificar os atores envolvidos nesse contexto, consideramos critérios e estratégias de identificação, listando alguns dos participantes que desempenharam papéis significativos.

Assim, o estudo dos atores começou com uma análise da matriz de grupos de interesse relacionados ao empreendimento do Porto Sul, encontrada em um dos relatórios do Programa de Comunicação e Interação Social fornecidos pela BAMIN ao órgão ambiental. Embora essa análise possa estar sujeita a viés, decidimos considerar esses

dados como um ponto de partida para a identificação dos atores. A matriz mapeou um total de 306 pessoas e organizações, das quais 246 demonstraram apoio ao projeto, enquanto apenas 16 se posicionaram contrariamente.

Essas informações nos permitem entender melhor as diferentes perspectivas e posicionamentos em relação ao projeto do Porto Sul, fornecendo uma visão mais completa das dinâmicas envolvidas.

Figura 21- Favorabilidade da população e organizações sociais em relação ao Porto Sul



Fonte: Relatório PCIS, dez. 2022. p.112.

Na busca por mapear os apoiadores da implementação do projeto Porto Sul, também foram examinados os relatórios da Audiência Pública de Ilhéus, realizada em outubro de 2011, que fazem parte dos registros do processo de licenciamento do Porto Sul. Embora não seja possível detalhar todas devido à quantidade significativa, algumas das organizações que se posicionaram a favor do Porto Sul incluem:

Quadro 4 – Organizações sociais favoráveis ao empreendimento Porto Sul em Audiência Pública de Ilhéus

Associação de Agricultores Familiares	de Vila Olímpio (AAFVO)
	Agropecuária e criadores da região de Sambaituba
Associação dos Moradores e Amigos	Bairro Nossa Senhora da Vitoria
	da Ponta da Tulha (ABCMPT)
	Povoado de São José
	Joia Do Atlântico
	Conj. Habitacional Santo de Pádua
	Pequenos Produtores do Retiro

	do Iguapé
	de Castelo Novo
	do bairro Nossa Senhora da Paz
	da Lagoa Encantada (AMALE)
	de Sambaituba
	de Aritaguá
	Abaixo-assinado com 133 moradores da comunidade de Ribeira das Pedras
Associação Comunitária e Desportiva	de Ponta da Tulha e Mamoã
	do Ponta do Ramo
	de Aritaguá
	Força Jovem da Vila Juerana
Associação	dos Trabalhadores da Construção Civil do Sul e Extremo Sul da Bahia
	de Pescadores e Marisqueiras do São Miguel
	Das Mulheres Produtoras de Guirapá e adjacências (AMPAG)
Instituto	Brasileiro de Educação, Cultura e Turismo Ltda (IBEC)
	Chocolate e Fundação Ecologia Poturu
	Aliança
Clube	Mar e Sol Esporte Clube
	Juerana Esporte Clube
Deputado Federal	do PT Josias Gomes
	do PT - Geraldo Simões
Prefeitura	Municipal de Jussari
Câmaras Municipais	de Coaraci e Uruçuca
Lions Clube	Internacional e Lions Clube de Ilhéus Norte;
União dos estudantes	secundaristas de Ilhéus (UESI)
Comitê de Entidades Sociais	Juventude do Coeso
Imprensa	Associação Bahiana de Imprensa
Lojistas e Comércio	Câmara dos Dirigentes Lojistas de Ilhéus
	Associação Comercial de Ilhéus
	Associação Comercial e Empresarial de Itabuna (ACI)

Sindicato	Órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário avulso dos portos organizados de Ilhéus (OGMOIL)
	dos operadores portuários de Ilhéus
	dos Empregados do Comércio das cidades de Ilhéus, Itacaré, Ubaitaba, Una e Uruçuca
	das Indústrias de aparelhos elétricos, eletrônicos, computadores, informática e similares dos municípios de Ilhéus e Itabuna
Educação - Faculdade	Tecnologia e Ciências de Itabuna
	Ilhéus (CESUPI)
	Centro de Desenvolvimento Humano na Educação e Saúde

Fonte: Audiência Pública de Ilhéus. Disponível em:
<https://www.camarailheus.ba.gov.br/site/audienciaspublicas>

Nessa audiência, várias organizações também expressaram suas perspectivas:

toda região cacauceira vem sofrendo há mais de 20 anos após a crise do cacau com falta de empregos, saúde pública, crescimento populacional desordenados, os Distritos não possuem saneamento básico e na sua maioria não tem água tratada e a segurança pública deixa muito a desejar-lo. Com esses empreendimentos, virão novos empreendedores, de grande, médio e pequeno porte, que vai gerar mais empregos, e renda para toda população e mais arrecadação para município. Logo nossos filhos não precisarão sair para trabalhar em Vitória no Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, mais precisamente em Macaé, e outra plataforma de embarque. Acreditamos que novos cursos irão surgir com mais qualificação profissional, mais escola, saúde e segurança para que tenhamos uma qualidade de vida melhor (AUDIÊNCIA PÚBLICA de Ilhéus, out. 2011).

Em um outro depoimento, pudemos ver também a importância do relacionamento que a BAMIN desenvolveu com as comunidades, buscando seu engajamento e abrindo um canal de comunicação interpessoal e direto com os funcionários da empresa. Além disso, fica claro o seu descontentamento com os serviços públicos.

Funcionários da BAMIN desde o início de 2009 visitam nossa comunidade, trazendo informações e esclarecimentos sobre esse empreendimento, como projetos para capacitação dos jovens e adultos. Nós já perdemos muito e hoje vivemos basicamente da pesca, que também já foi muito prejudicada. O turismo na lagoa ainda é muito fraco e não tem nenhum incentivo. Nossa estrada está em péssimas condições. Por isso, quando ouvimos algumas pessoas se referindo ao local onde moramos como sendo um paraíso, concordamos, mas, todo paraíso precisa de cuidados para se sustentar (AUDIÊNCIA PÚBLICA de Ilhéus, out. 2011).

Em linhas gerais, os testemunhos favoráveis destacam o potencial do projeto para trazer uma série de benefícios à comunidade, tais como a criação de oportunidades de

emprego, programas de geração de renda, desenvolvimento econômico e aprimoramento das escolas, estradas, assistência médica e segurança. No entanto, é importante ressaltar que questões relacionadas à infraestrutura e aos serviços essenciais nas comunidades, tanto os pré-existentes ao empreendimento, bem como os que serão estabelecidos com o empreendimento, suscitam dúvidas quanto às responsabilidades das empresas privadas e do setor público.

Acreditamos que esse projeto pode trazer muita coisa boa para nossa gente, como emprego, projetos de renda, desenvolvimento, melhoria da infraestrutura (escolas, estradas, saúde, segurança) e com isso, o governo com certeza vai olhar mais para nossa lagoa, investir nela e assim, poderemos acreditar em um futuro melhor para os que moram nessa comunidade. Fica então registrado nesse documento nosso apoio à implantação do Projeto Porto Sul em Aritaguá (AUDIÊNCIA PÚBLICA de Ilhéus, out. 2011).

Os habitantes das comunidades que circundam o local das obras do Porto Sul, bem como aqueles que serão afetados por sua operação futura, percebem que sua relação com a Bahia Mineração pode resultar em vantagens. Eles são convidados a participar de iniciativas sociais, como reuniões comunitárias e eventos, relacionados tanto às ações de mitigação dos impactos provocados pelas empresas quanto a outras atividades. Essa interação, por outro lado, pode ter origem em conflitos com as empresas, resultante dos prejuízos e impactos. O ponto fundamental é que um relacionamento é estabelecido entre as empresas e as comunidades próximas ao empreendimento, e a natureza desse relacionamento pode variar de acordo com a presença (ou ausência) do estado e dos serviços essenciais nas comunidades, representando uma oportunidade de serem reconhecidos ou não.

Tivemos a oportunidade de acompanhar a seriedade da Bahia Mineração. Procuramos a equipe da BAMIN por diversas vezes para esclarecer nossas dúvidas, e para conhecer nossa comunidade. Tanto que esse contato resultou na formação de um grupo produtivo que demos o nome de Doces Retiro. Estamos produzindo frutas desidratadas e temos o acompanhamento total da empresa para o desenvolvimento dos nossos negócios. É a nossa esperança de sermos enxergados e respeitados (AUDIÊNCIA PÚBLICA de Ilhéus, out. 2011).

Em um outro depoimento público, um residente de Serra Grande, Uruçuca, destaca uma situação notável que diz representar a região. Ele relata que a comunidade em Serra Grande é composta por “aproximadamente 2.600 residentes permanentes e cerca de 2.480 pessoas flutuantes”, incluindo estrangeiros e outros imigrantes. O autor da carta expressa a preocupação de que os estrangeiros possam ter uma vantagem competitiva sobre os nativos, o que ele considera um obstáculo para o desenvolvimento do

empreendimento. Além disso, há uma inquietação em relação ao tratamento de esgoto na região, que é percebido como um desafio significativo afetando os moradores locais.

O depoimento também sugere que o grupo social que se opõe ao Porto Sul é uma coalizão composta por “organizações não governamentais (ONGs), empresários brasileiros e estrangeiros, além de escolas financiadas por empresários”.¹¹⁵

7.1.4.1 *Sujeitos mais críticos ao Complexo Logístico Porto Sul*

As organizações que se manifestaram contra a implantação do projeto do Porto Sul foram identificadas por meio da análise dos relatórios do processo de licenciamento ambiental, bem como de fontes como manifestos e publicações. A pesquisa de campo também observou esses atores por meio de entrevistas, oferecendo uma compreensão mais detalhada de suas posições e preocupações.

Durante as audiências públicas, surgiu a Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável (RSBJS), uma articulação que reuniu diversas organizações da sociedade civil com uma visão estratégica para a região. A RSBJS reconhecia a dupla vocação do sul da Bahia como um local turístico e produtor de cacau, inspirando-se no conceito de ecodesenvolvimento para harmonizar essas potencialidades.

Em 2010, a rede publicou um relatório intitulado "Ecodesenvolvimento no sul da Bahia: uma visão de futuro muito além do Porto Sul", no qual apresentou argumentos contra o Complexo Intermodal do Porto Sul. Segundo este documento, a rede reunia 23 instituições regionais, nove nacionais e internacionais, além de três outras redes, abrangendo uma variedade de grupos, como ambientalistas, organizações sociais, instituições profissionais, associações de empresários, pescadores e moradores. Embora esse empreendimento oferecesse promessas econômicas com características industriais, a rede considerava essa abordagem desastrosa do ponto de vista ambiental, social e cultural.

Dessa forma, a Rede Sul da Bahia, consolidada durante as Audiências Públicas entre 2010 e 2012, destacou a existência de um debate entre duas visões de desenvolvimento econômico na região. A primeira enfatiza a preservação da Mata Atlântica e promove empreendimento baseados nas necessidades e vocações locais para um crescimento sustentável, como turismo, produção de cacau e pesca. Já a segunda visão segue um modelo industrial global tradicional, desconectado das necessidades de combater o aquecimento global e as mudanças climáticas.

¹¹⁵ Autos do processo de licenciamento do Porto Sul - audiência pública de Ilhéus, outubro de 2011.

Com essas duas visões em disputa, a Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável coloca-se como uma força crítica que busca influenciar o futuro da região, defendendo um caminho de desenvolvimento mais alinhado com a sustentabilidade e as necessidades locais.

Em abril de 2010, a Rede organizou um manifesto¹¹⁶, com respaldo do Ministério Público Federal da Bahia e mais 97 organizações, em protesto ao Porto Sul.

O nosso manifesto quer alcançar todas as pessoas lúcidas, para se juntar em um amplo movimento que não se esgota em resistência a uma insanidade de investimentos privados estranhos ao que somos. Pelo contrário, queremos promover um mundo de prosperidade aqui neste lugar, com centenas de milhares de pessoas trabalhando, e muitos bilhões de reais de receita anualmente com tudo o que temos aqui. Não é destruindo a costa do cacau que promoveremos riqueza. O Porto Sul promove a morte – de peixes, florestas, animais, rios, economias e culturas bem plantadas nesta região. Dizer não ao Porto de Ferro da Bahia Mineração é dizer sim a esta terra que nos acolhe e nos provê água, clima, comida, paisagem, bem-estar (2010).

Figura 22 – Abraço à Lagoa Encantada



Fonte: BERBERT, Mary. O ECO, 2010. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/23848-manifesto-contra-porto-baiano-sp-1986679143/>

O Movimento Sul da Bahia Viva (MSBV) tem continuado os esforços da Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável (RSBJS), mantendo o foco na promoção de um futuro sustentável para a região. Em 2019, o movimento consolidou sua presença nas redes

¹¹⁶ Manifesto por um Sul da Bahia Sustentável, 2010. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/23848-manifesto-contra-porto-baiano-sp-1986679143/>

sociais e lançou um abaixo-assinado contra a construção do Porto Sul, que obteve 13.400 assinaturas.

Em abril de 2021, o MSBV lançou o documento "Carta Aberta aos Interessados no Leilão para a Subconcessão do Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), entre Caetitê e Ilhéus (BA)"(Anexo 1), alertando para os riscos associados ao leilão de concessão da ferrovia, que acabou sendo vencido pela BAMIN, a única empresa a apresentar uma proposta. Esse evento marcou o início das obras de construção do trecho final da ferrovia, que se conectará ao Porto Sul.

Além do Instituto Nossa Ilhéus e do Instituto Floresta Viva, outras oitenta organizações também assinaram a carta aberta aos investidores da FIOL, demonstrando um amplo apoio e preocupação com as implicações do projeto. Assim, o Movimento Sul da Bahia Viva segue atuando como uma força de oposição ao Porto Sul, destacando a necessidade de preservar o equilíbrio ambiental e social na região.

Em junho de 2023, o MSBV lançou um novo manifesto em que pergunta: Porto Sul para quem? (Anexo 2) e nele solicita “uma auditoria minuciosa na licença deste projeto, com participação de especialistas e sociedade civil”. Justificam que após dez anos da concessão da licença ambiental, "não há transparência sobre o cumprimento das condicionantes impostas à empresa", e que “as comunidades, os agricultores, os moradores, a economia, a sustentabilidade e o futuro do Sul da Bahia estão ameaçados por um complexo que inclui mineração, ferrovia e porto". Até o momento, em meados de 2023, dezessete organizações haviam assinado o manifesto.

No contexto da Teoria do Ator-Rede (TAR), é fundamental entender que as redes identificadas são formadas por uma ampla variedade de elementos que estão interconectados. Esses elementos são conceituados como "Actantes" pelos estudiosos da TAR e esse termo abrange tanto atores humanos quanto não humanos. Os Actantes fazem as associações acontecerem (LATOUR, 2001) e são agentes ativos que interagem uns com os outros, desencadeando uma intrincada rede de associações e influências na região.

O termo "actante" é utilizado para descrever qualquer elemento que tenha o poder de iniciar ação, gerar movimento e introduzir diferenciação. Em resumo, eles atuam como intermediários e facilitadores que estabelecem conexões, tanto entre si mesmos quanto em colaboração ou conflito com outros, desempenhando o papel de "fazedores de ação".

Esse termo é adotado como uma maneira de romper com a ideia tradicional de que os atores sociais são exclusivamente humanos, permitindo uma reavaliação da divisão entre sujeito e objeto frequentemente estabelecida pela sociologia. Na TAR não existe

uma distinção rígida entre sujeito e objeto, mas sim uma hibridização na qual os sujeitos são moldados por sua associação a objetos e vice-versa.

A seguir no quadro 5 listamos alguns dos actantes que fazem parte desta pesquisa:

Quadro 5 – Actantes participantes da pesquisa

BAMIN
ERG
PORTO SUL
FIOL
Governo Federal
Governo Estadual
Governo Municipal de Ilhéus e de Uruçuca
IBAMA – Federal
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio
Fundação Palmares
FUNAI
IPHAN
INEMA - Estado
Secretaria de Meio Ambiente – Municipal
Associação de pescadores artesanais de Serra Grande
Associação de moradores da Vila Juerana AMORVIJU
Sistema Eletrônico de Informações -SEI
PBA
Colônia de Pesca Z-18
Colônia de Pesca Z-19
Colônia de Pesca Z-34
Ministério Público Federal
Ministério Público da Bahia
TCSA
CTE: Comitê Técnico de Execução do TCSA
Funbio
Observatório Socioambiental
Escola Dendê da Serra
Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Litoral Sul da Bahia (CDS-LS) – 26 municípios.
Parque Científico e Tecnológico Sul da Bahia

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
CEPLAC
IFBaiano
Instituto Floresta Viva
Instituto Nossa Ilhéus
Cinedelia
SOS Mata Atlântica
filme "Porto Sul, uma breve história de progresso"
Tabôa Fortalecimento Comunitário (SG)
Instituto Arapyaú
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável
Movimento Sul da Bahia
Expresso 22222
Movimento ou Fórum Sul da Bahia Global
Agência de Desenvolvimento Regional Sul da Bahia Global
Associação Pedagógica Dendê da Serra
Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá),
Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ),
Justiça nos Trilhos, v
árias Fazendas de Cacau,
Piracanga Ecovila
Rede de ongs da Mata Atlântica
Sebrae
Associação dos Municípios do Sul - AMURC,
Humanize.
GIZ
Centro de Inovação do Cacau – CIC
Instituto Chapada de Educação e Pesquisa
BID

Fonte: Acervo pessoal.

A pesquisa mapeou os atores ou actantes envolvidos no contexto do Porto Sul, investigando em campo e nos relatórios suas ações em relação ao empreendimento e suas interações no ecossistema do desenvolvimento proposto.

7.2 O TOQUE NA PESQUISA: DESCOBERTAS ESPONTÂNEAS E CAMINHOS INESPERADOS

O toque pode levar tempo para acontecer e pode ter diferentes graus de intensidade. Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. A atenção do cartógrafo é capturada de modo involuntário, quase reflexo, mas não se sabe ainda do que se trata. (KASTRUP 2007, p. 19)

À medida que a pesquisa se aprofundava no norte de Ilhéus, em direção a Serra Grande, em Uruçuca, uma nova narrativa começava a emergir na paisagem. A rodovia BA-001, serpenteando pela costa, revelava os elementos característicos do sul da Bahia: árvores frondosas, a brisa do mar e uma paleta de cores típicas da região. A Estrada Parque oferece um percurso de 65 km entre Ilhéus e Itacaré, passando por lagoas, coqueiros e palmeiras, e atravessando a Mata Atlântica com passarelas suspensas para a travessia de animais.

Em 2021, o Porto Sul avançou nas obras de acesso, inaugurando em setembro uma ponte sobre o Rio Almada que conecta a estrada Parque à futura área industrial do porto. Com isso, as operações do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS) estão programadas para começar em 2027, trazendo uma mudança significativa para a região.

Conforme a pesquisa se aproximava de Aritaguá, as placas indicativas sinalizavam a proximidade do Porto Sul e delineavam as mudanças significativas na paisagem, antes dominada pelo manguezal e pelo verde da mata. Já com as primeiras frentes de supressão da vegetação, era possível avistar trechos de terra arrasada, indicando o avanço das obras do Porto Sul em ambos os lados da estrada. O canteiro de obras do porto prenunciava uma paisagem que em breve será completamente diferente, com máquinas imponentes e estruturas de construção que parecem estar prestes a dominar o horizonte.

Essa transformação não se limitava apenas a uma mudança visual, mas sugeria uma ruptura no padrão anteriormente estabelecido. O ambiente mostrava uma modificação clara, destacando uma discrepância em relação à situação anterior, que, embora ameaçada pelo avanço do turismo de veraneio, parecia manter uma devastação mais lenta. Essa mudança na paisagem representava uma forma de alteração visível e inesperada, uma irregularidade emergente que refletia as influências externas que impactavam o local.

Ao seguir pela estrada, a pesquisa chega ao mirante de Serra Grande, onde se depara com uma vista panorâmica das praias de Pé de Serra e Sargi. Nesta região, a

paisagem é definida pela convivência de manguezais com vegetação tropical, criando um cenário deslumbrante onde a foz do rio encontra o mar, proporcionando uma interação única entre as águas doces e salgadas.

Por fim, essa trajetória destaca a abundante flora e fauna locais, com estrelas-do-mar enfeitando a Praia do Sargi e a lua cheia emergindo majestosamente do oceano. As manhãs começam com o canto dos pássaros, conectando-se com a natureza. Além disso, a sorte pode levar a avistar as baleias jubartes que navegam entre julho e outubro.

À beira-mar, as águas-vivas, incluindo as belas e temíveis caravelas, flutuam nas águas e na areia. Pescadores se preparam para a pesca de arrasto ou partem em jangadas tradicionais da região. Essas experiências revelam uma interseção fascinante entre a natureza e a cultura, oferecendo uma visão única desse trecho do litoral baiano.

Com o intuito de proporcionar uma compreensão mais aprofundada da paisagem em Serra Grande, apresentamos a seguir alguns registros locais dessa época da pesquisa.

Figura 23 – Placas no canteiro de obras do Porto Sul



Fonte: Registro próprio

Figura 24 – Placas anunciando o Porto Sul na rodovia BA 001



Fonte: Registro próprio

Figura 25 – Rio Almada antes da construção da ponte do Porto Sul



Fonte: Foto José Nazal, 2008

Figura 26 – Rio Almada depois da construção da ponte do Porto Sul e canteiro de obras do retroporto



Fonte: Foto José Nazal, 2023

Figura 27 – Água viva Caravela na praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Figura 28 – Barra Nova, Distrito de Aritaguá, Ilhéus



Fonte: Foto José Nazal, 2019

Figura 29 – Desenhos naturais na praia do Sargi



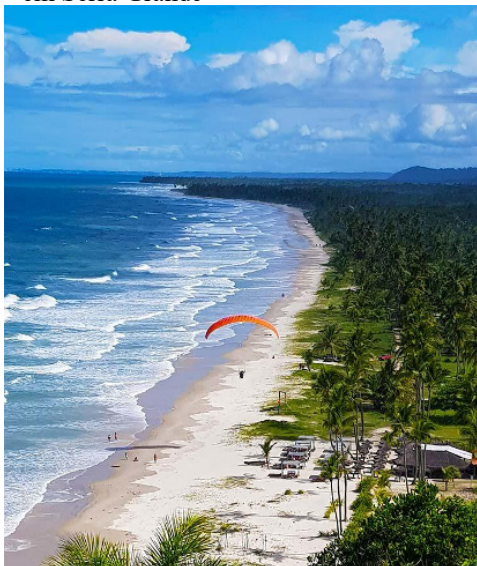
Fonte: Registro próprio

Figura 30 – Estrela do mar na praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Figura 31 – Praia do Pé de Serra e Sargi, em Serra Grande



Fonte: <https://www.essemundoenosso.com.br/mirante-de-serra-grande-itacare-ilheus/>

Figura 32 – Plantação de cacau em Serra Grande



Fonte: Registro próprio

Figura 33 – Pássaro na praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Figura 34 – Vegetação na Terra Paparyba, em Serra Grande



Fonte: Registro próprio

Figura 35 – Pescadores se preparando para o arrasto na Praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Figura 36 – Jangada na praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Figura 37 – Jangada na praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Figura 38 – Jangada na praia do Sargi



Fonte: Registro próprio

Como mencionado anteriormente, a pesquisa de campo teve início com uma fase exploratória nos meses de setembro, outubro e novembro de 2021. O foco estava em compreender as práticas de pesca com jangadas e estabelecer contato com os pescadores que ainda se dedicavam a essa atividade na praia de Serra Grande. No entanto, houve desafios significativos na comunicação com esses pescadores.

Primeiramente, havia uma escassez de pescadores ativos devido à época do ano e às restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Além disso, alguns pescadores

manifestaram relutância em participar de mais uma pesquisa, pois desde 2008, a população local, incluindo pescadores, marisqueiras e pessoas diretamente impactadas pelo empreendimento, tem sido alvo de investigações por diversos profissionais em busca de informações.

Em várias ocasiões, os habitantes locais demonstraram ceticismo em relação a essas pesquisas, preocupados com possíveis interferências em seus modos de vida e formas de geração de renda. Essa desconfiança e reticência adicionaram uma camada de complexidade à pesquisa de campo, evidenciando a necessidade de abordar as comunidades com respeito e sensibilidade às suas experiências e preocupações.

Várias tentativas de agendar reuniões presenciais com os presidentes das associações de pescadores de Serra Grande e de Ilhéus foram feitas, mas pouco sucesso foi alcançado. Assim, conversas com alguns pescadores foram realizadas, embora aprofundar esses contatos exigisse mais tempo para construir relações de confiança ao longo da pesquisa. No entanto, a fase do Toque revelou-se fundamental para estabelecer contatos com diversos entrevistados, abrangendo diferentes perspectivas. Adotou-se uma postura de observação e compreensão das dinâmicas complexas ao redor do tema.

Em novembro de 2021, houve uma redefinição do projeto, expandindo o foco para incluir o Movimento Sul da Bahia. As interações com esse movimento, especialmente por meio do presidente do Instituto Floresta Viva, Rui Rocha, orientaram a pesquisa de novas maneiras e demandaram critérios adicionais para selecionar entrevistados e participantes.

O envolvimento com o grupo de articulação do Movimento Sul da Bahia Viva e Sustentável apresentou desafios iniciais, pois foi necessário esclarecer a relação profissional anterior com a mineradora Vale para evitar mal-entendidos. Embora a Vale não estivesse diretamente ligada à BAMIN, meu histórico profissional levantou questões sobre como participar de um movimento social contrário à mineração. Após a saída da Vale em março de 2022, a inserção no grupo de *WhatsApp* do MSBV tornou-se mais confortável.

A pesquisa buscou compreender as dinâmicas em curso, envolvendo interação direta com os atores sociais e observação de suas relações com os projetos socioambientais. Por meio da abordagem da Cartografia das Controvérsias, a pesquisa mergulhou no território para uma compreensão mais profunda das controvérsias em torno do Porto Sul, indo além da observação externa e vivenciando as experiências e interações que moldam o contexto.

Essa fase foi decisiva para o processo de campo. O "toque" na pesquisa de campo envolveu uma sensação, uma conexão inicial, com encontros espontâneos que surgiram muitas vezes de forma inesperada. Isso ressaltou que, além de planejamento, a pesquisa exigia sensibilidade e disposição para seguir pistas inesperadas e até seus limites encontrados, foram igualmente valiosos.

Nesses momentos, emergiu a primeira faísca de uma compreensão mais profunda ou a semente de uma conexão significativa. Embora inicialmente incerta, essa sensação sugeriu a abertura para um novo território desconhecido, repleto de descobertas imprevistas e revelações que não podem ser antecipadas.

7.3 O POUSO – POR UMA OUTRA PERSPECTIVA

não deve ser entendido como uma parada, mas uma parada em movimento. [...] O gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala (KASTRUP, 2007, p.16).

A perspectiva de Kastrup (2007) nos conduz a questionar: "O que fazemos quando somos atraídos por algo que exige uma reconfiguração do território de observação?" Nesse sentido, esse período de pesquisa marcou a imersão no campo, permitindo uma participação nas dinâmicas em curso.

Após minhas experiências imersivas nos meses de fevereiro, março, novembro e dezembro de 2021, a pesquisa direcionou seu foco para a preparação do trabalho de campo. As atividades incluíram o agendamento de entrevistas, realização de conversas telefônicas e online, elaboração de questionários semiestruturados e planejamento logístico. Além disso, foi necessário reunir coragem para estabelecer novos vínculos como pesquisadora.

Meu retorno ao território de pesquisa, à praia do Sargi, aconteceu em junho e julho de 2022, durante o inverno, quando o clima não chega a ser frio, mas é bastante chuvoso. Uma vantagem dessa época do ano é a menor atividade turística, proporcionando um ambiente mais tranquilo para encontrar a população em seus afazeres mais cotidianos. Aluguei uma casa na praia do Sargi, e isso só foi possível porque no inverno os preços são mais em conta.

No âmbito da pesquisa, foquei em identificar os atores-chave relacionados ao Porto Sul. Isso incluiu moradores, representantes da BAMIN, do Estado, do Ministério

Público, consultores envolvidos nos projetos e movimentos sociais críticos ao empreendimento. Além de conduzir entrevistas, estabeleci diálogos informais com pescadores, amigos e membros da comunidade local, aprofundando meu entendimento das questões que mobilizam essas comunidades.

A participação em reuniões comunitárias em Aritaguá (Ilhéus) e Serra Grande (Uruçuca) se deu em encontros promovidos pela Taboa Associação Comunitária e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também houve integração à rede social do Movimento Sul da Bahia Viva, com a participação no grupo de *WhatsApp* da organização.

A abordagem adotada foi cartográfica, com ênfase em processos de produção, conexões de redes e mapeamento de trajetórias, contrastando com métodos tradicionais de representação de objetos (Barros; Kastrup, 2009, p. 52-75). Inspirada na pesquisa etnográfica, procurei incluir a observação participante, com presença constante no campo e interação direta com as pessoas e o ambiente.

7.3.1 Os relatos dos encontros no campo - tecendo redes e ações coletivas na Região do Porto Sul

Na perspectiva da Teoria Ator-Rede (TAR), como já mencionado, este estudo foi influenciado não apenas pelos eventos concretos que aconteceram, mas também pelos eventos que não se realizaram. Por exemplo, a tentativa de entrevistar pescadores não teve sucesso devido à constante ocupação deles e à desconfiança em relação à minha presença. Esse desafio evidenciou a importância de priorizar a escuta e a adaptação ao que se apresentava como principal, em vez de impor ideias preconcebidas. As questões norteadoras deste estudo incluíam: como estabelecer conexões com a comunidade local e como colaborar de forma sensível e apropriada com os atores envolvidos.

Em diversas ocasiões, foram feitas tentativas de agendar entrevistas com figuras-chave, como o presidente da Associação dos Pescadores do Povoado de Serra Grande, Adenildo Gonçalves dos Santos (Deni), e o presidente da Colônia de Pescadores Z-34, Reinaldo Oliveira dos Santos (Zé Neguinho). No entanto, essas tentativas de entrevistar os pescadores revelaram-se desafiadoras, com dificuldades persistentes na programação e diversas ausências nos compromissos previamente agendados. Devido às limitações de tempo, optei por prosseguir com os grupos que demonstraram abertura para o diálogo sobre o Porto Sul. A pesquisa seguiu sensível às dinâmicas e atores envolvidos, priorizando uma abordagem flexível e adaptável.

Da mesma forma, houve tentativas de estabelecer contato com membros da BAMIN para discutir o Projeto Básico Ambiental (PBA). Durante o processo, tentamos o diálogo com os funcionários da BAMIN pelos meios de comunicação da empresa, o 0800. Depois de esperar por alguns meses, desisti e fiz contato pela rede social *LinkedIn* com a diretora de Sustentabilidade da empresa, Rosane Santos. Ela prontamente me respondeu e me indicou conversar com sua equipe no território, ou seja, em Ilhéus. Depois de algumas tentativas, consegui agendar uma reunião com os analistas responsáveis pela relação com a comunidade, que foi realizada no escritório próximo ao canteiro de obras.

No entanto, eles explicaram que apenas o presidente da empresa podia conceder entrevistas, mas fizeram uma apresentação institucional sobre os programas socioambientais em andamento. Para mais detalhes, indicaram que eu deveria consultar o processo de licenciamento no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), o que será discutido posteriormente.

No que se refere ao Observatório Socioambiental e o TCSA, fui até o campus da UESC, onde deveria estar a sede do Observatório, mas ele ainda não estava plenamente operacional¹¹⁷ e não consegui agendar uma entrevista com alguém que pudesse conversar a respeito. Enviei um e-mail e tentei entrar em contato com a Dra. Aline, promotora de justiça do Estado da Bahia responsável pelo caso do Porto Sul, mas não obtive resposta.

Como precisava obter informações sobre o andamento do TCSA, encontrei no site do FUNBIO relatórios de prestação de contas das parcelas liberadas e dos contratos realizados para a execução das atividades. Tentei marcar uma entrevista por e-mail¹¹⁸ com o FUNBIO, e a gerente de projeto, Mayne Moreira, respondeu:

No âmbito do TCSA Porto Sul, o FUNBIO é a instituição selecionada para realizar a gestão financeira, fiduciária e operacional do TCSA Porto Sul. Nosso papel é operacionalizar as ações previstas pelo instrumento jurídico formalizado.

Considerando o arranjo do projeto, aproveito a oportunidade para apresentar a assessora de comunicação do INEMA, Wilma Nascimento, em cópia neste e-mail, que poderá lhe auxiliar com informações de escopo técnico e outros relativos ao instrumento jurídico.

Após obter essa informação, entrei em contato com o Inema, que prontamente me respondeu, explicando que os relatórios técnicos de execução do TCSA Porto Sul estavam

¹¹⁷ O Observatório Socioambiental foi lançado posteriormente em abril de 2023.

¹¹⁸ E-mail referente à gerente de projeto do FUNBIO, Mayne Moreira; gerencia.tcsa@funbio.org.br

sendo elaborados em parceria entre a equipe do Inema e o Funbio, sob a coordenação do Comitê Técnico Executivo (CTE). Esses relatórios podem ser consultados no site da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia.

É importante destacar que uma das entrevistadas nesta pesquisa é a especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Inema/UR Sul, Maria Eduarda Sampaio, que tem um papel central no CTE, como será detalhado mais adiante.

7.3.1.1 *Encontro I: mobilização comunitária em Serra Grande*

No encontro promovido pela Taboa, o objetivo era mobilizar a comunidade para lançar a pesquisa "Mapeamento de Migrantes em Serra Grande" e convidar todos a participar das entrevistas que os agentes do projeto começariam a realizar nas próximas semanas. Durante a reunião, estavam presentes os pescadores da associação que eu tentava entrevistar há dias, e ficamos juntos no mesmo grupo de trabalho, o que foi interessante.

Com o objetivo de fortalecer uma cultura de engajamento e filantropia para justiça socioambiental no território em que estamos sediados, criamos, em 2022, o projeto Engaja Serra, no qual fomentamos conexões entre pessoas e causas estratégicas com foco no fortalecimento de iniciativas de base comunitária¹¹⁹. (COMUNICAÇÃO TABOA, jul. 2023)

A Taboa é uma organização sem fins lucrativos sediada em Serra Grande, cuja missão é fortalecer comunidades com acesso a conhecimentos, recursos financeiros e cooperação. Fundada em 2014, expandiu suas atividades para outras comunidades em 2017. O foco da Taboa é capacitar pessoas, negócios e organizações em direção à sustentabilidade, promovendo iniciativas de base comunitária e empreendimentos socioeconômicos que valorizam a cultura e as vocações locais.

Também tentei entrevistar um dos membros da Taboa, mas o interlocutor fez questão de deixar bastante claro que eles não se envolviam com as questões do Porto Sul, que não era interesse da Associação, nem tão pouco trabalhar para os projetos da BAMIN.

A Taboa foi criada e incentivada inicialmente pelo Instituto ARAPYÁÚ, que tem como objetivo principal “transformar o sul da Bahia em um exemplo de desenvolvimento sustentável no Brasil”. Fundado em 2008, atua em parceria com diversas redes,

¹¹⁹ A Taboa é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2014 iniciou suas atividades no distrito de Serra Grande, Uruçuca/BA. Tem como missão fortalecer as comunidades do Sul da Bahia pelo acesso a conhecimentos, recursos financeiros e o estímulo à cooperação, para que pessoas, negócios e organizações realizem seu potencial, rumo à sustentabilidade. Disponível em: <https://www.taboa.org.br/>.

comunidades e o poder público, concentrando-se em municípios como Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Itabuna, Una e Canavieiras. O instituto apoia o desenvolvimento econômico da região, especialmente através do “fortalecimento e dinamização da cadeia de cacau cabruca, como exemplificado pelo CRA Sustentável”¹²⁰.

A entidade também trabalha na “melhoria da educação básica municipal, buscando aumentar a qualidade e equidade, envolvendo a comunidade, gestores escolares e professores”. Além disso, o instituto se dedica ao “fortalecimento das capacidades institucionais e à articulação de atores pelo desenvolvimento territorial”¹²¹. (INSTITUTO ARAPYAÚ, 2022)

Figura 39 – Encontro II: reconexão entre organizações e ativistas críticos ao desenvolvimento representado pela BAMIN.



Fonte: Foto Taboá de julho de 2022

¹²⁰ CRA com impacto socioambiental na cadeia de valor do cacau. Relatório Anual de Uso dos Recursos, Resultados e Impactos, 2021. TABOÁ. Disponível em: https://www.taboa.org.br/images/Relatorio_CRASustentavel_Digital_Compacto.pdf.

¹²¹ O Instituto Arapyau busca tornar o sul da Bahia uma referência brasileira de desenvolvimento sustentável, com redução de desigualdades por meio da valorização de suas potencialidades e vocações. Desde sua criação, em 2008, o Arapyau atua em redes com muitos parceiros, comunidade e poder público. Concentra ações nos municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Itabuna, Una e Canavieiras, e contribui com o fomento da Agência de Desenvolvimento Regional Sul da Bahia, a qual atua de maneira mais ampla no território. Disponível em: <https://arapyau.org.br/programas/sul-da-bahia/>

7.3.1.2 *Encontro II: mobilização comunitária em Ilhéus*

No dia 17 de julho, a convite de uma pessoa que conheci do Movimento Sul da Bahia Viva, fui participar de um encontro organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e que tinha objetivo de reconexão entre ativistas e o Movimento Atingidos da Mineração (MAM), visando uma luta conjunta contra os impactos da mineração e outras questões relacionadas ao desenvolvimento da região. Algo que eu só me permiti fazer depois de encerrar meu trabalho na Vale. Foi uma experiência refrescante, pois, depois de muitos anos, eu estava no campo não como representante de uma empresa, mas como pesquisadora, de forma independente. A partir desta noite eu percebi melhor que, caso eu tivesse mais tempo, aos poucos eu iria me integrando nos grupos que são muito participativos nas questões locais.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que apoia, acompanha e assessora comunidades rurais, promovendo a “criação de movimentos e organizações autônomas”. Seu trabalho concentra-se “na luta contra a violência e na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, incluindo comunidades tradicionais como quilombos, ribeirinhos e outros”. O Regional Bahia é uma das divisões regionais da CPT no Brasil, com uma equipe de agentes e voluntários dedicados a essa missão.¹²²

E Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) é

um movimento popular não conjuntural que atua de forma contínua na questão da gestão dos recursos naturais do país. Sua ação está voltada para as massas afetadas pela mineração, com o objetivo de debater e influenciar o processo de extração mineral, definindo limites para a atividade e promovendo a soberania popular na mineração (MAM, 2012)¹²³.

Durante o encontro, estavam presentes organizações regionais e nacionais, além de uma pessoa próxima da Associação dos Moradores da Vila Juerana. Foram abordados diversos tópicos, incluindo a desigualdade de poder na definição de diagnósticos, a

¹²² A Comissão Pastoral da Terra (CPT), apoia, acompanha e assessora os povos da terra e das águas e lhes presta um serviço solidário de caráter pastoral. Em suas ações, a CPT estimula os homens e as mulheres do campo a se interligarem e criarem seus próprios movimentos e organizações autônomas. Disponível em: <https://cptba.org.br/sobre/https://cptba.org.br/sobre/comunidades-tradicionais/>.

¹²³ O MAM é um movimento popular não conjuntural, mas que incide perenemente no processo político brasileiro, no que tange às destinações e apropriações dos bens naturais desse país. Os elementos históricos da formação econômica e social brasileira são, também, decisivos para compreendermos a concepção do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que busca e projeta ideias de mudanças estruturais da nossa sociedade. Disponível em: <https://www.mamnacional.org.br/mam/quem-somos/>

análise de documentos oficiais do Porto Sul como o EIA (Estudo de Impacto Ambiental), o PBA (Plano Básico Ambiental) e o TCSA (Termo de Compromisso Socioambiental), e a necessidade de entender a noção de desenvolvimento e sua relação com questões globais e locais. Além disso, discutiu-se a necessidade de articular as "reexistências" para promover uma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento baseado na mineração. Tive uma rápida conversa com membros da CPT e ouvi críticas sobre a proximidade da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz) com a BAMIN.

Além disso, questões relacionadas às barragens de rejeitos da Mina Pedra de Ferro, da BAMIN, e os protestos em Caetité foram discutidas. Um filme sobre as nascentes do Riacho Pedra de Ferro, em Caetité, revelou “omissões significativas no EIA/RIMA da BAMIN, que não incluiu mais de 40 famílias afetadas”.

Posteriormente, realizou-se uma análise de conjuntura, e à tarde houve um planejamento conjunto entre as organizações presentes, mas não pude participar desta parte, que era restrita aos que tinham um trabalho de base na região. Durante as discussões, o membro da CPT abordou questões como o desenvolvimento e a revolução 4.0, destacando a importância de minérios estratégicos, como o nióbio, encontrado próximo a Jequié. Ele mencionou “os lucros extraordinários dos EUA com a exploração de minérios e a quebra da hegemonia dos EUA devido ao crescimento da China”. Também se falou sobre a “luta contra as mineradoras e o turismo de elite”, destacando as contradições entre as promessas de desenvolvimento e os impactos sociais e ambientais, e a necessidade de uma luta pelo território.

Adicionalmente, discutiu-se a relevância da comunicação de massa e da luta nos bairros. Foi destacado que a mudança na forma de luta ao longo das décadas afastou os movimentos sociais das populações mais vulneráveis e dos bairros, apontando a “necessidade de reinventar a luta diante da atual conjuntura”.

7.3.1.3 *Encontro III: grupo Movimento Sul da Bahia Viva*

Uma das primeiras pessoas que fui procurar para entender o complexo logístico Porto Sul foi o professor e ativista Rui Barbosa Rocha, professor da UESC, presidente do Instituto Floresta Viva, e líder do Movimento Sul da Bahia Viva.

Rocha me recebeu na sede do Floresta Viva, que fica na estrada do Conduru, em Serra Grande, um pouco antes da Terra Paparayba. Nesta ocasião, ainda em abril de 2021, o encontro tinha um objetivo de apresentações e primeiros levantamentos. Me apresentei como pesquisadora da UFRJ e também como funcionária da Fundação Vale. Conforme

mencionado anteriormente, esta situação não me gerava um grau significativo de conforto, no entanto, o meu interlocutor não demonstrou qualquer reação em relação à minha ocupação em uma renomada empresa do setor de mineração, indústria sobre a qual ele, em diversas entrevistas, manifestou ser extremamente contra, pela poluição e exploração da natureza.

Nunca chegamos a fazer uma entrevista formal para a pesquisa, por vários motivos, dentre eles, acredito, pela enorme demanda que ele recebe diariamente de diversos lados, o que faz que seu tempo seja bastante disputado. Mas, como disse a ele, muito do que ele pensa a respeito, pode se encontrar nos artigos, depoimentos e manifestos publicados em diversas fontes disponíveis desde 2007, 2008, quando começou a sua militância contra o desenvolvimento através do Porto Sul na região.

Rui Rocha é agrônomo, com mestrado em ciências sociais, leciona no Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em Ilhéus e participa ativamente em causas ambientais especialmente relacionadas à preservação e restauração de florestas tropicais e bioeconomia sustentável. Além de seu papel acadêmico, o Professor Rui Rocha também é um dos principais articuladores da sociedade civil e interlocutor do Movimento Sul da Bahia Viva. É uma figura proeminente na organização não governamental Floresta Viva, que desempenha um papel ativo na região com o objetivo principal de preservar a Mata Atlântica no sul da Bahia.

Ele se destaca como uma das principais lideranças e crítico do modelo de desenvolvimento representado pelo projeto do Porto Sul. Em 2020, em uma entrevista dada a um meio de comunicação local, Rui Rocha expressou sua opinião sobre o assunto.

O que está em jogo é o tipo de desenvolvimento que se quer para a região. Nosso papel, em pleno século 21, é produzir riqueza para outros países? Por que não melhorar as estradas vicinais, qualificar as pessoas para a agricultura sustentável, a pesca, o turismo e até mesmo as indústrias de baixo impacto, como de informática, que já temos aqui?”, questiona Rui Rocha, professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) em Ilhéus e diretor do Instituto Floresta Viva (O DIÁLOGO CHINO, 2020).

No artigo "Desenvolvimento Territorial e Licenciamento Ambiental: o sul da Bahia com a FIOL e o Porto Sul" (IPEA, 2017), Rui Rocha analisa o contexto geopolítico e econômico em que o Porto Sul está inserido. Ele ressalta que, assim como outros projetos de grande porte, como o canal de transposição do rio São Francisco, ferrovias, portos, aeroportos, grandes usinas hidrelétricas (Belo Monte, Jirau e Santo Antônio), além de estádios de futebol para a Copa do Mundo de 2014 e ginásios esportivos para as

Olimpíadas de 2016, o Porto Sul faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Esses empreendimentos foram financiados tanto por fontes públicas quanto por parcerias e investimentos privados, envolvendo países do leste europeu, Brasil, Rússia, Índia e China, contribuindo para a formação do acrônimo BRIC, que representa os "novos atores globais".

Rui Rocha, neste artigo, oferece um panorama bem completo sobre os interesses minerários na Bahia, a entrada da empresa BAMIN no negócio, o projeto econômico conceitual público-privado, o licenciamento, e as questões institucionais e históricas. No entanto, o que ponto que mais interessou a esta pesquisa, diz respeito à sua reflexão crítica a respeito do desenvolvimento que se quer para a Bahia e o Brasil.

O Porto Sul é destaque em diversas entrevistas e publicações de Rui Rocha, como um representante do retorno ao tradicional papel do Brasil de fornecedor de recursos naturais para o mundo. Antigamente, o país exportava produtos como cana-de-açúcar, café, borracha e cacau. Hoje, além desses produtos, exporta “soja e minério de ferro em larga escala para manter um saldo positivo na balança comercial”. Isso contrasta com a visão de uma reestruturação socioeconômica, tecnológica e cultural do país, defendida por economistas como Celso Furtado e Rômulo Almeida no século passado. (2017, p.153).

Voltamos a uma concepção de desenvolvimento do século XIX? Ou, quem sabe, do século XVII, antes da Revolução Industrial e sob a colonização hispano-portuguesa, que deixou como legado o paradigma da economia primária de exportação no DNA do Brasil e da América Latina? (ROCHA, 2017, p.153).

7.3.1.4 *Encontro IV: O grupo de Whatsapp do Movimento Sul da Bahia Viva*

Durante a pesquisa, retomei o contato com Rui Rocha em março de 2022, quando ele me incluiu no grupo de WhatsApp voltado para trocar informações sobre o Porto Sul, a BAMIN e a situação socioambiental na Bahia. Ele me convidou a me apresentar, e aproveitei para destacar meu projeto de pesquisa sobre as controvérsias relacionadas ao desenvolvimento da região com a chegada do Porto Sul. Em abril de 2023, participei de uma pequena ação coletiva no aplicativo do Movimento Sul da Bahia Viva.

O Movimento Sul da Bahia Viva é uma iniciativa com raízes socioambientais, ativa na região da Costa do Cacau desde 2010, quando atuava como Rede Sul da Bahia

Justo e Sustentável. O movimento segue uma visão de desenvolvimento alinhada com o conceito de ecodesenvolvimento e promove a construção de uma rede colaborativa.

A atuação do movimento se concentra nos territórios em conflito com grandes empreendimentos, onde diversos grupos se unem para articular ações e compartilhar informações. Suas atividades incluem manifestações próximas ao canteiro de obras e em vilas locais, além de publicações e abaixo-assinados. O MSBV mantém uma presença ativa nas redes sociais, com um blog e uma conta no Instagram.

Além dos manifestos publicados, o MSBV organizou atos públicos contra a construção do Porto Sul em 2019, 2020 e 2022, reforçando seu compromisso com a defesa dos interesses socioambientais da região.

Após me integrar ao grupo, comecei a me conectar com outros membros além de Rui Rocha. Entre eles, tive uma interface com a pessoa responsável, na época, pela comunicação e campanhas de financiamento do grupo; comum amigo que havia migrado para a região; com uma carioca com experiência em “ativismo”(arte e ativismo), articuladora do Expresso 22222, que me concedeu uma entrevista; e com a ex-presidente da Associação de Moradores da Vila Juerana, que me indicou o contato com a atual presidente da AMORVIJ; e um ambientalista que me ajudou a acessar o processo ambiental no SEI e obter os relatórios do PBA.

Embora não tenha tido a oportunidade de aprofundar nas histórias do movimento e nas suas influências teóricas, nem as trajetórias de todos os seus membros, percebi que, dos atuais 73 participantes, cerca de dez formavam um grupo central especialmente ativo.

À medida que me envolvi mais com esse grupo, minha pesquisa ganhou vitalidade e relevância, especialmente quando o grupo se uniu para pleitear uma auditoria e a possível suspensão da licença ambiental do Porto Sul. Essa mobilização levou à elaboração de uma carta destinada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e ao IBAMA, destacando os riscos enfrentados e que ainda podiam ser evitados. Minha colaboração na criação dessa carta demonstrou que minha pesquisa tinha um impacto concreto e efetivo, cumprindo um pouco com os percursos de sua metodologia.

Passamos por gravíssimos desastres ambientais nos últimos 15 anos. Desde a tragédia da Samarco, no Rio Doce, e da Vale, em Brumadinho, sobre o Rio Parauapebas, assim como os graves impactos já expostos na Usina de Belo Monte, no rio Xingu, e o derramamento de petróleo no litoral nordestino. O Complexo Porto Sul é hoje o maior e mais impactante projeto de infraestrutura da América do Sul, licenciado mesmo com todas as dúvidas e obscurantismo anunciados por especialistas. (CARTA: Porto Sul Para Quem, jun. 2023)

As discussões que participei no grupo de *WhatsApp* do Movimento Sul da Bahia Viva abordaram tópicos importantes relacionados ao Porto Sul, incluindo conformidade com licenças, projetos socioambientais, impactos ambientais e sociais, condicionantes para licenças ambientais e acesso a dados de licenciamento. A transparência e a busca por informações detalhadas foram destacadas como essenciais para avaliar o projeto, pois eu lutava para conseguir informações que, pelo processo democrático do licenciamento público, deveriam ser divulgadas pelos responsáveis.

Assim, o Movimento Sul da Bahia Viva se destaca como uma força ativa na busca por respostas em relação ao Porto Sul, e suas ações e debates têm um impacto significativo na região. Em 2019, 2020 e 2022, o movimento organizou atos públicos contra a construção do Porto Sul, os quais serão detalhados a seguir. Apesar disso, observa-se que as adesões aos seus atos ficam abaixo do número de organizações que atuam na região, muitas das quais se encontram e se conectam em outras iniciativas e redes que atuam na região.

7.3.1.5 O Expresso 22222, integrante do Grupo Sul da Bahia Viva

Os eventos ocorridos em fevereiro de 2022 foram organizados pelo movimento Expresso 22222, que recebeu esse nome em homenagem à famosa canção do renomado cantor baiano, Gilberto Gil. É importante observar que a inclusão de "2s" extras ao nome do movimento é uma medida de precaução em relação a questões de direitos autorais.

O Expresso 22222 é uma iniciativa que tem como objetivo principal promover uma consciência renovada sobre como a política pode ser abordada de maneira mais amorosa e positiva. Goya, uma das entrevistadas nesta pesquisa e integrante ativa do movimento, explica que a visão do Expresso é trazer uma nova abordagem política que leve em consideração o "bem viver" e o amor.

Assim, o movimento aborda questões ambientais por meio de pequenos atos, envolvendo a comunidade em sua preparação e mobilizando recursos por meio de rifas e doações, mesmo com um número limitado de participantes. Os atos realizados pelo movimento ocorreram em 02/02/22, 11/02/22 e 22/02/22, datas que Goya destaca como “portais que se abriram neste ano e foram propícios para convocar as pessoas para um manifesto pela alma do planeta.”

Conforme Goya relata, os membros do movimento estão profundamente envolvidos em várias iniciativas em diferentes locais, demonstrando um compromisso

abrangente com a conscientização e a promoção de uma perspectiva política fundamentada em princípios de amor e bem-estar. Ela também destaca a importância de Rafael Arcanjo, um dos idealizadores do Expresso 22222, que desempenha um papel significativo na região ao promover a cultura da biodinâmica, uma abordagem agrícola sustentável. Rafael oferece consultoria a agricultores que optam por adotar a biodinâmica em suas plantações de café.

Além disso, outros membros que estão envolvidos na rede do Sul da Bahia Viva, compartilham objetivos relacionados à disseminação de práticas sustentáveis na região. Esses esforços conjuntos visam promover uma mudança positiva e sustentável em relação às questões políticas e ambientais na região.

Assim, as ações de fevereiro de 2022 incluíram passeios de barco, manifestações próximas ao canteiro de obras e discussões comunitárias no Parque do Conduru, destacando a importância da preservação ambiental e da conscientização.

No primeiro evento, realizado em 02/02/22, dia de Iemanjá, o movimento reuniu pessoas locais e turistas de várias partes do mundo em uma celebração nos barcos. O objetivo era honrar Iemanjá e conscientizar sobre as questões ambientais e o impacto do Porto Sul, chamando a atenção com megafones e cartazes.

No segundo ato, o Expresso 22222 organizou uma manifestação do estacionamento do canteiro de obras da BAMIN até a praia, com a participação de artistas, grupos de maracatu, capoeira, terapeutas, lideranças de comunidades locais, indígenas Pataxós e Tupinambás. Todos puderam se manifestar no microfone aberto em uma grande roda.

Por fim, a terceira manifestação ocorreu em 22/02/22, no Parque do Conduru, e se destacou por uma discussão democrática sobre a privatização da gestão do Parque. O Expresso 22222 promoveu mesas de discussão com a comunidade, homenageou pequenos agricultores locais e abordou temas como preservação ambiental.

7.3.2 Os relatos de encontros no campo: as entrevistas

Durante essa fase, foram realizadas seis entrevistas, das quais apenas quatro estão sendo utilizadas, pois uma foi concedida sob anonimato e outra não pode ser configurada como entrevista formal. Portanto, embora as informações dessas duas conversas tenham contribuído para uma compreensão mais ampla da pesquisa, seus conteúdos específicos não foram incluídos.

Nas entrevistas, o foco esteve na análise da implementação dos projetos do Porto Sul, das ações da BAMIN no território, da execução dos Projetos Básicos Ambientais (PBA) e dos Termos de Compromisso Socioambiental (TCSA), além da investigação dos projetos comunitários em andamento. A pesquisa buscou entender como os moradores e líderes locais lidam com suas questões diárias, quais são essas questões e como percebem os projetos socioambientais relacionados ao Porto Sul e seus impactos em suas vidas.

, procurei manter a “atenção flutuante” do cartógrafo, não ficando presa apenas às perguntas originalmente planejadas. As entrevistas foram conduzidas como diálogos abertos, sem respostas certas ou erradas, com o objetivo de compreender as expectativas das pessoas. Os encontros foram registrados em áudio e anotados para posterior transcrição.

Apenas a pesquisa teve acesso aos dados, incluindo gravações e transcrições das entrevistas, garantindo a confidencialidade e a privacidade das informações coletadas.

Para um melhor entendimento dos assuntos abordados, as entrevistas estão organizadas em categorias ou tópicos.

- A. O personagem e sua história de vida;
- B. A comunidade e a qualidade de vida;
- C. O desenvolvimento e a economia;
- D. Os governos e a infraestrutura pública frente aos impactos do desenvolvimento;
- E. O empreendimento e a infraestrutura privada;
- F. A BAMIM, o PBA, o relacionamento com a comunidade e a sustentabilidade;
- G. A sociedade civil organizada e o MP;
- H. O TCSA e o Observatório Socioambiental;
- I. A natureza, as ameaças e o futuro.

A. O personagem e sua história de vida

Na jornada de pesquisa no contexto da construção do Porto Sul e suas consequências na região de Ilhéus, conheci uma série de personagens cujas histórias de vida e experiências desempenham papéis determinantes nas controvérsias em torno do projeto. Essas narrativas são entrelaçadas, assim como as redes de atores e relações que permeiam a complexa trama do Porto Sul.

Mariza Inácio dos Santos, presidente da Associação de Moradores da Vila Juerana (AMORVIJU), surge como um ator local fundamental. Crescida em uma família numerosa na Vila Juerana, ela é uma educadora comprometida com a preservação da cultura local. Através de sua visão, entendemos a importância da tradição da Folia de Reis e a forte conexão entre a comunidade e a natureza. Sua oposição ao Porto Sul reflete as preocupações locais sobre o impacto ambiental e social que a construção pode trazer à região. Como ela expressa: “Tem folia de reis aqui. É um tempo que a gente se diverte muito. A gente que é daqui não se acostuma. Todas as vezes que eles saem ‘pra’ dançar, o pessoal vai atrás ‘pra’ se divertir porque é muito gostoso.”

Da mesma forma, Maria do Socorro Ferreira de Mendonça (Socorro), uma moradora de Ilhéus que anteriormente trabalhou na Embratel, se tornou uma agente importante na luta contra o Porto Sul. Ela conta sua trajetória de envolvimento na causa e sua transformação de alguém, como ela descreve, "completa ignorante sobre o exercício da cidadania" para uma defensora apaixonada pela natureza e pela transparência pública. Socorro fundou o Instituto Nossa Ilhéus e desempenhou um papel central na divulgação de informações sobre o projeto do porto, ressaltando a necessidade de tornar públicos os projetos financiados com dinheiro público.

Além disso, em um momento da entrevista *on-line*, mesmo estando na mesma cidade, um passarinho pousou em seu ombro, e ela comentou: “Vou ver se eu tiro a imagem para você ver, ‘pra’ você entender a importância.” Ela brincou com o sanhaço e me disse que quando está com o celular na mão, o pássaro interage bicando o aparelho. Esses detalhes ilustram a conexão íntima de Socorro com a natureza e sua dedicação à preservação ambiental.

Sempre morei em Ilhéus. Cresci, vivi, trabalhei, casei-me, sou mãe de 3 filhos, avó de 4 netinhos. E trabalhei durante um bom tempo na Embratel, de onde eu saí e estou aposentada. E era uma completa ignorante sobre o que é o exercício da cidadania. Eu só sabia que tinha que pagar os impostos e pronto, mais nada. Foi depois de aposentada, já aos 48 anos de idade, eu queria contribuir com a cidade, mas não sabia como. Aí caiu no meu colo a informação de que seria construído um Porto, em Ilhéus.

Maria Eduarda Sampaio da Cunha (Duda), advogada, funcionária de carreira do Inema e gestora de áreas de conservação ambiental, incluindo a APA da Lagoa Encantada e Nascentes do Rio Almada, proporciona uma perspectiva técnica e governamental para a pesquisa. Ela destaca a interface entre as unidades de conservação ambiental e o Porto Sul, enfatizando a importância de manter o equilíbrio entre o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente. Duda, mãe de três filhos, está profundamente envolvida nas

atividades comunitárias em Serra Grande e demonstra como a gestão pública e a conscientização ambiental podem ser parte integrante da luta contra o projeto do porto.

Vim pra região em 2014. Teve uma oportunidade de trabalho pro meu marido, e aí tinha uma escola que me interessava por conta das crianças também. E eu acabei vindo para cá. Foi uma mudança inicialmente sem propósito profissional, mas que me abriu uma porta fantástica. Trabalhava há 10 anos na área meio. E sempre tive vontade de vir para a parte finalística do Estado. E, em 2016, apareceu a oportunidade de vir pro Inema, por conta disso eu cheguei na área de meio ambiente.

E Vitória Régia (Goya), é integrante do movimento "Expresso 22222", que faz referência à música do renomado cantor baiano Gilberto Gil. Goya personifica a esperança e o ativismo que emergem em resposta ao Porto Sul. Goya e o movimento "Expresso 22222" representam uma visão alternativa de engajamento político, promovendo o bem viver, a arte e o ativismo em meio às controvérsias do Porto Sul. “Eu botei meu nome de Vitória no ativismo, por causa do símbolo da Vitória Régia que nasce na poluição e é a esperança que brota em meio às adversidades.”

Por meio dessas entrevistas e das narrativas dos personagens, buscou-se construir um mosaico, ou uma peça única para o quebra-cabeça das redes e controvérsias, demonstrando a diversidade de perspectivas e interesses que moldam esse cenário em constante evolução.

Cada uma dessas vozes traz à tona elementos importantes em relação a alguns temas abordados em suas entrevistas, e que listamos a seguir:

B. A comunidade e a qualidade de vida

Para Mariza da AMORVIJU, uma moradora de longa data da Vila Juerana, os habitantes da comunidade têm um forte vínculo afetivo com a região e se preocupam com a ameaça do projeto do Porto Sul à sua cultura, às relações familiares e à natureza local. Ela enfatiza a importância do valor sentimental e identitário da terra e expressa a preocupação com a falta de saneamento básico e o registro das propriedades, além de ressaltar o ceticismo local quanto aos supostos benefícios do porto.

Em primeiro lugar, que valor sentimental ninguém paga E a gente nasceu e cresceu com o povo dessas fazendas aí. Indo pra festinha na casa deles, comendo caruru, aniversários etc., etc. etc. O valor sentimental ninguém paga e o valor monetário também pela metade porque diz que eles nunca pagam o que que a terra vale porque não tem título, porque não é registrado. Nada é registrado. Tudo ocupação. Pessoal da OAB vai ajudar. Muita invasão ali. E a gente associa que as invasões que estão acontecendo aqui já foram de dois, três anos atrás quando as pessoas vindas pra cá por conta do anúncio do Porto, porque vai dar trabalho.

Quem não quer? E aí todas aquelas áreas, da maioria tudo invadido, já tem dono aparecendo.

Socorro, do Instituto Nossa Ilhéus, moradora de Ilhéus, destaca a riqueza da região e a necessidade de proteger esse patrimônio natural e cultural. Ela contesta a estratégia dos defensores do Porto Sul, que retratam Ilhéus como uma terra arrasada. Socorro lembra com nostalgia a simplicidade e a felicidade que a região costumava oferecer, enfatizando que a qualidade de vida não está necessariamente ligada ao desenvolvimento e à urbanização. Sua narrativa reflete um desejo de preservar a essência da região.

Quando eu me lembro de Ilhéus, do jeito que era, como era ir para Itacaré. Como era vir de onde eu morava. Hoje a gente solicita e pede tanta coisa, mas onde eu morava, eu vinha em cima de caminhão. Pela praia, porque não tinha estrada. Quem disse que felicidade tem a ver com asfalto? Quem disse que a felicidade tem a ver com tudo que nós temos hoje? ... Felicidade é ser. Não preciso ter. Ser feliz é você poder ter olhos para enxergar, não apenas ver, né? Mas enxergar a beleza. Eu estou aqui, da minha janela, eu posso te mostrar, eu plantei ali, eu tenho umas plantinhas, aí eu ficava aqui olhando o vento, batendo ali naquela samambaia e vê que aquilo é vida, isso é vida. Então eu acho que é isso. Acho que felicidade é você ter paz de espírito.

Duda, do Inema, morava em Salvador e migrou para a região em busca de qualidade de vida fora dos grandes centros urbanos. Ela enfatiza o potencial de Serra Grande como um lugar que permite uma vida mais tranquila, longe do caos das cidades maiores. Sua perspectiva é um exemplo das mudanças na dinâmica de vida sazonal na região, bem como da busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental.

E Goya, do Expresso 22222, é originária do Rio de Janeiro, destaca a procura por um paraíso natural na região entre Ilhéus, Serra Grande e Itacaré. Ela enfatiza como muitos migrantes veem essa área como um refúgio e uma "aldeia indígena urbana do século 21". Goya também aborda a história de luta e exploração nas comunidades locais e a promessa do Porto Sul de trazer benefícios que muitos locais acreditam que não se concretizaram.

Então, muita gente vem para cá, porque aqui você tem uma vida de qualidade, você tem um solo fértil, e agora por que destruir tudo isso e passar por cima das pessoas? Fazer uma coisa para escoar o minério brasileiro às custas do que está sendo depredado e colocar todo o ambiente local sujeito a acidentes ambientais e mudanças de perfil das localidades para beneficiar uma estratégia nacional e global?

C. O desenvolvimento e a economia

As perspectivas com relação a este tema, revelam a complexidade das controvérsias em torno do desenvolvimento e da economia na região de Ilhéus. As

entrevistadas destacam a importância do planejamento, da sustentabilidade e da valorização da natureza e da qualidade de vida da comunidade em meio a essas discussões.

Socorro enfatiza que o Porto Sul, por si só, não é capaz de trazer melhorias substanciais para a região. Ela acredita que, com o Porto, surgirão outros empreendimentos e uma especulação imobiliária significativa, o que ressalta a importância de proteger as áreas de floresta remanescentes. Destaca também a necessidade de políticas públicas e planejamento de longo prazo para garantir o desenvolvimento sustentável da região. Socorro também realça a importância de conscientizar as pessoas sobre os benefícios de manter a floresta em pé, enfatizando a preservação da Mata Atlântica.

Nós sofremos muito por causa da descontinuidade das políticas públicas. Os governos passam e os novos que chegam são ignorantes, e querem destruir tudo o que ficou. Eles não sabem nem o que é a política pública. Eles não conhecem os planos que existem na cidade. Eu faço um trabalho de visita a todos os candidatos, como fizemos na derradeira eleição. E aí, vamos visitar e perguntamos a eles o que eles sabem sobre as políticas públicas da cidade, se eles conhecem os planos que existem, eles não conhecem. Eles não sabem nada, eles sabem e acreditam a partir do que eles acreditam, conhecem e do que eles vão fazer.

Duda observa que a região de Ilhéus enfrenta uma estagnação econômica persistente ao longo de muitos anos, resultando em altos níveis de vulnerabilidade e falta de acesso a serviços essenciais para parte da população. Ela enfatiza a integração crescente entre Ilhéus e Itabuna como um potencial impulsionador do desenvolvimento regional. No entanto, ela destaca a necessidade de planejamento adequado para lidar com esse desenvolvimento, pois o crescimento não regulamentado pode comprometer a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e os recursos hídricos na região.

Além disso, a entrevistada destaca a importância de se cuidar do entorno, pois não há outras cidades de grande porte nas proximidades: “municípios como Canavieiras, Una, Itacaré, Uruçuca e Itajuípe, juntamente com toda essa região, dependem da infraestrutura de Ilhéus. Até mesmo cidades mais distantes, como Marau e Camamu, se beneficiam da infraestrutura de Ilhéus devido à sua localização central e sua importância na área”.

Nesse contexto, Duda ressalta que, como parte de uma estratégia governamental, o transporte de matérias-primas e produtos, como o minério produzido na região oeste da Bahia, destinado à exportação através do Porto Sul (CLIPS), é um fator catalisador que irá conectar o interior da região ao litoral da Bahia.

A lógica subjacente a essa estratégia é que o Porto Sul seja um vetor de crescimento e desenvolvimento econômico na região, não apenas para Ilhéus, mas também para cidades vizinhas, como Itabuna. Com ênfase na criação de oportunidades de emprego, que não se limita apenas ao porto, mas envolve outras infraestruturas que possam gerar uma demanda contínua por comércio, serviços e produções adicionais.

Duda explica que a economia local de Ilhéus se sustentava tradicionalmente em setores como o turismo, a produção de cacau, agricultura e a pesca. No entanto, essas atividades enfrentam desafios para se constituírem como uma alternativa à economia do minério na região.

Ela conta ainda que, ao longo dos anos, houve uma busca constante por outros meios de fortalecimento da economia de Ilhéus. Várias alternativas são realizadas e com estudos da vocação local. Em determinado momento, a cidade buscou se estabelecer como um polo de tecnologia, e posteriormente, houve uma tentativa de revitalizar a produção e industrialização de cacau. No entanto, o progresso nesse setor tem sido gradual e não conseguiu absorver completamente a população urbana, o que se tornou um desafio notável.

Embora o turismo fosse visto como uma promissora alternativa de crescimento econômico, a falta de investimento significativo é um obstáculo. A região necessita de grandes investimentos para aproveitar todo o potencial de empregos, geração de renda e serviços que o turismo pode oferecer. Em contraste com outras áreas costeiras do estado, como o litoral norte de Salvador, onde investimentos estrangeiros resultaram na construção de *resorts* e estruturas turísticas, em Ilhéus, não se viu o mesmo nível de investimento em empreendimentos de grande porte no setor turístico. A questão ambiental também dificultou a implementação de grandes e muitos projetos turísticos.

A produção de cacau está sendo retomada, mas de forma gradual, com o foco do investimento na zona rural. Isso ainda não teve um impacto significativo na população urbana. A competição com outros estados, como o Pará e o Amazonas, também representa um desafio, uma vez que essas regiões estão aumentando sua produção de cacau. Manter o cacau como o principal ativo econômico e gerador de empregos em Ilhéus, tem se mostrado uma tarefa difícil.

Em uma publicação da Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável, encontramos um argumento que contradiz e complementa a afirmação acima:

A cultura do cacau emprega 90 mil pessoas no manejo das plantações e é superintensiva em mão de obra, gerando algo como um posto de trabalho a cada

cinco hectares plantados. Tomando como parâmetro os níveis de ocupação vigentes até os anos 80, as fazendas de cacau podem empregar muito mais gente, acompanhando a reativação da produção. Os números do cacau, do ponto de vista da geração de emprego, são expressivamente maiores do que aqueles possíveis com a economia industrial baseada no projeto minerossiderúrgico associado ao futuro complexo portuário (RSBJS, 2010).

No entanto, para Duda, embora as iniciativas rurais já existam, ainda falta atrair as pessoas de volta para a produção agrícola. Tal processo requer uma mudança de mentalidade e pode ser uma tarefa complexa: “infelizmente, essa disposição não parece ser evidente atualmente. A maioria das pessoas na cidade está sendo educada e preparada para se integrar ao ambiente urbano, com a ênfase educacional voltada para a vida na cidade, em vez do campo”. Diante do atual cenário de falta de formação e incentivos para essa atividade, muitas pessoas não veem a produção de cacau como uma opção viável.

Portanto, Duda considera um desafio real imaginar uma transformação significativa nesse cenário a curto prazo, pois a região atualmente está estruturada para atrair pessoas que desejam viver na cidade, onde os recursos e oportunidades predominam.

Quanto à mensagem de que Ilhéus está trazendo o desenvolvimento para a cidade, Duda reflete sobre essa afirmação e diz que, de fato, a comunidade está caminhando na direção do que é chamado de desenvolvimento. No entanto, ela destaca sua preocupação central, que é a ausência de uma estrutura urbana adequada para lidar com esse desenvolvimento. Ela também observa que esse desenvolvimento sendo desordenado, pode comprometer a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e os recursos hídricos na região.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, a perspectiva de Duda é cética. Ela acredita que essa possibilidade não existe no cenário atual, a menos que haja uma estrutura de controle e políticas voltadas para essa finalidade, o que atualmente não ocorre. A falta de um planejamento adequado é destacada, observando que infraestruturas desse porte frequentemente recebem licenciamentos que não consideram as implicações de um crescimento explosivo ou "*boom*". É ressaltado que essa não é a primeira vez que empreendimentos de grande envergadura são implantados em áreas de proteção ambiental, e a situação se repete de forma recorrente.

Já Goya, critica a perspectiva convencional de progresso, enfatizando que o desenvolvimento deve ser definido com base no benefício coletivo, não apenas em termos de infraestrutura e crescimento econômico. Ela questiona se o desenvolvimento real está relacionado a objetos de consumo, como plataformas de petróleo, ou se está mais ligado

à educação universal, segurança alimentar e conscientização ambiental. “O cartão postal do progresso é uma plataforma de petróleo, por exemplo. Isso é progresso? Para mim, isso não é progresso, porque isso aí é bélico, sabe? Isso aí tem uma outra função. O progresso como eu vejo é que a gente possa ter educação para todos e todo mundo ter comida no prato.”

Grandes construções como o Porto Sul têm o potencial de desencorajar o turismo, afetando toda a cadeia econômica da região. Essa cadeia não se restringe apenas aos turistas, mas também engloba as pessoas que vivem e trabalham no entorno da atividade turística. Com o Porto Sul, a perspectiva é que os turistas busquem outros destinos, deixando a região em questão com menos atrativos.

Há menção ao caso do Porto de Suape em Recife, onde costumava-se desfrutar de atividades de lazer em família, como banhos de mar e diversão nos recifes. A entrevistada relata que a construção do porto teve como efeito nocivo o aumento da presença de tubarões na Praia de Boa Viagem, prejudicando a segurança e a indústria do turismo na região. Como consequência, foi necessário instalar placas de alerta sobre tubarões, tornando-se uma medida imprescindível.

Além disso, o impacto do Porto Sul atinge profundamente a comunidade de pescadores, já que a dragagem do fundo do mar e a movimentação de embarcações pesadas interferem diretamente na pesca, uma das principais fontes de renda da região.

D. Os governos, o município e a infraestrutura pública frente aos impactos do desenvolvimento

As narrativas demonstram a complexidade das relações entre governos, empresas e comunidades em face do desenvolvimento, destacando as múltiplas perspectivas e desafios que permeiam essa questão.

Socorro, representando o Instituto Nossa Ilhéus, foca na complexidade das ações relacionadas ao desenvolvimento, particularmente aquelas vinculadas à chegada do Porto Sul. As informações obtidas junto à BAMIN revelam o envolvimento da empresa em projetos nas áreas de saúde e na atualização do Plano Diretor de Ilhéus, realizado pela empresa Arcadis. A primeira fase do diagnóstico participativo já foi concluída. No entanto, Socorro aponta que a BAMIN quis divulgar sua iniciativa como algo gracioso, afirmando: “estava fazendo sim, mas não é de graça, não é gracioso, não é?” Ela ressalta a importância de discernimento: “Foi um processo bem bacana. Eu gostei muito da

equipe, muito boa. A gente tem que ter essa capacidade de discernimento. Não é porque eu não gosto do Porto que eu não vou participar.”

Além disso, Socorro esclarece que o hospital mencionado pela Bahia Mineração, o Hospital Regional da Costa do Cacau, foi construído pelo Governo do Estado, não pela BAMIN, e foi concluído em dezembro de 2017. Embora o Governo do Estado tenha alegado que essa iniciativa era uma contrapartida, Socorro enfatiza que a compensação ambiental não pode ser usada para a construção do hospital, já que esses recursos da compensação ambiental devem ser aplicados em Unidades de Conservação em qualquer parte do país.

Socorro expressa preocupações com a transparência e os reais propósitos dessas ações, considerando que, apesar dos investimentos da BAMIN, a contrapartida do empreendimento deve ser cuidadosamente examinada como uma ação pública. Ela também ressalta a ausência de diálogo com o governador estadual, Rui Costa, cujo papel é central na implementação desses projetos.

Por outro lado, Duda, representante do INEMA, destaca o desafio que os governos enfrentam ao lidar com o desenvolvimento, especialmente quanto à coexistência entre os impactos adversos dessa estratégia e os planos de preservação e conservação da região. Ela aponta para a falta de preparação do município para lidar com o impacto da implantação deste e de novos empreendimentos, que afetam todo o corredor devido aos reflexos secundários. Embora o Porto tenha um impacto direto na região circundante, a expansão associada ao Porto traz impactos em maior escala e maiores desafios. Os municípios diretamente afetados pelo Porto ainda não estão preparados para lidar com esse crescimento desordenado de forma adequada, especialmente em termos de gestão ambiental.

E essa é a preocupação hoje. Porque os municípios que estão na volta do porto ali que vão ser diretamente impactados, eles não estão preparados ainda para conter esse avanço com cuidado, né? A gente tem uma dificuldade ainda de estruturação dos municípios para absorver as competências de cuidado ambiental.

A infraestrutura de saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos lida com problemas anteriores, mas a ocupação desordenada é hoje o principal desafio, afetando várias áreas, onde já estão surgindo fazendas loteadas e invasões em áreas públicas.

A gente tem, por exemplo, em Ilhéus, uma Secretaria de Meio Ambiente muito mais voltada para a área urbana do que para a área rural. Uma Secretaria que

cuida mais de problemas ambientais urbanos, como resíduo sólido, saneamento, poluição sonora. É uma Secretaria que se envolve mais na área urbana do que na área rural, então ela não está dando conta, por exemplo, desse avanço de ocupação irregular no entorno direto do Porto.

As limitações de infraestrutura e a falta de planejamento urbano adequado são evidenciadas, resultando em questões como a pressão sobre os serviços públicos, prostituição e consumo de drogas. E, assim como a Secretaria de Meio Ambiente, as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, só para citar algumas, são extremamente demandadas pelas mudanças impulsionadas pelos novos empreendimentos na região.

Em Uruçuca, por exemplo, a gente está tendo também reflexo dessa ocupação desordenada. Óbvio que não é toda em virtude do Porto. A gente tem a própria situação do município que atrai por conta da viabilidade de compra ainda. A gente tem terrenos baratos, ainda tem volume de terra nua que pode ser utilizado para loteamento. Isso não é comum você achar em área costeira. A gente tem nessa região uma característica ainda por conta do cacau, de muita fazenda na zona costeira. Quando a gente roda o litoral, isso já é raro de encontrar. Mas aqui na região a gente ainda tem, e isso para o investidor, pra quem está vindo ganhar dinheiro com especulação imobiliária, é um ganho. Você pode imaginar que você vai achar que 5, 10, 15 fazendas você pode transformar em loteamento.

É importante notar que os programas existentes para compensação e/ou eliminação dos impactos do desenvolvimento em andamento, estão sendo promovidos pela empresa e seu impacto ambiental que visa, em sua maior parte, responder as demandas do licenciamento ambiental, mas as políticas públicas existentes, deixam de lado a necessidade de fortalecimento das estruturas públicas locais. Atualmente, não existe um programa específico voltado para o fortalecimento das estruturas governamentais. É importante considerar a possibilidade de incluir uma ação complementar à estratégia de desenvolvimento do estado.

A empresa atua nas áreas próximas ao público, implementando programas de capacitação, educação, geração de renda e gerenciamento de questões como a exploração sexual durante a construção. No entanto, ela percebe que essas questões estão adquirindo uma escala que transcende o escopo do que a empresa está abordando, colocando uma carga adicional nas administrações municipais.

Finalmente, Goya, do Expresso 22222, traz uma perspectiva única, questionando as visões tradicionais de esquerda e direita em relação ao meio ambiente. Ela propõe uma nova abordagem que prioriza o cuidado com a Terra e sugere que um líder indígena deveria ser o próximo presidente do Brasil, devido à sua visão de preservação ambiental. Goya critica as lideranças políticas por favorecerem a geração de empregos em

detrimento da proteção da natureza e ressalta a importância da agricultura de pequena escala e agroecológica na produção de alimentos de qualidade, em contraposição à agricultura convencional e aos agronegócios.

E. O empreendimento e a infraestrutura privada

Nesse contexto, Mariza, da AMORVIJU, aponta que a chegada do porto trouxe empregos precários e arriscados para os jovens da região. Muitos desses jovens se veem envolvidos em tarefas perigosas, como a captura de animais selvagens, devido à falta de preparação e oportunidades de treinamento adequadas. Essa situação coloca em risco a segurança e o bem-estar desses jovens, e Mariza expressa preocupação com o aumento da escalada de problemas sociais, como o uso de drogas e a violência, que a comunidade está enfrentando.

Uma das ameaças é isso aí. Porque só vai intensificar, né? Quanto mais pessoas chegam de fora...por que eles vão fazer o que aí? É o que vem de fora com os que tão aqui dentro que ainda tem uma cabeça que não funciona. por exemplo, eu tenho já muitos alunos – quando eu falo aluno, não é aluno de fora, é aluno da comunidade que são sangue do meu sangue, são meus primos, meus sobrinhos, entendeu? O que a gente mais teme de tudo aí possa ser essa escalada de drogas que vai ter aqui dentro, de violência, porque não tinha, a gente não tinha isso, e a gente já está tendo, né?

Por outro lado, Duda, do INEMA, explica que o Porto foi concebido para resolver o desafio de conectar as diferentes regiões do país, permitindo que o litoral sirva de suporte para o interior. A região do interior da Bahia tem uma forte demanda por mineração, com uma pressão econômica significativa para o escoamento de minério. As estradas existentes não são capazes de lidar com a grande expectativa de volume de carga. As projeções levam em consideração minas que estarão em operação por décadas, e a falta de capacidade de escoamento pode inviabilizar esses negócios. Além disso, o setor de mineração possui influência econômica significativa em várias esferas governamentais, incluindo níveis municipal, estadual e federal, devido ao impacto local na expectativa de geração de empregos e nos recursos de royalties.

Duda explica também que a escolha da localização do Porto passou por uma série de considerações de viabilidade. Inicialmente, a ideia era estabelecer o porto na Ponta da Tulha, porém, essa opção provou ser inviável devido ao perfil ecológico da região, que era caracterizado por uma grande quantidade de água e manguezais. Portanto, a decisão foi tomada de realocar o projeto, movendo-o mais próximo do centro urbano. A equipe

encarregada percorreu mais de 10 km a partir da região norte em direção a Ilhéus para encontrar um local adequado que atendesse a todas as exigências do empreendimento.

A decisão de não utilizar o ramal do FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) foi baseada na falta de espaço para crescimento no Porto de Aratu, bem como nos custos e no impacto ambiental associados à expansão em direção a Una. Quanto ao Porto do Malhado¹²⁴ na cidade, a falta de perspectivas de crescimento foi um fator determinante para sua não escolha. O Porto do Malhado já estava localizado em uma região central, onde a cidade cresceu tanto em direção a um lado quanto a outro do porto. Portanto, expandir o Porto do Malhado não seria viável sem mexer na infraestrutura urbana preexistente.

Em relação à abrangência do empreendimento, a área diretamente afetada (ADA) está limitada a Ilhéus e a algumas regiões circundantes, como Itariri, Sambaíba, Aritaguá, Juerana e Retiro. Mas, observa que o empreendimento tem o potencial de atrair outros empreendimentos de menor porte que não estão incluídos no escopo desse licenciamento, e passarão a ser da responsabilidade dos municípios. Cada município, não apenas Ilhéus, terá que se preparar para esse desafio. Esse impacto já está sendo sentido e é uma preocupação em todas as cidades envolvidas.

F. A BAMIM, o PBA, o relacionamento com a comunidade e a sustentabilidade

A narrativa que gira em torno da empresa BAMIN e sua interação com a comunidade local abrange diversos aspectos que refletem as experiências cotidianas das entrevistadas em suas respectivas comunidades. Essas experiências evidenciam de forma marcante a ausência de transparência, diálogo efetivo e um compromisso real por parte da BAMIN em relação aos impactos decorrentes do Porto Sul e aos programas de compensação.

No mês passado houve um encontro da BAMIN com as duas escolas. Olha o que que acontece. De manhã o pessoal da BAMIN chega com o pintorzinho para pintar pneus, e vieram com umas mudas de plantas, uns pneus e a terra. Aí eles chegaram na escola e colocaram lá no cantinho. Foi feito assim, à tarde retornou outra equipe e a turma da tarde vai tirar foto. Vai tirar foto como? Pega a terra, bota uma luvazinha na mão das crianças, é dessa forma, e as crianças pegam a terra e colocam dentro do pneu, ai foto. Pega a muda coloca ali, molha, foto! Pega uma plaquinha, cuide da natureza, preserve a natureza, botou ... tirou a foto. Que é o que eles precisam, de foto e vai embora. E isso é Educação Ambiental. Gravíssimo!

¹²⁴ O porto de Ilhéus, conhecido como Porto do Malhado, é gerenciado pela Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODELBA), e exporta grãos e tem investido no segmento do turismo, recebendo navios de cruzeiro nos períodos de temporada. Disponível em: https://www.codeba.gov.br/eficiente/sites/portalcodelba/pt-br/porto_ilheus.php

Mariza destaca uma abordagem superficial e insensível da BAMIN em relação à comunidade. Ela descreve como a empresa realizou ações de marketing superficial, como a pintura de pneus e distribuição de mudas de plantas, sucos e bolos, em vez de abordar as preocupações legítimas da comunidade sobre o impacto do Porto Sul. Essas ações são vistas como medidas paliativas que não abordam as demandas reais da comunidade. “Tudo do Porto Sul é superficial. Bobagem. Besteirinha. Aquelas coisinhas de, por exemplo, chegaram aqui ‘pra’ investir na Cultura. Seria bom, né? Um projeto dela realmente ‘pra’ investir na cultura trabalhando diretamente com a escola. Mas, não é. É só aquelas coisas que pinga e some.”

Mariza também critica a falta de diálogo significativo e a ausência de um compromisso real da BAMIN com a preservação da cultura e do meio ambiente local. Ela menciona a falta de informações sobre a implementação do Plano Básico Ambiental (PBA) e os projetos associados a ele, ressaltando a necessidade de transparência por parte da empresa.

Ainda não tivemos uma conversa. Eles pegam assim pessoas da comunidade, mas de fora da associação. Eles conversam com um monte de gente da comunidade. Inclusive tem pessoas na comunidade que ... nem todo mundo é igual, nem todo mundo pensa igual. Tem gente na comunidade que não trabalha, não tem trabalho, futuramente a gente vê essas pessoas sem trabalho que são quem mais conversa com eles. Que aprova o Porto, vc entendeu? que ‘pra’ eles vai trazer trabalho, benefício. Aí eles conversam com esse pessoal. Tem sempre um grupinho de gente da comunidade que não pensa que nem a gente pensa. Onde tem cabeça pensante eles não pisam, eles são muito espertos.

Socorro, do Instituto Nossa Ilhéus, compartilha preocupações semelhantes. Ela questiona a falta de informações detalhadas sobre as ações e compromissos socioambientais da empresa, incluindo o Pacto Global da ONU. Socorro enfatiza que os cidadãos têm o direito de conhecer os contratos assinados pela empresa em nome do público e critica a falta de transparência na divulgação dessas informações.

Dada a relevância da pesquisa em relação à atualização do Plano Básico Ambiental (PBA) e aos projetos associados, quando perguntada se está acompanhando alguma ação de implantação dos programas do PBA do Porto Sul, ela responde:

Não, e não creio que estejam acontecendo. O que está acontecendo muito, e sempre me procuram, as novas equipes que chegam. Sempre alguma outra contratada como consultores para trabalhar sempre em conversas. Os trabalhos estão muito na linha de convencimento de ... só falta ter psicólogo nessa história. Para as pessoas que moram na região, que estão perdendo e que perderam suas casas, suas propriedades, os pequenos, principalmente, na área do Bom Gosto, com a nova estrada, esses são os que mais sofrem agora. Depois virão os demais.

O PBA menciona, por exemplo, a necessidade de reassentamento para algumas famílias rurais, mas não há informações claras sobre quantas famílias já foram reassentadas. Há dúvidas sobre quem é responsável pelo reassentamento: o governo ou a BAMIN? Diante do órgão ambiental, a responsabilidade parece recair sobre a BAMIN, mas a empresa aponta para o Estado. Assim, a BAMIN ou o Estado devem fornecer informações sobre quantas famílias foram reassentadas tanto ao órgão ambiental quanto à sociedade.

Socorro também cobra da Bahia Mineração os dados gerados no âmbito do licenciamento do Porto Sul, incluindo os projetos do PBA, mas a empresa responde que deveria solicitar autorização ao órgão ambiental para acessar o Sistema Estadual de Informações (SEI)¹²⁵. Sobre isso, Socorro afirmou: “Todas as vezes que tenho reunião com a Bahia Mineração, eu pergunto: cadê os dados? Ah eles estão encaminhando tudo para a SEI, que é a Secretaria do Estado da Informação. Ah, está na SEI? Como é que vai sair da SEI?”

A pesquisa enfrentou diversas tentativas de acessar informações atualizadas sobre o andamento desses projetos. O SEI é bastante burocrático, e com muita dificuldade, após um tempo conseguimos acessar alguns dados. No entanto, a BAMIN precisa comunicar ao Ibama, assim como à população, sobre as medidas que estão sendo implementadas para mitigar e compensar os impactos ambientais. Já que existe um instrumento governamental para isso, que é o licenciamento ambiental, é essencial garantir transparência no processo. Infelizmente, as informações públicas sobre o andamento das ações que fazem parte das condicionantes da Licença Ambiental concedida pelo Ibama não são facilmente acessadas e nem comunicadas. Isso sugere uma falta de monitoramento efetivo por parte do órgão e uma falha em compartilhar essas informações com a sociedade.

Em setembro de 2022, a diretora de sustentabilidade da BAMIN, Rosane Santos, concedeu uma entrevista¹²⁶ anunciando o compromisso da Bahia Mineração com o Pacto Global da ONU. Socorro foi questionada sobre seu conhecimento das ações socioambientais e estratégicas da empresa e esclareceu que não houve diálogo nesse sentido.

¹²⁵ Informações sobre o andamento do PBA, o número do processo no Sistema Estadual de Informação, é o SEI/02001.003031/2009-84. Caso não tenha acesso ao sistema, deve-se fazer o cadastro de usuário externo. Dúvidas podem ser esclarecidas através do e-mail: sei.sede@ibama.gov.br

¹²⁶ Entrevista da diretora de sustentabilidade da BAMIN, Rosane Santos. Disponível em: <https://www.noticiasustentavel.com.br/detalhes-plataforma-csg-bamin/>

Apesar disso, Socorro expressou o desejo de que a empresa forneça informações detalhadas sobre seus compromissos socioambientais. Ela mencionou um evento relacionado a ESG (Ambiental, Social e Governança) onde teve a oportunidade de conhecer Rosane Santos. Maria do Socorro elogia a postura de Rosane, destacando sua importância como a primeira mulher negra na direção da BAMIN, e acredita que a empresa está se esforçando para se adaptar à realidade da Bahia, um estado com uma população predominantemente negra.

Na ocasião, Socorro perguntou a Rosane Santos sobre a disponibilização de informações referentes ao contrato assinado com o Governo do Estado em relação à Sociedade de Propósito Específico (SPE). Ela queria acessar esse contrato, pois vê a si mesma como sócia do processo. Maria do Socorro destaca que os cidadãos votaram e elegeram seus representantes para negociar contratos em nome do público, então têm o direito de conhecer esses acordos. Abaixo, segue relato de seu diálogo com Rosane Santos:

Eu quero saber como é esse contrato. Ela disse, isso, não existe. Eu disse, existe. Não existe. Existe. Aí eu peguei e fui lá na internet e achei... Aí mandei para ... o *link* onde anunciava esse contrato de Sociedade de Propósito Específico, onde a Bahia ficaria com 2% de tudo, né? Eu digo, pois é, eu quero saber por que eu tenho interesse, porque eu sou sócia. Então eu estou querendo saber. Quero saber, fizeram o contrato, né? Contratamos o homem por meio do voto, né? Pagamos a ele bem para ele nos representar. Ele fez o contrato. E os donos não estão sabendo desse contrato.

Duda aborda a questão dos programas socioambientais da BAMIN, especificamente o Programa de Pesca no PBA. Embora não tenha recebido um convite oficial, ela consegue participar ocasionalmente como ouvinte em reuniões sobre os programas. Além disso, Duda está acompanhando de perto alguns comitês, como o comitê de pesca, devido ao seu envolvimento em trabalhos com associações de pescadores na região.

Assim, mesmo que sua participação seja indireta, ela se mantém presente para fornecer informações quando solicitada. Recentemente, ela teve a oportunidade de apresentar o TCSA em um desses comitês, com o objetivo de garantir que todos entendessem o significado desse termo e sua importância.

Essa coisa do TCSA saiu muito como boato. Tem 45 milhões rodando aí, que a BAMIN está dando, e aí? Ninguém entendia o que é primeiro, que é esse instrumento que não está em lugar nenhum? Está fora da compensação, não é um acordo, né? Um acordo, na verdade, dentro de um processo judicial. Prévio ao dano. Não é um ajuste de conduta. Então ficou uma coisa confusa 'pra'

população. 'pra' gente que é técnico, fica confusa, imagina a população. E aí eles não entendiam a aplicação do recurso e aí eu fui lá explicar o porquê.

Duda aponta a falta de compensação adequada para os pescadores afetados pelo Porto Sul e critica a falta de clareza na apresentação do programa. Ela também menciona desafios na coleta de dados devido a conflitos de horários entre a BAMIN e os pescadores.

Se todas as conjecturas que foram feitas no licenciamento acontecerem, eles serão os principais afetados e o programa não trouxe esta indenização. Trouxe outros projetos, né? Capacitação, geração de renda, cursos. Mas não trouxe a solução real. Não vão ser ressarcidos pelo dano que eles estão causando. E aí pra eles é difícil esse entendimento. De que eles vão ser capacitados? eles vão ter a "oportunidade" de mudar de trabalho. É uma lógica maluca, assim na cabeça de quem pensa: "eu vivo disso, nasci pra isso. E agora vou virar um motorista de caminhão?"

Duda também critica o Programa de Comunicação Social, apontando que a apresentação do programa de pesca pela BAMIN aos pescadores foi deficiente. Ela destaca que não houve um processo claro de explicação passo a passo, indicando como o programa operaria. Em vez disso, as informações foram surgindo gradualmente, sem uma orientação clara para os pescadores, o que gerou confusão.

A formação do comitê foi uma exigência do programa, com o objetivo de supervisionar as atividades e o monitoramento da pesca na região. Duda observa que isso já vem ocorrendo há algum tempo e acredita que "até o momento, foi acumulado um volume considerável de dados que serão fundamentais para avaliar o impacto real no futuro".

O INEMA e o IBAMA são mencionados como órgãos de monitoramento e fiscalização, mas a responsabilidade pelo licenciamento recai principalmente sobre o IBAMA, e embora haja uma interação e participação consideráveis com o Ibama local, a proximidade geográfica implica desafios para monitorar todos os aspectos dos programas.

No que diz respeito aos programas de compensação, não temos autoridade para fiscalizar o seu cumprimento. No entanto, se identificarmos que as ações não estão sendo realizadas conforme o planejado, temos a capacidade de comunicar ao Ibama para que intervenha. Além disso, embora a operação seja supervisionada pelo Ibama, podemos intervir caso identifiquemos algum desmatamento ou atividade que esteja em desacordo com as normas estabelecidas.

A importância dos Programas de Prevenção de Acidentes foi abordada, especialmente em relação à prevenção de desastres no ambiente de trabalho durante a construção da ponte que liga a costa à região interiorana. Medidas foram tomadas para mitigar riscos relacionados ao manuseio de cimento, por exemplo.

É importante destacar que é provável que haja um aumento significativo no volume de atividades quando a operação estiver em plena capacidade. Tal cenário exigirá uma maior atenção à segurança no trabalho e à mitigação de riscos, não apenas durante a construção, mas também ao longo da operação contínua.

G. A sociedade civil organizada

Essas narrativas revelam a importância da participação da sociedade civil na busca por soluções e na influência de políticas públicas e projetos de desenvolvimento.

Mariza, como atual presidente da Associação de Moradores da Vila Juerana, expressa a sensação de abandono da comunidade após a aprovação do Porto Sul. Durante as audiências públicas, houve participação ativa da população, ambientalistas e outros grupos que defendiam o projeto como benéfico. Entretanto, atualmente, a comunidade sente-se desamparada e questiona a ausência daqueles que antes prometiam ajuda e melhorias.

A participação ativa da sociedade na fase de oposição ao porto contrasta com a apatia percebida após sua concretização. “[...] porque enquanto a gente estava na luta “pro” porto não vir, a gente tinha muito ambientalista, muita gente que a gente conhecia, muita gente boa da área dizendo que ia ajudar, que ia fazer, que ia acontecer. Agora que o porto está aí. Cadê esse povo? Cadê? Cadê o povo? A gente perguntou “pro” pessoal da UESC. A gente disse isso ‘pra’ eles.”

Alguns meses após nossa entrevista, enquanto eu estava escrevendo minha pesquisa, fiquei sabendo de uma atividade do Movimento Sul da Bahia Viva e de outros parceiros na comunidade para lançar uma cartilha sobre o empreendimento Porto Sul. A cartilha, financiada por meio de um *crowdfunding*, foi criada para ser usada como instrumento em palestras na comunidade, em escolas e com o público mais jovem. No entanto, após essa ação, não retornei à comunidade para verificar se a impressão de Mariza sobre o apoio dos outros movimentos sociais havia mudado.

Como mencionado anteriormente, Socorro compartilha a trajetória do Instituto Nossa Ilhéus, fundado em 2012 com o objetivo de fortalecer a cidadania e promover a democracia participativa, baseada na sustentabilidade e no monitoramento social. Ela atribui parte de seu desenvolvimento profissional a Rui Rocha, presidente do Instituto

Floresta Viva, que atuou como um grande mentor para ela, junto com Oded Grajev¹²⁷. Essa jornada permitiu que ela estabelecesse conexões com outras instituições e pessoas em nível nacional, especialmente na área ambiental.

O Instituto Nossa Ilhéus contou com Mário Mantovani como conselheiro e possibilitou a conexão com o Ipê, incluindo Suzana Pádua e Cláudio Pádua. Além disso, o Instituto Arapyauá, fundado em 2008, desempenhou um papel significativo nos estágios iniciais desse processo, ajudando a estabelecer as bases para o desenvolvimento da organização e suas ações.

Onde eu pudesse obter informações e influenciar, eu participei, passei a participar e isso me fez aprender um tanto do que eu sei hoje. As pessoas perguntam o que é que eu sou. Eu digo, eu sou "ticóloga", é um tiquinho de cada coisa. Hoje eu ainda faço alguma coisa, mas o foco do Instituto Nossa Ilhéus, o principal, é a transparência do poder público constituído. Fizemos muita coisa, está lá no site, tem muito 'pra' se saber.

Socorro conta que a Dra. Aline, promotora pública do Estado da Bahia, travou uma batalha para garantir que uma parte significativa dos recursos fosse direcionada para a região, conforme ficou acertado no Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) em 2019. Ela comenta que, em algumas situações, é difícil entender o que a doutora está comunicando e faz uma observação bem-humorada:

E se me mandarem falar com ela e for lua cheia aí é que eu não falo mesmo não. Eu digo, eu não falo, a lua "tá" cheia. Adoro ela! Mas, como é que conversa? ela faz tudo e depois ela quer que a gente legitime e pronto. Porque ela entende que é mais rápido. Ela consegue. Ela tem essa competência. E a forma que ela tem de lidar com a sociedade civil é essa. E ela tem que manter um bom relacionamento.

Socorro também critica a recomendação do Ministério Público para evitar ações judiciais em questões ambientais sempre que possível, preferindo celebrar Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). Ela ressalta que, embora os TACs sejam utilizados para

¹²⁷ Fundador e coordenador-geral da Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo, é presidente emérito e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos. Sócio-fundador do movimento Todos pela Educação, é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República e foi assessor especial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Idealizador do Fórum Social Mundial, foi membro do Conselho Consultivo do Global Compact. Fundador e ex-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente e fundador e coordenador de honra da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e do Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos. É também membro-fundador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Disponível em: http://siteuniethos.org.br/ci2012/?page_id=378.

compensar danos, eles não conseguem reparar totalmente os prejuízos de acordo com a legislação.

Enquanto isso, a sociedade local busca se organizar diante dos desafios trazidos pelo Porto Sul. Além do TCSA e do Observatório Socioambiental, foi fundada a Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), que abriga um conselho estratégico. A ADR tem uma longa história que começou com o programa Líder do Sebrae e o surgimento do Fórum Sul da Bahia Global.

Em agosto de 2018, a agência desenvolveu um modelo de atuação concentrado em influenciar o poder público e reunir os setores produtivos e governamentais para colaborar. Inicialmente, abrange seis municípios: Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Canavieiras e Itabuna. No entanto, a ADR planeja expandir suas ações para incluir 26 municípios ou mais, contanto que haja uma governança forte para colaborar com o poder público em ações conjuntas.

É uma rede que inclui parceiros estratégicos como a Humanize, o Instituto Arapyau, a *Mondelez International* e o Instituto Natura, entre outros, que contribuem com recursos para iniciar diversas ações técnicas. Segundo Socorro, a ADR define como desenvolvimento a promoção do cacau, do chocolate e do turismo. Eles também valorizam inovação e tecnologia, acreditando que Ilhéus é a cidade mais adequada para a instalação de um parque e a revitalização do Polo de Informática. No entanto, Socorro reconhece que a gestão municipal ainda não está alinhada com essas ideias. Ela também informa que a BAMIN deseja participar da Agência de Desenvolvimento Regional.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia grandes empreendimentos em esferas municipais, estaduais e federais, como o Porto Sul, também está interessado em projetos da sociedade civil local. A sociedade civil foi solicitada a contribuir com sugestões para o planejamento do BID de 2023 a 2026, visando garantir que suas diretrizes sejam observadas nos financiamentos concedidos.

Nesse conjunto, Socorro desempenha um papel ativo em várias instâncias de governança, como o Codema, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Leste, a APA da Lagoa Encantada do Rio Almada e o Parque Estadual da Ponta da Tulha. Em muitos desses encontros, ela interage com representantes da BAMIN, mantendo uma relação amigável com a equipe, mesmo quando questiona e faz intervenções.

Socorro menciona que, se necessário, ela pode expressar suas opiniões de forma firme e tranquila. Após as discussões, todos continuam em bons termos. O foco central de seus questionamentos está nas políticas da empresa e nas ações tomadas, destacando a

necessidade de transparência e responsabilidade nas atividades realizadas pela BAMIN em colaboração com o BID e outras organizações.

H. O TCSA e Observatório Socioambiental

Nesse contexto, Socorro ressalta a importância das ações do Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) em paralelo ao desenvolvimento do Porto Sul. O TCSA visa fortalecer a estrutura de fiscalização em Ilhéus e lidar com os impactos do Porto Sul. O Ministério Público negociou com a BAMIN e o governo do Estado para obter mais recursos, focando em entidades como o Inema, o Ibama e as forças policiais. Além disso, o TCSA busca eliminar sobreposições de competências e estabelecer um protocolo de fiscalização para facilitar a cooperação entre as entidades.

A entrevistada menciona o lançamento do Observatório Socioambiental¹²⁸ e demonstra entusiasmo em relação ao seu potencial. O Observatório está trabalhando em uma interface para coletar informações do Sistema Estadual de Informação (SEI) do licenciamento ambiental do Porto Sul e disponibilizá-las para a população.

Olha, se você vir o Observatório como “tá” lindo, você vai conversar com o professor Gil. Você vai se apaixonar pelo que está por vir, porque ele já apresentou de cara a área que vai ser suprimida para atender o Porto só aqui na região, só aqui em Ilhéus. Ele já mostrou o quanto já foi suprimido, e o quanto falta, e você se estarrece. Incrível! assim, ó, ‘pra’ você ver o mapão lá na tela. E a tela tem 6 visores desse para monitoramento. Você vê de cá. Você se senta na mesa e olha para lá e vê.

Socorro enfatiza a importância do Observatório Social como uma ponte entre as informações técnicas e a população, permitindo que as pessoas participem ativamente no processo de fiscalização e controle. O objetivo é que o público compreenda melhor os aspectos técnicos em discussão e avalie o impacto do Porto em sua região, com a ajuda de informações visuais que tornam o processo mais acessível à comunidade.

O Observatório, em fase de desenvolvimento, apresenta informações de forma visual e gráfica, permitindo que as pessoas compreendam as implicações das atividades relacionadas ao Porto, como o desmatamento e seus impactos no abastecimento de água e no uso do solo. Apesar dos desafios relacionados à aquisição de equipamentos adequados para processar o grande volume de imagens, o Observatório já compartilha informações e busca aprimorar a disseminação de dados.

¹²⁸ O Observatório foi lançado em março de 2023.

A intenção é que a população se torne um participante ativo no processo de fiscalização e controle, compreendendo os aspectos técnicos que estão em discussão nos bastidores. Portanto, o Observatório, conforme delineado na proposta do TCSA, foi concebido como um espaço de disseminação de informações para que o público possa acompanhar o trabalho dos municípios e avaliar o impacto do Porto em sua região.

E Duda explica que, na ausência de algum programa específico de fortalecimento das políticas públicas para lidar com as pressões sociais advindas das infraestruturas do desenvolvimento, o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) foi elaborado pela procuradoria do Estado, sob a supervisão do Ministério Público, com o intuito de fortalecer o controle governamental. E, como há carência de recursos e infraestrutura, o TCSA prevê uma alocação de cerca de 45 milhões de reais, para o fortalecimento do monitoramento governamental da região.

O MP conversou com a BAMIN, com o governo do Estado, que é um autor também, que acaba sendo parte porque é um dos responsáveis pelo Porto. E aí o Ministério Público acabou buscando mais recursos para poder suprir essa lacuna, porque a gente não tinha nenhum programa de compensação voltado para a estruturação dos órgãos que são responsáveis pela região.

O TCSA incluiu medidas de mitigação antecipada, reconhecendo que o empreendimento causaria um impacto substancial e que as compensações originalmente planejadas não seriam suficientes para abordar os efeitos específicos. O foco dos investimentos recaiu sobre o Inema, o Ibama e as forças policiais, incluindo a polícia ambiental, rodoviária, civil e federal, todas com um papel fundamental a desempenhar para atender às novas demandas e pressões sobre o território. Além disso, os municípios também ganharam destaque, pois desempenham um papel central na absorção dessas competências.

A proposta do Observatório é tornar as informações visualmente acessíveis, facilitando a compreensão das mudanças ambientais. Contudo, lidar com um grande volume de dados, considerando as diferentes especificidades de qualidade das imagens, ainda é um desafio. O Observatório Social está localizado na UESC.

Um detalhe especialmente importante é que o TCSA e seu dispositivo de monitoramento concentram-se na tecnologia de monitoramento ambiental. No entanto, observa-se que os efeitos sociais não estão inicialmente no escopo de monitoramento do Observatório Social.

I. A natureza, as ameaças e o futuro

Na região de Ilhéus, onde a natureza e o modo de vida ao ar livre são fundamentais, diversas vozes expressam preocupações sobre o impacto do Porto Sul e do Complexo Logístico Porto Sul. No geral, as vozes na narrativa destacam a importância de preservar a natureza e o modo de vida local, enquanto enfrentam desafios relacionados a grandes projetos de infraestrutura e seu impacto potencial na região.

Mariza, nascida na Vila Juerana, enfatiza o forte vínculo com a terra e a apreensão sobre o futuro da região, temendo a degradação ambiental. A chegada do Porto Sul representa não apenas uma ameaça ao modo de vida tradicional, mas também um risco iminente para a sustentabilidade a longo prazo da região. Mariza expressa preocupação com a possibilidade de poluição do rio Almada, o desaparecimento de áreas naturais devido à expansão do empreendimento, assim como sente que os vínculos comunitários possam estar ameaçados.

A nossa preocupação maior aqui é com o meio ambiente. Porque a gente pode até correr daqui e sair até com a roupa do corpo. Eles (o rio, o mar, a natureza...) não têm 'pra' onde sair. Eles vão ter que se virar sozinho aí. Quem iria brigar por eles? E os animais? E os nossos camarões de água doce? Fazer o que com eles? Poluir o rio, o oxigênio vai embora. Pense! dos meus avós aos meus pais, aos meus irmãos, todos sustentados por um rio que provavelmente daqui mais um tempo estará morto.

Quando questionada sobre a possibilidade de o Porto Sul não ser realizado, ela responde que: “A gente aqui já perdeu as esperanças porque se Paulo, que é o cara que mais torceu para que o Porto não viesse, já jogou a toalha (risada), aí a gente também desanima. Agora, a gente já sabe que vai ser daí ‘pra’ pior.”

Quanto ao futuro, Mariza expressa sua desilusão com a provável concretização do Porto Sul e a conseqüente perda do modo de vida tradicional.

Vai desmontar muita coisa, deixar de realmente viver uma vida que você pretendia viver até o finalzinho da sua vida. De um jeito que por exemplo aqui tem um monte de gente que poderia, se quisesse, já ter ido embora. Mas não vai por quê? Sentimento de pertence. Eu não me vejo saindo daqui pra morar em outro lugar. Porque eu saberia que ia ficar faltando alguma coisa em mim. Porque eu quero estar e quero permanecer naquele lugarzinho. Onde eu vi meu pai plantar tudo isso aí. Tudo isso aí foi planta dele: fruta-pão, tamarineira, mangueira, coqueiro, goiabeira, tudo do meu pai. Que a gente o ajudou a plantar.

Socorro destaca a abundância da natureza na região e expressa seu desejo de preservá-la e valorizá-la. Ela enfatiza a importância de ações planejadas e sustentáveis

em grandes empreendimentos para garantir benefícios reais às comunidades locais. Afirmando a riqueza da região, ela espera que as pessoas reconheçam seu valor e a conservem de modo que todos queiram ter um pedaço desse lugar, compreendendo o que ele representa. “Se o Brasil fosse um ovo, Ilhéus seria a gema. Ilhéus é a pérola da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Ilhéus é um sorriso na Costa do Cacau, de quem olha ela de cima, quando você sobrevoa aquela baía do Pontal é um Sorriso, é só olhar para ela.”

Ademais, Socorro se emociona ao pensar na riqueza da região e expressa preocupação sobre a ganância e os novos ricos que não compreendem a importância de preservar o meio ambiente e uma vida digna para as populações locais. Ela espera que grandes empreendimentos, como resorts turísticos, o Porto Sul e a BAMIN, possam trazer benefícios verdadeiros para as comunidades, em vez de enganar o povo com práticas que lembram as injustiças do passado, como a troca de espelhos por recursos naturais.

A entrevistada enfatiza ainda a importância de ações planejadas e sustentáveis, na esperança de que os empreendimentos sejam capazes de contribuir positivamente para a região, ao mesmo tempo em que se comprometam com a conservação ambiental e a dignidade das comunidades locais.

Quando eu vejo essa luta lá por Boipeba¹²⁹ eu me pergunto, Boipeba, a Ponta do Castelhana, ela estaria mais protegida, com ou sem esse empreendimento de turismo lá (que está se instalando)? Mas eu tenho que pensar nos povos que estão lá, nas pessoas que estão lá, e elas precisam ser transformadas, mas transformadas, e viver com dignidade naquele lugar. Então, se o empreendimento trouxe isso, e é isso que eu quero ver hoje com o Porto, com a BAMIN, porque o que eles fizeram muito foi enganar o povo, foi fazer e se comportar como os europeus que chegaram aqui e trocaram espelhinho com os índios.

E sobre o futuro Socorro não acredita que as obras dos empreendimentos do Complexo Logístico Porto Sul possam ser interrompidas, mas enfatiza a necessidade de continuar a luta e agir para garantir um resultado mais favorável.

Só se acontecer alguma coisa que venha dos céus e diga pare! Mas, eu acho que a gente tem que continuar mostrando, e fazendo com que, no mínimo, saia muito melhor do que sairia. Porque se deixasse do jeito que eles queriam, o Porto já estava pronto, uma biboca qualquer jogada lá, né? Com o mínimo de recurso e o máximo de lucro para eles, né? Hoje o meu convencimento é esse: eu continuo fechando os olhos e dizendo: não tem Porto na praia do norte! eu não consigo ver. Se vier, eu vou aceitar. Não vou me frustrar, não vou me desesperar, não vou morrer. O Porto fica aí. Morrer eu vou mesmo, de qualquer forma. Então, o

¹²⁹ O empreendimento Ponta dos Castelhanos foi licenciado em março pelo governo baiano numa fazenda que toma quase 20% da ilha de Boipeba, ou 1.651 hectares (ha). A ilha é uma das porções mais preservadas da Mata Atlântica e abriga povoados tradicionais de quilombolas, pescadores e extrativistas. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/condominio-na-ilha-de-boipeba-aquece-ocupacao-da-mata-atlantica/> .

que fazer, né? Mas, parar de trabalhar? Não. Eu acho que a gente tem que trabalhar nesse sentido.

Além disso, destaca que o avanço tecnológico com seu consumo excessivo e a necessidade de se valorizar um modo de vida mais simples e sustentável: “é muita ambição. A minha ambição é ser cada vez menos”. E diz que a mudança deve ser cirurgicamente pensada e implementada com cuidado, de acordo com a necessidade real.

Eu agradeço todo o avanço tecnológico, não sou contra nada disso. Eu sou contra trocar de 6 em 6 meses de notebook, o meu ... Itá' aqui, conservado. Quantos anos tem a minha geladeira? Quantos anos tem o meu fogão? Como eu posso repor? Por que é que eu tenho que ter agora um toque, sei lá, da Pitty? Quero negócio de Pitty não... Eu não sou nada disso. É uma questão de modo de vida. Também não sou radical. Eu acho que tudo pode ser cirurgicamente pensado e colocado. Só não pode ser, de qualquer forma.

No término da entrevista ficou a imagem daquela mulher forte e sorridente, que conversa com os passarinhos, sonha com a transparência dos fatos e demonstra amor pela sua terra, que tentaram retratar como feia, mas que ela sabe muito bem que não é. Ela tem orgulho de ser da Bahia, do sol e do mar, e de ver o sorriso de Ilhéus. Duda menciona que as consequências para a região serão expressivas, trazendo mudanças, como aumento do tráfego e vizinhança. Ela critica a falta de estrutura de governança para controlar as consequências do empreendimento e discute os desafios de estruturar órgãos municipais para lidar com o impacto do Porto Sul. Ela enfatiza a necessidade de investimentos em sinalização, capacitação e organização para lidar com riscos como vazamentos e desastres.

No que diz respeito à compensação ambiental do Porto, o objetivo principal é apoiar as estruturas das Unidades de Conservação. Dentro dessa estrutura, os recursos são direcionados para fazer o Plano de Manejo da APA (Área de Proteção Ambiental) e do Parque. O processo de regularização fundiária do Parque do Conduru também está incluído.

Entretanto, “é importante observar que este licenciamento resultou em menos recursos destinados às Unidades de Conservação locais em comparação com outras Unidades de Conservação. Muitas Unidades de Conservação federais, embora não diretamente impactadas, receberam uma parcela maior de recursos”, declara a entrevistada.

O Porto está localizado dentro da APA da Lagoa Encantada e Rio Almada, que, por ser designada como de uso sustentável, ficou em uma posição de menor prioridade para receber recursos. Para Duda, “a quantidade de recursos alocada para a APA foi

limitada, pois a legislação estabelece que a prioridade deve ser dada a Unidades de Conservação, parques, áreas de conservação e proteção integral”. A APA, por ser uma área de uso sustentável, é considerada um investimento em terras de terceiros, uma vez que não possui domínio público. “Portanto, na ordem de prioridade, a APA fica em um nível inferior, apesar de ser afetada diretamente” completa a entrevistada.

Quanto às ameaças, para Duda, uma série de riscos estão associados às operações do porto e da ferrovia, e alguns deles suscitam considerável preocupação. Um desses riscos diz respeito ao vazamento de produtos, tanto no mar quanto em terra. Nesse sentido, torna-se imperativo implementar medidas preventivas abrangendo ambos os cenários. Duda também expressa apreensão em relação a possíveis acidentes físicos, incluindo colisões de navios, incidentes na ferrovia e acidentes em rodovias. Embora a maior parte do transporte de cargas seja realizado por via férrea, o grande volume de caminhões circulando na região ainda pode aumentar substancialmente o potencial para acidentes. Para enfrentar esses riscos, é essencial direcionar investimentos para organizar o planejamento e tomar medidas preventivas com antecedência.

Duda esteve à frente de uma das linhas de defesa no desastre do derramamento de óleo em 2019¹³⁰, e que foi atribuído pela Polícia Federal a um navio petroleiro Grego.

Duda relata que, na ocasião, ficou evidente a falta de um planejamento adequado, o que resultou em um cenário caótico durante a primeira semana. Pessoas adentram o mar e manipularam o petróleo com as mãos, armazenando-o em locais inadequados, e algumas áreas entraram em contato direto com o solo, para as quais não havia espaço de armazenamento apropriado. O petróleo precisou ser armazenado na areia da praia por vários dias.

As comunidades receberam informações do governo federal de maneira tardia, prejudicando a capacidade de preparação. Caso tivessem sido informadas mais cedo, poderiam ter se preparado adequadamente. Em Serra Grande, a comunidade se mobilizou e realizou ações voluntárias para enfrentar a situação. Com o apoio de empresas locais,

¹³⁰ Em 30 de agosto de 2020, completou um ano do maior vazamento de petróleo em praias brasileiras, em termos de extensão. Nessa data, manchas de óleo de origem desconhecida surgiram no litoral da Paraíba e, nos meses seguintes, atingiram toda a costa nordestina, além dos litorais dos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. O derramamento de óleo comprometeu a vida de pescadores, marisqueiras e moradores, que tiveram o seu sustento e a saúde prejudicados. Com o desastre, a população local deixou de comer peixes e frutos do mar e os trabalhadores amargaram enormes prejuízos. Além disso, a poluição afetou duramente a flora e fauna marinha. O impacto atingiu de tartarugas a peixes, algas, manguezais e até corais. O governo federal negou por meses a gravidade do problema, além de usar o crime ambiental para fins políticos.

Disponível

em:

<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Bruna/Informandes%20setembro%20de%202020.pdf> .

conseguiram adquirir telas para proteger as entradas dos estuários em Barra do Sargi e Barra do Tijuipe, evitando a entrada do petróleo.

No entanto, houve a ausência de um programa de prevenção de desastres coordenado, especialmente no que se refere a equipamentos de proteção e medidas de saúde. Foi necessário um esforço conjunto com a Secretaria de Saúde Estadual para lidar com a situação, estabelecendo diretrizes para a higienização e os cuidados com aqueles que tiveram contato direto com o petróleo.

Para nós faltou ter um programa de prevenção de desastres coordenado. Especialmente nessa parte de equipamentos de proteção e prevenção de danos à saúde. O primeiro choque que a gente tomou foi que, depois dessa primeira semana, veio um volume de informação sobre o contato com o petróleo. E aí todo mundo já tinha tido contato, né?

Em relação ao apoio da BAMIN à região, Duda menciona que a empresa contribuiu com ações no norte de Ilhéus, doando equipamentos. No entanto, ela não acompanhou os detalhes dessa doação e reafirma a necessidade de a empresa investir em um programa de prevenção de desastres e acidentes para a região, “principalmente porque lidaremos com uma variedade de produtos e riscos”.

Ao ser questionada se acredita que o desenvolvimento prometido pelo governo irá ocorrer, Duda responde: “O impacto que a gente vai ter aqui, ‘pra’ mim, vai ser significativo, porque vai mudar uma parte da vida que temos hoje. Provavelmente, vamos ter um fluxo de trânsito muito maior. De tudo que eu fugi pode voltar a acontecer aqui.” Embora não se oponha totalmente a esse tipo de infraestrutura, ela ressalta que sua maior objeção é com a falta de estruturação para que essa infraestrutura exista em locais como esse.

A grande questão é que a gente precisava ter estruturas de governança, de governo mesmo. Uma estrutura de prefeitura, de Estado no local para que o empreendimento desse tivesse contido nos limites em que ele foi planejado. A grande questão é que a gente não consegue fazer a contenção. Ele se expande. Os efeitos de um empreendimento desse porte se expandem de infinito porque a gente não tem controle.

Goya enfatiza a importância de valorizar a natureza, o ar puro, o bem-estar coletivo e questiona o modelo de consumo desenfreado. Ela faz um apelo para que a humanidade reavalie seus valores e adote uma abordagem mais amorosa e consciente em relação à Terra. Goya também questiona por que destruir os recursos naturais e a qualidade de vida da região para atender a interesses nacionais e globais que priorizam o consumo desenfreado em detrimento da sustentabilidade.

A questão é que no mundo, a massa humana, a massa mundial, a cultura mundial, é cada vez mais de consumo desenfreado. E não de consumo consciente. É um modelo de pensamento que está aí e que a gente acha que deve ser substituído por uma coisa mais afetiva, por uma coisa mais amorosa, com o planeta mais próximo dos indígenas, por exemplo.

7.4 RECONHECIMENTO ATENTO: Gerando Conhecimento e Interpretações

O reconhecimento atento é o quarto gesto ou variedade atencional. O que fazemos quando somos atraídos por algo que obriga o pouso da atenção e exige a reconfiguração do território da observação? Se perguntamos “o que é isto?” Saímos da suspensão e retornamos ao regime da reconhecimento. A atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um “vamos ver o que está acontecendo”, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto. É preciso então calibrar novamente o funcionamento da atenção, repetindo mais uma vez o gesto de suspensão. (KASTRUP, 2007).

Ao analisar as experiências vividas nos encontros e nas entrevistas realizadas, exploramos as conexões e bifurcações que crescem sem necessariamente ter um centro, embora a força propulsora tenha sido a chegada do Porto Sul ao território pesquisado.

Com isso, buscou-se mapear as complexidades da situação nos distritos de Serra Grande e Aritaguá, especialmente no povoado de Vila Juerana. Esse mapeamento evidencia a multiplicidade de atores, perspectivas e estratégias em movimento. As controvérsias em torno do Porto Sul não se limitam a uma questão entre uma empresa e a comunidade, mas revelam uma rede intrincada de relações, poderes e resistências, onde a mobilização comunitária e as ações coletivas têm papéis cruciais na construção de um cenário contencioso.

Assim, a aplicação da cartografia das controvérsias permite visualizar as relações e interações entre os diversos atores envolvidos, revelando redes de poder, limites e estratégias de resistência. A complexidade das questões discutidas destaca a importância de uma abordagem multidimensional e transdisciplinar para interpretar o desenvolvimento proposto e suas ramificações nas comunidades locais.

7.4.1 Sobre os relatos dos encontros no campo.

No Encontro I, a mobilização comunitária liderada pela Taboa demonstrou a rede de atores locais envolvidos no lançamento da pesquisa "Mapeamento de Migrantes em Serra Grande". A diversidade local, com pescadores da Associação, lideranças

comunitárias, artistas, donos de pousadas, restaurantes, crianças e jovens, além de moradores locais e migrantes, destacou a importância de entender as interconexões entre diferentes grupos na região.

Ao observar a Taboa, uma organização sem fins lucrativos, é possível traçar sua origem ao Instituto Arapyaú, fundado pelo empresário Guilherme Leal¹³¹, evidenciando a influência de uma rede de atores externos na configuração local. A pesquisa proposta pela organização visa fazer o levantamento dos migrantes para potencializar ações locais. A Taboa atua de acordo com sua missão de fortalecer comunidades por meio do acesso a conhecimentos, recursos financeiros e cooperação, com um enfoque específico em sustentabilidade e iniciativas de base comunitária. No entanto, ela se distancia das questões do Porto Sul, evitando se envolver diretamente com o assunto e com as ações da BAMIN, sugerindo divergências de interesses ou preocupações.

No Encontro II, a presença de uma rede mais ampla de atores combativos ao desenvolvimento representado pela BAMIN, incluindo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), foi evidente. As discussões enfocaram a desigualdade de poder na definição de diagnósticos e a análise crítica de documentos oficiais, ressaltando a necessidade de uma abordagem coletiva para enfrentar os desafios.

O Encontro III, centrado no Movimento Sul da Bahia Viva, representou ativistas e organizações críticos ao Porto Sul, à Fiol, à Mina e à BAMIN, apresentando múltiplas vozes na busca por respostas e contestação desses empreendimentos. O professor Rui Rocha, figura central no Movimento Sul da Bahia Viva, emergiu como uma liderança crítica ao modelo de desenvolvimento representado pelo Porto Sul, contribuindo com análises abrangentes sobre interesses minerários na Bahia, a entrada da empresa BAMIN no negócio e as implicações socioeconômicas e ambientais do projeto.

Além disso, a inclusão no grupo de *WhatsApp* do Movimento Sul da Bahia Viva (Encontro IV) proporcionou uma participação mais ativa nas interações entre os membros, evidenciando a importância da comunicação e da mobilização virtual para amplificar vozes críticas. A ação coletiva no grupo, incluindo a elaboração de uma carta pública endereçada ao Ministério do Meio Ambiente e ao IBAMA, demonstrou como as discussões online podem se traduzir em ações concretas e influenciar o curso dos movimentos na região.

¹³¹ Guilherme Leal é também cofundador da Natura Cosméticos

Por fim, os eventos organizados pelo Expresso 22222, inspirados por uma abordagem política fundamentada em princípios de amor e bem-viver, destacaram a diversidade de estratégias adotadas pelos atores para conscientizar e resistir ao projeto Porto Sul. Os atos públicos, discussões comunitárias e manifestações culturais ilustraram estratégias inovadoras na busca por mudanças.

7.4.2 Sobre os relatos das entrevistas no campo

As entrevistas mostram atores e relações que envolvem questões sobre o Porto Sul na região próxima à sua instalação. O método de produção dos dados, com base em entrevistas abertas, reflete a abordagem inspirada no cartógrafo, mantendo a atenção flutuante. O foco em diálogos abertos e sem respostas certas ou erradas permite uma compreensão mais profunda das expectativas dos entrevistados. Além disso, a confidencialidade no manejo dos dados, como gravações e transcrições, garante a privacidade das informações coletadas.

Os entrevistados compartilham suas histórias sobre como o mundo em que vivem está sendo ameaçado pelos novos atores que passaram a coabitar a região com a chegada das obras do Porto Sul. As entrevistas foram organizadas em categorias (A; I) para abordar uma variedade de perspectivas e temas relacionados ao Porto Sul.

Essa categorização destaca aspectos específicos, desde as histórias de vida dos entrevistados até questões ambientais, socioeconômicas e políticas. No entanto, essas categorias não pretendem encerrar um assunto específico. A diversidade de temas abordados em cada categoria oferece uma visão abrangente e multifacetada do Porto Sul. Isso permite que o entendimento sobre o empreendimento e seus impactos seja mais completo, considerando diferentes ângulos e experiências.

Além disso, a organização em categorias facilita a análise e compreensão das informações, tornando-as mais acessíveis ao público em geral. Cada categoria é uma camada específica do contexto do Porto Sul, contribuindo para uma narrativa mais rica e detalhada. Essa estrutura organizada pode facilitar a identificação de padrões, contradições e lacunas nas informações coletadas durante as entrevistas, o que é crucial para uma análise crítica e para uma compreensão mais profunda dos diversos aspectos envolvidos no tema.

Portanto, a organização em categorias não busca limitar a discussão, mas sim oferecer uma estrutura que enriquece a compreensão do Porto Sul, destacando suas

complexidades e nuances. O que permitirá abordar cada ponto destacado no texto com clareza e profundidade.

A. Personagens e Histórias de Vida

Os relatos das entrevistas trazem à tona atores-chave como Mariza Inácio dos Santos, Maria do Socorro Ferreira de Mendonça, Maria Eduarda Sampaio da Cunha e Vitória Régia. Cada uma delas oferece diferentes perspectivas, desde a defesa da preservação ambiental até a busca por um desenvolvimento que leve em conta a qualidade de vida e as identidades culturais.

A inclusão predominante de mulheres como figuras-chave nas entrevistas não foi uma escolha deliberada na metodologia; ocorreu espontaneamente. No entanto, essa predominância pode indicar a importância da participação feminina e revelar uma perspectiva crítica em relação ao Porto Sul. As vozes femininas podem ser interpretadas como uma defesa de valores e preocupações associadas a abordagens mais holísticas e sustentáveis de desenvolvimento.

A representação diversificada trazida por essas mulheres tem o potencial de enriquecer o debate sobre o Porto Sul, integrando uma variedade de visões e experiências. A participação ativa das mulheres nessas discussões não apenas destaca a diversidade de vozes envolvidas, mas também ressalta a importância de considerar questões sociais, culturais e ambientais de forma interconectada no contexto do desenvolvimento proposto. Essa abordagem inclusiva oferece uma visão mais completa e equilibrada dos desafios e oportunidades associados ao Porto Sul.

B. Comunidade e Qualidade de Vida

As vozes das entrevistadas refletem a preocupação com os impactos do Porto Sul na comunidade local. Elas destacam o vínculo afetivo com a região, as identidades culturais e as questões relacionadas à propriedade, qualidade de vida, moradia e saneamento básico como preocupações significativas.

A diversidade de perspectivas evidencia a complexidade das controvérsias. Embora se compreenda a necessidade de aumentar as oportunidades de emprego e renda para a população, há um descompasso entre o perfil dos empregos propostos se adequar mais a realidade urbana dos grandes centros do Capital, e não ao perfil das realidades das populações periurbanas e rurais. Essa desconexão aponta para a importância da

qualificação profissional, da adequação das propostas de emprego ao perfil das populações e do alinhamento e fortalecimento das políticas públicas.

Além disso, é essencial investir nos setores básicos, como moradia, educação e saúde, para assegurar um desenvolvimento mais justo. Essas abordagens integradas podem ajudar a enfrentar os desafios trazidos pelo Porto Sul e a promover um futuro possível para a comunidade local.

C. Desenvolvimento e Economia

As entrevistadas apresentam perspectivas variadas sobre o desenvolvimento e a economia da região. A necessidade de um planejamento sustentável é enfatizada, com ênfase na proteção de áreas de floresta remanescentes. Há uma nítida relação das entrevistadas com a natureza onde vivem. E a complexidade econômica da região, marcada por desafios históricos no setor do cacau e a busca por alternativas, é uma preocupação para promover melhoria nas condições de vida da população local.

As críticas à perspectiva convencional de progresso são apresentadas, questionando se o desenvolvimento real está relacionado a infraestrutura e crescimento econômico ou se está mais ligado a questões sociais, educacionais e ambientais. Outra preocupação é com o desordenamento do desenvolvimento e seus impactos na qualidade de vida. E chama-se atenção para o papel fundamental do poder público local na condução de ações que sustentem o desenvolvimento para que seus benefícios sejam de fato distribuídos e reconhecidos pela população.

D. Os governos e a infraestrutura pública frente aos impactos do desenvolvimento

As narrativas destacam as complexidades nas relações entre governos, empresas e comunidades em meio ao desenvolvimento, evidenciando perspectivas e desafios variados. Socorro, do Instituto Nossa Ilhéus, expressa preocupações com a transparência e os reais propósitos das ações da BAMIN, apontando a ausência de diálogo com o governador estadual na época, Rui Costa, e agora chefe da Casa Civil do governo federal, cujo papel é central na implementação desses projetos.

Duda, do INEMA, destaca o desafio que os governos enfrentam ao lidar com o desenvolvimento e como essa estratégia com seus impactos adversos irá coexistir com os

planos de preservação e conservação da região. Ela chama a atenção para o despreparo do município em lidar com o impacto da implantação do Porto e outros novos empreendimentos, especialmente em termos de gestão ambiental. Além disso, menciona as limitações da infraestrutura de saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos, enfatizando que a ocupação desordenada é hoje o principal desafio.

As narrativas destacam a complexidade das relações entre governos, empresas (como a Bamin) e comunidades. Há uma preocupação recorrente com a falta de transparência e diálogo efetivo entre essas partes. As comunidades sentem a necessidade de compreender melhor os acordos e contratos firmados entre as empresas e o governo, especialmente no que diz respeito aos impactos socioambientais.

E. O empreendimento e a infraestrutura privada

Mariza, da AMORVIJU, destaca que a chegada do porto trouxe empregos precários e arriscados para os jovens da região, evidenciando preocupações com problemas sociais, como o uso de drogas e a violência. Duda, do INEMA, aborda a necessidade do Complexo Logístico Porto Sul para conectar diferentes regiões do país, destacando a forte demanda por mineração no interior da Bahia. Ela enfatiza a influência econômica significativa do setor de mineração em várias esferas governamentais.

F. A BAMIM, o PBA, o relacionamento com a comunidade e a sustentabilidade

A narrativa que envolve a empresa BAMIN e sua interação com a comunidade destaca a falta de transparência, diálogo eficaz e comprometimento genuíno. Mariza expressa críticas à abordagem superficial e insensível da BAMIN em relação à comunidade, apontando ações de marketing pouco substanciais em vez de abordar as preocupações legítimas da população. Preocupações similares são compartilhadas por Socorro e Duda, que questionam a escassez de informações detalhadas sobre as práticas socioambientais da empresa, ressaltando a importância da transparência.

A ausência de informações específicas sobre os compromissos socioambientais da empresa e sobre a implementação do Plano Básico Ambiental (PBA) preocupa as entrevistadas. A falta de clareza na apresentação desses programas gera confusão nas comunidades.

Duda foca especialmente no Programa de Pesca no PBA, criticando a falta de compensação adequada para os pescadores afetados pelo Porto Sul e a ausência de clareza na apresentação do programa. Ela também menciona desafios na coleta de dados devido a conflitos de horários entre a BAMIN e os pescadores, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais efetiva na mitigação dos impactos.

As entrevistas enfatizam a escassez de informações claras, com Socorro criticando a falta de diálogo significativo e de um compromisso genuíno por parte da BAMIN com a preservação da cultura e do meio ambiente local. Ela sublinha a necessidade de transparência em relação aos contratos firmados pela empresa em nome do público e chama atenção para a importância de um engajamento mais profundo da BAMIN com as comunidades afetadas.

G. A sociedade civil organizada e o MP

Os relatos das entrevistadas destacam a participação ativa da sociedade civil organizada, representada por líderes como Mariza e Socorro, na busca por soluções e influência em políticas públicas relacionadas ao Porto Sul. Mariza expressa a sensação de abandono da comunidade após a aprovação do projeto, evidenciando a mudança de presença de alguns grupos que apoiavam a iniciativa antes de sua concretização. Socorro destaca a importância da transparência do poder público constituído e critica a recomendação no Ministério Público para evitar ações judiciais em questões ambientais. As relações entre a sociedade civil e o Ministério Público são complexas, envolvendo desafios na comunicação, mas reconhecendo a competência da promotora pública, a Dra. Aline.

H. O TCSA e o Observatório Socioambiental

O Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) foi criado em resposta às preocupações ambientais e sociais relacionadas ao Porto Sul, com o objetivo de fortalecer a estrutura de fiscalização em Ilhéus e lidar com os impactos do empreendimento. O Observatório Social se destaca como uma iniciativa promissora para coletar, visualizar e disseminar informações relacionadas ao licenciamento ambiental e à implantação do Porto Sul.

Socorro vê o Observatório como uma ponte entre as informações técnicas e a população, facilitando uma participação mais ativa no processo de fiscalização e controle.

No entanto, Duda, que faz parte do Comitê Técnico Executivo, aponta desafios relacionados à aquisição de equipamentos adequados para processar o grande volume de imagens necessárias para as análises.

I. A natureza, as ameaças e o futuro

A preocupação com o impacto ambiental do Porto Sul é uma constante nas narrativas, destacando a necessidade de preservar a natureza e o modo de vida local. Mariza, criada na Vila Juerana, expressa receios sobre a poluição do rio Almada, o desaparecimento de áreas naturais e os riscos para a sustentabilidade a longo prazo da região.

Socorro ressalta a abundância da natureza e a necessidade de ações planejadas e sustentáveis em grandes empreendimentos. Ela busca a valorização do modo de vida simples e sustentável, apontando a importância de evitar práticas que lembrem injustiças do passado, como a troca de recursos naturais por espelhos.

Duda alerta para os riscos associados às operações do porto e da ferrovia, incluindo vazamentos de produtos e acidentes. Ela aponta a falta de estrutura de governança pública e local para lidar com os impactos do empreendimento, especialmente no caso de acidentes ou desastres, destacando a necessidade de investimentos em sinalização, capacitação e organização.

As entrevistadas expressam preocupações sobre preservação ambiental e o modo de vida local, apontando a falta de governança pública e privada como uma questão crítica.

7.4.3 AS CONTROVÉRSIAS: INFORMAÇÕES DAS TEIA ENTRELAÇADAS

O discurso foi: nós estamos indo salvar a região! E foi assim que eles conseguiram captar. Porque quando nós fizemos uma pesquisa e a pesquisa dizia que 80% das pessoas eram favoráveis ao Porto, mas se você abre, que 80% são esses? São os 80% que acreditavam que o Porto ia gerar emprego. E o Porto pronto não vai gerar mais que 450 empregos. E aí? (Socorro)

A construção do Porto Sul surge como um ponto de controvérsia, afetando diversos aspectos da vida na região. Questões de preservação ambiental, desafios econômicos e diferentes visões de desenvolvimento se entrelaçam em debates complexos.

As entrevistas e categorias revelam uma intrincada interconexão de fatores sociais, ambientais e econômicos que moldam a percepção das comunidades em relação ao

desenvolvimento do Porto Sul. Elas oferecem uma compreensão multidimensional das controvérsias, destacando a complexidade do contexto e evidenciando uma trama de atores, preocupações e perspectivas. Além disso, a falta de uma estrutura de governança é apontada como uma questão crítica.

Essas preocupações destacam a necessidade de uma abordagem mais integrada e colaborativa entre empresas, governos e comunidades para garantir o desenvolvimento sustentável da região. Ressalta-se a importância de processos participativos, transparentes e flexíveis em grandes projetos, sublinhando a necessidade de considerar as interconexões entre os diferentes elementos para uma compreensão holística das questões em jogo.

Com base em bases teóricas, a pesquisa analisa as fricções e interconexões entre atores, actantes, infraestruturas do Antropoceno e elementos vivos, incluindo documentos que influenciam o campo. Isso não implica em simplificar excessivamente a complexidade do campo e da pesquisa ou eliminar informações, mas sim em um processo de enquadramento, semelhante ao ato de fotografar uma cena.

Nesse contexto, reconhece-se que o enquadramento selecionado pode deixar de fora várias situações, cores, pessoas e cenários, mas essa escolha é feita de forma consciente, considerando a existência de elementos que não estão dentro da teia sendo delimitada.

A Importância da Fricção nas Controvérsias e Composições: O desenvolvimento local diante da chegada do Porto Sul

Em sua obra "Fricção: A Etnografia de Globalização" (2005), a antropóloga Anna Tsing oferece uma lente única para apreciar a complexidade intrínseca às dinâmicas contemporâneas. Ao introduzir o conceito de "fricção", Tsing nos convida a reconhecer e compreender a multiplicidade de forças em jogo. Essas forças, muitas vezes complexas e controversas, não apenas delimitam os contornos de um mundo em ruínas, mas também geram faíscas criativas que abrem caminhos inesperados para a vida e a coexistência. Assim, Tsing nos instiga a abraçar a fricção não apenas como um desafio, mas como uma fonte de possibilidades e resiliência em meio às transformações tumultuosas do nosso tempo.

O projeto do Porto Sul gera uma complexa rede de controvérsias envolvendo atores com diferentes interesses. A diversidade de perspectivas entre as populações locais que vão sofrer os impactos diretos, incluindo pescadores, marisqueiras e agricultores, os

empresários e amantes da natureza, que escolheram viver ali, e mais as populações urbanas e os novos empreendedores da cadeia da industrialização que começam a se instalar vão provocar fricções e atritos, demolições de mundos e novas adaptações.

O projeto suscita debates sobre segurança, saneamento básico e prostituição infanto-juvenil devido ao influxo de pessoas estranhas que vem para trabalhar nas obras e nas novas empresas. Além disso, as preocupações ambientais, como a escassez de água na região, a poluição, o desmatamento e o potencial impacto na biodiversidade geram questões a respeito da sustentabilidade prometida.

A região enfrenta um debate sobre seu desenvolvimento econômico, com duas visões distintas em confronto. A primeira prioriza a preservação da Mata Atlântica, o turismo, a produção de cacau e a pesca, centrando-se no desenvolvimento e na economia local - O Ecodesenvolvimento. A segunda, por outro lado, apoia um perfil industrial focado no Porto Sul e na economia de mineração e siderurgia, direcionada para o mercado global e a exportação de recursos, com a promessa de gerar muitos empregos novos.

As controvérsias com a chegada do Porto Sul a Ilhéus já provocam uma série de transformações e questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento local que a população deseja. A diversidade das populações, modos de vida, a desigualdade socioeconômica e perspectivas de desenvolvimento intensifica as diferenças e provoca conflitos, atritos e alianças.

Um aspecto fundamental a considerar é a qualidade das diferenças que surgem. Como pescadores e marisqueiros, com práticas tradicionais, interagem com os navios que cruzarão seus caminhos pra aportar na costa de Aritaguá?

Os atritos decorrentes das diferenças entre as embarcações, atividades econômicas e modos de produção exigem consideração, já que podem levar a novas composições em um ambiente complexo e, por vezes, hostil. Como o turismo, muitas vezes voltado para o descanso, lazer e contemplação da natureza, se relaciona com a nova paisagem industrial que está se formando?

Essas questões podem envolver a gestão de recursos naturais, conflitos de interesses econômicos e até choques culturais.

Essas amplas e variadas diferenças, locais e globais, e suas fricções provocam reflexões sobre possíveis ajustes nesse contexto. Quem são as partes interessadas que participam ativamente na busca por soluções e na negociação de interesses? Quais parcerias estão sendo formadas para lidar com os desafios impostos por esse ambiente em transformação?

Para contribuir nesta reflexão, é relevante examinar os principais atores envolvidos nesse cenário multifacetado.

7.4.4 As Redes: Identificados os Actantes e seus atributos

Segundo a distinção estabelecida por Sueley Rolnik (1999, 2006) a subjetividade do cartógrafo é afetada pelo mundo em sua dimensão de matéria-força e não na dimensão de matéria-forma. Portanto, as forças provocadas acionam o nível das sensações, e não no nível das representações de objetos.

Dessa maneira, O Porto Sul pode ser visto como uma entidade viva na região, interagindo com uma variedade de atores humanos e não humanos, como animais, floresta, oceano, navios e dispositivos existentes em seu campo de atuação. O Porto Sul não opera de forma isolada, mas está profundamente integrado a uma rede complexa de interações sociais, econômicas e ambientais.

Essa perspectiva ampliada adota a teoria ator-rede para entender o Porto Sul como uma entidade que não apenas recebe cargas e navios, mas também exerce influência e é influenciada por diversos atores, incluindo comunidades locais, empresas, autoridades governamentais, ecossistemas naturais e outros elementos do ambiente.

O Porto Sul não opera de forma isolada, mas está profundamente interligado com uma rede complexa de interações sociais, econômicas e ambientais. Ele desempenha um papel dinâmico na configuração dessas interações, atuando como um catalisador de forças econômicas, sociais e políticas na região.

Ao adotar essa abordagem, a pesquisa visa entender não apenas como as pessoas interagem com o Porto Sul, mas também como o Porto Sul interage com as pessoas e o ambiente ao seu redor. Isso possibilita uma análise mais completa das implicações desse empreendimento para a região, considerando tanto aspectos humanos quanto as complexas interações entre elementos não humanos, criando uma visão mais completa da dinâmica em jogo.

Essa abordagem da teoria ator-rede promove uma compreensão mais completa e complexa das dinâmicas envolvendo o Porto Sul, reconhecendo a interdependência entre os diversos atores e elementos em jogo. É por meio dessa análise que podemos entender e abordar os desafios e oportunidades que o Porto Sul representa para a região.

Dessa maneira, segue abaixo alguns dos atores e actantes mapeados e organizados em grupos afins para uma melhor compreensão das dinâmicas presentes.

1. **CLIPS:** agrega as infraestruturas que são verdadeiras entidades ativas que interagem com os humanos e os não humanos, impulsionando uma complexa cadeia de associações e forças na região. Estão nele: o Porto Sul, a BAMIN, a Mina, ERG e FIOLE – esse grupo das empresas privadas e as infraestruturas estão sendo considerados como actantes, ou seja, tudo aquilo que faz as associações acontecerem (LATOUR, 2001).
2. **Poder Público:** Federal, Estadual e Municipal de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca – Esses atores desempenham papéis importantes na regulação, fiscalização e no estabelecimento das bases para o desenvolvimento econômico e social. O Governo da Bahia é sócio do Porto Sul, e busca otimizar a competitividade da operação portuária e os benefícios socioeconômicos da região, enquanto deixa a desejar na mitigação dos impactos ambientais associados à construção de uma estrutura desse tamanho. Além disso, visa a controlar e ordenar a ocupação da área designada para o Complexo Portuário e suas proximidades, em consonância com sua missão de promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado.
3. **Os documentos actantes:** o PBA, TCSA e Plano Diretor, são alguns dos actantes que tem uma enorme força nesta complexa rede de interações. Embora não tenha sido possível detalhar aqui outros documentos produzidos pela sociedade civil ou explorar completamente suas relações, é importante enfatizar essa perspectiva para futuras pesquisas. Ao entender a força desses documentos e sua interconexão, podemos obter uma visão mais profunda e abrangente das dinâmicas em jogo e contribuir para uma análise mais holística.
 - **O TCSA:** O Ministério Público Federal e Ministério Público da Bahia Atuando como uma instituição independente, o Ministério Público tem um papel fundamental na proteção dos interesses da sociedade e do meio ambiente, representando uma voz crítica em defesa da justiça e da legalidade. Estado - **CTE:** Comitê Técnico de Execução - CTE encontram-se disponíveis para consulta no site da Secretaria de Meio Ambiente.
 - **PBA:** São 38 programas socioambientais que agem sobre as áreas diretamente e indiretamente impactadas. A responsável é a BAMIN e o governo do estado, os sócios do Porto Sul. Várias consultorias estão atuando também, mas não foi possível mapear no âmbito deste estudo.
4. **Órgãos Governamentais: IBAMA, INEMA, Secretarias Municipais, Ministério Público Federal e Estadual** – Também actantes, instituições que desempenham

papeis importantes como representante dos sócios do empreendimento, ao mesmo tempo, parte da sociedade que faz a regulação, fiscalização e o estabelecimento das bases para o desenvolvimento econômico.

5. Sociedade Civil da área diretamente afetada: Esses atores representam a população local diretamente impactada pelo Porto Sul, incluindo pescadores, associações de pescadores e moradores das vilas próximas. Suas vozes e perspectivas são cruciais para entender as implicações reais do empreendimento.

- **Associação de pescadores artesanais de Serra Grande/Uruçuca:** Pequena associação de pescadores, inclusive com apetrechos e artes de pesca de jangada.
- **Colônia de Pesca Z-34, Ilhéus:** Em relacionamento maior com a BAMIN, seu presidente Zé Neguinho tem bastante influência institucional e com os pescadores e pequenas associações.
- **Associação de moradores da Vila Juerana:** Organização comunitária formada pelos residentes da Vila Juerana que tem como interesse abordar questões comunitárias, buscar melhorias para a área, promover atividades sociais e culturais, bem como manter um canal de comunicação entre os moradores e as autoridades locais.

6. Sociedade Civil Organizada:

- **Instituto Floresta Viva:** Organização não governamental brasileira fundada em 2003, com o propósito de promover o desenvolvimento humano no Sul da Bahia, em conjunto com a conservação ambiental.
- **Instituto Nossa Ilhéus:** O Instituto Nossa Ilhéus teve sua origem nesse contexto, inicialmente focado na promoção da formação cidadã e na sensibilização das pessoas sobre seu papel como agentes de transformação na sociedade.
- **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**
- **Tabôa**
- **Instituto Arapyaú:** Com sede em Serra Grande (BA), desenvolve trabalhos considerando três linhas de atuação, sendo elas: estruturação da cadeia do cacau; inovação na educação e apoio ao desenvolvimento territorial. O instituto fortalece outras organizações por meio de investimentos em projetos

e fomenta a geração de estudos acerca de diferentes questões-chaves. A inovação se apresenta em diferentes trabalhos, como o MapaBiomias Cacau, que visa possibilitar um maior planejamento e orientação da cacauicultura na região; a estimativa de estoque de carbono, que abre novo leque de discussão climáticas nas cabruças; e a condução de modelagens econômicas sobre produção de SAFs e cabruças no TLS. Os investimentos em pesquisa são essenciais ao fortalecer a cadeia do cacau, gerando segurança alimentar e conhecimento sobre os diversos serviços ecossistêmicos regionais.

- **Funbio:** No âmbito do TCSA Porto Sul, o FUNBIO é a instituição selecionada para realizar a gestão financeira, fiduciária e operacional do TCSA Porto Sul. O papel do Funbio é operacionalizar as ações previstas pelo instrumento jurídico formalizado.
- **Sebrae:** O Programa segue traçando estratégias com o objetivo de construir um Plano de Desenvolvimento em sinergia com as políticas do Estado e do Governo Federal.

7. Redes e Movimentos:

- **Movimento Sul da Bahia Viva:** Organizações não governamentais e instituições acadêmicas desempenham papéis-chave na monitorização e promoção do desenvolvimento sustentável, contribuindo para um equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. Antes era **Rede Sul da Bahia Justo e Sustentável:** No período da implementação do projeto, o movimento era composto por um total de 23 instituições regionais, nove instituições nacionais e internacionais, bem como três outras redes. Essas entidades abrangiam uma variedade de grupos, como organizações ambientais, grupos sociais, associações de empresários, pescadores e residentes, entre outros.
- **Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)**
- **Movimento ou Fórum Sul da Bahia Global:** O Sul da Bahia Global é um movimento surgido em 2019 a partir do Programa Líder do Sebrae, unindo várias instituições, incluindo o Instituto Floresta Viva, Instituto Arapyau, Gambá, AMORVIJU, SOS Mata Atlântica, IPÊ e outras organizações ambientais. Inicialmente, o objetivo foi desenvolver um diagnóstico regional

em seis municípios da Bahia, com a consultoria da Macroplan. O Instituto Nossa Ilhéus desempenhou um papel decisivo na mobilização dessas instituições. Em janeiro de 2020, o movimento se consolidou como um Fórum focado no desenvolvimento regional, promovendo o empreendedorismo com base nas vocações locais. Maria do Socorro Mendonça, presidente do movimento, destaca a importância da mobilização do Instituto Nossa Ilhéus para atingir as metas do movimento. Atualmente, o Sul da Bahia Global atua em quatro eixos prioritários: Economia, Infraestrutura, Educação e Meio Ambiente e Paisagem, com uma estrutura jurídica de acoplamento institucional integrada ao Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia. Esse movimento, originado da sociedade civil, visa beneficiar vários segmentos da região, representando uma força significativa no desenvolvimento regional.

- **A Agência de Desenvolvimento Regional Sul da Bahia Global:** foi estabelecida após a implementação do Programa LÍDER pelo Sebrae, com o apoio do Instituto Arapyaú, visando articular agentes locais para impulsionar o desenvolvimento regional sustentável. Inicialmente concentrada em seis municípios da Costa do Cacau, a agência resultou na institucionalização da Agência Executiva de Desenvolvimento Regional (ADR). Atuando como uma organização sem fins lucrativos desde 2021, a ADR faz parte do movimento Sul da Bahia Global, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos municípios do litoral Sul da Bahia. Seu objetivo é realizar o potencial da região em termos sociais, econômicos e ambientais, agindo como facilitador local para mobilizar, planejar e implementar soluções no território. Inicialmente focada no Litoral Sul do estado, a agência planeja expandir sua influência para outros vinte municípios da região. A ADR abrange atualmente seis municípios, incluindo Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Uruçuca, Canavieiras e Una, com ênfase no Litoral Sul do estado. Essa iniciativa resultou de uma parceria abrangente entre diversas entidades.
- **Parque Científico e Tecnológico Sul da Bahia:** o modelo adotado é de acoplamento institucional, visando a integração com o Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia, similar ao Porto Digital em Recife (PE). Estabelecido em 2013 por cinco instituições, incluindo a **UFSB**, UESC,

CEPLAC e IFBaiano. Nos anos de 2014 e 2015, a proposta do TCSA ganhou apoio adicional de parceiros de grande importância, como o Instituto Arapyaú, o SINEC (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna) e o CEPEDI (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletroeletrônica de Ilhéus).

- O **Observatório Social**: é a entidade responsável pelo TCSA. Um centro de inteligência que disponibilizará notícias e dados sobre a gestão ambiental na região. Ele será gerido pelo Parque Científico Tecnológico do Sul da Bahia (PCTSul), instituição dedicada a estimular processos produtivos sustentáveis no sul do estado.
- 8. Instituições de Ensino:** Universidade Estadual de Santa Cruz; Universidade Federal do Sul da Bahia, Escola dendê da Serra, e Instituto federal da Bahia.
- 9. A Natureza:** Não foi feito um estudo mais aprofundado da ecologia profunda da região de estudo e, por isso, além dos humanos, não incluímos a dimensão animal, vegetal, os rios, os oceanos, e outros seres vivos como um ator ou actante na cartografia traçada, pois entende-se que tudo o que foi mapeado é criação dos humanos, e passível de maior interpretação dentro deste estudo. As outras dimensões não foram passíveis de interpretação no âmbito deste estudo.

A abordagem da pesquisa leva em conta como os atores envolvidos nas redes de conexão estão inseridos gerando fricções e composições. É importante destacar que essas fricções podem levar a soluções inovadoras, uma vez que as tensões e os desafios enfrentados pelos atores podem fomentar novas formas de pensar e agir diante das transformações ambientais.

7.4.5 GRAFOS COM OS NÓS e REDES

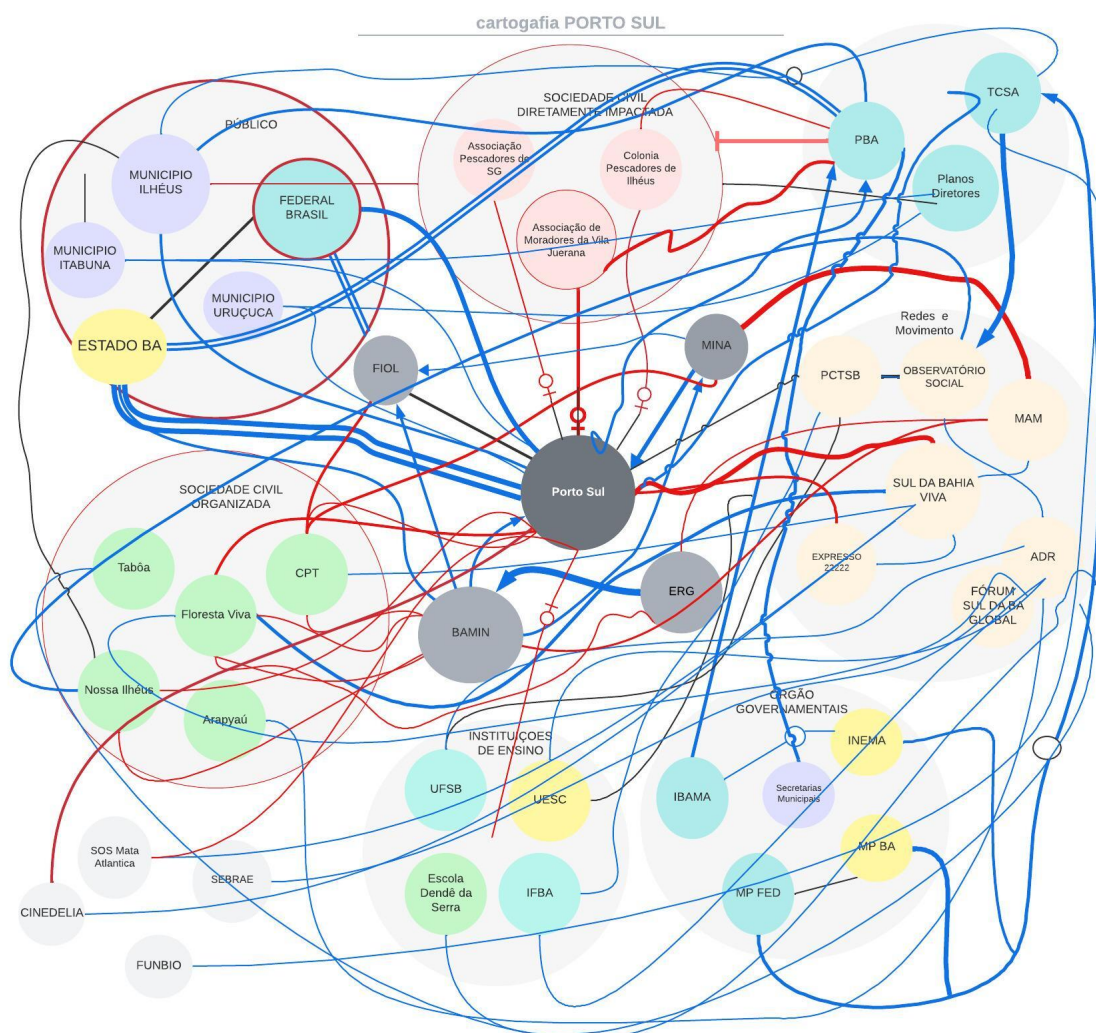


Figura autoral. Software LUCID

ANÁLISE DO GRAFO

A análise do grafo proporciona uma representação visual das interações complexas entre os diversos atores envolvidos nas controvérsias do contexto em estudo. No esquema, os atores foram estrategicamente posicionados e identificados com base em suas conexões, utilizando linhas e setas para simbolizar as variadas relações, sejam elas de aliança, influência ou conflito. Adicionalmente, as posições, argumentos e narrativas distintas dos atores foram minuciosamente identificadas e analisadas.

A teoria ator-rede, formulada por Bruno Latour, fornece a estrutura conceitual para compreender essas dinâmicas, sugerindo que seres humanos, objetos e instituições são todos atores dentro de redes interconectadas. A complexidade dessas interações é

capturada por meio do uso do *software* de análise de controvérsias LUCID, que, embora menos complexo que o GERPHIL, oferece uma leitura inicial das conexões entre os elementos controversos.

Ao cartografar essas controvérsias, torna-se evidente que o acesso à dimensão processual dos fenômenos investigados é determinante para compreender o plano comum entre sujeito e objeto, entre diferentes grupos sociais e até mesmo entre o pesquisador e os participantes. Essa cartografia não é apenas uma representação; é um movimento que sustenta a construção de um mundo comum e heterogêneo.

“O acesso à dimensão processual dos fenômenos que investigamos indica, ao mesmo tempo, o acesso a um plano comum entre sujeito e objeto, entre nós e eles, assim como entre nós mesmos e eles mesmos. O acessar esse plano comum é o movimento que sustenta a construção de um mundo comum e heterogêneo.” Cartografar é traçar um plano comum. (Fractal, Rev. Psicol., v. 25 – n. 2, p. 263-280, maio/ago. 2013)

A chegada externa às vilas para realizar uma pesquisa participativa trouxe desafios, destacando a importância de não apenas pesquisar e representar, mas também participar ativamente da criação de um campo de forças e compreender as controvérsias locais. Muitas ações, como programas socioambientais, negociações e remoções, ocorriam de forma invisível para as comunidades locais, resultando em uma falta de acesso a um plano comum.

O mapeamento inicial, mesmo que básico, revela uma complexa rede de interações entre empresas, governos, sociedade civil, consultores e outros atores, destacando a influência do mercado financeiro na construção da narrativa de sustentabilidade. A empresa e suas infraestruturas, situadas no centro dessa rede, surgem como atores poderosos que buscam controlar e orientar o processo de desenvolvimento local, frequentemente por meio de representantes especializados em sustentabilidade e relacionamento com as comunidades.

Essa narrativa é muitas vezes moldada para se alinhar às preocupações globais sobre a crise ambiental, refletindo as demandas internacionais por práticas sustentáveis. No entanto, os problemas locais podem ser tão significativos quanto, ou até maiores, do que as questões relacionadas às mudanças climáticas globais, exigindo abordagens específicas e soluções que atendam às necessidades locais de forma eficaz.

Os governos estaduais desempenham um papel significativo, formulando políticas e regulamentos que afetam o desenvolvimento local e a sustentabilidade, embora suas ações sejam frequentemente influenciadas por pressões externas. A sociedade,

representada por moradores e organizações não governamentais (ONGs), traz preocupações sobre aspectos sociais e ambientais muitas vezes marginalizados em favor das prioridades do mercado. As instituições de ensino são conectores que produzem conhecimentos para fundamentar as diferentes teses sobre os diferentes temas, além de ser campo científico e tecnológico, que se associam com as empresas em prol da aprendizagem e da ciência.

Nesse contexto, diversos outros atores ou actantes, como o Plano Básico Ambientais (PBA), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) e as iniciativas da sociedade civil organizada, são realizadas e medem forças com as outras ações empreendidas pela empresa. Ao invés de somar, muitas vezes elas competem e se esvaziam. Esses atores representam elementos determinantes na conformação da sociedade e da realidade local, e definem novos campos de ação e novas realidades, como, por exemplo, a formação de novos bairros, a formação de novas ruínas, a transformação da paisagem, a criação de novos mundos de existência, e a destruição de outros, novos postos de trabalho e a extinção de trabalhos mais tradicionais.

A cartografia das controvérsias, baseada na teoria ator-rede, permite mapear essas complexas interações e identificar pontos de conflito, como a narrativa de sustentabilidade, onde diferentes partes têm visões conflitantes sobre prioridades e implementação. Essa abordagem fornece uma visão abrangente das dinâmicas que permeiam as questões de sustentabilidade e desenvolvimento local, destacando a necessidade de diálogo aberto e colaborativo entre os diversos atores envolvidos. Cada ator desempenha um papel único nesse processo complexo, criando uma rede densa de relações que influenciam o curso das coisas.

A noção de "Fricção" de Anna Tsing também é fundamental para compreender as complexas relações entre seres humanos e não humanos em contextos globais. Ao explorar as fricções que ocorrem quando diferentes sistemas de conhecimento, poder e práticas colidem, Tsing destaca a importância de reconhecer as assimetrias de poder e desigualdades que moldam essas interações. Essa abordagem crítica e descritiva é essencial para uma compreensão mais profunda das controvérsias em jogo.

8. SÍNTESE E PRÓXIMAS DIREÇÕES

Ao encerrar esta dissertação, destaca-se a profunda influência dos pensamentos de Anna Tsing, Donna Haraway e Bruno Latour na compreensão dos fenômenos estudados. Essas abordagens evidenciam a importância de superar visões dicotômicas para promover coexistência e cocriação entre diferentes atores e forças.

A proposta de "seguir com o problema" de Haraway incentiva a busca por soluções locais e a convivência com as incertezas e desafios contemporâneos. Enquanto isso, o desafio ético lançado por Tsing instiga reflexões sobre a responsabilidade na construção de infraestruturas em um contexto capitalista, bem como nas transformações ecológicas provocadas por essas ações.

Estas perspectivas oferecem uma base sólida para uma abordagem mais integrada e sensível à complexidade das questões estudadas, promovendo um olhar mais atento para as nuances e interações entre atores humanos e não humanos. Isso contribui para um entendimento mais holístico e crítico do desenvolvimento e seus impactos, especialmente em relação à região do Sul da Bahia e suas interconexões com processos globais.

Os empreendimentos no sul da Bahia destacam a urgência de atuar localmente para construir um planeta sustentável em uma era ecológica marcada pelo Antropoceno. A pesquisa, com abordagem qualitativa e social, mapeou este território complexo, contribuindo para um conhecimento coletivo que visa soluções respeitadas aos diversos modos de existência. À medida que as transformações se aproximam, a pergunta de Anna Tsing sobre como habitar um mundo em ruínas permanece um desafio.

À medida que consideramos o desenvolvimento socioeconômico, a urbanização e a preservação ambiental, fica claro que é necessário repensar as abordagens convencionais. A proposta de pluriversalidade de Escobar, que valoriza uma multiplicidade de modos de existência, torna-se essencial para construir futuros que respeitem a diversidade.

A abordagem cartográfica permitiu uma análise processual do estudo, desafiando dicotomias convencionais e oferecendo uma compreensão dialógica e rica das experiências estudadas. No entanto, destaca-se a necessidade de mais tempo e imersão local para cartografar e explorar as controvérsias de maneira mais aprofundada. Ambas as metodologias — a Cartografia inspirada em Deleuze e Guattari e a Cartografia das Controvérsias, influenciada por Latour — serviram como âncoras para a pesquisa, embora enfrentando o desafio de integrar diferentes perspectivas metodológicas.

A pesquisa sobre o Complexo Porto Sul é um ponto de partida para futuras investigações, sublinhando a necessidade de reformular o sistema de licenciamento, abordar questões mais equitativas e ecológicas e questionar o atual modelo de desenvolvimento sustentável.

A lacuna na gestão governamental exige uma reflexão sobre a distribuição eficiente de responsabilidades entre governos, sociedade organizada e empresas, enquanto as ações socioambientais empresariais levantam questões sobre a necessidade de repensar e monitorar essas abordagens em um contexto mais amplo e no local.

A construção do Complexo Porto Sul, embora seja uma questão local, tem implicações globais, conectando ações locais a compromissos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, para enfrentar desafios planetários, e que precisam também de monitoramento mais de perto. Assim, a dissertação proporcionou uma imersão nas complexidades do desenvolvimento, preservação ambiental e responsabilidade corporativa, convidando ao diálogo contínuo e a construção de soluções sustentáveis para os desafios contemporâneos.

Recomenda-se compartilhar os resultados da cartografia das controvérsias com os atores envolvidos, promovendo um diálogo esclarecido e inclusivo. Embora a pesquisa não tenha retornado diretamente aos atores, essa ação é apontada como uma direção valiosa para futuras pesquisas, reconhecendo a complexidade e dinâmica constante do social.

Reconhecer as limitações da pesquisa, como as restrições de tempo e as adaptações ao contexto pós-pandêmico, deixa clara a complexidade do tema. Diante dessa complexidade e da dinâmica em constante mudança do contexto estudado, várias direções para futuras pesquisas podem ser exploradas para aprofundar o entendimento e desenvolver novas abordagens.

Aprofundamento na Ecologia Selvagem: Investigar mais profundamente a ecologia selvagem na região de Ilhéus e Itabuna, explorando como a natureza adapta-se e prospera em resposta às mudanças ambientais, com especial atenção para as estratégias de regeneração e resiliência. O capítulo sobre a transformação da região de Ilhéus e Itabuna, devido à disseminação do fungo causador da vassoura-de-bruxa, destaca-se como exemplo de ecologia selvagem, onde a natureza prospera em meio à degradação.

Impactos Globais do Complexo Porto Sul: Ampliar a análise dos impactos globais da construção do Complexo Porto Sul, explorando conexões mais aprofundadas com questões como desmatamento, mudanças climáticas e comércio internacional.

Investigar como as ações locais podem ser mais alinhadas com esforços globais para abordar desafios ambientais.

Governança, Investimento Social e Desenvolvimento Local: Pesquisar a eficácia das estratégias de governança, especialmente focando na distribuição eficiente de responsabilidades entre entidades municipais e empresariais, visando promover investimentos financeiros que contribuam com o desenvolvimento integral, distribuído e justo na região.

Engajamento Comunitário e Soluções Locais: Explorar a eficácia do engajamento comunitário na proposição e implementação de soluções locais para os desafios socioeconômicos e ambientais, incentivando práticas que respeitem a diversidade de modos de existência.

Inovações em Responsabilidade Social Corporativa: Investigar e desenvolver abordagens mais inovadoras e eficazes em responsabilidade social corporativa, indo além dos limites atuais, e considerando práticas que contribuam significativamente para o desenvolvimento mais justo.

Mapeamento Participativo de Controvérsias: Realizar um mapeamento participativo de controvérsias, envolvendo atores locais e interessados, para obter uma compreensão mais completa das diferentes perspectivas sobre o Complexo Porto Sul e suas implicações.

Estudos sobre Pandemias e Desenvolvimento: Em resposta às adaptações necessárias durante a pandemia, investigar mais a fundo o impacto das mudanças metodológicas, como o uso de métodos digitais e entrevistas virtuais, nas pesquisas sociais e ambientais.

Reformulação do Sistema de Licenciamento Ambiental: Analisar propostas e caminhos para uma reformulação mais eficiente e transparente do sistema de licenciamento ambiental, considerando as experiências e desafios enfrentados durante a pesquisa.

Essas sugestões marcam um ponto de partida para futuras pesquisas, sublinhando a importância de abordagens interdisciplinares e participativas para entender e lidar com os desafios contemporâneos da região estudada. Uma perspectiva holística permite que pesquisadores combinem conhecimentos de disciplinas diversas, como ecologia, economia, sociologia, política e antropologia, para desenvolver soluções mais abrangentes e eficazes.

A participação ativa das comunidades locais é crucial para que as pesquisas sejam alinhadas às necessidades e aspirações das pessoas diretamente impactadas pelos projetos. Isso inclui consultas públicas, parcerias com organizações comunitárias e processos de tomada de decisão inclusivos e transparentes.

O diálogo entre setores como governo, empresas, organizações não governamentais e comunidades pode fortalecer a colaboração e fomentar abordagens inovadoras para enfrentar os desafios socioeconômicos e ambientais. Pesquisas futuras devem levar em conta os impactos de longo prazo e a sustentabilidade das iniciativas propostas, além da distribuição justa de benefícios e encargos entre grupos sociais.

Por fim, a abordagem participativa pode capacitar as comunidades locais, promovendo sua resiliência e incentivando o engajamento ativo na busca por soluções sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Jorge. **Cacau**. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1933]. 2010.
- AMADO, Jorge. **Terras do sem-fim**. 1. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.
- ANDES, Sindicato Nacional. Impunidade e descaso: Derramamento de óleo em praias brasileiras completa um ano sem respostas. **InformANDES**, Meio Ambiente, p. 12, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/diretorios/files/Bruna/Informandes%20setembro%20de%202020.pdf>. Acesso em 24. Jun. 2021
- ARAÚJO, M.; ALGER, K; ROCHA, R. e MESQUITA, C. A. B. A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas. Cadernos da Reserva da Biosfera, **Caderno 8** (série), p.9. 1998. Disponível em: https://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_08.pdf . Acesso em: 2 fev. 2021.
- BAHIA. Casa Civil do Governo da Bahia. **Porto Sul: Implantação sob a regência da MP 595/12**. Salvador, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3767011&disposition=inline>. Acesso 12 fev. 2022.
- BAHIA. Decreto nº 10.917, de 19 de fev. de 2008. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica e dá outras providências. Salvador: **Diário Oficial do Estado**, 2008. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75027/decreto-10917-08> . Acesso 12 fev. 2022.
- BAHIA. Decreto Estadual n.º 8.678, de 13 de out. 1933. Dispõe sobre a criação do distrito de Água Preta subordinado ao município de Ilhéus. **Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Uruçuca**, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uruçuca/historico> . Acesso em: 23 jan. 2022.
- BAHIA. Procuradoria da República em Ilhéus/ MPF. **Histórico do processo de licenciamento do Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS)**, Ilhéus/BA de 29 jul. 2014. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/docs/acp-porto-sul-1_versao-final.pdf Acesso em: 13 mar. 2023.
- BAHIA. Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE-BA). **Contrato de adesão do Porto Sul será assinado nesta segunda-feira**. Salvador, 3 jan. 2014. Disponível em: <https://www.pge.ba.gov.br/contrato-de-adesao-do-porto-sul-sera-assinado-nesta-segunda-feira>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). **Projeto Corredores Ecológicos**. Corredor Central da Mata Atlântica. Salvador, 1999. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). **Sul da Bahia recebe Observatório Social específico para obras do Porto Sul**. Salvador, mar. 2023. Disponível em:

<http://www.meioambiente.ba.gov.br/2023/03/12499/Sul-da-Bahia-recebe-Observatorio-Social-especifico-para-obras-do-Porto-Sul.html> . Acesso em: 25 jun. 2023.

BAHIA MINERAÇÃO (BAMIN) *et al.* **Plano Básico Ambiental (PBA) Porto Sul**. Belo Horizonte: BAMIN, 2014.

BAHIA MINERAÇÃO (BAMIN); GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Segundo Relatório Técnico Anual do PBA ano 2021. **Programa de Educação Ambiental do Programa Básico Ambiental do Porto Sul** (Processo no 02001.003031/2009-84),

BAHIA MINERAÇÃO (BAMIN). Reencontro de grupos de Bumba meu Boi. **Programas BAMIN**, Ilhéus, jan. 2022. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/bamin_reencontro-de-grupos-de-bumba-meu-boi-activity-7020842090817282048-zqah/?trk=public_profile_like_view&originalSubdomain=pt Acesso em: 18 ago. 2022.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p.52-75.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 138 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 20, § 1º. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015, Art. 1º. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA. Brasília: **Diário Oficial da União**, p. 2;7, maio 2015. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8447&ano=2015&ato=4ebMTV610dZpWT903> . Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Plano Estratégico do Ibama: ciclo 2016-2019**, p.9. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/arquivos/2019-planejamento-estrategico-ibama-2016-2019-pdf> . Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.428, de 22 de dez. 2006**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, Brasília: Diário Oficial da União, 22 de dez. 2006, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11428.htm . Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei Complementar 279/16, de 10 de Maio de 2016**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA. Brasília: Senado, 2016. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457485&filenome=PLP%20279/2016 . Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. **Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira – 3ª e 4ª Etapas. A crise da lavoura cacaueira, condicionantes, ação governamental, análise e recomendações**. Nota Técnica, Brasília: MAPA/CEPLAC, 2009. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/comissoes/CRA/AP/AP20100622_Nota%20Tecnica-2009.pdf Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual de desastres humanos de natureza tecnológica**. v. 2, Brasília : MI, 2003, p. 13. Disponível em: http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/sedec-arquivos/7_destecnologicos.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA) COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA. **Relatório de Vistoria**, n.13, Processo: 02001.003031/2009-84. Brasília, 27 ago. 2012. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/relatorio-de-vistoria-no-13-2012-copahcgmodilicibama.html?page=2>. Acesso 12 fev. 2022.

BRASIL. Ministério dos Portos e Aeroportos. Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP). **SEP autoriza instalação de dois novos Terminal de Uso Privativo (TUP) em Ilhéus, o Porto Sul e o BAMIN**. Brasília, 6 jan. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transporte_aquaviario-antigo/noticias-portos/sep-autoriza-instalacao-de-dois-novos-tup-em-ilheus-ba. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Cartilha de Licenciamento Ambiental**, 2. ed., Brasília: TCU, 83p. 2007. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0AF38F9A6182> . Acesso em: 15 mar. 2021.

BREU, Felipe; MOLL, Patrícia. **Dois Riachões: Cacau e Liberdade**. Documentário, Bahia, 2020. Publicado em Slow Food Brasil. Disponível em: <https://youtu.be/ShXMv4rn9iE?feature=shared>

BRONZ, Deborah. “O Estado não sou eu”: Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. **Campos**. Revista de Antropologia Social, Curitiba, v. 14, n. 1/2, p. 37-55, 2013.

BRONZ, Deborah: **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. 1.ed. Rio de Janeiro: Contracapa. 2016. 480 p.

BRONZ, Debora. Do Campo Etnográfico ao Campo Político: Uma Análise dos Bastidores do Licenciamento Ambiental. **Guarimã**. Revista de Antropologia e Política, São Luís, vol. 1, n. 1, jul./dez. p. 9, 2020.

CARDIAL, Ilana. Em novo acordo, setor marítimo global mira net zero 'por volta' de 2050. **Jornal eletrônico Reset**, Transportes, [S. l.: s. n.], jul. 2023.

CARRAPIÇO, Francisco. O que é Simbiogênese? A vertente marginalizada da abordagem evolutiva **Revista Helius**, Sobral (CE), v. 3, n. 2, p. 219-246, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://anpof.org.br/periodicos/revista-helius/leitura/1207/30815>

CASTRO, Eduardo V. Prefácio: O recado da mata *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT. A queda do céu: palavras de um Xamã Yanomami, 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 11.

CASTRO, VIVEIROS DE, E.; DANOWSKI, D. **Há mundo por vir?** Ensaios sobre os medos e os fins. Desterro; Florianópolis :Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

CASTRO, Rafael B.; Pedro, Rosa M. L. R. Experiência da vigilância: subjetividades e sociabilidade articuladas ao monitoramento urbano. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 353-361. 2013.

CRUTZEN, P. J. & STOERMER, E. F. The Anthropocene. **Global Change Newsletter**, 41. p.17-18. 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA BAHIA. **Comunidades Tradicionais**. CPT BAHIA 27 Out. 2022. Disponível em: <https://cptba.org.br/sobre/https://cptba.org.br/sobre/comunidades-tradicionais/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Trad. Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Vol. 1. 2 ed. São Paulo: Editora 34, [1980] 2011.

ECO. O que são Corredores Ecológicos. **Dicionário Ambiental**. Rio de Janeiro, ago. 2014. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28538-o-que-sao-corredores-ecologicos/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ELHACHAM, E.; BEN-URI, L.; GROZOVSKI, J. *et al.* Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature** 588, p. 442–444 (2020). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-020-3010-5>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ESCOBAR, Arturo. **New Ecologies for the Twenty-First Century: Territories of Difference: Place, Movements, Life, Redes** (Hardcover). Durham, NC: Duke University Press, 2008. 456 p.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. 1.ed. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO). **TCSA Porto Sul**, 25 ago. 2020. Disponível em: https://www.funbio.org.br/programas_e_projetos/tcsa-porto-sul/. Acesso: 22 abr. 2021.

GAVIRIA, E.M. A “licença social para operar” na indústria da mineração: uma aproximação a suas apropriações e sentidos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, Recife, v. 17, n. 2, p. 138-154, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n2p138>. Acesso em: 20 ago.2020.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. New York: Duke University Press. 2016

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, 7-42. 1995.

HIGUERA, Lorena A. T. **Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS): territorialização minério-exportadora no sul da Bahia (2008-2019)**. Vitória, 2020, 271p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2020.

HIRT, C. **Estado, capital e território: o lugar e o papel do BNDES no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Uma análise até o ano de 2014**. Curitiba: CRV, 2019.

IBERDROLA Ltda. **O antropoceno: a era em que o artificial tem mais peso que o natural**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/o-que-e-antropoceno#:~:text=O%20QUE%20%C3%89%20O%20ANTROPOCENO,quentes%20ap%C3%B3s%20a%20%C3%BAltima%20glacia%C3%A7%C3%A3o>. Acesso: 15 fev. 2021.

ILHÉUS. Secretaria Municipal de Saúde. **Ilhéus completa 482 anos de história**. Ilhéus, 27 jun. 2016. Disponível em: <https://saude.ilheus.ba.gov.br/detalhe-da-materia/info/ilheus-completa-482-anos-de-historia/48560> . Acesso em 25. Abr. 2022.

INSTITUTO ARAPYAUÍ. **Fortalecimento das capacidades institucionais e articulação de atores pelo desenvolvimento territorial**, Serra Grande/Sul da Bahia, 20 out. 2020. Disponível em: <https://arapyau.org.br/programas/sul-da-bahia/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Comunidades Tradicionais: Jangadeiros**. Rio de Janeiro, RJ: Ecobrasil, 2018. Disponível em: http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1288-comunidades-tradicionais-jangadeiros?preview=1. Acesso em: 14 set. 2020.

JODELET, D. Inácia D'Ávila Neto: Uma prática psicossocial inovadora. *In: MACIEL, T. B. et al. (org.). Inovação e trajetos: Comunidade, desenvolvimento e sustentabilidade*. Curitiba: Appris, 2019.p. 48.

KASTRUP, Virginia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. (Org.) Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, jan. 2015. p. 32-51.

KASTRUP, Virginia; Passos, Eduardo. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 263-280, maio/ago. 2013.

KASTRUP, et al. (Org.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 1.ed. Porto Alegre: Sulina, 2012, p.42.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.7

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 1.ed. RJ: Ed. 34 Literatura S/C Ltda., 1994. p. 98-104.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. 1.ed. Salvador/Bauru: Edufba/EDUSC, 2012. 399 p.

LATOUR, Bruno. Como prosseguir a tarefa de delinear associações? **Configurações Revista de sociologia**, Braga, n. 2, p. 11-27, [2005] 2006.

LATOUR, Bruno. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. Trad. Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. **Pandemia Crítica: n-1 edições**. São Paulo, mar. 2020. Disponível em: <https://soundcloud.com/gisele-asanuma/bruno-latour-imaginar-gestos> . Acesso em: 27. Abr. 2020.

LATOUR, Bruno. **Onde Aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 150 p. 2020.

LATOUR, Bruno. Redes, sociedades, esferas: reflexões de um teórico ator-rede. **Informática na Educação**: teoria e prática, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2013.

LEODORO, Silvana. "Donna Haraway". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Departamento de Antropologia/USP. p.1. 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/autor/donna-haraway> Acesso: 15 fev. 2023.

LIU, D.J. Reversing Desertification: The Holy Grail of Restoration Mending the Sinai Peninsula. **Kosmos Journal for Global Transformation**. Pennsylvania, summer/2019. Disponível em: https://www.kosmosjournal.org/kj_article/the-holy-grail-of-restoration/ . Acesso em: 30 ago. 2019.

LOBÃO, Pedro S.P.; OLIVEIRA, A. S.; LOBÃO, S. P. O cacau-cabruca como modelo agroflorestal sustentável: externalidades positivas e negativas do sistema. In: **IV Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais**. 2002.

LYONS, Colleen Scanlan. Battle in Bahia: A New Port Faces Growing Resistance. **NACLA Report on the Americas**. New York, NY, Sept. 1, 2009. Disponível em: <https://nacla.org/author/Colleen%20Scanlan%20Lyons> . Acesso em: 12 abr. 2020.

NEGRI, Antônio. **Exílio**: seguido de Valor e Afeto. 1.ed. São Paulo: Iluminuras, 2001. p.27.

MATHIAS, Maira. MATOPIBA: na fronteira entre a vida e o capital. **EPSJV/Fiocruz**, Rio de Janeiro, [jan. 2017] Atualizado em: 1 jul. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/printpdf/6476> . Acesso em: 14 abr. 2022.

MITTERMEIER, R. *et al.* **Hotspots Revisited**: Earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Chicago: The University of Chicago Press Books. 392p. 2005.

MOSCOVICI, Serge. Moscovici, Natureza e Sociedade. Laboratório de Imagens da Eicos. Entrevista em vídeo concedida às professoras Tânia Maciel e Inácia D'Ávila. Paris. 2008. Disponível em: <https://labimagenseicos.wordpress.com/2014/08/20/moscovici-natureza-e-sociedade/>

NOBRE, Carlos; BIDERMAN, Rachel. Trump, ameaça ao equilíbrio climático do planeta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 abr. 2017. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/trump-ameaca-ao-equilibrio-climatico-do-planeta> . Acesso em 25. abr. 2023.

O NÓ: ato humano deliberado. [S. l.: s. n.], diretor: Dilson Araújo, 2012. 1 vídeo (1h12min). Publicado pelo canal Mercado do Cacau. Disponível em: https://youtu.be/_0mpiyocm-4?Feature=shared. Acesso em: 15 set. 2021.

ORLANDO, Ananda; CUNHA, Renato. **Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de Ilhéus – Bahia**. Salvador (BA), GAMBÁ: Grupo Ambientalista da Bahia, 2012. p.21. Disponível em: <https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2014/07/plano-Ilh%C3%A9us.pdf>

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). Relatório mudanças climáticas 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/>. Acesso em 22. abr. 2023.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC). Mudanças Climáticas 2021: A Base da Ciência Física, TS 2.4: **Os oceanos**. [S. l.: s. n.], p.74, 2021. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg1/IPCC_AR6_WGI_FullReport.pdf. Acesso em: 5 jun.2023

PARQUE DAS AVES. **Cabruca**: uma forma de plantar cacau em meio às árvores da Mata Atlântica. Jul. 2022. Disponível em: <https://www.parquedasaves.com.br/blog/conheca-a-cabruca-cultivo-de-cacau-que-protege-a-mata-atlantica/>. Acesso em: 5 jan.2023

PEDRO, Rosa. M. L. R; MOREIRA, Mariana. C. Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de mundos possíveis. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 16(2), São João del-Rei, abril-junho de 2021. e-4379

PELBART, Peter P. **Vida capital**: Ensaios de bipolítica. São Paulo: Iluminuras, 1. ed. 2003. p. 27.

PINHEIRO, Marta A. O sentido das catástrofes naturais na mídia: da prevenção à adaptação. **Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social “Disertaciones”**, Universidad del Rosario, Colômbia, v.10, n. 2, p. 39-55, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/disertaciones/a.4703>. Acesso em: 12 set. 2021.

PINHEIRO, Marta A. Catástrofes ambientais na mídia: narrativas das chuvas de 1966 e 2011. **Revista mídia e cotidiano**, Niterói, PPGMC-UFF, v. 7 n. 7 p. 67-83. 2015.

PORTAL DA CIDADANIA. Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. **Territórios da Cidadania**, Brasília: EMBRAPA p.2, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044> . Acesso: 5 nov. 2022.

RAMALHO, M; TAVARES, F; ALVES, B; TAVARES, M. Um olhar sobre a teoria Ator-Rede e a Cartografia das Controvérsias: o caso da trilha da Pedra do Telégrafo – RJ. **Revista Turismo em Análise (RTA) ECA/USP**, v. 30, n. 2, p. 231-250, maio/ago., 2019.

REDE SUL DA BAHIA JUSTO E SUSTENTÁVEL. **Ecodesenvolvimento no Sul da Bahia**: Uma Visão de Futuro muito além do Porto Sul, Itacaré, 2011. 44p.

ROCHA, Liliane. Licença social para operar: temor ou valor? **Instituto Ethos**, São Paulo, jul. 2016, Disponível em: https://www.ethos.org.br/cedoc/ethos-gestao_licenca-social-para-operar-temor-ou-valor/. Acesso em: 2 mar. 2021.

ROCHA, Lurdes B. **A região cacauzeira da Bahia – dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação. 1. ed. Ilhéus: Editus /UESC, 2008. 75-116 p.

ROLNIK, Suely. Florescer da realidade. São Paulo: PUC, **Núcleo de Estudos da subjetividade**, maio/2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Floracoes.pdf>. Acesso em 15 fev. 2022

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História ecológica da Terra**. 2.ed. São Paulo: Editora Edgar Blucher, 1994. 307 p.

SANTOS, Geovane. (2019). Manifestação contra barragem de rejeitos leva multidão as ruas de Guanambi. **Agência Sertão**. 2019. Disponível em: <https://agenciasertao.com/2019/06/06/manifestacao-contrabarragem-de-rejeitos-leva-multidao-as-ruas-de-guanambi/?amp=1>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SILVA, Érika C.N; SANTOS, Caio A.M. Antropoceno: Época do Quaternário? **Laboratório de Pedologia do Instituto de Geociências da UNICAMP**, jun. de 2023 Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/pedologia/2023/06/06/antropoceno-epoca-do-quaternario/>. Acesso em: ago. 2023.

SCARANO, Fábio. **Regenerantes de Gaia**. 1.ed. Rio de Janeiro: Dantes, 2019, p.27

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DA BAHIA (SEMA/BA). **Porto Sul**: SEMA dialoga sobre TCSA em Ilhéus. Salvador, set. 2020. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/2020/09/12068/Porto-Sul-Sema-dialoga-sobre-TCSA-em-Ilheus.html> . Acesso em: 12 set. 2021.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA(SEPLAN/BA). **Obras do Porto Sul impulsionam economia no sul da Bahia**. Salvador, jan. 2021. Disponível em:

<https://www.seplan.ba.gov.br/noticias/obras-do-porto-sul-impulsionam-economia-no-sul-da-bahia/> . Acesso em: set. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura T. Mota, 1. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 464 p.

SHIVA, Vandana. Manifesto sobre as economias do cuidado e a democracia na Terra. **Navdanya Internacional**, Roma, jun. 2022. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2022/07/manifesto-sobre-as-economias-do-cuidado-e-a-democracia-na-terra/> . Acesso em: 25 ago. 2022.

SOUZA, Adriana A. M.; SOUZA, Geraldo E. Brumadinho: maior acidente do trabalho da história do Brasil. repercussão nas relações de trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região**, n. 23, 2020. p.60. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/14675> . Acesso em: 26. abr. 2022.

STRAATMANN, Jeferson C.; ALMEIDA, Roberto. O ‘povo da mercadoria’ precisa dizer sim a outras formas de existência. **Revista online do SESC**, São Paulo, abr. 2021. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15267_O+POVO+DA+MERCADORIA+PRECISA+DIZER+SIM+A+OUTRAS+FORMAS+DE+EXISTENCIA . Acesso em: 5 jan. 2022.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência - pensando com Isabelle Stengers. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/ IEB-USP**, São Paulo, n. 69, p. 338-360, abr. 2018.

TABOA. **Biblioteca Taboa**. Serra Grande/Uruçuca (BA). Disponível em: <https://www.dropbox.com/sh/9oth5xl8lys2vbm/AAAMuAId36Ln9wgaL8uQtLiQa?dl=0> . Acesso em: 26 abr. 2023.

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. 284p.

TSING, Anna. **Friction**: an ethnography of global connection. 1.ed. Nova Jersey: Princeton University Press, 2005. 334p.

TSING, Anna L. *et al.* **Feral Atlas**: the more than human Anthropocene. Nova Jersey: Princeton University Press, 2019. Disponível em: <https://feralatlas.org/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

UCHÔA, Victor. Construção do Porto Sul na Bahia põe ativistas contra governo, **Diálogo Chino**, Londres, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/infraestrutura-pt-br/33559-construcao-do-porto-sul-na-bahia-poe-ativistas-contra-governo/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Terminology on disaster risk reduction.** Geneva: United Nations, 2009. 35p.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Living with risk:** A global review of disaster reduction initiatives. v.1, Geneva: United Nations, 2004. 13-74 p.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Sendai framework for disaster risk reduction 2015–2030.** Geneva: United Nations, 2015. 74p.

Anexo 1 – "Carta Aberta aos Interessados no Leilão para a Subconcessão do Trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), entre Caetité e Ilhéus (BA)" (MSBV, 2021)

31/05/2023, 22:40

Carta Aberta – Sul da Bahia Viva

Carta Aberta aos Interessados no leilão para a subconcessão do trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), entre Caetité e Ilhéus (BA)

No dia 8 de abril de 2021 o governo federal, através da ANTT, pretende realizar um leilão para a subconcessão da construção e operação por 35 anos de um trecho de 537 km da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), entre as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia¹. Às empresas interessadas no leilão, os signatários desta carta alertam que investir nesse empreendimento — assim como no Porto Sul, obra associada à ferrovia² — inviabiliza o cumprimento dos padrões ambientais, sociais e de governança necessários para garantir a sustentabilidade em suas operações e investimentos. Em um momento em que o setor privado discute estratégias para mitigar a crise climática e conservar a biodiversidade, **é pouco razoável que empresas líderes em seu setor invistam em projetos com tamanhos impactos ambientais e sociais.**

Os governantes interessados na construção e os atuais operadores da ferrovia afirmam que todos os estudos foram feitos, que a licença ambiental foi concedida e que tudo caminha dentro da legalidade. **Na prática, a realidade é outra.** Quem percorrer o trecho onde as obras já começaram testemunhará uma quantidade alarmante de impactos, inclusive alguns não previstos na licença³. Quem examinar com acurácia os documentos oficiais disponíveis como anexos do edital do leilão, anotará as mais de 450 ocorrências, 62% delas de alta gravidade, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres⁴. Sem contar o valor da compensação ambiental e o cumprimento das condicionantes definidas na licença e ainda pendentes, as quais, de acordo com o edital, teriam que ser assumidas pela subconcessionária que ganhasse o leilão⁵. **Não parece ser um bom negócio. E não é!**

FIOL e Porto Sul formam um complexo logístico que tem sido justificado como necessário para o escoamento da produção de minério de ferro da Bahia Mineração S.A. (BAMIN), extraído de sua mina em Caetité (BA), e de grãos produzidos no Centro-Oeste e na região do MATOPIBA⁶. No entanto, **nenhum dos dois argumentos se sustenta.**

Primeiro, porque já existe uma ferrovia (a Centro Atlântica, FCA) e um porto (o de Aratu, na Baía de Todos os Santos) que, se modernizados, estariam aptos para atender essas demandas¹. Segundo, porque as premissas sobre as quais a demanda de fluxo de carga originada pelo agronegócio foi estimada são frágeis e ocultam o alto risco de sua inviabilidade econômica e operacional. Há outras ferrovias operando, sendo construídas ou planejadas — FICO, Ferronorte e Ferrogrão — que competem pelas mesmas cargas². Diante do risco de sobre-oferta de canais de escoamento, é muito mais inteligente aproveitar infraestruturas já existentes e carentes de modernização para transportar produtos primários produzidos no interior do país.

A principal beneficiária da FIOL — e, quem sabe, talvez a maior interessada nessa subconcessão — é a empresa dona das concessões da mina Pedra de Ferro, em Caetité, e do Porto Sul, em Ilhéus: Bahia Mineração S.A (BAMIN). Trata-se de uma empresa brasileira controlada pelo Eurasian Resource Group (ERG), conglomerado do Cazaquistão e sediado em Luxemburgo cuja reputação é frequentemente

questionada por denúncias de fraude e corrupção³. Os interesses dessa empresa no empreendimento se justificam hoje pelo alto preço do minério de ferro no mercado, conjuntura que pode mudar a qualquer momento⁴. O alto custo de resolver os passivos ambientais e sociais dessas obras, somado ao alto custo ambiental da operação da mina⁵, rapidamente tornariam os custos de produção inviáveis – isso se tais custos fossem de fato assumidos. Não é o que se viu até agora. Quando a operação se confirmar inviável, restarão as ruínas e a degradação socioambiental. **Empresas que se pretendem de ponta não vão querer ter sua imagem associada a esse cenário, vão?**

Os impactos sociais, ambientais e econômicos do complexo FIOI-Porto Sul já se acumulam e podem se tornar irreversíveis caso o empreendimento seja levado adiante. Apesar de serem infraestruturas interdependentes, a sinergia de impactos da FIOI e do Porto Sul não foi considerada no licenciamento. O trecho da FIOI que o leilão marcado para 8 de abril pretende subconcessionar cruzaria a Serra Geral do Espinhaço, uma região riquíssima em mananciais e com terreno marcadamente irregular. Sem falar na operação minerária em Caetitê, planejada para extrair durante duas décadas um minério de baixo teor, deixando como legado uma barragem de rejeitos quase quatro vezes maior que a de Mariana e quinze vezes maior que a de Brumadinho.¹ Uma barragem dessas ameaça reservatórios que abastecem diversas cidades, bem como a própria existência de cidades inteiras, como Guanambi². Ao contrário do que diz a licença ambiental, a população local de Guanambi afirma que a Bamin não fez Audiência Pública³. Além disso, um eventual acidente ameaçaria a integridade da bacia do Rio São Francisco, principal fonte de abastecimento hídrico da região nordeste.

A região impactada pelo trecho 1 da FIOI e pelo Porto Sul é considerada por cientistas como um dos 36 *hotspots* da biodiversidade global. Nela foi registrada, na década de 1990, a maior diversidade de espécies arbóreas em um único hectare, além de ser área de ocorrência do mico-leão-da-cara-dourada, do macaco-prego-de-peito-amarelo e do mutum-do-sudeste, três espécies endêmicas da Mata Atlântica e ameaçadas de extinção⁴. A região é ainda um importante polo da bioeconomia, com seu potencial ainda latente para o turismo de natureza e a biotecnologia, além da produção de cacau e chocolate de qualidade. Os atributos naturais e culturais deste território indicam sua vocação inequívoca para a sustentabilidade. A Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e da Bacia do Rio Almada — cujo zoneamento e plano de manejo seguem como uma das condicionantes não cumpridas desse complexo logístico¹ — deveria ser palco de investimentos baseados em um modelo de crescimento verde. **É um contrassenso implementar nessa região equipamentos geradores de desmatamento e desintegração social.**

Não ignoramos o delicado momento pelo qual passa a economia do país, agravados pelos efeitos da pandemia. No entanto, não será com obras de grande impacto social e ambiental e com viabilidade econômica duvidosa que asseguraremos a recuperação socioeconômica da região. Não faz sentido arriscar os patrimônios naturais, sociais e culturais da região por um empreendimento que corre o risco de ser obsoleto desde o início ou, no máximo, em duas décadas.

Defendemos soluções sustentáveis, capazes de potencializar as riquezas regionais, assegurar o bem-estar da sua população e promover o desenvolvimento

31/05/2023, 22:40

Carta Aberta – Sul da Bahia Viva

sustentável. **É fundamental que o setor privado se engaje em soluções que abarquem os grandes desafios da sustentabilidade**, garantindo que o modelo de desenvolvimento a ser implantado seja inclusivo, respeitoso, agregador e duradouro. Às empresas que buscam garantir padrões de sustentabilidade social e ambiental em seus investimentos e operações, alertamos: **não invista na subconcessão do trecho 1 da FIOL.**

Organizações signatárias (em ordem alfabética) – até 09 de Abril de 2021

2 Irmãos Filmes

Amma Chocolates

Agenda 21 – Ilha de Paquetá

Amescla – Cosmética Natural

Associação Ambientalista Corrente Verde

Associação de Moradores de Barra Grande

Associação dos Pequenos Agricultores de Taquaril dos Fialhos

Associação Pedagógica Dendê da Serra

Associação Povos da Mata de Certificação Participativa

Associação de Turismo de Ilhéus

Baobá – Comunidade de Aprendizagem

Casa Paraíso Verde

Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica – OCA

Centro de Estudos Universais

Cidadania Viva Itacaré

Cinedelia

Clínica do Sol

Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho – Guanambi-BA

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

31/05/2023, 22:40

Carta Aberta – Sul da Bahia Viva

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Coopercentrosul (Coop. de Peq. Prod. de Cacau, mandioca e Banana do Centro Sul da Reg. Cacaueira)

Costa do Cacau Convention & Visitor Bureau

Conselho Pastoral dos Pescadores – BA

Crochetando Empoderando

Cruzeiro do Sul Orgânicos

Curitiba Mais Ação

Delibera Brasil

EMCS Empreendimentos – Vila Uiraporan

Escola Família Agrícola do Sertão

Espaço Flores Astrais – Artes, Vivências e Hospedagem

Fazenda Almada

Fazenda Beija-Flor

Fazenda Boa Esperança- JKS Alimentos

Fazenda Oiti Cacau

Fazenda São Benedito

Feira Orgânica de Algodões

Fisioterapia Serra Grande

Fórum Sul da Bahia Global

Flor de Sal Catering

Futuro Florestal

Guanambi Pede Socorro

Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá)

31/05/2023, 22:40

Carta Aberta – Sul da Bahia Viva

Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
– PoEMAS

Hotel Casa dos Arandis LTDA. ME

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi

Instituto Floresta Viva

Instituto Nossa Ilhéus

Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Instituto Soma Brasil

Justiça nos Trilhos

La Lis Chocolateria Bean to Bar

Let It Bee – Produtos Naturais

LLL Empreendimentos Turísticos (La Dolce Vita)

Luthieria Carelli

MAPAS – Caminhos para o Meio Ambiente e Saúde

Mar Aberto Restaurante – Ilhéus

Mergulho Consciente

Mirante Serra Grande

Modaka Cacau de Origem

Movimento Caminhos de Paz

Movimento Mecenias da Vida

Movimento Paulo Jackson- Ética, Justiça, Cidadania

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Movimento Somos Água

Movimento Sul da Bahia Viva

Oca Yary

31/05/2023, 22:40

Carta Aberta – Sul da Bahia Viva

Oiti Cacau

Piracanga Ecovila

Polo Sindical do Sul da Bahia

Pousada do Peixe

PSOL (Condeúba – BA)

Pura Vida Soluções Permaculturais LTDA

Rede Conhecimento Social

Rede de ONGs da Mata Atlântica

Refúgio Canto do Senhor – RPPN

Reserva Alto da Esperança

Rivoaltus Ecologia LTDA

Santa Rita Comércio de Produtos Alimentícios

SOS Mata Atlântica

Torrão Sistema Agroflorestais

Unidade Coletiva Produções

Para assinar a carta, acesse: <https://forms.gle/wV6vzETv5yRvQFMS9>

1 Os Planos de Manejo das APAs Lagoa Encantada e Rio Almada estão paralisados. Essas as únicas Unidades de Conservação previstas para sofrer intervenção para construção do trecho 1 da ferrovia FIOl de acordo com o Caderno de Meio Ambiente parte do estudo de viabilidade do trecho 1 da ferrovia FIOl disponível na página <https://portal.antt.gov.br/edital-fiol>.

1 As informações sobre a barragem de rejeitos da Mina Pedra de Ferro constam na Licença de Operação concedida pelo Inema à Bamin conforme sugerido em artigo disponível na página do Inema: <http://www.inema.ba.gov.br/2019/03/com-ajustes-determinados-pelo-estado-nova-licenca-de-instalacao-e-concedida-a-bamin/>. Os números das dimensões da barragem de rejeitos foram apresentados pela Bamin em sessão da Câmara de Vereadores de Guanambi ocorrida em 27/05/2019. Apesar de ser um documento de interesse público, a licença não parece estar disponível para consulta.

2 Ver por exemplo fala do Deputado Federal Charles Fernandes (PSD – BA) na página: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?>

[etapa=5&nuSessao=144.2019&nuQuarto=134.753&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=12/06/2019&xApelido=CHARLES%20FERNANDES,%20PSD-BA&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa=](#)

3 Segundo lideranças locais, o que houve foi uma sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Guanambi em 27/05/2019 na qual a Bamin foi intimada a comparecer, o que não substitui a realização de Audiência Pública. www.instagram.com/guanambipedesocorro/

4 Existem diversos estudos sobre a importância da conservação da região Sul da Bahia. Alguns deles estão disponíveis nos seguintes endereços: <http://programas.inema.ba.gov.br/sigbiota/iesb/Documentos/Corredores%20de%20Biodiversidade.pdf>; <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008825627656>; <http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Cadernos/CorredorCentraldaMataAtlantica.pdf>; <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008825627656>.

1 Os prós e contras das diferentes alternativas de escoamento não foram amplamente divulgados nem analisados de maneira pública e razoável. A avaliação das alternativas locais apresentadas no Estudo de Impactos Ambientais (de 2009 é bastante superficial: http://www.alcantara.pro.br/pesquisas/eia_rima/2009-EIA-FIOL.pdf. As necessidades de modernização da Ferrovia Centro-Atlântica são objeto de debate <https://atarde.uol.com.br/economia/noticias/2160930-entidades-cobram-de-vli-relatorio-de-investimentos-em-ferrovia>) e estão colocadas no próprio website da empresa: <https://www.fcatforma.com.br/>

2 Conforme evidenciado nos projetos das ferrovias e corroborado por estudos sendo conduzidos por pesquisadores da UFMG.

3 O governo do Cazaquistão detém 40% das ações da ERG. Informações sobre denúncias de fraude e corrupção tiradas de matéria recentemente publicada no jornal Valor Econômico disponível na página <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/16/maior-cliente-de-ferrovia-na-bahia-e-alvo-de-polemicas.ghtml>

4 Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/12/21/preco-do-minerio-de-ferro-dispara-e-atinge-valor-mais-alto-desde-20-de-setembro.ghtml>

5 O minério de ferro da mina Pedra de Ferro é de baixo teor e exige muito processamento que só se justifica em um cenário de alto valor desse minério. Ver http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/RIMA_Mina_Pedra_de_Ferro.pdf

1 A descrição do objeto do leilão foi tirada da página <https://portal.antt.gov.br/edital-fiol>.

2 Conforme descrição do empreendimento pela Bamin. Ver apresentação disponível em: <http://conselhos.org.br/Arquivos/Download/Upload/247.pdf>

3 Observação in loco.

4 Conforme consta no Anexo_Caderno de Meio Ambiente parte do estudo de viabilidade do trecho 1 da ferrovia FIOL disponível na página <https://portal.antt.gov.br/edital-fiol>.

5 Vide Caderno de Meio Ambiente parte do estudo de viabilidade do trecho 1 da ferrovia FIOL disponível na página <https://portal.antt.gov.br/edital-fiol>. Lê-se, por exemplo, na página 26: “a responsabilidade de pagamento dos custos da compensação ambiental deve ser definida em contrato como obrigação da subconcessionária”.

6 Segundo descrição contida no Estudo de Impacto Ambiental das obras de implantação da Ferrovia de Integração Oeste Leste – EF 334 disponível em www.alcantara.pro.br/pesquisas/eia_rima/2009-EIA-FIOL.pdf.

7 Os prós e contras das diferentes alternativas de escoamento não foram amplamente divulgados nem analisados de maneira pública e razoável. A avaliação das alternativas locais apresentadas no Estudo de Impactos Ambientais (de 2009 é bastante superficial: http://www.alcantara.pro.br/pesquisas/eia_rima/2009-EIA-FIOL.pdf. As necessidades de modernização da Ferrovia Centro-Atlântica são objeto de debate <https://atarde.uol.com.br/economia/noticias/2160930-entidades-cobram-de-vli-relatorio-de-investimentos-em-ferrovia>) e estão colocadas no próprio website da empresa: <https://www.fcatforma.com.br/>

8 Conforme evidenciado nos projetos das ferrovias e corroborado por estudos sendo conduzidos por pesquisadores da UFMG.

9 O governo do Cazaquistão detém 40% das ações da ERG. Informações sobre denúncias de fraude e corrupção tiradas de matéria recentemente publicada no jornal Valor Econômico disponível na página <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/16/maior-cliente-de-ferrovia-na-bahia-e-alvo-de-polemicas.ghtml>

10 Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/12/21/preco-do-minerio-de-ferro-dispara-e-atinge-valor-mais-alto-desde-20-de-setembro.ghtml>

11 minério de ferro da mina Pedra de Ferro é de baixo teor e exige muito processamento que só se justifica em um cenário de alto valor desse minério. Ver http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/RIMA_Mina_Pedra_de_Ferro.pdf

12 As informações sobre a barragem de rejeitos da Mina Pedra de Ferro constam na Licença de Operação concedida pelo Inema à Bamin conforme sugerido em artigo disponível na página do Inema: <http://www.inema.ba.gov.br/2019/03/com->

[ajustes-determinados-pelo-estado-nova-licenca-de-instalacao-e-concedida-a-bamin/](#). Os números das dimensões da barragem de rejeitos foram apresentados pela Bamin em sessão da Câmara de Vereadores de Guanambi ocorrida em 27/05/2019. Apesar de ser um documento de interesse público, a licença não parece estar disponível para consulta.

13 Ver por exemplo fala do Deputado Federal Charles Fernandes (PSD – BA) na página: **<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=144.2019&nuQuarto=134753&nuOrador=3&nuInsercao=3&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=BC&Data=12/06/2019&txApelido=CHARLES%20FERNANDES,%20PSD-BA&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:04&txEtapa=>**

14 Segundo lideranças locais, o que houve foi uma sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Guanambi em 27/05/2019 na qual a Bamin foi intimada a comparecer, o que não substitui a realização de Audiência Pública. **www.instagram.com/guanambipedesocorro/**

15 Existem diversos estudos sobre a importância da conservação da região Sul da Bahia. Alguns deles estão disponíveis nos seguintes endereços: **<http://programas.inema.ba.gov.br/sigbiota/iesb/Documentos/Corredores%20de%20Biodiversidade.pdf>**; **<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008825627656>**; **<http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Cadernos/CorredorCentraldaMataAtlantica.pdf>**; **<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008825627656>**.

16 Os Planos de Manejo das APAs Lagoa Encantada e Rio Almada estão paralisados. Essas as únicas Unidades de Conservação previstas para sofrer intervenção para construção do trecho 1 da ferrovia FIOL de acordo com o Caderno de Meio Ambiente parte do estudo de viabilidade do trecho 1 da ferrovia FIOL disponível na página **<https://portal.antt.gov.br/edital-fiol>**.

PORTO SUL PARA QUEM?

Por uma auditoria urgente no licenciamento do Porto Sul

Estamos em junho de 2023, pouco tempo se passou desde a Semana da Mata Atlântica e do Dia Mundial do Meio Ambiente com ameaças de impactos sobre a agenda ambiental brasileira. No Sul da Bahia, a implementação inconsequente de um complexo hidro-minerário-ferroviário-portuário digno dos piores títulos ameaça a sociobiodiversidade e a economia local desde seu anúncio, há 15 anos. **Clamamos pela atenção do Estado e da sociedade brasileira, especialmente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do IBAMA, diante dos riscos que corremos e que ainda podemos evitar.**

O Brasil tenta assumir papel de liderança na agenda da biodiversidade e do clima, frente à sexta extinção em massa do planeta e dos riscos comprovados de uma tragédia climática, nas próximas décadas. Os compromissos do país com estas agendas, bem como o potencial da nossa bioeconomia, em vastas regiões biodiversas do Brasil, como Amazônia, Serra do Espinhaço e Sul da Bahia, nos convocam a reagir diante deste projeto.

Enquanto o Brasil e o mundo anseiam por mudanças rumo a uma economia que cuida das pessoas e da natureza, com baixa emissão de carbono e proteção da biodiversidade e das águas, o Sul da Bahia tem, desde 2007, uma ameaça colossal no centro da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e do Corredor Ecológico Boa Esperança-Conduru. **Uma ameaça real para pescadores, agricultores, moradores das vilas e cidades entre Ilhéus e Itacaré e região: O Complexo Porto Sul.**

Passamos por gravíssimos desastres ambientais nos últimos 15 anos. Desde a tragédia da Samarco, no Rio Doce, e da Vale, em Brumadinho, sobre o Rio Parauapebas, assim como os graves impactos já expostos na Usina de Belo Monte, no rio Xingu, e o derramamento de petróleo no litoral nordestino. O Complexo Porto Sul é hoje o maior e mais impactante projeto de infraestrutura da América do Sul, licenciado mesmo com todas as dúvidas e obscurantismo anunciados por especialistas.

O projeto gerou enorme polêmica desde o início, provocando inúmeros manifestos, audiências, abaixo assinados – com dezenas de milhares de pessoas e centenas de organizações da sociedade civil. **Envolvendo dezenas de municípios em Minas Gerais e Bahia, o complexo Porto Sul recebe demandas de duas minas de ferro no alto sertão semi-árido da Serra do Espinhaço, uma ferrovia fatiada em três trechos, um mineroduto, um porto offshore em polo pesqueiro regional e retro área portuária no meio da Mata Atlântica brasileira.** Ao arripio da legislação ambiental, esses projetos foram desintegrados e licenciados isoladamente, como se não fizessem parte de um mesmo complexo hidro-mineral e logístico, sob o comando da BAMIN. Além dos impactos cumulativos, maliciosamente fragmentados para facilitar o licenciamento, novos empreendimentos, como usinas termelétricas e refinarias, têm sido anunciados a reboque do complexo, no retroporto e adjacências.

Muitos especialistas no setor de infraestrutura questionaram os equívocos do projeto e sua localização, inclusive o Tribunal de Contas da União. A Avaliação Ambiental Estratégica feita pela COPPE-UFRJ, em parceria com o Governo da Bahia, em 2009, revelou que muitos impactos negativos do Porto Sul serão severos, permanentes e irreversíveis, especialmente sobre a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos e sobre as atividades econômicas presentes no território, em especial a pesca, o turismo, a produção de cacau e chocolate e a produção de alimentos pela agricultura familiar. O Sul da Bahia abriga uma das maiores diversidades vegetais do planeta (mais de 450 espécies arbóreas em um único hectare!), habitat de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, como o mico-leão-de-cara-dourada, o macaco-prego-de-peito-amarelo, a preguiça-de-coleira e o mutum-do-sudeste. Centenas de milhares de pessoas, florestas e sistemas agroflorestais, manguezais, restingas, veredas, rios e brejos estão ameaçados em sua sobrevivência.

A falta de transparência tem sido a tônica destes empreendimentos do Porto Sul. Os contratos assinados entre a Eurasian Resources Group (ERG), controladora da Bahia Mineração (Bamin), e o Governo da Bahia, não evidenciam benefícios públicos, além de omitirem para a população os riscos e os impactos presentes e futuros. Uma evidência da falta de transparência é a informação sobre o teor do minério de ferro da mina Pedra de Ferro, em Caetité. Especialistas afirmam que estas jazidas oferece um minério de baixo teor, embora a BAMIN insista na narrativa de alta qualidade do minério de ferro, sabidamente restrita à superfície da jazida. Essa informação é crucial para justificar ou não a viabilidade desse negócio logístico e minerário.

Passados quase dez anos da licença de implantação do Porto Sul, a sociedade civil e a academia continuam sem acesso aos relatórios sobre o cumprimento das 38 condicionantes estabelecidas na licença. São desconhecidos tanto o escopo quanto os resultados dos projetos socioambientais supostamente implantados para atender às exigências definidas. Falta informação e transparência sobre os programas e iniciativas governamentais (das três esferas) para fortalecer o território e minimizar os impactos sobre o mesmo, estabelecidos nas audiências públicas.

Os elevados impactos do Porto Sul, quantificados durante o licenciamento, justificaram a elaboração de 38 Planos Básicos Ambientais (PBAs), uma condição do IBAMA para mitigar e compensar os impactos previstos. No entanto, informações desconstruídas e não oficiais – consequência da ausência de mecanismos de transparência acerca do projeto – dão conta que alguns destes planos foram suprimidos ou combinados. **Desde 2019 não há publicização dos relatórios que a empresa prepara e nem dos pareceres do IBAMA sobre o cumprimento das condicionantes.**

Há meses um grupo de organizações da sociedade civil, dentre elas aquelas que integram o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ilhéus, aguardam uma resposta da Bamin para uma solicitação formal de visita técnica às obras em curso. Diante deste cenário obscuro, muitas perguntas seguem sem respostas. Qual é o real conhecimento da população diretamente afetada pelos empreendimentos acerca do andamento das obras? Como as lideranças locais se vêem nos estudos e planos de ações da BAMIN? Como a empresa está interagindo com estas lideranças e com as comunidades afetadas? Em que estágio estão os PBAs? O que andou? Como andou? O que mudou? Como está o cronograma dessas atividades?

Dois casos exemplificam muito bem a falta de informações e de transparência que denunciamos nesta carta. Primeiro, o programa de desapropriação e reassentamento, que prevê a remoção involuntária de pessoas, principalmente pequenos agricultores, de suas residências e áreas de cultivo, para darem lugar às construções. Considerado um impacto de ‘alta magnitude’ no licenciamento, a empresa foi obrigada a elaborar um Programa de Reassentamento, para atender as 294 famílias impactadas, sendo 92 em área urbana, todas na Vila Juerana, e 142 em área rural. Foi prevista a formação de uma Comissão de Acompanhamento do programa, mas, até o momento, além de não haver qualquer informação sobre esta comissão (se foi formada, quem a compõe, como seus integrantes foram definidos, se está produzindo relatórios, etc.), tampouco há qualquer registro ou informação pública sobre a situação destas famílias, como, por exemplo, quantas foram ou estão sendo reassentadas e quantas optaram pela indenização e se já receberam o valor devido.

O segundo caso é o programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira e o subprograma de Compensação da Atividade Pesqueira. Trata-se de temas de enorme relevância socioeconômica e ambiental, mas sobre os quais também prevalece a ausência de informações públicas e a falta de transparência sobre as ações. O que estão fazendo? Quais ações de preservação do patrimônio imaterial da arte de pesca da jangada, previstas no plano, foram implantadas? Cadê os registros das reuniões que deveriam estar fazendo com os pescadores, com evidências da participação e representatividade requeridas? As ações previstas pela empresa contemplam as inquietudes e impactos que preocupam os pescadores e marisqueiras? Quais os resultados do monitoramento sobre a quantidade de pescado nos últimos anos? Como estes dados estão sendo coletados e onde estão sendo armazenados? Os pescadores têm acesso à esta informação? Como?

Embora pareça ser um problema regional, **o Porto Sul tem potencial para gerar impactos em escala nacional e global**. A falência desse modelo de “desenvolvimento”, já visto nas tragédias citadas, poderá atingir em cheio a Mata Atlântica do Sul da Bahia, parte da floresta tropical que abriga 72% da população brasileira, afetando também ecossistemas costeiros e ambientes recifais ricos em pescados, que sustentam milhares de famílias de pescadores. Não são apenas a fauna e a flora nativas que estão ameaçadas. A economia regional, focada na agricultura e no turismo, com enorme potencial de desenvolvimento em bases sustentáveis ao longo das próximas décadas, está diretamente ameaçada e danificada por um empreendimento incerto, altamente vulnerável e, sem dúvidas, concentrador de renda e insustentável.

Diante desse quadro de riscos elevados e ausência de participação, reivindicamos uma **imediata auditoria no licenciamento, em especial as condicionantes estabelecidas na licença**, a ser conduzida pelo IBAMA com a participação de especialistas externos. Essa auditoria, com a máxima urgência, transparência e participação, torna-se imperativa, sob o risco de desacreditar o sistema de licenciamento e pôr em xeque os compromissos internacionais assumidos pelo atual Governo Federal, base do processo de recuperação da imagem e reputação do nosso país.

Instituições e coletivos que assinam este manifesto:



Movimento Sul da Bahia Viva

Observatório Rio Pardo Vivo e Corrente

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Rede de ONGs da Mata Atlântica

Movimento dos Atingidos por Barragens

Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA

Rede de Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica

Fundação SOS Mata Atlântica

Grupo Ambientalista da Bahia

Instituto Floresta Viva

Instituto Tamanduá

Instituto Nossa Ilhéus

Legião de Assistência Recuperadora Nosso Lar, Diocese de Montes Claros MG

Casa do Boneco de Itacaré

Aldeia Indígena Caramuru Catarina Paraguaçu, Pau Brasil Bahia

Apêndice A- Questionário semiestruturado

Titulo do estudo:

“Percurso Cartográfico e Ecologia Social face à instalação do Porto Sul na Costa do Cacau, Bahia.”

Esta pesquisa visa ampliar e aprofundar conhecimentos sobre experiências de vida dos moradores e lideranças comunitárias locais a partir de uma visão da ecologia social dentro da linha de pesquisa “Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade”, do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A linha aborda questões de desenvolvimento e compromissos de sustentabilidade, segundo perspectivas de inclusão social, dinâmicas culturais e construção de cidadania, pensando a ecologia como composição de subjetividades.

O projeto se inspira no método da cartografia e da Teoria do Ator-Rede (Latour, 2012) para mapear os agenciamentos e as controvérsias decorrentes da instalação do empreendimento Porto Sul. Para tal, buscou acompanhar durante alguns meses de 2021 e 2022 as práticas e os encontros (virtuais e/ou presenciais, de acordo com as restrições impostas pelas medidas de segurança devido à pandemia de SARS-CoV-2) de alguns moradores e lideranças comunitárias locais com objetivo de descrever e cartografar a interação e relacionamento deles com as ações socioambientais promovidas pela Bamin e governos no âmbito da implantação do empreendimento Porto Sul.

A pesquisadora proponente deste projeto selecionou alguns moradores e lideranças comunitárias entre em Ilhéus e Uruçuca, em vilas litorâneas como Juerana, Ponta da Tulha, Sargi e Serra Grande, e realiza entrevistas desde que haja consentimento.

E você foi escolhido(a) porque é parte da comunidade, e habita neste território que está sendo afetado pela construção e implantação do Porto Sul. Serão realizadas conversas informais, entrevistas livres, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas e visitas ao campo.

A entrevista é um diálogo em que não existem respostas certas ou erradas. A participação na pesquisa é voluntária e as informações fornecidas serão utilizadas de forma a não causar prejuízos ou constrangimento. Caso não seja da vontade do(a) entrevistado(a) ter o nome na publicação da pesquisa, poderá ser utilizado codinome, o que permitirá a não identificação dos participantes, com a finalidade de preservar o anonimato.

A entrevista pode ser gravada em áudio e anotada e depois transcrita para que os dados sejam apreendidos da melhor maneira. Somente a pesquisadora terá acesso aos seus dados (gravação e transcrição da entrevista).

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar, você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Conte um pouco sua história de vida:

1. Nome; Nacionalidade; Naturalidade; Idade; Estado Civil; Gênero; e Raça.
2. Caso você tenha, poderia me informar o seu telefone e/ou celular; seu endereço do seu e-mail; e sua rede social?
3. Onde você mora? Há quanto tempo?
4. Mora com quem? Quantas pessoas moram com você?
5. Você tem religião? Qual?
6. Qual sua escolaridade? Caso tenha feito curso técnico/faculdade, em qual área?
7. Qual sua profissão/atividade/ocupação?
8. Você tem filhos(as)? Qual idade? E seus pais são vivos? Qual idade e de onde?
9. Qual sua faixa de renda familiar aproximada? 1 a 3 sal min; 4 a 6 sal. Min; 7 a 10 sal min. Acima de 11 sal. Min. Quem contribui para essa renda familiar?
10. Participa de algum movimento político, social e/ou assistencial? Qual?

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

1. Como você define o Desenvolvimento?
2. Você acha que Ilhéus e/ou Uruçuca são cidades Desenvolvidas? Por que?
3. Saberria dizer quais as principais vulnerabilidades socioambientais em Ilhéus e/ou Uruçuca?
4. O que você sabe sobre o empreendimento Complexo Logístico Intermodal Porto Sul (CLIPS)?
5. O que você acha da parceria do Governo do Estado da Bahia + o município de Ilhéus + a empresa Bahia Mineração para este empreendimento?
6. Quais as controvérsias a respeito da implantação do Porto Sul?
7. Você acha que o Porto Sul trará Desenvolvimento para Ilhéus? Por que?
8. Quais as potencialidades e as fraquezas das cidades de Ilhéus e/ou Uruçuca?
9. Quais as ameaças e as oportunidades trazidas pelo Porto Sul para você? E para as cidades de Ilhéus e/ou Uruçuca? E para o Brasil?
10. Você sabe quais os Territórios, as Comunidades e/ou Populações que são mais afetados pelo Porto Sul?
11. Você acha que a instalação deste empreendimento em Aritaguá, distrito de Ilhéus, pode contribuir para a melhoria social e econômica das comunidades e populações no seu entorno? Por que? Se sim, como?
12. No segundo semestre de 2022, a Bamin, em nome de seu CEO Eduardo Ledsham, confirmou apoio aos dez princípios do Pacto Global, uma iniciativa da ONU para incentivar as empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade. Você conhece esses princípios? O que você acha disso? Como você acha que esse compromisso da empresa se desdobra no território de implantação e operações do Porto Sul?
13. O que você sabe sobre o Aquecimento Global e o Estado das Emergências Climáticas?
14. Você acha que o empreendimento Porto Sul reforça o Aquecimento Global? Por que?
15. O que você conhece sobre a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU?
16. No segundo semestre de 2022, a Bamin, representada pela sua diretora de Meio Ambiente, Relacionamento com Comunidades, Comunicação Corporativa e Sustentabilidade/ESG, Rosane Santos, lançou sua Plataforma de ESG que trata dos compromissos Ambiental, Social e Governamental da

empresa, que tem como objetivo demonstrar a sociedade e investidores financeiros o seu compromisso com as pautas de Sustentabilidade dos seus negócios perante as Mudanças Climáticas, os Direitos Humanos, Diversidade, Anticorrupção, dentre outros princípios. Você conhece essa Plataforma da Bamin?

17. Você acha que esses compromissos da Bamin – Ambiental, Social e Governança - com as pautas globais promovidas pela ONU podem surtir efeitos (positivo e/ou negativo) no território de atuação do Porto Sul? Por que?
18. O que você entende por Responsabilidade Social Corporativa?
19. Você acha possível a Bamin agir com Responsabilidade Social no território de atuação do Porto Sul?
20. Você conhece quais são as iniciativas de Responsabilidade Social da Bamin em andamento ou previstas para acontecer no território de atuação do Porto Sul?
21. Em setembro de 2014 a Bamin recebeu do Ibama a Licença de Instalação (LI) do empreendimento Porto Sul. E no segundo semestre de 2020 as primeiras frentes de obra chegaram a Aritaguá, Ilhéus. Você conhece os impactos socioambientais do Porto Sul nos territórios de influência? Poderia citar alguns?
22. Você acha que esses impactos podem ser devidamente eliminados, compensados e/ou potencializados? Por que?
23. O Programa Básico Ambiental do Porto Sul prevê a realização de 38, 34, ou 23 programas e subprogramas socioambientais. Você sabe quais os projetos que a empresa está realizando na região de Ilhéus para compensar ou resolver os impactos socioambientais?
24. Já presenciou ou participou ou tem conhecimento do andamento de alguns dos Programas do PBA: Comunicação e Interação Social; Educação Ambiental, Desapropriação e Reassentamento; de Turismo; Monitoramento Atividade Pesqueira e a articulação para a Compensação Pesqueira; Valorização Cultural; Programa Ambiental Construção; Capacitação e Contratação Mão de Obra Local; Prospecção e Resgate Arqueológico; Prevenção Exploração Sexual; Habitação; Apoio ao Empreendedorismo; e Programa de Infraestrutura?
25. Você e/ou a organização que participa de algum espaço de diálogo direto com a Bamin?
26. Vocês atuam em rede com outras organizações no território? Quais?
27. Vocês estão acompanhando a execução dos programas socioambientais do TCSA? Como? Essas ações estão sendo compartilhadas/comunicadas as comunidades?
28. Pode me falar um pouco sobre o que sabe a respeito do Observatório Social e como poderia fortalecer as outras organizações locais para maior participação social e controle ambiental das ações do Porto Sul?
29. Você acha que a cidade/vila/Comunidade local está preparada para essa mudança que esta por vir?
30. Gostaria de abordar algo que não mencionei?

Apêndice B - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo:

Cartografando controvérsias: Ecologia Social face à instalação do Porto Sul na Costa do Cacau, na Bahia.

2) Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Cartografando controvérsias: Ecologia Social face à instalação do Porto Sul na Costa do Cacau, na Bahia”. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir, e faça perguntas se algo não estiver claro, ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja, ou não, participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto?

Esta pesquisa visa ampliar e aprofundar conhecimentos sobre experiências de vida dos moradores e lideranças comunitárias locais a partir de uma visão da ecologia social dentro da linha de pesquisa “Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade”, do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A linha aborda questões de desenvolvimento e compromissos de sustentabilidade, segundo perspectivas de inclusão social, dinâmicas culturais e construção de cidadania, pensando a ecologia como composição de subjetividades. O projeto visa elaborar uma cartografia das controvérsias decorrentes da implantação do empreendimento Porto Sul. Para tal, a pesquisadora proponente deste projeto irá selecionar alguns dos moradores e lideranças nas comunitárias locais e vilas litorâneas entre Aritaguá, em Ilhéus, e Serra Grande, em Uruçuca, para acompanhá-los em suas atividades relacionadas ao Porto Sul e também realizar entrevistas desde que haja consentimento.

4) Qual é o objetivo do estudo?

O projeto consiste em acompanhar durante alguns meses as práticas e os encontros (virtuais e/ou presenciais, de acordo com as restrições impostas pelas medidas de segurança devido à pandemia de SARS-CoV-2) de um grupo de moradores e lideranças comunitárias locais para descrever e cartografar a forma como interagem e se relacionam com os programas e projetos socioambientais propostos no âmbito da implantação do empreendimento Porto Sul. Também serão realizadas entrevistas com algumas participantes das organizações proponentes e executoras dos projetos socioambientais, possivelmente com o uso de vídeo e/ou áudio, conforme haja consentimento.

5) Por que eu fui escolhido(a)?

Você foi escolhido(a) porque é parte da comunidade, e habita neste território que está sendo afetado pela construção e implantação do Porto Sul. Serão realizadas conversas informais, entrevistas livres, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas e visitas ao campo. A entrevista é um diálogo em que não existem respostas certas ou erradas. A participação na pesquisa é voluntária e as informações fornecidas serão utilizadas de forma a não causar prejuízos ou constrangimento. Caso não seja da vontade do(a) entrevistado(a) ter o nome na publicação da pesquisa, poderá ser utilizado codinome, o que permitirá a não identificação dos participantes, com a finalidade de preservar o anonimato.